

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIANA RODRIGUES DE FIGUEIREDO

A compreensão e enfrentamento do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à
luz da teoria histórico-cultural

Maringá
2017

MARIANA RODRIGUES DE FIGUEIREDO

A compreensão e enfrentamento do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à
luz da teoria histórico-cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, para Exame de Defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Mari Shima Barroco.

Maringá
2017

MARIANA RODRIGUES DE FIGUEIREDO

A compreensão e enfrentamento do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à luz da teoria histórico-cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, para Exame de Defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Pós-Dr.^a Sonia Mari Shima Barroco
PPI - Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Adriana de Fátima Franco
PPI - Universidade Estadual de Maringá

Prof.^a Dr.^a Graziela Lucchesi Rosa da Silva
Universidade Federal do Paraná

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

F475c Figueiredo, Mariana Rodrigues de
A compreensão e enfrentamento do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à luz da teoria histórico-cultural / Mariana Rodrigues de Figueiredo. -- Maringá, 2017.
195 f. : il. color., quadros

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sonia Mari Shima Barroco.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

1. Psicologia Histórico-Cultural. 2. Drogas - Prevenção. 3. Drogas - Uso abusivo. 4. Psicologia Escolar. I. Barroco, Sonia Mari Shima, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 370.15

MN

DEDICATÓRIA

**À juventude que tem sua vida atravessada
pela falta de oportunidades e precocemente
interrompida pela criminalização da pobreza.**

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.
Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Mesmo na produção de uma dissertação, que parece fruto de esforço individual, só pude concluí-la porque felizmente pude me amparar em relações, as quais não podem deixar de serem lembradas na finalização desse trabalho.

Aos meus pais, Edmir e Regina, por apoiarem incondicionalmente minhas escolhas e não duvidarem nunca da minha capacidade, me encorajando a seguir adiante mesmo quando parecia impossível. Pelo esforço que tiveram para que eu chegasse até aqui, pelo amor e por caminharem comigo nas críticas para um mundo mais justo. Tenho sorte de reconhecerem e valorizarem a trajetória que escolhi, amo vocês!

Ao meu irmão, João Vítor, possuidor de uma sensibilidade peculiar e quem me ensina todos os dias a levar uma vida menos desesperada. Obrigada por aliviar minhas angústias com músicas, filmes e risadas. Sem você não conseguiria ter escrito nem metade dessa dissertação.

À minha orientadora Sonia Shima por aceitar levar adiante comigo o tema escolhido, e por me conduzir com firmeza, atenção e cuidado. Pelas contribuições fundamentais ao andamento da dissertação e por não me desamparar nas minhas angústias.

À prof.^a Graziela, a quem devo minha paixão pela Psicologia Histórico-Cultural e quem me mostrou uma possibilidade de atuação mais comprometida com o fim das desigualdades. Obrigada por aceitar fazer parte de mais um pedacinho da minha trajetória, sua presença na banca com certeza é primorosa.

À prof.^a Adriana Franco pelas contribuições na banca da qualificação e na minha formação durante o mestrado.

Aos professores e professoras que contribuíram para a minha formação no mestrado e na graduação. Guardo um carinho especial pela prof.^a Melissa, que também teve papel importante na escolha do tema da dissertação, pelas contribuições durante minha vida acadêmica.

Aos e às profissionais do CAPSi Maringá, que me acolheram e aceitaram de prontidão a me ajudarem na pesquisa de campo. Espero que meu trabalho possa auxiliar na atuação de vocês e na vida dos jovens atendidos pelo serviço.

Aos e às adolescentes que concederam entrevista para a nossa pesquisa de campo. Os relatos de vocês foram valiosos!

À CAPES pelo apoio financeiro.

À coordenação do PPI, à Wal que nos salva todos os dias e aos demais funcionários e funcionárias da UEM que por vezes passam invisíveis mas são imprescindíveis.

À todos e todas do PROPAAE, com quem aprendi muito e tenho muito carinho.

À minha família, em especial a Vó Nenê, tia Vali e tia Chris, que também não mediram esforços para que eu me mantivesse no mestrado e comemoram todas as minhas conquistas comigo. Sou muito grata por dividir a vida com vocês, com meus tios e primos. Ainda mais agora que ganhamos o Antony!

Aos amigos e amigas que fiz em Maringá e carregarei sempre comigo, Ana Eliza, Mari, Carol, Elo, Amanda, Lala, Thomas, Luana, Camila, Aline, Lorena, Melline, vocês são (e ainda serão) a parte mais gostosa desse mestrado, com quem dividi alegrias e angústias.

Aos amigos e amigas com quem dividi moradia, Léo, Bah e Yo (mesmo que ainda brevemente), pois só quem está no cotidiano lida com as angústias, e vocês foram essenciais no processo de escrita. Em especial Gi e Vane, pois dividimos a vida para uma nova cidade e enfrentamos todas as dificuldades do novo juntas, e com a Cássia Eller.

Às amigas que deixei em Curitiba e ainda são presentes na minha vida, Jami, Carol, Vi, Fer e My. Amo dividir a minha vida com vocês, mesmo que virtualmente.

À Daniele, que veio colorir (com sete cores) a minha vida. Pelas discussões que enriqueceram minha perspectiva de mundo e pelo encorajamento, acreditando sempre na minha capacidade de conseguir. Sem você e a Bah eu não daria conta de escrever tanto em pouco tempo. Por me apresentar um mundo mais sensível, menos normativo e por tirar o melhor de mim. Aprendo todos os dias com você e sua sensibilidade. “E até quem me vê lendo o jornal. Na fila do pão, sabe que eu te encontrei”. Te amo.

FIGUEIREDO, M. R. (2017). A compreensão e enfrentamento do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à luz da Teoria Histórico-Cultural. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado apresenta o tema de uso abusivo e tráfico de drogas por população em idade escolar, e o **problema** que se buscou responder com a pesquisa refere-se às contribuições da Psicologia, sob a perspectiva Histórico-Cultural, para a compreensão e enfrentamento desse fenômeno. Assim, como **objetivo geral**, pretende-se compreender o fenômeno do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Como **objetivos específicos** destacam-se: a) investigar o que dizem as publicações científicas a respeito da prevenção e estratégias direcionadas ao uso de drogas na escola; b) analisar as definições científicas atuais para as drogas e investigar a presença dessas substâncias na história da humanidade; c) discorrer acerca da violência produzida no modo de produção capitalista em relação às drogas e o comércio destas com o fetiche da mercadoria no capitalismo; d) conhecer o que adolescentes envolvidos com drogas, em idade escolar, apontam sobre as medidas utilizadas pela escola para lidar com o processo de uso abusivo e tráfico de drogas a partir da vivência dos mesmos; e) identificar elementos nas vivências dos adolescentes que auxiliem para contribuições da Psicologia Escolar, sob perspectiva Histórico-Cultural, no que tange ao fenômeno de drogas na escola. Metodologicamente, a pesquisa implica em investigação bibliográfica, que é realizada em bases de dados da Internet com periódicos indexados e banco de dissertações e teses da CAPES. Também foi realizada pesquisa de campo, desenvolvida junto aos sujeitos atendidos pelo Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi – Maringá), por meio de entrevista não estruturada focalizada. O desenvolvimento das pesquisas dos dados bibliográficos e de campo são subsidiadas no arcabouço teórico da Psicologia Histórico-Cultural, que entende o desenvolvimento humano como intrinsecamente relacionado ao contexto histórico-social no qual ocorre. O fenômeno também foi compreendido por meio desse aporte teórico, que analisa as leis que regem a realidade ultrapassando a sua expressão fenomênica (imediata), que expressa grande índice de estudantes envolvidos com drogas. Ante o exposto, na primeira seção, identificamos que as publicações científicas consideram o fenômeno determinado por uma soma de fatores, com ênfase nas peculiaridades da adolescência e do ambiente familiar dos envolvidos. A segunda seção evidencia a presença histórica das drogas na humanidade e as determinações histórico-sociais do proibicionismo. Abordamos, na terceira seção, as drogas como bode expiatório da criminalização da pobreza e da violência

suscitada nas relações sociais de produção capitalistas, e a determinação do *fetichismo da mercadoria* no tráfico e no uso abusivo de drogas. Como resultado da pesquisa de campo, na quarta seção, identificamos a necessidade de atuação crítica dos profissionais da educação baseada na tomada de consciência da universalidade do fenômeno. Para possibilidades de enfrentamento, constatamos a imprescindibilidade de vínculo e empatia da escola com os estudantes envolvidos com drogas, o fomento do conhecimento científico e do sentido da atividade de estudo, assim como maior protagonismo dos estudantes nas estratégias de prevenção e enfrentamento. A atuação ética profissional, no âmbito da educação, deve ter em vista as contradições do modo de produção e a luta de classes, com o horizonte em uma educação emancipadora.

Palavras-chave: Drogas; Prevenção e enfrentamento do uso abusivo de drogas; Psicologia Escolar; Psicologia Histórico-Cultural.

ABSTRACT

This dissertation presents the theme of use abusive and traffic of drugs in school population, and a problem that is sought out by responding with a research concerning the contributions of Psychology, from a Historical-Cultural perspective, to an understanding and coping with this phenomenon.

Thus, the general objective is to understand the phenomenon of drug abuse and trafficking in school by the perspective of Historical-Cultural Psychology. Specific objectives are: a) to investigate what scientific publications say about prevention and strategies directed to the use of drugs in school; b) to analyze current scientific definitions for drugs and investigate the presence of these substances in the history of humanity; c) to discourse about the violence produced in the capitalist mode of production in relation to the issue of drugs and their trade with the commodity fetishism in capitalism; d) to know what adolescents involved with drugs and with scholar age, think about the school's strategies to deal with the abuse and drug trafficking from the experience of them; and e) to recognize elements in the adolescents' experience that assist in the contributions of School Psychology, under Historical-Cultural perspective, about the phenomenon of drugs in school. Methodologically, the research includes bibliographic research, accomplished in Internet databases with indexed journals and a thesis and dissertations bank of CAPES. Field research was also carried out, developed with the subjects attended by the Child Psychosocial Care Center (CAPSi - Maringá), through an unstructured focused interview. The development of bibliographic and field data research is subsidized in the theoretical framework of Historical-Cultural Psychology, which understands human development as intrinsically related to the historical-social context in which it occurs. The phenomenon was also understood through this theoretical-methodological contribution, which analyzes the laws that govern reality, surpassing its (immediate) phenomenological expression, which expresses a great number of students involved in drugs. In this way, in the first section we identify that scientific publications consider the phenomenon determined by a sum of factors, with emphasis on the adolescent's characteristics and the family environment. In the second section shows the historical presence of drugs in humanity and the historical-social determinations of prohibitionism. In third section, we approach drugs as a scapegoat for the criminalization of poverty and violence aroused in capitalist social relations of production, and the determination of the commodity fetishism in the traffic and abusive use of drugs. As a result of the field research, in the fourth section, we identified the need for critical action by the

education professionals based on the awareness of the phenomenon's universality. For possibilities of solution, we recognized the need of the school's bonding and empathy with students involved with drugs, the promotion of scientific knowledge and the sense of study activity, as well as increase the student's protagonism in prevention and coping strategies. Professional ethical action in the field of education must consider the mode of production's contradictions and the class struggle, to look for an emancipatory education.

Key-words: Drugs; Prevention e confrontations of drug abuse; School Psychology; Historical-Cultural Psychology.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Materiais encontrados na pesquisa bibliográfica.....	25
QUADRO 2 – Classificação das produções conforme temáticas principais.....	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. DROGAS NA ESCOLA: AS CONCEPÇÕES HEGEMÔNICAS E POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DO FENÔMENO	22
2.1. O que dizem as produções científicas	23
<i>2.1.2 Os principais assuntos abordados sobre o tema de drogas na escola segundo as publicações científicas</i>	28
3 DROGAS: A SUA DETERMINAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL	43
3.1 O que são drogas? – Da conceituação necessária	43
3.2 As concepções sobre drogas na história da humanidade	52
<i>3.2.1 O Proibicionismo e Guerra às Drogas</i>	63
3.3 Narcotráfico e Política de drogas no Brasil	66
4. DROGAS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NA SOCIEDADE DA MERCADORIA	72
4.1 Drogas: o bode expiatório da violência e da criminalização da pobreza	76
4.2 A droga enquanto mercadoria sob a lógica do capital	84
5. PESQUISA DE CAMPO: A TOTALIDADE EXPRESSA NA SINGULARIDADE DE USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL (CAPSi)	96
5.1 Contextualização sobre o tratamento de drogas nos CAPS e Redução de Danos	98
5.2. Procedimentos metodológicos de investigação junto ao Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi):	101
<i>5.2.1 Do contato com os adolescentes no CAPSi</i>	103
5.3 Sobre o público-alvo da pesquisa de campo e a adolescência no contexto do uso de drogas	108
<i>5.3.1 A adolescência para a Psicologia Histórico-Cultural</i>	111
5.4 Drogas, escola e biografias: do que falam jovens usuários de drogas	122
<i>5.4.1 Aspectos identitários e realidade escolar</i>	125
<i>5.4.2 Sobre o contato com as drogas</i>	127
<i>5.4.3 A estigmatização e o protagonismo em violências</i>	128
<i>5.4.4 O sentido da atividade de estudo</i>	131
<i>5.4.5 Opiniões sobre a escola: autoritarismo e ausência de diálogo</i>	135
<i>5.4.6 Outras possibilidades de abordagem</i>	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
Referências	154
GLOSSÁRIO	164
APÊNDICES	166

A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Menores	167
B – Questionário aplicado aos adolescentes do CAPSi	170
C – Entrevista Guilherme.....	171
D – Entrevista Mel	178
E – Entrevista Lucas	181
F – Entrevista Roberta.....	184
G – Entrevista Olga.....	188
ANEXOS	191
A – Autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Maringá-PR.....	192
B – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos – COPEP	193
C – Parecer favorável do Comitê de Ética – UEM.....	194

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como intuito apresentar uma pesquisa realizada que envolveu investigações bibliográfica e de campo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação da prof.^a Dra. Sonia Mari Shima Barroco. O referido programa tem como área de concentração *Constituição do Sujeito e Historicidade* e vincula-se à linha de pesquisa *Desenvolvimento Humano e Processos Educativos*, que consiste em analisar as contribuições da Psicologia para a explicação do desenvolvimento humano por meio da escolarização e dos processos educativos mais amplos, considerando a transformação das práticas sociais no contexto histórico.

O tema eleito trata do uso abusivo e tráfico de drogas por população em idade escolar e busca responder a uma questão central: como a Psicologia pode contribuir para uma melhor compreensão desse fenômeno, sob a perspectiva Histórico-Cultural, e para o enfrentamento a esse problema. Ante o problema central, delimitam-se três grandes questões e encaminhamentos de pesquisa: a) recuperação do já realizado, identificando quais concepções e alternativas as publicações dos últimos dez anos apresentam para o enfrentamento das drogas na escola; b) conhecimento de como jovens usuários ou ex-usuários de drogas, em idade escolar, compreendem o processo de escolarização vivenciado e as atitudes da escola frente aos escolares que fazem uso de substâncias psicoativas; c) levantamento sobre que atendimento pode ser dispensado aos estudantes que fazem uso abusivo de drogas.

A nossa justificativa pessoal com o tema de drogas na escola teve início durante o estágio supervisionado em educação no ano de 2014, durante a graduação de Psicologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Observamos, durante o processo, que a polícia militar é constantemente requisitada no espaço escolar para lidar principalmente com as drogas, seja pelo uso indevido nas dependências escolares, seja pela sua comercialização. O que nos levou a concluir que a escola não estava preparada para “solucionar” essa questão se não por meio do apelo à polícia. Ainda no estágio, durante uma intervenção com estudantes do ensino médio, ao tratar do assunto de drogas, os mesmos relataram casos de expulsão de alunos que fizeram uso de substâncias psicoativas dentro da escola e também nos arredores. Frente a essas reflexões, elaboramos a indagação de quais seriam as contribuições da Psicologia para o enfrentamento do problema das drogas na escola de forma a não reiterar a prática de culpabilizar ou punir os indivíduos envolvidos nesse fenômeno.

Como **justificativa** social do presente projeto, nos guiamos pelos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) no ano de 2012: em comparação à pesquisa realizada

em 2009, o percentual de jovens que já fizeram uso de drogas ilícitas subiu de 8,7% para 9,9%, sendo que o público pesquisado são de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental com idade entre 13 e 15 anos nas 26 capitais brasileiras e Distrito Federal (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2012). A relação de drogas com a escola não se trata, portanto, de um caso isolado, mas a reprodução de um fenômeno presente na sociedade e na realidade das escolas de forma geral.

Consideramos, também, que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) descreve que o Psicólogo:

Atua no âmbito da educação, nas instituições formais ou informais. Colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre às dimensões política, econômica, social e cultural. Realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino. (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1992, s/p).

E levando em conta que a escola constantemente requisita à Psicologia para lidar com conflitos na escola, é atribuição dessa profissão o conhecimento dos fenômenos com os quais se depara para a intervenção e transformação do contexto em que se atua. Essa tarefa está em consonância com os objetivos da citada linha de pesquisa do PPI, *Desenvolvimento Humano e Processos Educativos*, da qual o presente projeto também é integrante.

A perspectiva teórica adotada, a Psicologia Histórico-Cultural (PHC), em seus fundamentos teórico-metodológicos tem como esforço contínuo a desnaturalização de fenômenos, isto é, a apreensão e compreensão dos mesmos sob os crivos do marxismo, o que implica em se reconhecê-los como históricos, constituídos e reproduzidos dialeticamente e atrelados à materialidade da vida social. Por esse caminho teórico e metodológico, a Psicologia pode contribuir para a não culpabilização de certos indivíduos por “contas que não são só suas”. Entendemos que, diante dos dados apresentados, é urgente que se indague pela contribuição dessa teoria para a desnaturalização da visão comum que se tem do problema, o uso de drogas na escola, e a discussão de proposições no âmbito da Psicologia Escolar/Educacional.

Como parte da análise de tal fenômeno, é preciso ter em vista que a questão das drogas na sociedade está relacionada com a violência, à medida que parte das drogas, tais como maconha, cocaína e crack, definidas mais adiante, são ilícitas e a sua comercialização é realizada por meio do tráfico. O tráfico e a ilegalidade das drogas, por sua vez, engendra violência devido ao “acerto de contas” na resolução dos problemas decorrentes desse comércio, como analisaremos no decorrer do trabalho. Assim, como mostra Abramovay (2002), o

consumo de drogas não necessariamente está associado à violência, mas o tráfico está e pode afetar, inclusive, quem não se envolve diretamente com o consumo de substâncias. Tanto o tráfico pode se fazer presente na escola, quanto os estudantes envolvidos direta ou indiretamente com ele podem vivenciar condições violentas. Por esse motivo, o presente trabalho é vinculado ao Projeto interinstitucional *Alternativas para enfrentamento da violência na educação básica: uma demanda à psicologia escolar* (2012-2017), que vincula a UEM, UNIR (Universidade Federal de Rondônia) e UFPR (Universidade Federal do Paraná) com os objetivos de identificar contribuições teórico-metodológicas para o enfrentamento da violência nas escolas e instrumentalizar professores para compreensão e intervenção em situações em violência. Portanto, a pesquisa a ser realizada nessa dissertação de mestrado pode contribuir para o projeto somando o conhecimento sobre o fenômeno de drogas e sua relação com a violência escolar.

Ante o exposto, delineamos como **objetivo geral** compreender o fenômeno do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto, elegemos como **objetivos específicos**: a) investigar o que dizem as publicações científicas a respeito da prevenção e estratégias direcionadas ao uso de drogas na escola; b) analisar as definições científicas atuais para as drogas e investigar a presença dessas substâncias na história da humanidade; c) discorrer acerca da violência produzida no modo de produção capitalista em relação com o a questão das drogas e o comércio destas com o fetiche da mercadoria no capitalismo; d) conhecer o que adolescentes envolvidos com drogas, em idade escolar, apontam sobre as medidas utilizadas pela escola para lidar com o processo de uso abusivo e tráfico de drogas a partir da vivência dos mesmos; e) identificar elementos nas vivências dos adolescentes que auxiliem para contribuições da Psicologia Escolar, sob perspectiva Histórico-Cultural, no que tange ao fenômeno de drogas na escola. Como **hipóteses** de trabalho, elencamos que a escola e a formulação das políticas públicas não levam em consideração a vivência¹ dos indivíduos que fazem uso abusivo de drogas, cuja incidência tem sido crescente e que as medidas/estratégias que visam a solução do problema primam pelo caráter punitivo-individualizante, não sendo adequadas ao atendimento necessário dos indivíduos envolvidos.

Temos como **pressupostos** o aporte teórico-metodológico da Psicologia Histórico-Cultural, que considera o humano como um ser social, síntese de múltiplas determinações histórico-sociais, e a necessidade de apreensão da realidade no seu movimento dialético, na intervinculação entre forma e conteúdo dos fenômenos. E com base no previsto para a atuação junto a Psicologia Escolar e nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, compreendemos

¹ Trataremos do conceito de vivência para a Psicologia Histórico- Cultural no decorrer da dissertação.

que o enfrentamento do uso abusivo de drogas deve ter caráter de acolhimento para os usuários e estudantes vítimas e agentes da violência relacionada ao tráfico.

O desenvolvimento da pesquisa, orientada pelos objetivos delineados, foi realizada por meio de investigações bibliográfica e de campo. Ambas têm como função auxiliar no propósito de refletir sobre as contribuições da Psicologia Escolar sob a perspectiva Histórico-Cultural para o entendimento e o atendimento ao uso abusivo de drogas na escola. Para tal, foram determinadas as seguintes etapas de trabalho:

- a) Pesquisa bibliográfica: foi realizada com o intuito de explorar as concepções, medidas de prevenção e combate às drogas na escola a partir de pesquisa bibliográfica. Com base em consulta na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que regulamenta os descritores em Psicologia, a pesquisa foi realizada com as palavras: *drogas e Psicologia Histórico-Cultural; drogas e Psicologia; prevenção do abuso de drogas e Psicologia; abuso de drogas e escola; Psicologia escolar e abuso de drogas; drogas e estudantes*, combinando-as nas ferramentas de busca. Tivemos como critérios de seleção as publicações no Brasil nos últimos dez anos (2005-2015) e que se relacionaram com a prevenção do uso abusivo de drogas e/ou com o fenômeno no contexto escolar. O período escolhido para seleção das publicações baseia-se nas edições da PeNSE, pesquisa utilizada como referência para analisar índices de uso de drogas na escola. Sua primeira edição data de 2009 e, por esse motivo, consideramos relevantes as publicações dos últimos dez anos. As bases de dados utilizadas são a Scielo, Pepsic, Banco de Teses da Capes e Google Acadêmico.
- b) Pesquisa de campo: desenvolvida para investigar, a partir de entrevistas com usuários em idade escolar de que forma a escola lida ou lidou com o processo de uso abusivo de drogas de acordo com as perspectivas dos próprios alunos. Essa investigação teve como objetivo identificar elementos nessas vivências que auxiliem para contribuições da Psicologia Escolar, sob perspectiva Histórico-Cultural, no que tange ao fenômeno de drogas na escola.

Para tanto, a escolha do público-alvo apresenta alguns critérios. Primeiramente, os usuários precisavam ter idade escolar, porque se trata de um estudo da prática vigente da escola, já que seria ineficaz uma análise que considerasse a dinâmica da escola no passado, sendo a finalidade da pesquisa a discussão de contribuições atuais para uma dinâmica escolar dos dias atuais, quando têm crescido os índices de uso abusivo de drogas. Refletimos, entretanto, que essa pesquisa não poderia ocorrer dentro da escola, já que os entrevistados poderiam não se sentir à vontade de relatarem suas vivências sobre a instituição. Considerando que a escola, em

sua maioria, adota medidas punitivas com os alunos que fazem uso abusivo de drogas, entendemos que eles poderiam se negar a participar da entrevista, receosos com as medidas que escola poderia tomar, ou encontraríamos dificuldades em identificar os estudantes que apresentem esse critério por depender que eles assumam sua condição para nós, pesquisadoras, e para a própria escola.

Ante o exposto, compreendemos que o melhor local a ser selecionado o público alvo é no CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial – infantil), serviço de saúde que atende jovens, dentre outras demandas, que fazem uso abusivo de drogas e encontram-se em idade escolar (até os dezoito anos). Por se tratar de um serviço de saúde, com vistas na promoção da saúde, poderia ser um espaço mais acolhedor para a realização das entrevistas, considerando as especificidades dos usuários abusivos de drogas, além de não se tratar da instituição a ser analisada, o que pode propiciar maior liberdade nos relatos do público alvo. Uma ponderação sobre o serviço é a de que nem todos os jovens que fazem uso abusivo de drogas, embora em idade escolar, frequentam a escola – há uma tendência à evasão. Ainda assim, consideramos que as vivências desses indivíduos em relação à escola podem contribuir para o objetivo da pesquisa, pois a evasão pode se relacionar, de alguma forma, com o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Dessa forma, realizamos a pesquisa no município de Maringá-PR, local onde também o mestrado desenvolveu-se. Esse município, com população de 400 mil habitantes, contém apenas um CAPSi, onde há a possibilidade de realização da pesquisa, pois o público atende aos critérios estipulados. Dentre os critérios não impomos limites para idade, desde que se encaixe no período que os jovens frequentam a educação básica, nem preferimos um gênero em especial. Para a realização das entrevistas, por se tratar de jovens menores, foi necessária a autorização prévia de um responsável por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para compor o grupo de participantes, o contato com os responsáveis foi mediado pelos profissionais do serviço, que se propuseram a divulgar a pesquisa entre os indivíduos que atendem aos critérios do público alvo e agendar as entrevistas conforme o horário que os adolescentes frequentam o serviço. Com o adendo de que a participação seria voluntária, e tanto o responsável quanto o jovem poderiam se recusar ou desistir a qualquer momento de participarem da pesquisa.

O instrumento escolhido para a pesquisa foi a *entrevista não estruturada focalizada*. De acordo com Marconi e Lakatos (2006), esse tipo de entrevista confere liberdade ao pesquisador para desenvolver cada situação em qualquer direção como uma forma de explorar mais amplamente um assunto ou temática. Nesse formato, as perguntas são abertas e podem ser respondidas em uma conversação menos formal e mais adaptável às características apresentadas

pelo entrevistado no momento. A entrevista não estruturada focalizada, segundo as autoras, apresenta um roteiro relativo ao problema a ser investigado, mas sem seguir, a rigor, uma estrutura formal.

Considerando o público a ser entrevistado, é possível que uma entrevista estruturada não suscite o indivíduo a relatar sua experiência, sendo necessária a adaptação das perguntas ou a reformulação delas dependendo do caso. Essa conclusão resulta da experiência de estágio em CAPS ad², em que, nos acolhimentos³ realizados, cada usuário demandava uma entrevista diferente, embora seguindo um mesmo roteiro com a finalidade de estabelecer a relação mais apropriada para cada caso e obter as informações necessárias. Assim, definimos esse tipo de entrevista como a mais apropriada para a população alvo.

- c) Concluídas as etapas de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, a última etapa consistiu na análise, a partir dos dados obtidos, das possíveis contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o entendimento do fenômeno de drogas na escola, e para possíveis práticas de atuação do Psicólogo Escolar frente a essa demanda.

Diante dos objetivos e da metodologia proposta, dividimos a dissertação em quatro seções, organizadas da seguinte forma:

A primeira seção, intitulada “*Drogas na escola: as concepções hegemônicas e possibilidades de compreensão do fenômeno*”, tem como objetivo principal analisar as publicações referentes à pesquisa bibliográfica segundo os critérios já expostos. O intuito da análise é tomar conhecimento das concepções produzidas academicamente a respeito das drogas na escola, que são consideradas como ponto de partida das nossas contribuições para o tema.

A segunda seção tem como título “*Drogas: sua determinação histórica e social*”, em que realizamos um histórico da utilização de substâncias psicoativas na humanidade, tendo em vista a importância que a perspectiva do materialismo histórico-dialético destina ao estudo da história de um fenômeno para compreender suas determinações. Ante isso, resgatamos a definição de drogas e substâncias psicoativas, apontando quais são os elementos que integram essas definições. E discorreremos a respeito da política de drogas atual, no Brasil e

² Centro de Atenção Psicossocial – álcool e drogas, dispositivo da rede de saúde mental com equipes multiprofissionais, substitutiva aos manicômios, que tem como objetivo acolher os indivíduos em uso abusivo de drogas. Na última seção da dissertação, em que tratamos da pesquisa de campo, expomos mais a respeito.

³ Os acolhimentos representam o primeiro contato dos usuários com o serviço de saúde. É uma entrevista normalmente realizada por um profissional da equipe multiprofissional com o objetivo de entender as demandas do usuário, explicar o funcionamento do serviço e elaborar o Plano Terapêutico Singular (PTS), que estabelece os dias e a forma de tratamento do usuário naquele serviço. A partir das demandas também é avaliado se o caso é passível de tratamento naquele serviço ou se deve ser encaminhado para uma Unidade Básica de Saúde ou CAPS III (com leitos para internação).

internacionalmente, formuladas com base no proibicionismo e levada a cabo pela “Guerra às Drogas”.

A terceira seção é intitulada “*Drogas, violência e criminalização da pobreza na sociedade da mercadoria*”, cujos objetivos são explorados a partir das estruturas do modo de produção capitalista. São eles: relacionar o uso e comércio de drogas com a violência produzida na sociedade, em particular, à criminalização da pobreza e suas raízes; e analisar o tráfico, de acordo com os pressupostos marxistas, a partir da categoria de mercadoria, que se faz fundamental no funcionamento do capitalismo e mercantiliza as produções humanas.

A quarta seção tem o título “*Pesquisa de campo: a totalidade expressa na singularidade de usuários do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi)*”. Nela, abordamos as entrevistas realizadas com adolescentes, buscando desenvolver contribuições da Psicologia Histórico-Cultural e Psicologia Escolar para o fenômeno do uso de drogas na escola, a partir da vivência dos jovens e levando em consideração as determinações analisadas nas seções anteriores. A respeito da Psicologia Histórico-Cultural, utilizamos as contribuições dos teóricos dessa abordagem no que tange ao desenvolvimento humano, à adolescência e ao conceito de vivência.

Por fim, mediante o que foi possível avançar no tema e o que ainda pode ser desenvolvido, encerraremos com as *Considerações Finais*, as referências bibliográficas que embasarão a produção do trabalho e os anexos de materiais relevantes, tais como as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

2. DROGAS NA ESCOLA: AS CONCEPÇÕES HEGEMÔNICAS E POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DO FENÔMENO

A nossa experiência em Psicologia Escolar, conforme expusemos na Introdução, revela que a droga tem se tornado comum no espaço escolar, configurando-se como um problema para os próprios estudantes e profissionais da educação, inclusive o psicólogo. É muito recorrente que o assunto sobre drogas suscite uma série de concepções que nos apropriamos pelos significados construídos historicamente na sociedade, divulgados pela mídia em geral, pela própria escola e por outras agências ou instituições que são frequentemente acessadas pela população. Concepções essas que reproduzimos como senso comum, ou seja, concepções que são comungadas, mas que não se apoiam em uma base científica reconhecida e aprofundada que explique o fenômeno. De certa forma, essas concepções refletem na maneira como lidamos com a ocorrência das drogas na sociedade; por exemplo, concebe-se como droga somente as substâncias que são ilícitas, ou uma relação de dependência apenas quando o indivíduo é marginalizado na sociedade. Por isso, antes de qualquer teorização a respeito de drogas, é necessário compreender a fundo a sua definição e problematizar algumas concepções que se expandem a respeito delas, mas que nem por isso são suficientemente compreendidas, sendo um fenômeno que ainda demanda muito estudo.

Importante ressaltar que, quando tratamos de drogas nessa dissertação, considerando o vasto campo de significados que essa palavra pode suscitar⁴, referimo-nos às substâncias psicoativas que apresentam maior incidência em escolares, conforme a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE, 2012) nos apresenta e com base nas principais substâncias citadas nas publicações encontradas (as quais citaremos nessa seção), sendo álcool, cigarro, maconha e cocaína aquelas que aparecem com maior frequência. Ao considerarmos tais substâncias, podemos observar que não há uma delimitação entre lícitas e ilícitas, já que o comércio do álcool é legalizado. Diante das diversas classificações a respeito de drogas que envolve a licitude e seus efeitos no organismo, discorreremos a respeito de tais definições mais adiante no trabalho.

Mediante os pressupostos da linha teórica adotada para guiar a produção dessa dissertação, a Psicologia Histórico Cultural (PHC), é necessário o estudo das determinações que constituem a essência dos fenômenos, que os mesmos não sejam apreendidos apenas na aparência, no aspecto fenomênico como se apresentam. Nessa direção, conforme afirma

⁴ Definiremos o que são drogas, em seus aspectos científicos, na seção seguinte.

Martins (s/d), para o materialismo histórico-dialético, aporte teórico-metodológico da Psicologia Histórico-Cultural, o que é imediatamente perceptível, desenvolve-se na superfície da essência do próprio fenômeno. Por essa perspectiva, temos como uma das preocupações do estudo compreender o fenômeno das drogas na escola, buscando desnaturalizar a sua manifestação imediata e o dualismo individual/social no movimento dialético da realidade. “As leis da lógica dialética são exatamente as leis que dirigem o movimento objetivo da realidade transformadas em leis do pensamento e que se nos apresentam através de conceitos de máxima generalidade” (Oliveira, 2005, p. 14). Para tanto, devem ser superadas as análises individuais e puramente descritivas do fenômeno, o que segundo Martins (s/d) pode ser compreendido como um fetiche pela empiria, empregado pelas pesquisas que se denominam como qualitativas.

Diante do exposto, é importante partir das concepções produzidas e reproduzidas a respeito do tema, quais as propostas de enfrentamento e, a partir dessas concepções, identificar possíveis contribuições da Psicologia sob a perspectiva Histórico-Cultural, tanto para a compreensão do fenômeno, quanto para seu enfrentamento. Dessa forma, o objetivo da presente seção é o de expor o levantamento de publicações no Brasil a respeito do entendimento hegemônico sobre drogas na escola, prevenção e estratégias direcionadas ao fenômeno no âmbito escolar, compreendendo o contexto de estudos sobre o tema.

2.1. O que dizem as produções científicas

A presença das drogas na escola não é uma surpresa, mas, ao contrário, um fator cotidiano para quem frequenta o contexto escolar. Como observamos no Estágio Supervisionado em Educação durante a graduação do curso de Psicologia em 2014, as drogas geram incômodos e problemas à direção da escola, sendo resolvidas, por vezes, pela polícia militar. Entendemos que não é uma situação enfrentada apenas na escola e na cidade em que o estágio supervisionado em Educação no curso de Psicologia (UFPR- Curitiba-PR) foi realizado, tanto que essa questão suscitou a formulação de políticas públicas nacionais de prevenção e enfrentamento às drogas na escola, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). O PROERD⁵ é um programa aplicado nas escolas públicas, adaptado da versão americana Drug Abuse Resistance Education (Programa Educacional de Resistência às

⁵ O PROERD é desenvolvido no Brasil por policiais militares desde 1993. Atualmente o Programa incide em estudantes do ensino fundamental (5º e 7º anos) de escolas públicas e particulares. O curso tem duração de cerca de quatro meses com frequência de uma vez por semana. Também pode ser ministrado a pais e responsáveis. O curso é conduzido dentro das escolas. Mais informações podem ser encontradas no site do PROERD: www.proerdbrasil.com.br.

Drogas e à Violência), que foi implantado no Brasil em 1993 pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Além de políticas públicas, pesquisas também mostram essa temática nacionalmente, como a PeNSE, que tem como objetivo investigar os fatores de risco e a proteção à saúde dos adolescentes junto aos jovens do 9º ano do ensino fundamental no País, abrangendo as idades entre 13 a 15 anos e abrangendo as 26 capitais e o Distrito Federal. Nas duas edições dessa pesquisa, a primeira em 2009 e a última em 2012, um dos fatores de risco pesquisados foi *Cigarro, álcool e outras drogas*, conforme o título destinado pela própria pesquisa. Além do dado já citado na Introdução, de que houve um aumento de 1% de estudantes que experimentaram alguma droga ilícita no intervalo das duas edições, foi constatado que, em 2012, nacionalmente uma média de 22,3% dos estudantes já experimentaram cigarro, 50,3% experimentaram álcool e 7,3% fizeram uso de alguma droga ilícita. Esses índices aparecem mais elevados no VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras. Tal levantamento foi realizado em 2010 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), vinculado à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e contou com cerca de 50.000 estudantes do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Nessa amostra, destacou-se que 25,5% dos estudantes declararam ter usado algum tipo de droga na vida – com exceção de álcool e tabaco, em que os números são mais elevados (CEBRID, 2010). Ou seja, de cada 100 alunos em sala de aula, 25 já fizeram uso de drogas ilícitas.

Tais dados que evidenciam essa problemática e políticas públicas como o PROERD, que intentam enfrentar esse fenômeno na escola, mostram que *o tema de drogas na escola já foi identificado como um assunto urgente a ser tratado e debatido*. Mas qual o encaminhamento dado diante de tal problema? Com o intuito de conhecer as perspectivas elaboradas a respeito das medidas de prevenção e enfrentamento às drogas na escola, e os impactos desse fenômeno para o processo de escolarização, realizamos uma pesquisa bibliográfica.

A respeito dos aspectos metodológicos, efetuamos a pesquisa contando com um levantamento nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nos *Periódicos Eletrônicos em Psicologia* (Pepsic), por indexarem importantes periódicos acadêmicos. Também no *Banco de Teses da CAPES*, que reúne as produções no nível de pós-graduação e no *Google Acadêmico*, instrumento com capacidade de realizar um apanhado geral das produções acadêmicas. A pesquisa deu-se na língua portuguesa e, com base em consulta à

Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que regulamenta os descritores em Psicologia, definimos as seguintes palavras-chave compostas:

- a) *drogas e Psicologia Histórico-Cultural*;
- b) *drogas e Psicologia*;
- c) *prevenção do abuso de drogas e Psicologia*;
- d) *abuso de drogas e escola*;
- e) *Psicologia escolar e abuso de drogas*;
- f) *drogas e estudantes*.

A primeira etapa da investigação bibliográfica consistiu em levantar, nas bases de dados escolhidas, por meio das respectivas palavras-chave elencadas, as produções que se relacionassem ao nosso interesse. Os critérios para escolha das produções pesquisadas correspondem às publicações no Brasil no período de 2005 a 2015, pois elencamos como referência a proximidade cronológica com as edições da PeNSE (2009-2012). Por esse motivo, consideramos relevantes as publicações dos últimos dez anos, bem como as produções que tratassem o tema de drogas na escola, sem restrição ao campo da Psicologia, incluindo publicações sobre os impactos desse fenômeno no processo de escolarização. Essa etapa da pesquisa bibliográfica ocorreu no intervalo de Novembro de 2015 a Fevereiro de 2016.

Na ferramenta de busca do *Google Acadêmico*, o método de escolha das produções se diferenciou das demais base de dados, porque inicialmente ela acusou uma média de 14.000 resultados para cada palavra-chave composta pesquisada, exceto na busca com as palavras *drogas e Psicologia Histórico-Cultural*, que obteve 4.540 resultados. Ante tamanha captura, optamos por realizar a pesquisa no *Google Acadêmico* com essa palavra-chave apenas, porque entendemos que essa opção filtrou melhor os resultados, enquanto que com as demais palavras os resultados se distanciavam muito do tema pesquisado. Alguns artigos encontrados no *Google Acadêmico* não estavam disponíveis, apenas o link era visível e foram, então, descartados.

Situação parecida ocorreu com o levantamento junto ao Banco de Teses da CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br>) com a palavra-chave *abuso de drogas e escola*, em que foram encontrados 8.514 materiais, todavia, eles se distanciavam muito do tema proposto. Optamos, então, por descartar a seleção com essa palavra-chave. Nas outras bases de dados foram utilizadas todas as palavras-chaves, sendo que apenas com a palavra *Psicologia escolar e abuso de drogas* não foram encontrados resultados em nenhuma base de dados.

Na ferramenta do *Google Acadêmico*, as produções foram filtradas inicialmente pelo título, já que muitas delas apresentavam temas muito destoantes dos critérios propostos por nós

e um número muito elevado de materiais, enquanto, nas demais, foi possível selecionar os materiais por meio da leitura dos resumos, exceto quando o título da produção já demonstrava que os mesmos não condiziam com os objetivos da nossa pesquisa. Como exemplo, destacamos que várias publicações sobre a Síndrome da Imunodeficiência adquirida (AIDS) e gravidez na adolescência apareceram no levantamento, sendo descartados sem a leitura dos resumos para posterior seleção para estudos. Uma única tese de doutorado foi selecionada, porém não foi analisada, pois não se encontrou disponível para acesso por meio do Banco de Teses, nem por pesquisa em outras bases de dados, ainda que a sua leitura pudesse contribuir para nosso trabalho, visto que se tratava da vulnerabilidade na adolescência para o uso de drogas no contexto do ensino público. No site do Banco de Teses da CAPES, há o informe de que são disponibilizados apenas os documentos originários da Plataforma Sucupira, que datam de 2013 a 2016. Como a referida tese foi publicada em 2011, o acesso a ela é impossibilitado pelo site. Tal tese também não foi encontrada no endereço eletrônico do Programa de Pós-Graduação do qual o trabalho é proveniente, em que só estão disponíveis os trabalhos datados a partir de 2013. Ao fim desta etapa de levantamento e seleção, foi encontrado e selecionado o seguinte montante de materiais:

Quadro 1 – Materiais encontrados na pesquisa bibliográfica

Palavras-chave compostas	Base de busca	Nº de materiais encontrados	Nº de materiais selecionados
Drogas e Psicologia Histórico-Cultural	Google Acadêmico	4.540	14
Drogas e Psicologia Histórico-Cultural	SciELO	0	0
Drogas e Psicologia Histórico-Cultural	Pepsic	0	0
Drogas e Psicologia Histórico-Cultural	Banco de Teses da CAPES	171	0
Drogas e Psicologia	SciELO	151	6
Drogas e Psicologia	Pepsic	52	0
Drogas e Psicologia	Banco de Teses da CAPES	171	0
Prevenção do abuso de drogas e Psicologia	SciELO	0	0
Prevenção do abuso de drogas e Psicologia	Pepsic	0	0
Prevenção do abuso de drogas e Psicologia	Banco de Teses da CAPES	73	0
Abuso de drogas e escola	SciELO	9	1
Abuso de drogas e escola	Pepsic	1	0
Abuso de drogas e escola	Banco de Teses da CAPES	8514	0
Psicologia escolar e abuso de drogas	SciELO	0	0
Psicologia escolar e abuso de drogas	Pepsic	0	0
Psicologia escolar e abuso de drogas	Banco de Teses da CAPES	0	0
Drogas e estudantes	SciELO	215	15
Drogas e estudantes	Pepsic	29	4
Drogas e estudantes	Banco de Teses da CAPES	2146	4
TOTAL		16072	44 produções

Fonte: Autoria própria.

Na segunda etapa da pesquisa bibliográfica, as produções selecionadas foram todas lidas na íntegra e organizadas conforme assuntos, a fim de facilitar a análise das mesmas. Devido à integração das bases de dados, alguns materiais se repetiram e ao fim do levantamento consideramos apenas uma versão de cada publicação.

Ao fim dessa etapa, pudemos sistematizar as publicações conforme os assuntos ou natureza das publicações, como expomos no quadro a seguir.

Quadro 2 – Classificação das produções conforme temáticas principais

Assunto ou natureza da pesquisa	Nº de artigos	Nº de dissertações	Nº de teses
Pesquisas quantitativas e de fatores associados ao consumo de drogas na escola	16	3	1
Pesquisas relacionadas ao ponto de vista dos educadores e dos estudantes acerca do problema de drogas na escola	7	0	0
Produções que realizam avaliações das medidas preventivas já existentes ou propostas de prevenção e enfrentamento às drogas na escola	10	1	0
Produções que apresentaram perspectiva histórico-cultural na análise do fenômeno de drogas na escola	3	0	0
Produções que relacionam o uso de drogas com o desenvolvimento escolar	2	0	0
TOTAL: 43 produções	38	4	1

Fonte: Autoria própria.

Os assuntos ou natureza da pesquisa foram organizados conforme o foco que as produções destinam ao tema de drogas na escola e de maneira que fosse possível identificar os elementos comuns analisados nas produções para, então, realizar uma análise geral do que hegemonicamente tratam os materiais sobre o fenômeno de drogas na escola. Isso não implica que os materiais divididos na classificação tratem apenas do assunto para os quais foram destinados, e sim que o foco da pesquisa se relaciona com o assunto correspondente. Assim, organizamos os trabalhos de forma que cada um deles se encaixe em apenas um assunto, mesmo que no decorrer da pesquisa os demais assuntos sejam abordados de forma secundária.

Conjuntamente às análises, fomos elaborando as sínteses por meio de um levantamento das explicações mais comuns nas publicações, e com o intuito de exemplificar as elaborações, traremos citações dos trabalhos pesquisados. Justificamos que a ausência de paginação nas citações é decorrente da falta dela no documento original. Reiteramos que algumas análises presentes nas publicações não serão contempladas nesse trabalho pela impossibilidade de realizarmos uma investigação minuciosa de categorias que poderiam ser contempladas e aplicadas à cada produção; contudo, comprometemo-nos em trazer aquilo que é preponderante em cada uma delas e que serve como base para iniciarmos nossa exploração a respeito do tema.

Independente da categoria em que se encaixam, todas as produções tratam do consumo de drogas na escola entre estudantes que se encontram na fase do desenvolvimento da adolescência. Dessa forma, a maioria das publicações apresenta uma justificativa para a incidência do consumo de drogas nessa faixa etária, considerando como pressuposto que esse é o momento mais propício da vida para experimentação de drogas. Diante da frequência com que o tema é abordado, consideramos necessário apresentar as concepções reproduzidas pelas publicações e indicar de que forma a abordagem teórica adotada nesse trabalho, a Psicologia Histórico-Cultural, considera esse período do desenvolvimento. Entretanto, realizaremos essa discussão aliada à análise do público alvo de nossa pesquisa, a ser desenvolvida na última seção dessa dissertação. Justificamos a necessidade de indicar aqui esse assunto, para demarcar que nossas análises posteriores relacionam-se com demandas dessa seção, mas pela coesão do texto optamos por desenvolvê-las adiante.

Dessa forma, na subseção seguinte trataremos das pesquisas desenvolvidas pelas publicações selecionadas, seguindo a ordem de classificação que realizamos com base nos assuntos principais e que apresentamos no Quadro 2, deixando as concepções hegemônicas sobre a adolescência para a última seção da dissertação.

2.1.2 Os principais assuntos abordados sobre o tema de drogas na escola segundo as publicações científicas

Conforme a metodologia da pesquisa bibliográfica exposta anteriormente, classificamos os principais temas abordados pelas produções científicas pesquisadas, resultantes em cinco temáticas principais como exposto no Quadro 2. Neste subitem, analisaremos as publicações, seguindo a ordem de classificação das temáticas com a finalidade de conhecer a natureza dos assuntos abordados pelas produções.

A primeira temática diz respeito às ***pesquisas quantitativas e de fatores associados ao consumo de drogas na escola***. Tendo como principal explicação do fenômeno a vulnerabilidade dos adolescentes para a experimentação de drogas, o objetivo principal desses materiais é quantificar, em determinada população, os alunos que fazem ou já fizeram uso de alguma droga, lícita ou ilícita (10 artigos e 1 dissertação), enquanto o restante das produções dessa classificação se dedicam a estudar os fatores que levam os estudantes ao uso de drogas (6 artigos e 2 dissertações). Para ambos os objetivos, a metodologia das produções é realizada por meio de questionários autoaplicáveis; das 19 produções dessa categoria, 13 utilizaram questionários, com destaque para o AUDIT (Teste de Identificação de Distúrbio de Uso do Álcool) que foi utilizado em mais da metade dessas produções. Conforme Moraes (2011), o

AUDIT e outros instrumentos de triagem visam estabelecer uma rápida avaliação de possíveis padrões problemáticos no uso do álcool a fim de apontar a necessidade de intervenções em saúde. Invariavelmente, as produções que se propuseram a quantificar os estudantes usuários de drogas trouxeram discussões sobre os fatores associados a esse fenômeno (conforme exporemos) mesmo que não fosse o objetivo da pesquisa, e isso se deve, provavelmente, ao instrumento do AUDIT que permite inferir quais são esses fatores.

O que observamos em comum nas produções agrupadas nesse assunto é a preocupação com o uso excessivo de álcool por parte dos estudantes, sendo a droga com maior índice de experimentação, consumo regular e abusivo, presente em todas as produções que incluíram o álcool como droga, já que três artigos (Pratta & Santos, 2006; Silva, Pavani, Moraes & Neto, 2007; Sengik & Scortegagna, 2008) excetuaram o álcool de suas pesquisas. Os índices em relação a essa droga condizem com os números publicados por pesquisas como a PeNSE, que apontam uma porcentagem maior para o álcool na população estudantil (50%) se comparado a drogas ilícitas (7,3%). Diante dessa constatação, foram tecidas explicações e hipóteses sobre os índices referentes ao álcool, ainda que os materiais não realizem todos as mesmas análises, os fatores explicativos se repetem nas produções.

Uma concepção observada nas produções considera o álcool, juntamente com o tabaco, “porta de entrada” para outras drogas (Rodrigues, Viegas, Gomes, Morais & Zakir, 2009, Santos, 2012, Giacomozzi, Itokasu, Luzardo, Figueiredo & Vieira, 2012, Backes, Zanatta, Costenaro, Rangel, Vidal, Krueel & Mattos, 2014). Tal conclusão deriva da evidência de que os estudantes que já experimentaram alguma droga ilícita, já faziam anteriormente uso regular ou abusivo de álcool e tabaco. As produções afirmam que após o uso dessas drogas lícitas, o próximo passo é o uso da maconha – droga ilícita com maior índice de uso nas pesquisas -, e, então, partir para o consumo de drogas ilícitas mais danosas. Apesar de as publicações situarem como problemático o uso de drogas ilícitas, em grande parte delas são priorizadas as descrições das consequências advindas do uso abusivo de álcool, como os acidentes de trânsito, agressividade e facilitador de abuso sexual. As consequências das demais drogas não são descritas, salvo o tabaco, em que são apontados os danos à saúde.

Outro fator explicativo desenvolvido pelos materiais foi de que o álcool é a droga de mais fácil acesso na sociedade por ser lícita e normalmente consumida entre os amigos e familiares dos estudantes, tanto que um fator de risco para o uso abusivo de drogas, assinalado pelas produções, é o uso de álcool entre os familiares dos adolescentes. Sobre a facilidade do álcool na sociedade, algumas produções problematizam o papel da mídia, que incentiva o consumo por meio de propagandas, como mostram os autores a seguir:

A propaganda do álcool e das drogas entre crianças e jovens ocasiona, dentre outros malefícios, a formação de hábitos e do estímulo ao consumo. Para que tenha-se êxito na redução da prevalência de experimentação e do uso regular do álcool em populações jovens e vulneráveis, o posicionamento da sociedade frente ao álcool deverá evoluir de uma posição passiva e de estímulo, reconhecendo os riscos da exposição precoce e propondo medidas de controle, como, por exemplo, a proibição da propaganda do álcool, em especial da cerveja, tal qual foi obtido na proibição da propaganda do tabaco, o principal instrumento utilizado para o declínio do uso desta droga. (Malta, Mascarenhas, Porto, Duarte, Sardinha, Barreto & Morais, 2011, p. 145).

Diante da constatação sobre a facilidade de acesso ao álcool, as produções se dividem entre a necessidade de apenas proibir as propagandas de álcool ou de torná-lo também uma droga ilícita como propostas de reduzir o consumo. Uma das produções afirma que a licitude das drogas não está relacionada com as propriedades danosas das drogas, já que os maiores problemas advêm do álcool e tabaco, e que a licitude propicia que os indivíduos façam uso dessas substâncias sem nenhum senso crítico. De acordo com a autora, o álcool não é tratado pela mídia como uma droga com suas consequências danosas, mas como uma mercadoria (Silva, 2006). Outro trabalho aponta somente o tabaco como porta de entrada para o uso de drogas ilícitas, já que os estudantes fumantes apresentam mais chances de já terem utilizado substâncias ilícitas ou virem a utilizá-las (Backes et, al., 2014).

Importante ressaltar o recorte de gênero dado em algumas produções, que mostram um aumento do uso de álcool entre as meninas e a maior vulnerabilidade para esse gênero no que tange aos abusos sexuais em caso de embriaguez. Duas produções – Malta et. al, 2011 e Lopes & Rezende, 2014 – apontaram que, entre as meninas, há uma prevalência no uso de medicamentos, com destaque para ansiolíticos e anfetamínicos, ou seja, os medicamentos calmantes e redutores de apetite. O que pode ser explicado pelos padrões de beleza impostos pela sociedade, em especial para as mulheres, que recorrem a fármacos a fim de emagrecer. Essa análise foge ao tema dos nossos objetivos, mas mostra a intrínseca relação entre as condições sociais e o abuso de drogas, além da realidade de que os medicamentos também são drogas e passíveis de abuso.

Como fatores associados e indicadores de risco para o uso de drogas, uma compilação geral de todas as publicações integrantes desta temática trouxeram as seguintes explicações:

- a) as características próprias da adolescência, segundo os postulados das publicações e que já analisamos anteriormente, tais como curiosidade, experimentar novas sensações e a droga como facilitador social na convivência com os demais jovens;

- b) o uso de drogas por parte dos familiares e amigos, principalmente, o uso de álcool, por formarem o círculo social primário dos jovens, e que, portanto, exercem forte influência na formação da personalidade dos mesmos;
- c) relação conflituosa com a família, seja pela separação dos pais, permissividade ou rigidez na educação e distanciamento entre pais e filhos;
- d) estudantes que já trabalham, pois possuem renda própria para compra de drogas, podem sofrer influência de um ambiente de trabalho estressante e/ou conviver com pessoas mais velhas, além de consolidarem mais cedo os papéis sociais de um adulto;
- e) jovens com ansiedade, depressão e baixa-estima, situado por algumas produções como causas e em outras como consequências do uso de drogas;
- f) falta de opções de lazer para os jovens e facilidade no acesso ao tráfico de drogas dentro da comunidade;
- g) uso precoce de álcool e tabaco é indicado como um fator de risco para início do consumo de drogas ilícitas;
- h) propagandas de álcool e a licitude dessa substância.

A ordem dos fatores não está organizada conforme a frequência com que aparecem nas produções, nem são todos os itens que estão presentes em cada trabalho. Mas podemos afirmar que, predominantemente, as explicações culpabilizam a família dos jovens usuários de drogas, seja pelos hábitos de utilizarem alguma droga, pela conformação familiar ou pelas características da educação dadas aos filhos. Uma das produções afirma que é preciso cuidado em não responsabilizar a família do adolescente, visto que existem outros estímulos na sociedade que propiciam o processo do uso de drogas (Silva, 2008). Entretanto, grande parte das publicações condenam a família e a consideram a maior responsável para evitar o uso abusivo de seus filhos em conjunto com a escola.

Carvalho, Lemos, Raimundo, Costa e Cardoso (2007) indicam a prevalência de consumo de drogas em filhos de pais separados. Matos, Carvalho, Costa, Gomes e Santos (2010) destacam, entre os fatores associados ao consumo de álcool pelos escolares, estruturas inerentes à família e à sociedade, tais como “separação dos pais, conflitos com a mãe, presença de pai permissivo, ter sofrido maus tratos, não possuir prática religiosa e ter no domicílio familiar usuário de drogas”. Santos (2012) mostra que as relações conflituosas, autoritárias e permissivas na família, bem como a ausência de normas e limites claros no ambiente familiar, deficiência de diálogo e falta de interesse dos pais pelos filhos são fatores que propiciam o uso de drogas pelos jovens e indica a importância da família para que o jovem não questione as

regras sociais e a moral. A família também é assinalada como uma das principais influências para a iniciação dos escolares na experimentação de drogas, como apresentam os trabalhos de Pratta e Santos (2006), Pavani, Silva, Moraes e Chiaravalloti (2007) e Vieira, Aerts, Freddo, Bittecourt e Monteiro (2008).

Diante de tais constatações, a família estruturada e sem conflitos, com um bom relacionamento entre pais e filhos é considerada pelas publicações como um fator protetor do uso de drogas pelos jovens (Silva, Pavani, Moraes & Chiaravalloti, 2006; Câmara, Tambellini & Cruz, 2010; Giacomozzi et. al, 2012). As produções de Lopes e Rezende (2014) e Souza e Silveira (2007) apontam a importância de um diálogo aberto e ações conjuntas entre escola e família.

É comum, no contexto escolar, que ocorra essa responsabilização da família também para outros fenômenos e geralmente isso ocorre de forma a negligenciar a contribuição da própria escola⁶ ou da estrutura social na qual o fenômeno se desenvolve, como é o caso aqui citado. Embora grande parte das produções discorram sobre a historicidade da presença das drogas na humanidade, as análises enfocam, de forma geral, no indivíduo ou na família, preterindo do processo histórico que culminou nas relações hoje estabelecidas entre os homens e as drogas e que extrapolam o âmbito familiar dos jovens. Conforme Calado e Souza (2014) indicam:

Manifestações como apatia, desinteresse, descumprimento das regras e violência podem ser uma forma de resposta ou um caminho para expressar que alguma coisa não vai bem com a escola e não com o aluno. Mas, diante desse quadro, geralmente os alunos e suas famílias são vistos como culpados, eximindo-se a escola e seus educadores de responsabilidade, ou seja, sem considerar um olhar institucional e estrutural que considere a questão em toda a sua complexidade (Calado & Souza, 2014, p. 130).

A mesma lógica que se ausenta de uma análise social mais profunda ocorre quando o uso de drogas por parte dos jovens é explicado a partir das características ditas próprias da adolescência, como discorremos anteriormente. Os fatores que não estão relacionados com explicações individuais ou sobre a família dos sujeitos são focalizados por pequena parte das produções, que indicam a falta de opções de lazer (Santos, 2012; Filho, Queiros, Medeiros,

⁶ Quando responsabilizamos a escola tentamos mostrar que, enquanto instituição, dentro dela podem ser reproduzidas práticas violentas, que geram conflitos, e que contribuem para o fracasso escolar. Tendo em vista que, comumente, ela pode ser desresponsabilizada nas análises que oportunizam concepções individualizantes dos problemas escolares. Mas entendemos que, assim como as demais instituições, ela atende a interesses da classe dominante, o que propicia a reprodução de tais práticas. Entretanto, entendemos que é possível realizar a crítica com vistas na luta pela democratização da escola e do ensino emancipador. Dessa forma, culpar somente a escola pelo insucesso escolar também é uma perspectiva que se ausenta de uma análise social mais profunda e das demais determinações presentes na sociedade.

Rosso & Souza, 2015), o início da vida adulta (Souza & Silveira, 2007; Santos, 2012) e a presença do tráfico na comunidade (Santos, 2012) (Matos et. al., 2010) como indicadores de risco. Não foram identificadas explicações de cunho biológicos e genéticos, a não ser as menções a transtornos de ansiedade, depressão e baixa-estima como causas de uso abusivo ou consequências do mesmo e que foram consideradas características próprias da personalidade dos indivíduos (Matos, et. al., 2010; Pereira, 2011; Santos, 2012).

Como fatores de proteção à experimentação e abuso de drogas, então, são indicadas a boa dinâmica familiar, como já indicado, e a religião, já que a maioria dos jovens que declararam não terem feito uso de drogas, nas pesquisas realizadas, afirmaram ter uma religião e família estruturada. As publicações não definem qual a conformação de uma família estruturada, além de que estaria relacionado a ausência de conflitos familiares e pais que permanecem casados. A partir disso, consideramos necessários alguns cuidados na concepção de família estruturada, pois essa noção pode reforçar um modelo “tradicional” ou “normal” de família. Ou seja, quando as produções mencionam a ausência de conflitos e a permanência de pais casados como fatores protetores, subentende-se que pais em divórcio geram conflitos, por exemplo. Não é incomum deparar-se com reproduções na sociedade e na escola que consideram como famílias desestruturadas aquelas em que a criança ou adolescente têm apenas a mãe (“mãe solteira”), são cuidados pela avó, têm dois pais ou duas mães, etc. Como se o cuidado dependesse necessariamente de uma figura paterna e uma materna, em que cada integrante tem seu papel social definido para a boa educação dos filhos.

A título de reflexão sobre a importância dessa conformação familiar nos rumos da educação dos jovens, é importante recordarmos que, de acordo com o censo demográfico realizada pelo Instituto... (2010)⁷, as famílias compostas por um casal heterossexual com filhos esteve presente em 49,9% dos lares, enquanto que nos 50,1% restantes a família mostrou ter 19 laços de parentesco diferentes. Ou seja, se levamos em conta que para proteção dos jovens é preciso uma conformação familiar tradicional, mais da metade dos jovens estariam em situação de risco para o abuso de drogas. Isso demonstra a necessidade de estudos que contemplem as novas conformações familiares e as raízes sociais dos conflitos nelas presentes, a fim de não culpabilizar a família por conformações que dizem respeito à orientação sexual, às limitações impostas pela marginalização e pobreza provocados pelo modo de produção capitalista. A conformação familiar e seus conflitos tendem a entrar como “bode expiatório” das consequências produzidas pela realidade social.

⁷ Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>

Os fatores explicativos do uso de drogas por parte dos adolescentes, que expusemos anteriormente, referentes às publicações agrupadas no primeiro assunto, aparecem em grande medida também na segunda classificação de publicações definidas pelo assunto de *pesquisas relacionadas ao ponto de vista dos educadores e dos estudantes acerca do problema de drogas na escola*. Apesar de apresentarem também explicações para o fenômeno, o objetivo predominante dos trabalhos desse grupo foi entrevistar educadores, estudantes e pais de estudantes a respeito do consumo de drogas por escolares.

Nas publicações que objetivaram entrevistar os professores a respeito de sua participação na prevenção de drogas na escola, é unânime a conclusão de que esses profissionais não se encontram preparados para lidar com o fenômeno. Os trabalhos de Ferreira, Sanchez, Ribeiro, Oliveira e Nappo (2010), Nascimento, Avallone e Vitale (2012) e Araldi, Njaine, Oliveira e Ghizoni (2012) apontam a falta de formação dos professores para o assunto, pautada normalmente na apropriação do que a mídia veicula sobre o tema e a reprodução de ideias do senso comum, que culpabilizam o aluno e a família pelo uso de drogas, como grande parte das publicações classificadas na primeira categoria também o fazem. Além de que, conforme tais pesquisas, os professores se ausentam da responsabilidade de participarem dos programas de prevenção ou informação sobre drogas que são ministrados aos estudantes e consideram que esse papel cabe a outros profissionais, especialistas no tema. Outro empecilho, informado pelos próprios professores aos pesquisadores, é o medo de represálias por parte do tráfico de drogas caso o tema seja tratado na escola, quando a comunidade na qual a escola está inserida é permeada por esse comércio ilegal. E se considerar o controle que o tráfico detém em algumas comunidades, como a entrada e saída de pessoas, o fechamento do comércio local ou a liberdade para invadir as casas dos moradores, assim como faz a polícia militar também, o medo reproduzido pelos professores tem sua base material. A vulnerabilidade das comunidades nas quais impera o tráfico de drogas e a intervenção militar também reflete na escola, podendo ser, de fato, um elemento de resistência à abordagem do tema de drogas nesse contexto.

Os artigos pesquisados afirmam a necessidade dos professores também integrarem os programas empregados pela escola para enfrentamento, prevenção ou informação a respeito das drogas. E, para tanto, os autores defendem uma melhor formação para que esses profissionais estejam de fato preparados para lidar com o fenômeno. Além de que, o trabalho de enfrentamento às drogas na escola não se restringe aos professores, mas necessita o envolvimento de todos os profissionais inseridos no contexto escolar (Ferreira, et. al., 2010; Nascimento et. al., 2012; e Araldi, et. al., 2012). Os artigos dessa categoria reforçam que a escola, em conjunto com a família, são os maiores responsáveis para trabalharem a prevenção

ao uso de drogas com os jovens. Como mostram Brusamarello, Sureki, Borrile, Roehrs e Maftum (2008), a família e a escola são fontes primárias responsáveis pelo desenvolvimento e formação das crianças e adolescentes, são os principais atores que devem ser privilegiados em uma proposta de prevenção contra o consumo de drogas.

Em três artigos dessa categoria, foram entrevistados os próprios estudantes sobre suas percepções acerca das drogas (Pavani, Silva, & Moraes, 2009; Filho, et. al., 2015; Freitas & Luis, 2015). Uma proposta diferenciada, que partiu da opinião dos jovens, é a utilização da educação por pares, ou seja, os indivíduos da mesma faixa etária e do próprio convívio intervirem na informação e prevenção de drogas. Segundo Pavani et. al. (2009), “o método de educação pelos pares estaria justificado, por nossos dados, pela alta frequência de escolares que procurariam um amigo para conversar sobre drogas (50,5%)” (p. 213). Os estudantes entrevistados se mostraram informados a respeito das consequências danosas provindas das drogas e manifestaram “a necessidade de trabalhos educativos na escola, capacitação de professores, a supervisão dos pais e a falta da segurança pública, que foram citados como medidas preventivas ao uso indevido de drogas” (Filho; Queiros; Medeiros; Rosso & Souza, 2015, p. 521). Os estudantes sugeriram maior investimento em lazer para os jovens de sua idade, a fim de evitar a ociosidade e a disponibilidade para o uso de drogas. Nesse mesmo sentido, a proposta de alguns artigos para a prevenção e o enfrentamento das drogas na escola é a de que esse processo não fique restrito ao campo da educação, mas estenda-se uma articulação com o âmbito da saúde e as demais esferas da vida do adolescente: vida social, trabalho, lazer, etc. (Brusamarello, et. al., 2008; Araldi, et. al., 2012; Nascimento et. al., 2012; Freitas & Luis, 2015).

Importante ressaltar que as pesquisas que objetivaram entrevistar os estudantes não procuraram os jovens envolvidos com drogas ou o fizeram indiretamente por meio de questionários autoaplicáveis. De forma que, o objetivo da nossa pesquisa de campo, cuja finalidade é conhecer a vivência escolar dos jovens que passaram pelo uso de drogas, através de entrevistas, possa trazer novos elementos à discussão de drogas na escola.

Outro destaque é sobre a análise de que os adolescentes que participaram das pesquisas se encontraram “informados” a respeito das drogas, como trouxe um artigo dessa categoria (Pavani et. al., 2009). No entanto, qual seria a informação que os indivíduos apresentam a respeito das drogas? Aparentemente, os autores se referem ao conhecimento dos danos provocados pelas substâncias; mas, então, se for esse o caso, o que leva os estudantes ao uso abusivo não é a desinformação. Essa reflexão justifica a falha de programas que se pautam na informação científica sobre as substâncias – não que esse processo não seja relevante, pelo

contrário -, mas a informação por si só ou as palestras pontuais a respeito do tema não levam à transformação da conduta do adolescente, nem interferem nos elementos presentes na realidade e que favorecem o uso abusivo. Assim como mostram os trabalhos pertencentes ao terceiro assunto, sobre *produções que realizam avaliações das medidas preventivas já existentes ou propostas de prevenção e enfrentamento às drogas na escola*.

Nessa categoria, os artigos em geral realizam críticas às medidas meramente informativas sobre as substâncias psicoativas e seus danos, às medidas com enfoque de cunho moralista ou religioso e às palestras ministradas por “ex-usuários” (Müller, Paul & Santos, 2008; Araldi, Njaine, & Oliveira, 2010; Dallo, 2012; Leite, 2014). De acordo com Silva e Gimenez-Paschoal (2010), esses programas não dão continuidade ao objetivo de prevenção e, dessa forma, têm efeito momentâneo, ocorrendo que os jovens que fizeram parte desses programas, anos depois, apresentem a mesma conduta dos que não participaram. Essa constatação serve de base às críticas efetuadas ao PROERD, que apresenta uma intervenção pontual, além de não existirem trabalhos que avaliem precisamente os efeitos do programa a longo prazo, como informam Silva e Gimenez-Paschoal (2010) em sua pesquisa. Apenas o artigo de autoria de Braz (2008) ressalta a efetividade do programa sem, no entanto, apresentar dados concretos que demonstrem essa conclusão.

Ainda sobre a atuação da escola, os artigos apontam como problemática a conduta preconceituosa dos educadores, que reproduzem estigmas negativos sobre os usuários de drogas, tais como “marginais”, ou uma resistência por parte desses profissionais em apropriar-se do tema e participarem dos programas de prevenção realizados na escola. (Araldi et. al., 2010; Dallo, 2012; Leite, 2014). Para a resolução dessa conduta, assim como mostram as publicações da temática anterior, os trabalhos indicam a necessidade de formação desses profissionais para lidarem com o assunto. Nesse sentido, é reforçada, pelas publicações dessa temática, a responsabilidade tanto da escola, que acompanha grande parte do desenvolvimento dos jovens, e dos pais e responsáveis pelos jovens na prevenção do uso abusivo de drogas (Fonseca, 2006; Braz, 2008; Araldi, et. al., 2010; Dallo, 2012; Nascimento & Micheli, 2015). O trabalho de Araldi et. al. (2010) afirma a necessidade de somar a comunidade nessa responsabilidade, já que abarca outros âmbitos da vida do adolescente, porque, segundo os autores, os programas de prevenção realizam uma cisão entre o âmbito escolar e a vivência do jovem fora da escola. Faz-se necessário, segundo os trabalhos mostram, considerar o jovem em seus diversos aspectos, a fim de intervir na sua conduta a respeito das drogas. Como mostra o excerto a seguir:

Com base na concepção da interconexão entre as condutas de risco e da compreensão destes comportamentos, não de uma forma individualizada, mas inseridos num contexto social, político, ético e religioso, sugere-se intervenções preventivas que transcendam o enfoque apenas em uma conduta de risco, propiciando reflexão e consciência da responsabilidade dos adolescentes para consigo e para os outros. (Araldi, et. al., 2010, p. 69).

Ou, segundo Araldi et. al. (2010), sobre a maneira como deve-se entender o fenômeno: “[...] compreender a drogadição de adolescentes é ir além do aspecto intrapsíquico e individual para uma visão multifatorial, em que o grupo familiar, de amigos, colegas de escola, de trabalho e todo o contexto histórico-cultural e social estão imbricados nesse processo” (p. 65). Por essa mesma reflexão que os artigos de Moreira, Silveira e Andreoli (2006a), Sudbrack e Cestari (2006) e Müller et. al. (2008) preconizam a inserção do tema de drogas na escola no campo da saúde para, então, entendê-la de maneira transdisciplinar e como produto de vários fatores. Nessa concepção, são fomentadas as perspectivas da *redução de danos*⁸, *escola promotora de saúde* e a participação ativa dos estudantes, como *agentes multiplicadores*. Sobre redução de danos, o trecho a seguir explica:

Nessa perspectiva da “redução de danos”, o trabalho preventivo deve estar vinculado a uma proposta abrangente, onde o uso de drogas deve ser discutido dentro de um contexto mais amplo de saúde. Ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, além do trabalho e consumo são aspectos a serem abordados no sentido de levar o jovem a refletir sobre a dimensão da vida e o exercício da cidadania, a fim de posicioná-lo diante das questões que interferem na vida coletiva. (Araldi, et. al, 2010, p. 62).

A redução de danos também pode ser inserida no conceito de escola promotora de saúde (EPS), que, como mostram Moreira et. al. (2006a), “[...] pode ser definida como uma escola com políticas, procedimentos, atividades e estrutura que resultem na proteção e promoção à saúde e ao bem-estar de todos os membros da comunidade escolar”. Segundo os mesmos autores, essa concepção facilita que a escola trate o jovem que faz uso de drogas sem preconceitos:

É tirar o maniqueísmo de usar ou não usar substâncias psicoativas do centro das discussões, para poder desenvolver ações de promoção de saúde com toda a população escolar, sem qualquer forma de discriminação. Assim, os conceitos e ações de promoção de saúde poderiam ser trabalhados de forma integral e sem o risco de cair em juízo de valor. (Moreira, et. al., 2006a, p. 813).

⁸ Redução de Danos, conforme Silveira (2008), “engloba um conjunto de estratégias dirigidas a pessoas que não conseguem ou não querem parar de consumir drogas. Estas estratégias têm por objetivo reduzir as consequências negativas que o uso de drogas pode ocasionar. Um exemplo de estratégia de redução de danos seriam as campanhas orientando as pessoas a não dirigirem após consumir bebidas alcoólicas” (p. 9).

Para tanto, Moreira et. al. (2006b), Dallo (2012) e Araldi et. al. (2010) reforçam a importância de estimular o protagonismo dos próprios estudantes nas estratégias de prevenção de drogas na escola, para que se apropriem das reflexões acerca dessa temática e possam se comprometer na viabilização de ações.

Os programas de prevenção, ao serem elaborados com a participação ativa dos adolescentes, podem permitir trazer ao programa problemas reais, detectar aspectos de risco e de vulnerabilidade e assim exercitar o protagonismo juvenil e o compromisso na viabilização das ações. As estratégias de prevenção nas escolas, em termos ideais, deveriam envolver a participação de todos, ou seja, os que trabalham na instituição e as famílias, para que possam participar de cursos e debates sobre a temática das drogas, em um processo contínuo, para o desenvolvimento de atividades e projetos. (Araldi et. al., 2010, p. 69).

Silva (2008) indica que, quando os estudantes já apresentam problemas consequentes do uso de drogas, a escola não tem a competência de tratar os estudantes, mas encaminhá-lo adequadamente a tal, na procura por terapia, apoio na recuperação, reintegrá-lo na escola, no grupo de amigos e na família. Já sobre o papel da psicologia nesse processo, Müller et. al. (2008) criticam a transposição mecânica do modelo clínico aos espaços da saúde e educação, como pode-se observar na atuação dos psicólogos. Para os autores, em atividades em saúde nas escolas e outras instituições, o psicólogo deve desenvolver um pensamento crítico-reflexivo acerca dessas ações, não as tomando como naturalizadas e enraizadas.

Diferentemente das temáticas trazidas pelos artigos classificados na terceira temática, que objetivaram avaliar ou propor medidas de enfrentamento e prevenção às drogas na escola, uma dissertação buscou compreender de que maneira o uso de drogas emergiu enquanto uma demanda para essa instituição. Ribeiro (2010) conclui, a grosso modo, com base nos postulados foucaultianos, que a escola historicamente serve como mecanismo de implementação de governamentos e ideologias, desse modo:

Lançar a prevenção ao uso de drogas para ser operacionalizada nos espaços escolares é, então, segundo a forma de ver que orienta esta dissertação, inserir o pensamento sobre o uso dessas substâncias em uma maquinaria produtora de mediações entre os indivíduos e suas experiências, maquinaria esta que tem por mecanismo de funcionamento a constituição de controles introspectivos capazes de desenvolver, nos alunos, determinados valores. [...] É preciso, para isso, convencer o indivíduo de que ele não quer usar drogas, não quer experimentar dessa forma o prazer psíquico e corporal, não quer trocar sua saúde (ou uma certa concepção dela) por “sensações estranhas, prazeres extravagantes, volúpias imaginárias” (Ribeiro, 2010, p. 125).

A temática exposta traz mais reflexões acerca dos elementos históricos e sociais que condicionam o uso de drogas do que as temáticas anteriores predominantemente descritivas. Os últimos trabalhos citados caminham na direção de questionamento das práticas colocadas em

ação no entendimento e enfrentamento do fenômeno, rumo à construção de novas formas de compreensão e novas estratégias, a fim de não culpabilizar o indivíduo usuário, salvo algumas exceções de trabalhos que reforçaram essa lógica. Tendo como embasamento teórico a Psicologia Histórico-Cultural em nosso trabalho, também nos preocupamos em evitar o entendimento individualizado do fenômeno de drogas na escola e a consequente culpabilização do sujeito que faz uso abusivo. Mais que isso, buscaremos no decorrer da dissertação expor os fatores engendrados pelo modo de produção capitalista que produzem o fenômeno do uso abusivo de drogas, sendo primordial a busca por essa compreensão na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Nesse sentido, identificamos que os trabalhos enquadrados no quarto assunto, de *produções que apresentaram perspectiva histórico-cultural na análise do fenômeno de drogas na escola*, indicam esse modo de compreender o fenômeno e lançam luz ao caminho que percorreremos em nosso trabalho.

Nessa classificação foram incluídos três artigos. Um deles, de autoria de Ramon e Freire (2012), apresenta uma proposta de projeto específica para uma aldeia indígena e relaciona, na perspectiva histórico-cultural, a produção de sentidos nos sujeitos da aldeia com a prevenção do uso abusivo de álcool, observado nessa população. No artigo de Toledo e Araújo (2011), é apontada a necessidade de desconstrução dos preconceitos produzidos a respeito de usuários de drogas, na superação da forma jurídica e policial da lidar com o fenômeno, e da perspectiva médico-patologizante presente em tratamentos no campo da saúde. De acordo com os autores,

[...] a ideia principal que guiará o presente estudo: a marginalização e a patologização do sujeito em uso de substâncias psicoativas não oferece aparatos teóricos e técnicos para uma compreensão profunda da experiência subjetiva do uso de drogas na adolescência; uma visão complexo-sistêmica do homem apresentaria mais recursos para que as emoções e sentidos subjetivos relacionados ao uso de drogas sejam realmente desvelados / construídos. (Toledo & Araújo, 2011, p. 86).

Ou seja, um tratamento pautado na estigmatização do usuário enquanto “marginal” ou “doente”, de acordo com os autores, não contribui no atendimento adequado para a subjetividade do sujeito envolvido no fenômeno. Toledo e Araújo (2011) empregam no trabalho a perspectiva da *Análise do Discurso* e situam as drogas enquanto uma mercadoria de consumo no modo de produção capitalista, implicando que ela carregue toda uma lógica que incite ao consumo. Os autores criticam a forma como as publicações a respeito do fenômeno tratam as famílias nucleares como “funcionais” e as famílias de estrutura alternativa enquanto “disfuncionais”, como se um fator de segurança ao risco das drogas residisse no modelo

tradicional de família, reflexão que abordamos anteriormente. Outro ponto já analisado por nós e também comentado pelos autores, é a naturalização da adolescência cindida de seus aspectos históricos e sociais, em que a singularidade do indivíduo é preterida diante de fases “naturais” ou “normais” do desenvolvimento. Essa concepção, segundo os autores, favorece a marginalização do adolescente, que é posto em um lugar de passividade e imaturidade.

No conjunto dessas considerações. Toledo e Araújo (2011) concluem que os usuários de drogas servem como “bodes expiatórios” de problemas sociais que estão na raiz desse fenômeno, designando-os como a causa do perigo e ameaça presentes na sociedade. Assim, o sujeito usuário, estigmatizado seja como criminoso ou como patológico, é passível de punição, e não de cuidado ou tratamento.

Nessa mesma categoria, o artigo de Gonzalez e Silva (2012), proveniente de uma dissertação de mestrado, empregou uma intervenção junto a estudantes do ensino médio com a finalidade de verificar a mudança de conduta com a apropriação de conceitos científicos sobre drogas:

Para tanto, buscamos desenvolver um ensino de química que pudesse colaborar efetivamente para que estudantes do ensino médio usassem conceitos científicos e valores éticos (sentimento de justiça social) e morais (solidariedade, ajuda, preocupação com o bem comum etc.) ao fundamentarem sua decisão de fazerem uso, ou não, de drogas de abuso. (Gonzalez & Silva, 2012, p. 178).

Os objetivos delineados pelos autores, no ensino de química, permitiram a conclusão de que o estudo sistematizado nessa área permite os estudantes usarem os conhecimentos científicos e valores éticos e morais para fundamentarem suas decisões em relação às questões sociais relacionados à ciência, cientes das consequências advindas de suas escolhas. O que entendemos diferir da mera informação a respeito dos danos dessas substâncias, já que a apropriação de conceitos científicos estimula o desenvolvimento do pensamento crítico dos jovens, como procuraremos analisar adiante essa condição ser um processo propício na fase do desenvolvimento da adolescência. Porém, não desconsideramos a possibilidade de que essa intervenção isoladamente não seja eficiente, visto a amplitude de fatores que atuam no uso abusivo de drogas, como intentamos explicitar no decorrer do trabalho.

Por fim, o quinto e último assunto trata das *produções que relacionam o uso de drogas com o desenvolvimento escolar*. Evidenciando a escassez de pesquisas que tratem do tema, foram encontrados apenas dois artigos que condizem com o objetivo dessa categoria, e identificamos a dificuldade no estabelecimento de uma correlação entre o uso abusivo de substâncias e o rendimento escolar. Ora o uso abusivo é situado como causa do baixo

rendimento escolar, e ora como consequência, sem uma relação dialética. E em nenhuma pesquisa apresentam-se as consequências biológicas e implicações diretas no desenvolvimento cognitivo de estudantes que fazem uso de drogas.

Em uma das produções (D’orazio et al., 2013), a relação entre uso de drogas e rendimento escolar é realizado de forma estatística com base na observação do número de reprovações que apresentam os estudantes usuários de drogas. D’orazio et al. (2013), por meio de um questionário autopreenchível e sem identificação, verificaram que 32,6% dos estudantes que já tiveram contato com drogas apresentaram alguma reprovação, enquanto no caso dos estudantes que nunca experimentaram nenhuma droga, essa porcentagem cai para 17,2%, mas não foi apresentada nenhuma explicação que fundamente essa diferença em reprovações.

Por outro lado, no segundo artigo encontrado nessa categoria, as autoras Bahls e Ingbermann (2005), com base na autobiografia produzida por jovens internados em uma instituição em decorrência do uso abusivo de drogas, identificaram que os estudantes cuja educação foi marcado por atos coercitivos no lar e na escola durante a infância apresentaram comportamentos “desviantes” na adolescência. Dentre esses comportamentos, encontra-se o uso abusivo de drogas. Nesse artigo, o baixo rendimento escolar é situado enquanto uma causa do uso abusivo, pois vem acompanhado de atos coercitivos por parte da escola. Como solução a essa questão, as autoras indicam o trabalho com o fortalecimento da resiliência⁹ dos estudantes, a fim de não desenvolverem comportamentos desviantes.

Após os estudos dos materiais levantados e selecionados, a **conclusão principal** que pudemos observar nos mesmos é a escassez de uma análise do uso de drogas aliada ao sistema social, ou seja, analisada no seio das relações sociais produzidas historicamente pela humanidade. Visto que os artigos encontrados não apresentam esse objetivo em suas pesquisas. E, também, é possível constatar os inúmeros fatores imbricados no processo do uso abusivo, ainda que nas citadas produções eles não estejam relacionados, são inúmeros os motivos e consequências apontados sobre o uso de drogas na escola.

Nas produções, foram destacadas as características da adolescência, a conformação familiar dos usuários, o contato com pares que fazem uso de drogas, a falta de lazer, os transtornos mentais, o baixo rendimento escolar, a necessidade de formação dos professores, o atrelamento da escola à promoção da saúde, propostas de enfrentamento que superem a informação ou a punição, entre outros fatores. Intentaremos, nas seções seguintes, analisar esse

⁹ Termo utilizado pelas autoras.

fenômeno sob a perspectiva histórica e do modo de produção capitalista, que confere peculiaridades específicas ao uso abusivo de drogas.

Consideramos, no entanto, que os artigos estudados nos deram indicativos do atual estado da pesquisa sob os limites estabelecidos, o que nos serve de base ou ponto de partida para o nosso estudo, com estatísticas e fatores fundamentais a serem inseridos em nossa investigação (no tocante às contribuições da PHC). Algumas produções também nos apresentam horizontes possíveis nas análises que buscaremos realizar, e os citaremos mais adiante em nosso trabalho. Frisamos novamente que as publicações não apresentaram o caráter que procuraremos atribuir à nossa pesquisa de campo, de investigação do fenômeno a partir da vivência dos próprios jovens usuários de drogas, o que pode trazer à tona novos elementos de análise para o fenômeno.

Passaremos à análise, então, do ponto de vista histórico a respeito das drogas, pois o entendimento da evolução do fenômeno no decorrer da história se faz fundamental para alcançar as suas determinações e nexos causais, assim como postula os pressupostos marxistas. Esse passo seguinte se apresenta como um exercício com vistas à desnaturalização das concepções hegemônicas e a-históricas sobre o tema.

3 DROGAS: A SUA DETERMINAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

Num mundo que prefere a segurança à justiça, há cada vez mais gente que aplaude o sacrifício da justiça no altar da segurança. Nas ruas das cidades são celebradas as cerimônias. Cada vez que um delinquente cai varado de balas, a sociedade sente um alívio na doença que a atormenta. A morte de cada malvivente surte efeitos farmacêuticos sobre os bem-viventes. A palavra “phármakos”, o nome que os gregos davam às vítimas humanas nos sacrifícios oferecidos aos deuses nos tempos de crise.

Eduardo Galeano

Na seção anterior, expusemos um quadro geral de estudos sobre a incidência e enfrentamentos de drogas na escola. No entanto, pelo levantamento realizado, consideramos haver necessidade do entendimento desse fenômeno a partir das relações sociais historicamente estabelecidas entre humanidade e drogas; isso, porque consideramos que a compreensão do tema não pode ser restrito ao contexto escolar somente, nem à conformação familiar do estudante. Pois as drogas perpassam diferentes âmbitos da sociedade, e a forma como elas se apresentam historicamente nas relações humanas diz muito sobre a sua manifestação na escola e o entendimento hegemônico a respeito desse tema.

Para o início do estudo sobre tal objeto, na presente seção, intentamos analisar as definições científicas atuais para as drogas e investigar a presença dessas substâncias na história da humanidade, assim como as diferentes formas de relação estabelecidas pelos seres humanos com as drogas em determinados momentos históricos de produção e reprodução da vida. Partiremos, então, da classificação científica acerca das drogas desde a sua definição e terminologia, até os efeitos no organismo, para deslindarmos uma melhor compreensão a respeito do nosso objeto.

3.1 O que são drogas? – Da conceituação necessária

Com base nas publicações analisadas na seção anterior, identificamos a necessidade de definir o que são drogas a partir de conceituações científicas, que diferem das concepções reproduzidas no senso comum. Por exemplo, a ideia de que drogas são exclusivamente as substâncias ilícitas ou que drogas necessariamente causam dependência, o que procuraremos desnaturalizar no decorrer da dissertação. Tais concepções são julgamentos, produzidos e difundidos na sociedade, que perpassam desde a terminologia acerca dessas substâncias a seus efeitos no organismo.

Segundo definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), “**droga** é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento”. Logo, droga pode abranger qualquer substância que provoque alguma alteração no organismo, como remédios, café, chás, entre outras. No entanto, as drogas que serão foco nesse estudo são aquelas denominadas **drogas psicotrópicas** ou **psicoativas**.

Rodrigues (2012) traz a discussão acerca das terminologias utilizadas para designar as drogas com os cunhos científico e político que elas carregam. De acordo com o autor, a palavra “narcótico” ou “entorpecente” é comumente utilizada para se referir às drogas ilícitas, porém ambas as terminologias significam substâncias que causam estupor e deprimem o sistema nervoso central. O autor menciona que o próprio ramo da Polícia Civil paulista que combate o tráfico de drogas é chamado Departamento de Investigação sobre Narcóticos (Denarc), e, seguindo à risca o nome, levado ao pé da letra, tal Departamento só poderia reprimir a produção, comercialização e uso de ópio e seus derivados (drogas proibidas), além do éter, álcool e barbitúricos (drogas legais). Também é designada às drogas ilícitas a palavra “tóxico”, vide a Lei que regulamenta a proibição de drogas no Brasil de 1976, assim como a nova Lei de 2006, que ficaram conhecidas como *Lei de Tóxicos*¹⁰, que, segundo Rodrigues (2012), se proibissem apenas substâncias tóxicas seria banida a morfina, mas o LSD¹¹ não. O próprio termo “droga”, no plano médico farmacológico, significa o que chamamos comumente de remédio, que são lícitos sob prescrição médica. Acerca dessas terminologias:

Estas mal aplicações, que reúnem as drogas ilícitas sob nomenclaturas imprecisas, devem parte de sua existência a práticas e hábitos classificatórios que se reproduzem, mas que também, da perspectiva política, acabam cumprindo uma função importante, que consiste em condensar em um único bloco substâncias que são alvo de perseguição legal. Assim, o inimigo fica agrupado, fato que torna mais simples a declaração de guerra às drogas. A confusão terminológica não é, desse modo, isenta de intenções políticas (Rodrigues, 2012, p. 18).

Antes de tratarmos das implicações políticas que envolvem a questão das drogas, como citado por Rodrigues (2012), levaremos em conta, nessa seção, as definições científicas acerca delas. Terminologicamente, o autor sugere referir-se a **drogas psicoativas**, o que é mais adequado frente aos outros nomes citados. Considerando a grande abrangência de substâncias que a palavra droga se refere, com base na definição da OMS e da discussão trazida por Rodrigues (2012), optamos também por tratar das **drogas psicotrópicas ou psicoativas**, porque

¹⁰ Tais leis serão abordadas na seção seguinte.

¹¹ Mais adiante, nessa mesma seção, serão conceituadas cada droga e seus efeitos no organismo.

é parte dessas substâncias que emergem como um problema no contexto escolar, conforme definiremos adiante, e que são resolvidas, normalmente, mediante a presença da polícia militar. A discussão sobre a terminologia em nosso trabalho esbarra em algumas limitações, pois quando nos referenciamos nas substâncias que o contexto escolar demanda como problema, implica que não trataremos de todas as drogas psicoativas nem realizaremos uma diferenciação entre as substâncias psicoativas lícitas e ilícitas; pois as drogas que apresentam problema para a escola são tanto lícitas (álcool e tabaco) quanto ilícitas (maconha, cocaína, crack...). Portanto especificaremos mais adiante as drogas psicoativas consideradas problema na escola, e, assim, a nossa referência ao termo **drogas** no decorrer do trabalho se refere a essas substâncias psicoativas. Segundo o Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas, produzido pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), as **drogas psicoativas** (ou psicotrópicas) **são aquelas que atuam diretamente no sistema nervoso central e interferem de alguma forma no funcionamento do psiquismo**. Conforme Dias & Pinto (2006), as substâncias psicoativas alteram as sensações, o humor, a consciência e outras funções psicológicas e comportamentais. Dentro dessa categoria, ainda é possível dividi-las em:

- a) drogas *depressoras* do sistema nervoso central, que promovem a redução das atividades cerebrais e das funções orgânicas de modo geral, por exemplo, álcool e opióides;
- b) em drogas *estimulantes* do sistema nervoso central, que estimulam a atividade cerebral, com exemplo da cocaína, anfetamina, nicotina e cafeína;
- c) as drogas *perturbadoras* do sistema nervoso central, as quais alteram qualitativamente a atividade cerebral, com mudanças na percepção e no senso de tempo e espaço, por exemplo, maconha e LSD;
- d) e as *medicações psiquiátricas*, utilizadas no tratamento de transtornos mentais, como antipsicóticos, antidepressivos e estabilizadores do humor (Dias & Pinto, 2006).

Levando em conta as categorias de psicotrópicos, é possível identificar que algumas delas não se apresentam, de início, como um problema para a escola, tais como os medicamentos, pois supõe-se que sejam administrados de maneira controlada¹². Essa ideia foi contestada, inclusive, em algumas publicações pesquisadas no capítulo anterior, que apontam o abuso de remédios para controle de ansiedade (ansiolíticos) e para emagrecer, porém não nos deteremos nessa contradição embora a consideremos. Outro fator que determina a escolha por essas drogas no presente estudo diz respeito às pesquisas empregadas nessa temática, como as

¹² O uso indiscriminado de medicamentos tem sido alvo de críticas, a exemplo do movimento contra medicalização da educação e da sociedade <http://medicalizacao.org.br/>.

produzidas pelo CEBRID, e também àquelas referentes ao uso de drogas no contexto escolar, tais como grande parte das publicações que encontramos a respeito do tema e a PeNSE, que serve de referência ao nosso estudo. As pesquisas citadas consideram as seguintes substâncias como drogas que interferem no contexto escolar: álcool, solventes e inalantes, cocaína, crack, tabaco, maconha e drogas sintéticas. Faremos, então, a especificação de cada droga aqui considerada para entendermos do que se tratam as referidas substâncias e seus possíveis efeitos. Tal caracterização será realizada a partir do Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas, produzido pelo CEBRID¹³, por ser proveniente da Universidade Federal de São Paulo, instituição de importante referência no estudo das substâncias psicoativas.

a) Bebidas alcoólicas

Pertencem à categoria de *drogas depressoras* do sistema nervoso central. São exemplos de bebidas que provocam essa ação aquelas que são conhecidas como fermentados (vinho e cerveja) e como destilados (pinga, uísque, vodca). A fermentação de plantas e frutas para a obtenção do álcool data de 6000 a.C. na humanidade, e a destilação foi introduzida pelos árabes durante a Idade Média. O álcool é lícito no Brasil e com grande aceitação social, tanto que, por vezes, não é considerado como uma droga psicotrópica. O uso abusivo de álcool é responsável pela maioria dos acidentes de trânsito no país e por episódios de violência relacionados à embriaguez, sendo um problema de saúde pública o uso abusivo dessa substância (CEBRID, n.d).

Importante destacar que o álcool apresenta duas fases de efeitos no organismo: uma estimulante e outra depressora. Inicialmente podem aparecer efeitos como euforia, desinibição e loquacidade (maior facilidade para falar). Depois surgem efeitos depressores, como falta de coordenação motora, descontrole e sono conforme o nível de ingestão. Quando o consumo é excessivo, pode levar ao estado de coma alcoólico, caracterizado pela perda de sentidos, consciência mais lenta ou perda de consciência e dificuldade respiratória. O grau de efeito do álcool varia para cada pessoa, sendo dependente do metabolismo e da estrutura corporal de cada um.

A ingestão crônica do álcool – ou a dependência dele (alcoolicismo) -, pode levar a doenças do fígado (esteatose hepática, hepatite alcoólica e cirrose), do aparelho digestivo (gastrite, síndrome de má absorção e pancreatite) e do sistema cardiovascular (hipertensão e problemas cardíacos) (CEBRID, n.d.).

¹³ O livreto está disponível no site do CEBRID: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>.

b) Solventes e inalantes

Solventes são substâncias capazes de dissolver coisas e, geralmente, são muito voláteis e facilmente inalados. *Inalantes* são substâncias que podem ser inaladas pelo nariz ou boca. Ambas pertencem também à categoria de *substâncias depressoras* do sistema nervoso central. Muitos produtos de uso na indústria, comércio e na vida cotidiana em geral, que são, por isso, de fácil acesso, possuem solventes, como esmaltes para unhas, colas, tintas, gasolina, removedores, vernizes, etc. Algumas pessoas os inalam de forma involuntária, como os trabalhadores de indústrias de sapatos ou de oficinas de tintura. Mas é comum que adolescentes e crianças, sobretudo, em situação de rua inalem voluntariamente, como é possível observar a respeito da cola de sapateiro. Esses solventes e inalantes pertencem a um grupo químico chamado de hidrocarbonetos, ao qual pertencem o tolueno, xilol, n-hexano, acetato de etila, tricloroetileno etc. (CEBRID, n.d.).

Outra substância comum no Brasil e que faz parte dessa categoria é o dito “loló”, uma mistura à base de clorofórmio somado ao éter. Tal solvente vem sendo denominado também por “lança-perfume”, mas esta designa outra substância, bastante comum no carnaval, e que é produzida à base de cloreto de etila e cloretila.

Os efeitos dessas substâncias foram divididos em quatro fases:

Primeira fase: a chamada **fase de excitação, que é a desejada**, pois a pessoa fica eufórica, aparentemente excitada, sentindo tonturas e tendo perturbações auditivas e visuais. Mas podem também aparecer náuseas, espirros, tosse, muita salivação e as faces podem ficar avermelhadas.

Segunda fase: a **depressão** do cérebro começa a predominar, ficando a pessoa confusa, desorientada, com a voz meio pastosa, visão embaçada, perda do autocontrole, dor de cabeça, palidez; ela começa a ver ou a ouvir coisas.

Terceira fase: a **depressão aprofunda-se** com redução acentuada do estado de alerta, incoordenação ocular (a pessoa não consegue mais fixar os olhos nos objetos), incoordenação motora com marcha vacilante, fala “engrolada”, reflexos deprimidos, podendo ocorrer processos alucinatorios evidentes.

Quarta fase: depressão tardia, que pode chegar à inconsciência, queda da pressão, sonhos estranhos, podendo ainda a pessoa apresentar surtos de convulsões (“ataques”). (CEBRID, n.d., p.17, **destaques do autor**).

As consequências do uso de solventes e inalantes para o organismo são as lesões cerebrais irreversíveis em decorrência da morte de neurônios, por isso, o uso crônico leva à apatia, dificuldade de concentração e déficit de memória. Outros efeitos tóxicos, observados em trabalhadores de indústrias que lidam com os solventes e usuários crônicos, são lesões na medula óssea, nos rins, no fígado e nos nervos periféricos que controlam os músculos. Os usuários crônicos e trabalhadores submetidos às condições inadequadas de trabalho com essas

substâncias podem desenvolver doenças renais, hepáticas e comprometimento no movimento das pernas.

c) Cocaína/Crack

Pertencem à categoria de *drogas estimulantes* do sistema nervoso central a cocaína e o crack. Derivam de substância extraída das folhas da planta *Erythroxylon coca*, conhecida apenas como coca, exclusiva da América do Sul. Pode ser apresentada na forma de pó, um sal constituído pelo cloridrato de cocaína, que é consumido através da aspiração, denominada *cocaína*. Também pode ser dissolvida em água para uso intravenoso, denominada *heroína*, ou na forma de base que é o *crack*, pouco solúvel, mas se volatiliza quando aquecida, por isso, é fumada em “cachimbos”. Também sob a forma de base, a *merla*, é produto sem refino e muito contaminado com substâncias da extração da planta, é fumado assim como o crack. Em alguns países da América do Sul, como o Peru e a Bolívia, as pessoas usam as folhas da coca para chás. Essa prática é legalizada nesses locais devido ao baixo dano que essa forma de consumo oferece ao organismo, pois a quantidade de cocaína absorvida da planta é muito pequena. Estima-se que o uso da cocaína extraída da planta data de pelo menos há 70 anos no Brasil. (CEBRID, n.d.).

As vias de uso do crack e da merla propiciam que os efeitos sejam sentidos mais rapidamente do que a cocaína, isso porque, quando a droga é fumada, ela atinge os pulmões e cai quase imediatamente na circulação devido à vascularização desse órgão, permitindo o acesso rápido ao cérebro. Porém, enquanto a duração do crack é de aproximadamente 5 minutos, a da cocaína em pó é de 20 a 45 minutos, o que sugere que o usuário de crack utilize a droga com mais frequência e em maiores quantidades do que o usuário de cocaína.

Os efeitos da cocaína e do crack são uma grande sensação de prazer, euforia e poder, um estado de excitação, hiperatividade, insônia, perda de sensação de cansaço e falta de apetite. Quando o uso é abusivo, o usuário pode apresentar comportamento violento, irritabilidade, tremores e paranoia (uma junção de alucinações com delírio persecutório). Outros efeitos dessa substância são aumento das pupilas (midríase), dor no peito, contrações musculares, convulsões e até coma, a pressão arterial pode elevar-se e provocar taquicardia. O uso crônico da cocaína pode levar à degeneração irreversível dos músculos esqueléticos, conhecida como rabdomiólise.

Os usuários abusivos de cocaína e crack buscam quantidades maiores da substância devido à tolerância que se desenvolve e, por outro lado, apresentam grande sensibilização para sintomas desagradáveis do uso, como a paranoia e angústia.

d) Tabaco

Também pertence ao grupo das *drogas estimulantes* do sistema nervoso central. Ainda que seja um estimulante leve, o tabaco é uma planta denominada *Nicotiana tabacum*, da qual é extraída a nicotina. Sua utilização data de 1000 a.C. nas sociedades indígenas da América Central em rituais religiosos. A partir do século XVI, foi considerada uma substância curativa, principalmente na forma de consumo de aspirar rapé. No século XIX, surgiram o charuto e os primeiros cigarros, difundidos no século XX por meio da publicidade e marketing. (CEBRID, n.d.).

A partir da década de 1960, surgiram os primeiros relatórios científicos que comprovavam os malefícios do tabagismo, tanto à saúde do fumante quanto à do não-fumante exposto à fumaça do cigarro. Os efeitos da nicotina chegam rapidamente ao cérebro devido à sua absorção pelo pulmão, provocando elevação leve no humor e diminuição do apetite. Apesar de estimulante leve, causa uma sensação de relaxamento, porque reduz o tônus muscular. Quando utilizada por longo tempo, é desenvolvida a tolerância, o que faz com que a pessoa tenda a consumir uma quantidade cada vez maior de cigarros para sentir os mesmos efeitos que antes eram produzidos em doses menores. (CEBRID, n.d.).

A fumaça do cigarro contém um número grande substâncias tóxicas, com destaque para a nicotina, o monóxido de carbono e o alcatrão. O uso abusivo do tabaco aumenta a probabilidade de pneumonia, câncer (pulmão, laringe, faringe, esôfago, boca, estômago etc.), infarto do miocárdio, bronquite crônica, enfisema pulmonar, derrame cerebral, úlcera digestiva etc. Apesar de tais constatações, o cigarro é responsável por uma lucrativa atividade econômica e é uma das drogas mais consumidas no mundo. Como pudemos observar nas pesquisas relatadas no primeiro capítulo e na PenSE (2012), a sua incidência, juntamente com o álcool, é maior que das demais drogas.

e) Maconha

Pertence à classificação das *substâncias perturbadoras* do sistema nervoso central. É o nome dado a uma planta denominada cientificamente de *Cannabis sativa*, a substância extraída dela e que é responsável pelos efeitos é o tetraidrocannabinol ou THC. Os efeitos da maconha dependem da concentração de THC presente e da variação do metabolismo de cada indivíduo.

O seu consumo é conhecido há pelo menos 5000 anos, principalmente, para fins medicinais, além da utilização do cânhamo, fibra da planta com utilidade na fabricação de tecidos. Até o início do século XX, além da sua utilização para fins medicinais, era utilizada de

maneira recreativa, mas foi proibida nesse período em diversos países, inclusive no Brasil. O Livroto (CEBRID, n.d.), do qual retiramos essas informações, aponta que a causa da proibição da maconha se deu visto seus danos ao organismo, entretanto, entendemos que a proibição das drogas possui relações mais complexas, como buscaremos discorrer mais adiante. Inclusive, porque as consequências observadas no uso abusivo da maconha são menos danosas do que as observadas no uso abusivo de tabaco e álcool, que são drogas lícitas. Atualmente, no Brasil, está em processo o reconhecimento e a permissão do uso do THC para fins medicinais, visto seus benefícios nos casos de epilepsia, esclerose múltipla, alívio de dores, Alzheimer, combate aos sintomas da quimioterapia, entre outros. Em janeiro de 2015, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) permitiu a utilização da substância para o tratamento da epilepsia.

Os efeitos físicos da maconha são vermelhidão dos olhos, boca seca e taquicardia. Os efeitos psíquicos dependem da qualidade da maconha e da sensibilidade e humor do usuário. Os efeitos podem ser sensação de bem-estar, acompanhada de calma e relaxamento, menos fadiga e vontade de rir (hilariedade). Mas também podem apresentar efeitos desagradáveis como angústia, tremor, sudorese e medo. Há evidente perturbação na capacidade em calcular tempo e espaço e um prejuízo na atenção e na memória de curto prazo.

O uso abusivo da substância pode provocar delírios e alucinações. Fisicamente, a substância pode causar problemas respiratórios, baixa produção de testosterona e, embora não comprovado, o material pelo qual nos referenciamos aponta o risco de desenvolvimento de transtornos mentais, tais como a esquizofrenia.

f) Perturbadores sintéticos

São substâncias produzidas (sintetizadas) em laboratório e atuam como *perturbadoras* do sistema nervoso central, podendo provocar alucinações. O LSD-25 (dietilamina do ácido lisérgico) é o principal representante dos alucinógenos sintéticos. É consumido na forma oral, embora possa ser fumada se misturada com tabaco. São necessários alguns microgramas dessa substância para que se tenha o efeito de alucinações visuais e/ou auditivas. O LSD foi descoberto por acaso em 1943 pelo cientista suíço Albert Hoffman e bastante difundido na década de 1960. (CEBRID, n.d.).

Essa substância provoca uma série de distorções no funcionamento do cérebro e traz um conjunto de alterações psíquicas. O grau dos efeitos depende de cada indivíduo, seu humor e o lugar no qual é ingerida. Enquanto alguns indivíduos experimentam um estado de excitação e atividade, outros se tornam quietos e passivos. Sentimentos de euforia e excitação podem alternar com episódios de depressão, ilusões assustadoras e sensação de pânico. O LSD pode

provocar distorções na percepção do ambiente (cores, formas e contornos alterados), além de sinestésias (estímulos olfativos e táteis parecem visíveis e cores podem ser ouvidas). Outro aspecto observado são os delírios, geralmente, de natureza persecutória ou de grandiosidade.

São observados poucos efeitos tóxicos no organismo: além das alterações psíquicas, observa-se que o batimento cardíaco pode aumentar, as pupilas dilatarem, sudorese e excitação. Porém o indivíduo pode se colocar em situação de risco devido aos delírios, como julgar ser capaz de voar e atirar-se de janelas ou tomar atitudes agressivas por acreditar que está sendo perseguido. Também há relatos de ocorrência dos chamadas “flashbacks”, em que o indivíduo revive sintomas da substância tempos depois, mesmo sem o consumo da droga, o que pode provocar um estado de grande confusão mental.

O MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina) ou êxtase, como é conhecida popularmente, também é uma substância representante dos alucinógenos sintéticos. Foi sintetizada em 1912 e patenteada em 1914 na Alemanha, como um fármaco para redução do apetite, mas apresentou baixa eficácia nesse sentido. No fim da década de 1970, a utilidade do MDMA foi discutido para fins terapêuticos e psiquiátricos, já que a pessoa se tornava mais solta, facilitando o vínculo terapeuta-paciente. Paralelamente, a droga foi difundida no uso recreativo entre os jovens, sendo proibida na década de 1980 nos Estados Unidos. Atualmente, também é ilegal no Brasil. (CEBRID, n.d.).

O MDMA é comercializado na forma de comprimido, podendo ser encontrada na forma de cápsula ou pó. Ao longo dos anos a droga perdeu sua pureza, misturada a outras substâncias como MDA, metanfetamina, anfetamina, cafeína, efedrina e LSD. Seus efeitos são parecidos com os estimulantes do sistema nervoso central (agitação) e efeitos perturbadores (mudança da percepção da realidade). Apresenta baixo potencial alucinógeno, sensação de melhora nas relações entre as pessoas, o desejo de se comunicar, melhora na percepção musical e aumento da percepção das cores. Causa também diminuição do apetite, dilatação das pupilas, aceleração do batimento cardíaco, aumento da temperatura do corpo (hipertemia), rangido de dentes e aumento na secreção do hormônio antidiurético. Seus efeitos variam para cada indivíduo e dependem do local no qual é ingerido, sendo consumido normalmente em festas de música eletrônica e com jogo de luzes. (CEBRID, n.d.).

As principais complicações são devido ao grande esforço físico realizado, como a dança, que pode aumentar a temperatura do corpo e ser mortal. Além da ingestão excessiva de água sem a sua eliminação, já que o êxtase aumenta a liberação do hormônio antidiurético. Também pode apresentar disfunção do sistema imunológico se for associado ao álcool e problemas no fígado.

Frisamos que não são apenas essas as substâncias psicotrópicas existentes, podendo ser consultadas as demais no Livro Informativo do CEBRID. Também frisamos que todas as substâncias psicoativas apresentam efeitos sobre o organismo, inclusive os medicamentos, utilizados de modo controlado ou não. Atentamos ao fato de que substâncias corriqueiras em nosso cotidiano podem apresentar alterações no psiquismo, como o café e a Coca-Cola, as quais utilizamos como estimulantes por possuírem a *cafeína* como composto, ou chás que são depressores do psiquismo, como, por exemplo, a camomila, adotada como um calmante natural. Tais substâncias são comumente usadas, lícitas e são consideradas drogas psicoativas também por alterarem o funcionamento do psiquismo. Logo, é errôneo conceber drogas apenas como as substâncias necessariamente ilícitas ou que provocam dependência, pois elas apresentam relações mais complexas e históricas com os usuários.

Durante a definição realizada acerca das drogas, citamos rapidamente a origem histórica das substâncias classificadas, o que demarca que estas estiveram presentes na humanidade desde muitos séculos atrás. Nesse sentido, segundo Machado e Boarini (2013), estudos apontam que o uso e o abuso de drogas não é um fenômeno inerente da modernidade, mas esteve presente na história da humanidade desde há milhares de anos por motivos religiosos e culturais, para facilitar a socialização ou mesmo para se isolar. Segundo as autoras, o que mudou foi a forma que a sociedade adotou para avaliar o consumo de drogas. É importante saber que nem sempre o uso de drogas foi criminalizado ou pertenceu aos domínios da Justiça. Como mostram Araújo e Moreira (2006), a natureza farmacológica das drogas foi aos poucos se misturando aos valores sociais, culturais e morais de cada sociedade. Ou seja, não é a droga um fenômeno novo ou puramente responsável pelo seu uso abusivo, mas as relações sociais produzidas historicamente pela sociedade que definiram a maneira como lidamos com as drogas. Por isso, Araújo e Moreira (2006) sugerem um entendimento histórico das drogas para desmistificar os preconceitos, sejam eles de caráter libertário ou repressivo, superando conceitos maniqueístas, em busca de subsídios que permitam a construção de uma nova consciência coletiva. Essa reflexão estende-se também à escola, onde prevalece a reprodução de ideias repressivas a respeito das drogas ou a demonização delas. Para melhor entendimento do fenômeno, faremos um breve histórico da relação da humanidade com as drogas, o que culminou na cultura de repressão e punição em relação aos envolvidos com o problema das drogas.

3.2 As concepções sobre drogas na história da humanidade

Tendo em vista o método materialista histórico-dialético de Marx e Engels, o qual serve como base nas formulações dos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, para se compreender um fenômeno é imprescindível entender o seu movimento na história das relações humanas. Para se chegar à universalidade desse fenômeno, é necessário a análise do movimento histórico que ele apresentou durante as transformações dos modos de produção e reprodução da vida em sociedade. Segundo Engels, conceber o mundo como histórico implica concebê-lo como um processo, sujeito a transformações e desenvolvimento constante.

Encarada sob esse aspecto, a história da humanidade já não se apresentava como um caos, mas, ao contrário, se apresentava como o desenvolvimento da própria humanidade, que incumbia ao pensamento a tarefa de seguir, até conseguir descobrir as leis internas, que regem tudo o que à primeira vista se pudesse apresentar como obra do acaso. (Engels, 1979, p. 22, citado por Netto 2011).

Ou seja, a análise histórica do fenômeno evita a naturalização dele, superando as concepções que o encaram como se sempre tivesse existido na forma como se manifesta atualmente ou como se fosse forjado do acaso. Com o intuito de desnaturalizar a relação da humanidade com as drogas atualmente, buscaremos nessa subseção explicitar a historicidade do uso de drogas na humanidade. Por não se caracterizar enquanto um trabalho de caráter historiográfico, nossa contribuição não esmiuçará cada momento histórico relatado, pois nosso propósito principal consiste em demonstrar como a relação dos homens com as drogas sofre transformações no decorrer da história, o que nos permite compreender melhor a culminação no modo como nos relacionamos com as drogas atualmente.

Recorremos às pesquisas de Silveira (2006), que apresentam grandes contribuições no entendimento, atenção e tratamento dos usuários de drogas. Os escritos de Escohotado (1994), Rodrigues (2012), Machado e Boarini (2013) também nos auxiliarão no histórico da relação das drogas com a humanidade e das políticas sobre drogas no Brasil e no mundo. A escolha desses autores também foi influenciada pela produção de Moraes (2011), que segue como guia do nosso trabalho, como já apontamos anteriormente, dando, de certa forma, continuidade aos estudos referentes à temática.

O uso e abuso de drogas data desde os primórdios da existência humana, como indicado na subseção anterior, ao datar a origem das substâncias. Desde a pré-história, essas substâncias eram utilizadas para suportar as adversidades do ambiente em busca da sobrevivência, como o consumo de folhas de coca e de tabaco, que auxiliavam os hominídeos a suportar a fome e a fadiga. Até a Idade Média, o uso de substâncias psicoativas era atrelado predominantemente a fins religiosos e médicos. A necessidade humana de se relacionar com o divino na Antiguidade

fez surgir a figura do curandeiro, com a função de viajar pelo sobrenatural, absorver as impurezas e enfermidades do mundo e trazer a esperança, e tudo que fosse capaz de modificar os estados de ânimo era considerado milagroso, um sinal do divino. As plantas que proporcionavam tal efeito passaram a ser encaradas como substâncias que engendram Deus dentro de si, que geram o divino (Araújo & Moreira, 2006).

Nesse sentido, Escohotado (1994) realiza um importante levantamento histórico a respeito da origem das drogas e indica a relação do gênero humano com cada substância psicoativa em determinado momento histórico. A papoula, planta base do *ópio*, foi mencionada pela primeira vez nas tábulas sumérias no terceiro milênio a.C. Nos hieróglifos egípcios, o ópio já era mencionado como analgésico e calmante para fins médicos (Escohotado, 1994; Araújo & Moreira, 2006). Tal substância era utilizada em pomadas por via retal e oral, assim como para acalmar os bebês.

Enquanto a papoula é originária da Europa e Àsia Menor, o cânhamo¹⁴ remete à China com cunho religioso. As principais vertentes do budismo também aproveitavam da planta para a meditação. Para fins medicinais, a planta servia para tratamentos oftalmológicos, febre, insônia, tosse seca e disenteria. O cultivo do cânhamo é também muito antigo na Europa Ocidental: no século VII a.C., os celtas exportavam cordas e estopas de cânhamo a todo o Mediterrâneo. Há indícios de que essa cultura também o empregava como droga (Escohotado, 1994). Sobre os alucinógenos, o uso de plantas com propriedades alucinógenas remontam aos velhos testemunhos no Médio e Extremos Oriente, apesar da variedade e quantidade deste tipo de planta ser muito alta na Europa. Já na América, predomina o uso do tabaco, utilizado na forma de mascar, fumar ou beber, com fins recreativos, religiosos e terapêuticos. A utilização dessa substância foi constatada desde o Canadá até a Patagônia (Escohotado, 1994). Sobre o uso de alucinógenos no continente americano, importante citar que nas civilizações amazônicas diversas plantas alucinógenas eram utilizadas com fins religiosos, como a *ayahuasca*, uma bebida preparada a partir da chacrona e do cipó do jagube. Estima-se que esse chá tenha sido utilizado há pelo menos 2000 anos pelas civilizações amazônicas, permanecendo entre as tribos indígenas até a sua incorporação em rituais cristãos no século XX no Brasil, conhecida atualmente pelas cerimônias do Santo Daime (Araújo & Moreira, 2006).

De acordo com Escohotado (1994), os arbustos de coca são originários dos Andes, de onde originam as esculturas mais antigas de rostos com as bochechas inchadas pela mastigação de suas folhas. Também originam da América o guaraná e o mate – que contêm cafeína-, e o

¹⁴ Nome dado ao arbusto da *Cannabis sativa*.

cacau – com propriedades próximas à cafeína. Na China, utiliza-se, desde há quatro ou cinco milênios, um chá que contém cafeína e efedrina, um estimulante mais concentrado. Da África é originário a noz de cola, um estimulante que contém cafeína, e o kat, um arbusto que se consome no Iêmen, Somália e Etiópia. O café é de origem arábica, mas seu uso como droga data do século X. Todas essas substâncias têm como efeito genérico o estímulo de energia, possibilitam comer menos e trabalhar mais e nunca serviram para produzir “viagens” em ritos, o que faz com que sejam, desde o começo, substâncias consideradas profanas, em que “o acomodado usa por gosto e o pobre por necessidade”¹⁵ (Escohotado, 1994, p. 5, tradução nossa).

Há uma variedade grande de plantas produtoras de álcool, de acordo com Escohotado (1994). Para obter uma cerveja simples, basta mastigar algum fruto em que o contato da saliva com o vegetal produzirá fermentação e originará álcool de baixa graduação. Uma escrita cuneiforme de 2200 a. C. recomenda a cerveja como tônico para mulheres lactantes. Já os egípcios e mesopotâmios conheciam a fermentação das frutas desde 3000 a.C., consumiam cerveja e vinho (Araújo & Moreira 2006). O consumo de vinho é bastante citado na Bíblia hebraica, o Antigo Testamento distingue o vinho da bebida forte. Enquanto, no Ocidente, o álcool é mais aceitável, na religião indiana e budismo, essa substância é desaprovada, frente a preferência do uso do cânhamo para os rituais religiosos. Na China e no Japão, em decorrência das plantações de arroz no território, é muito comum o vinho de arroz. Da África e da América são conhecidas originalmente apenas as fermentações a partir de vegetais, até o acesso a outras bebidas alcoólicas pelas navegações (Escohotado, 1994).

Na Grécia Antiga, segundo Escohotado (1994), a organização societária em *polis* permitiu um grande respeito pela liberdade individual, o que possibilitou uma grande eclosão de conhecimentos e expressões artísticas. Nessa sociedade, as drogas não são mais encaradas como sobrenaturais e, com base na escola hipocrática, são consideradas “substâncias que esfriam, esquentam, secam, umedecem, contraem e relaxam, ou fazem dormir”¹⁶ (Escohotado, 1994, p. 8, tradução nossa). O essencial em cada uma das substâncias, de acordo com essa sociedade, é “a proporção entre a dose ativa e a dose letal, pois somente a quantidade distingue o remédio do veneno”¹⁷ (Escohotado, 1994, p. 8, tradução nossa), o que permitiu aos gregos perceberem o fenômeno que hoje conhecemos como tolerância. Assim, para os gregos, algumas drogas são tóxicas devido à falta de conhecimento sobre a substância.

¹⁵ “[...] el acomodado usa por gusto y el pobre por necesidad”.

¹⁶ “[...] substancias que estan enfriando, calentando, secando, humedeciendo, contrayendo y relajando, o haciendo dormir.”

¹⁷ “[...] es la proporción entre dosis activa y dosis letal, pues sólo la cantidad distingue al remedio del veneno”.

As drogas comumente consumidas na Grécia, além de vinhos e cervejas, foram o cânhamo e outras plantas alucinógenas, para fins cerimoniais e lúdicos, e extrato de haxixe com vinho e mirra, para estimular reuniões privadas. No entanto, nenhuma droga obteve mais popularidade que o ópio, planta símbolo de Deméter, deusa da fertilidade. Os gregos não ignoravam o uso abusivo, mas o associavam principalmente ao vinho, símbolo do deus Dionísio, conhecido por suspender as fronteiras da identidade pessoal e invocar periódicas orgias (Escohotado, 1994).

Na Roma Antiga, no período imperial, era comum fumar as flores do cânhamo (maconha) em reuniões para incitar hilariedade e desfrute. O tratado farmacológico mais influente da Antiguidade tem origem em Roma e descreve o ópio como algo que alivia a dor, a tosse, os fluxos estomacais e se aplica àqueles que não conseguem dormir. Entretanto, o consumo dessas drogas não criava problemas nem de ordem pública nem privada, pois, apesar dos milhões de usuários regulares de ópio, não haviam casos clínicos de uso abusivo nem eram marginalizados socialmente. O costume de usar ópio não se distinguia de nenhum outro costume cotidiano, o que não ocorria com o consumo de álcool, que foi questionado pelos conflitos gerados pelo uso abusivo (Escohotado, 1994).

Durante a Idade Média, após a fragmentação do Império Romano e a consolidação do feudalismo no mundo ocidental, o consumo de substâncias psicoativas foi proibido pela Igreja Católica por serem atribuídas a rituais pagãos. Aqueles que insistiam em manipular as ervas eram acusados de bruxaria e passíveis de penas capitais (Araújo & Moreira 2006). Para o catolicismo, todos os ritos que utilizavam substâncias psicoativas eram considerados rituais satânicos, e “Deus não terá nada de mistério vegetal e multiplicidade: ele será único e transcendente, como a própria autoridade da fé”¹⁸ (Escohotado, 1994, p. 20, tradução nossa). Assim, todo o conhecimento sobre drogas, inclusive científicos, eram considerados heresia. Os indivíduos, os quais trabalhavam com o comércio de drogas – denominados “drogueiros” por Escohotado (1994) – eram exterminados ou vendidos como escravos, pois eram considerados magos, e a magia era proibida. Os medicamentos considerados eficazes eram as indulgências vendidas pelo clero, os santos óleos, águas e velas bentas. A Inquisição na América, seguindo as mesmas premissas, perseguiu um grande número de nativos que utilizavam suas drogas tradicionais. De acordo com Escohotado (1994), os colonizadores surpreenderam-se com a medicina empregada pelos índios a partir das plantas e com os estimulantes utilizados no continente americano, como a folha de coca e o tabaco. Segundo o autor, há escritos que

¹⁸ “[...] Dios no tendrá ya nada de misterio vegetal y multiplicidad: será uno y trascendente, como la propia autoridad de la fe.”

associam a folha de coca ao diabo, já que os nativos a utilizam em oferendas da sua cultura, porém nas oferendas continham também utensílios como roupas e alimentos como frutas e verduras, que não poderiam ser proibidas ou igualmente rechaçadas.

A partir do século XV, a expansão marítima empregada pelos europeus, o aquecimento do comércio e o processo de derrocada do feudalismo trouxeram à tona a necessidade de conhecimentos cientificamente embasados, a fim de facilitar as navegações e as transações comerciais (Hobsbawm, 2012). Com isso, segundo Araújo e Moreira (2006), foram empregadas diversas experiências científicas com plantas de propriedades psicoativas, resultando numa grande quantidade de medicamentos produzidos a partir dos alcaloides destas plantas, passadas ao controle da medicina e submetidas também à comercialização.

Escohotado (1994) indica o “ressurgir” da medicina nessa época, em que superar a “caça às bruxas” da Inquisição, implicava romper com a concepção de que as propriedades de certas plantas eram sobrenaturais e afirmar que estas apresentavam grande utilidade para a saúde. E, então, substâncias que foram repugnadas durante a Idade Média, passaram a fazer parte de práticas terapêuticas com centralidade no ópio. Essa prática, segundo Escohotado (1994, p. 39), inaugura a farmacologia: “em suma, renasceu a farmacologia, algo que até então a meio caminho entre a alquimia e a feitiçaria, e com ela uma nova indústria que crescerá sem pausa”, ou seja, a indústria farmacêutica. Até o fim do Velho Regime, as drogas consideradas pagãs emergem amparadas por médicos, boticários e químicos. Assim como possuíam vinhos e licores em casa, as famílias tinham elixires para a tosse, remédios para os nervos, láudanos para cólica e chás com ópio para insônia e, embora fossem substâncias psicoativas, eram utilizadas apenas para fins medicinais.

O comércio do ópio merece uma passagem especial no histórico sobre as drogas, pois teve papel fundamental na disputa entre potências mundiais. Essa disputa foi, inclusive, nomeada “Guerras do Ópio” (1839-1842 e 1856-1860). Em que a Inglaterra, para superar a soberania comercial da China, produtora de seda, porcelana e chás, traficava o ópio para os chineses. A China proibia o consumo de ópio devido ao déficit econômico provocado pelas trocas dessa droga por chá, especiarias e sedas. Por volta de 1835, o ópio chegou a representar metade das exportações britânicas para a China e ameaçava a estabilidade social, devido ao contrabando, e a estabilidade financeira, devido à desvalorização da moeda. Quando os chineses tomaram medidas mais drásticas contra a comercialização do ópio, tais como descartar toneladas dessa substância no mar, a Grã-Bretanha declarou guerra armada contra a China (Escohotado, 1994). Conforme Rodrigues (2012), a China foi derrotada em ambos os momentos, cedendo na liberação do comércio de ópio. “Estados como Inglaterra e França, que

hoje são, em maior ou menor escala, defensores do proibicionismo, impuseram pela força das armas a legalização do ópio no império oriental” (Rodrigues, 2012, p. 23).

Esse fato histórico remete à reflexão das drogas enquanto mercadoria no surgimento do capitalismo, em que as suas propriedades farmacológicas e entorpecentes serviram e seguem servindo para a comercialização, seja na indústria farmacêutica, seja no comércio ilegal, questões que serão abordadas na seção seguinte. A pressão exercida pela Grã-Bretanha para a livre comercialização do ópio, o qual os ingleses transportavam da Índia para vender na China, de acordo com Escohotado (1994), não influenciou no uso abusivo por parte nem dos chineses e nem dos indianos. Como mostra o autor, as gerações seguintes às guerras do ópio mostraram maior atitude de autocontrole frente à substância. Conforme declaração oficial do governo chinês, em 1906, três décadas após a liberação do ópio, os usuários representavam 0,5% da população total, enquanto os indianos em geral desprezavam os efeitos da droga, demonstrando padrões de uso menos danosos nesse período do que se observa atualmente (Escohotado, 1994).

A respeito da comercialização de fármacos, em meados do século XIX, de acordo com Escohotado (1994), havia em média setenta mil remédios nas boticas da América e Europa, quase todos apresentavam substâncias psicoativas e eram propagandeados sem maiores problemas. Nesse século, iniciou-se a descoberta de distintos princípios ativos de plantas em uma sucessão que iniciou com a morfina (1806), codeína (1832), cafeína (1841), cocaína (1860), heroína (1883), anestésicos como éter, clorofórmio e óxido nitroso, entre outras substâncias. Tais descobertas permitiram o conhecimento de concentrações e doses das substâncias, facilitando o transporte e a segurança do uso para o usuário (Escohotado, 1994).

Importante frisar que todas as substâncias supracitadas foram originariamente comercializadas legalmente para fins medicinais. Como afirma Rodrigues (2012), é surpreendente para nós, no início do século XXI, saber que inúmeras substâncias psicoativas, hoje proibidas, tais como cocaína e derivados de ópio, eram compradas tranquilamente em farmácias e boticas. Por exemplo, a heroína, juntamente com a aspirina, foram responsáveis pelo crescimento da então pequena fábrica de corantes *F. Bayer*, hoje uma das principais indústrias farmacêutica. Até meados de 1900, todas as drogas conhecidas eram mundialmente disponíveis em farmácias e drogarias, assim como as propagandas eram livres (Escohotado, 1994).

Imagem 1 - Recipiente de Heroína da Bayer em meados de 1900, divulgado como um substituto não viciante da morfina e remédio contra tosse para crianças.



Fonte: Hypescience

Imagem 2 - Propaganda de Cocaína para alívio de dor de dente nos Estados Unidos em 1885.



Fonte: Hypescience

Imagem 3 - Frasco de sedativo, da empresa Stickney and Poor's, com uma mistura de ópio e álcool para aquietar bebês recém-nascidos. O frasco contém a posologia de 5 drops para crianças com cinco dias de vida; 8 drops para crianças com duas semanas de vida; 25 drops para crianças com cinco anos e uma colher cheia para adultos. (Não há referência de data).



Fonte: Hypescience

Foi somente no século XIX, com o espírito do romantismo – corrente artística marcada pelo processo de consolidação da burguesia, do modo de produção capitalista e da incipiente industrialização -, que foram identificados padrões de uso de drogas que acarretavam danos físicos, psicológicos e sociais (Ribeiro & Araújo, 2006). Escotado (1994) também indica o Renascimento como a época onde o consumo de bebidas alcoólicas alcança níveis antes desconhecidos. Importante ressaltar que, até a Revolução Francesa (1789), a pobreza e a miséria eram tidas como consequência da vontade divina, e as substâncias psicoativas eram condenadas pela Igreja, o que ditava costumes sociais, como expusemos anteriormente. Durante o processo de industrialização, a população abandonou o campo para trabalhar nas fábricas, amontoando-se em guetos e cortiços sujos, o que acarretou a disseminação de inúmeras epidemias. Ribeiro e Araújo (2006) explicam que, sem a cultura como mecanismo de controle informal do consumo de drogas, foram registrados casos de overdose, complicações crônicas à saúde e o dismantelamento de hábitos sociais locais tradicionalmente instituídos. Escotado (1994) indica que, entretanto, nesse período os usuários abusivos de drogas não eram uma questão policial ou judicial, apenas mereciam atenção de periódicos e revistas.

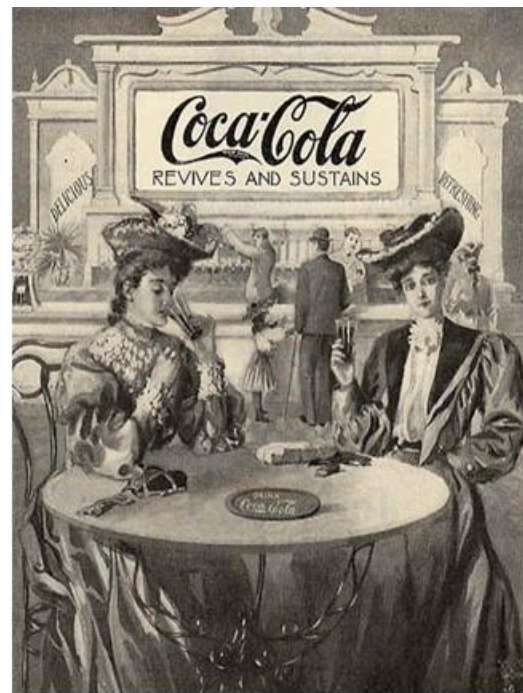
Foi também durante o século XIX que se iniciou o primeiro ciclo de intolerância ao uso de drogas. A Lei Seca nos Estados Unidos (1919-1933) proibia a venda, distribuição e consumo de bebidas alcoólicas em todo o território americano e na Europa. Durante a I Guerra Mundial, saiu do controle o uso de opióides e cocaína, até então vendidas em farmácias para os soldados, tendo como consequência a restrição da sua comercialização, permitida somente sob prescrição

médica (Araújo & Moreira, 2006). Conviviam nos EUA, no final do século XIX, movimentos de defesa da proibição das drogas psicoativas (em especial do álcool, antigo inimigo do puritanismo) e uma certa liberdade de acesso a essas substâncias, ilustrada, como exemplo, o refrigerante “Coca-cola”, que contava em sua fórmula com princípio ativo das folhas de coca (Rodrigues, 2012).

Imagem 4 - Propaganda da Coca-Cola, em 1897, menciona ser um ideal tônico para o cérebro, enquanto ainda era permitida a utilização de derivados da folha de coca. Em 1905, a propaganda muda, com o anúncio da retirada de coca do refrigerante e utilizando o slogan “renova e sustenta”.



1897



1905

Fonte: Blog do Curioso, 2012.

A intolerância frente às drogas, de acordo com Escohotado (1994), vincula-se a dois fatores básicos no século XIX: a) a reação puritana, nos Estados Unidos, aos imigrantes que chegavam às grandes cidades e que passou a relacionar as drogas com determinados grupos demarcados por classe social, religião ou raça, como analisaremos mais adiante; b) a liquidação do estado mínimo, que propiciou reflexos nas relações de trabalho em que médicos e farmacêuticos estabeleceram uma batalha contra curandeiros com o intuito de consolidar um monopólio sobre as drogas. Em 1885, foi fundada a Anti-Saloon League, uma organização de base protestante, que expressava o objetivo de uma América livre de bebidas e jogos. Rodrigues

(2012) explica que o movimento proibicionista tinha raízes na tradição puritana do protestantismo, interpretação do cristianismo radicalmente contrária à busca do prazer em vida. As associações médicas e farmacêuticas, nessa conjuntura, vislumbraram a oportunidade de aliar-se à organização protestante para obterem o controle sobre as demais drogas. A aliança foi consolidada em 1903, e, então, nenhuma droga poderia ser vendida sem prescrição médica. Por exemplo, o ópio e a morfina passaram a ser consideradas um “poder diabólico” se dispensado da prescrição de diplomados, quando ambas as substâncias ocuparam o quarto lugar entre os fármacos mais vendidos nos Estados Unidos (Escohotado, 1994).

O monopólio medicinal sobre as drogas mereceria um trabalho à parte, pois está intimamente relacionado ao interesse da indústria farmacêutica, uma das mais lucrativas do mundo, porém, sem ignorá-la, faremos referência sem, no entanto, aprofundarmos nos vários determinantes que essa relação engendra. Cabe mencionar que o proibicionismo teve grande contribuição no monopólio das indústrias farmacêuticas e da medicina sobre as drogas psicoativas. De acordo com Rodrigues (2012), em 1914, a lei “Harrison Narcotic Act” além de instituir severos acordos internacionais que investiam na proibição explícita do uso de qualquer psicoativo que não fosse utilizado para finalidades médicas, criou as figuras do traficante e do “viciado”. “O traficante deveria ser perseguido e encarcerado; o usuário, considerado *doente*, deveria ser tratado (mesmo que compulsoriamente)” (Rodrigues, 2012, p. 25, **destaque do autor**).

Na entrada do século XX, a difícil relação comercial entre Estados Unidos e China motivou que o primeiro país optasse pela solução pacífica de auxiliar os chineses no combate ao ópio: “Desistindo de pedir fundos para uma invasão, o presidente (norte-americano) pensou que com incomparavelmente menos dinheiro poderia convocar uma conferência internacional sobre o ópio e aproveitar a oportunidade para negociar os interesses econômicos”¹⁹ (Escohotado, 1994, p. 68, tradução nossa). Como resultado, em 1909, uma conferência ocorrida em Xangai reuniu potências coloniais, e, por pressão americana, os países aceitaram a proposta de restringir o negócio do ópio apenas para as necessidades de uso médico. Tal decisão também foi influenciada por parte de duas poderosas indústrias farmacêuticas, as alemãs Bayer e Merck. Esse encontro inaugurou uma prática constante de encontros diplomáticos para o controle de drogas psicoativas, motivadas pelo proibicionismo americano (Rodrigues, 2012).

¹⁹ “Desistiendo de pedir fondos para una invasión, el presidente pensó que con incomparablemente menos dinero podía convocar una conferencia internacional sobre el opio, y aprovechar la distensión para negociar los intereses económicos”.

Podemos observar que as motivações proibicionistas são, então, de cunho econômico principalmente e se alinham a questões sociais, como a xenofobia nos Estados Unidos. Entretanto, a proibição das drogas culminou no seu comércio ilegal e “a proibição das drogas e o mercado subterrâneo por ela inaugurado produzem uma situação de guerra constante dentro dos países que banem o uso de psicoativos e também no plano internacional” (Rodrigues, 2012, p. 8). Procuraremos analisar, nas seções, seguintes os nuances do tráfico de drogas e das políticas de enfrentamento às drogas, que apresentam repercussões severas e concretas na vida dos envolvidos, sejam usuários ou traficantes, seja a população não envolvida diretamente com a questão de drogas.

3.2.1 *O Proibicionismo e Guerra às Drogas*

A intolerância às drogas inaugurou um extremo da sua política de enfrentamento, caracterizada por medidas adotadas referentes ao campo da segurança e da Justiça com modelos de intervenção pautados na repressão e no proibicionismo, o que inaugurou a estratégia de **guerra às drogas**. Essa estratégia prioriza a redução da oferta de drogas e relega a segundo plano a prevenção ao uso, encarcerando os usuários e **definindo a dependência como uma patologia de ordem biológica**. Para colocar em vigor as medidas de repressão e sanção criadas, principalmente, pelos Estados Unidos, foi utilizado, em diversos países, o aparato policial e prisões compulsórias, enquanto os usuários foram estigmatizados e as políticas de apoio e tratamento a eles foram negligenciadas (Machado & Boarini, 2013). De acordo com Rodrigues (2012), a Guerra às Drogas se mostra como um conjunto de embates que envolvem Estados, empresas narcotraficantes, grupos armados e forças sociais.

[...] as drogas psicoativas são alvo de reprovações morais que condenam seu uso e amparam os clamores por repressão. O produto *droga* é, assim, por demais polêmico, pois está imerso em um complexo caldo de censura moral, que, por sua vez, alimenta desaprovações médicas, sanitárias e jurídicas. Desse modo, ao longo do século XX, duas demandas não cessaram de crescer: de um lado, por drogas psicoativas, de outro, por leis e medidas de repressão. As leis vieram e o mercado ilícito de drogas foi instaurado. (Rodrigues, 2012, p. 9, **destaque do autor**).

Carneiro (2002) indica que o proibicionismo nos Estados Unidos faz parte da política do industrialismo norte-americano de controlar a vida privada da mão-de-obra. De acordo com o autor, o controle do consumo de álcool era indissociável do controle da vida sexual, uma característica indispensável do novo modelo de organização do trabalho. “Sexo e droga (álcool) eram os principais prazeres a serem contidos pela coerção industrial para o máximo aproveitamento da força de trabalho.” (Carneiro, 2002, p. 127). No continente americano,

Carneiro (2002) indica que a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados, pois os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho.

A lógica do mercado ilegal é bastante evidente quando se trata da Lei Seca dos Estados Unidos em 1919, que instituiu a proibição total da produção, circulação, estocagem, importação, exportação e venda de bebidas alcoólicas em território estadunidense. A partir de então, surgiram inúmeras máfias responsáveis pelo tráfico de álcool, com exemplo do famoso Al Capone. Não houve diminuição do consumo, mas a transferência do hábito de beber para bares e pubs clandestinos. E, até ser revogada em 1933, a Lei Seca foi responsável pelo aumento do crime no país. Os próprios ministros do interior e da justiça foram condenados por relação com gangues e contrabando. Além do consumo não ter sido revogado, os usuários foram expostos a bebidas muito mais nocivas à saúde, já que eram fabricadas sem cuidados mínimos de higiene e escolha de matérias-primas. Houveram mortes e paralisias decorrentes do consumo de destilados venenosos (Escohotado, 1994; Rodrigues, 2012). A legalização do álcool foi acompanhada pelo endurecimento das medidas legais sobre psicoativos já proibidos e outros que não sofriam restrições diretas, como a maconha, proibida em 1937 (Rodrigues, 2012).

A década de 1960 foi marcada por grandes transformações culturais, denominada *contracultura*, que tiveram suas reverberações também na relação com as drogas:

Na agitação dessa década de contestação aos padrões morais estabelecidos, o uso de drogas ilícitas esteve presente como ato de sublevação contra a autoridade estatal e as pressões sociais conservadoras e, também, como atitude de autoconhecimento, de autogoverno e de exploração das potencialidades do corpo e da mente (Rodrigues, 2012, p. 35).

Em busca de direitos sociais e políticos após anos de conflitos suscitados pelas Guerras, alguns movimentos destacaram-se, como a luta contra a segregação racial nos Estados Unidos e os movimentos estudantis na França. Nesse contexto, o consumo de drogas psicoativas foi considerado pelos movimentos contracultura como um direito individual e estava associado à aquisição de novas percepções aliadas a ideais humanistas, divergentes do cenário repressivo e violento que vigorava nos governos totalitários e na retaliação aos movimentos sociais. Nessa época, é que foi criado e difundido o uso de LSD (Ribeiro & Araújo, 2006). Assim, uma faixa da população estadunidense composta por contestadores e pacifistas tornou-se vulnerável à ação repressiva do Estado (Rodrigues, 2012). De qualquer forma, é possível verificarmos que a reprodutibilidade do capital nunca dispensa nada; tudo se torna passível de geração de

mercadoria: a fabricação e comercialização clandestina ou não da droga, a luta pela liberação do seu uso, o controle, o impedimento e a repressão do mesmo – “indústria” da segurança.

Em meados de 1970, o presidente Richard Nixon (1913-1994) inaugurou a política que ficou conhecida como **Guerra às Drogas** (War on Drugs), continuada em maior ou menor medida pelos demais mandatos de presidentes do país. Em pronunciamento no ano de 1972, o presidente identifica os psicoativos ilícitos como principais inimigos da “América” (Rodrigues, 2012). Importante frisar que, nesse período, no Brasil e em toda a América Latina, ocorriam golpes militares apoiados pelos EUA. Os golpes caracterizavam governos marcados pela censura, caça aos comunistas e retirada de direitos sociais. Ou seja, o contexto da década de 60, fortemente influenciada pela Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, era uma luta entre o triunfo do capitalismo e a ameaça de uma proposta de sociedade mais igualitária sob o comunismo. Como medida de proteção dos Estados Unidos frente à disseminação das ideias provindas da União Soviética, o país estimulou e apoiou ditaduras militares, que garantiam o avanço do neoliberalismo e reprimiam quaisquer atitudes que ameaçassem o modo de produção capitalista. Nessa conjuntura, torna-se mais compreensível o endurecimento, também, da política sobre drogas (Hobsbawm, 2007). Porém, iniciada a década de 1980, quando o socialismo soviético deu sinais de enfraquecimento, a política repressiva contra as drogas ocupou o vácuo deixado pela ameaça comunista, elegendo como novo perigo o narcotráfico²⁰ (Rodrigues, 2012).

Em relação aos países denominados de terceiro mundo, nos quais inclui-se o Brasil, os Estados Unidos aceitava oficialmente a existência de países produtores de drogas ilícitas e países consumidores, exteriorizando o problema do tráfico de drogas. “[...] Nessa lógica, criminosos asiáticos e latino-americanos levariam heroína, cocaína, maconha e LSD para *corromper a juventude norte-americana.*” (Rodrigues, 2012, p. 38, **destaques do autor**). Na década de 1980, o combate às drogas tornou-se questão de segurança nacional, reforçando as políticas de combate frontal ao tráfico em países considerados produtores (Rodrigues, 2012).

Como exemplo da influência estadunidense na política de drogas brasileira, tem-se a criação do PROERD. Em paralelo à política repressiva, o governo americano, na década de 1980, aplicou campanhas com apelo moralista, objetivando conscientizar a prevenção em massa e reduzir a demanda por drogas. Em 1983, a então primeira-dama Nancy Reagan suscitou a criação do *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) nas escolas. O programa era ministrado por policiais com o intuito de orientar os estudantes a recusarem possíveis ofertas de drogas,

²⁰ Narcotráfico é o nome dado ao tráfico ilegal de drogas, ou narcóticos, como comumente denominam-se as substâncias psicoativas.

apresentando seus malefícios e consequências legais do consumo. Foi esse programa que impulsionou a criação do PROERD no Brasil (Ribeiro & Araújo, 2006).

De acordo com Ribeiro e Araújo (2006), a Organização das Nações Unidas (ONU) foi o principal instrumento e porta-voz dos Estados Unidos na política de controle e proibicionismo às drogas. Durante a década de 1960, a ONU criou a Comissão de Narcóticos (CND), que em suas Convenções estabeleceu o sistema internacional de controle das drogas, reafirmando o proibicionismo como política a ser seguida por todas as nações. “A primeira (convenção) recuperou e detalhou as determinações oriundas da Liga das Nações (anos 1920). A segunda reafirmou o propósito proibicionista frente aos movimentos contracultura da década de 1960. A terceira confirmou e fortaleceu a estratégia repressiva como instrumento de combate ao crescimento do crime organizado (1980).” (Ribeiro & Araújo, 2006, p. 462).

A incidência da política proibicionista ditada pelos Estados Unidos, tendo a ONU como porta voz, evidenciou, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, uma política de drogas muito mais voltada à segurança com enfoque na repressão e criminalização do que à saúde pública (Machado & Boarini, 2013). Essa constatação diz muito sobre como a escola lida com a problemática de drogas. Se observamos que as medidas tomadas para o fenômeno nesse espaço são normalmente punitivas ou com auxílio da polícia militar, é porque historicamente consolidaram-se as políticas sobre drogas com esse caráter. A falta de atendimento aos usuários de drogas na escola ou a estigmatização deles também é consequência da relação histórica que se estabeleceu na sociedade com os indivíduos que fazem uso abusivo de drogas.

3.3 Narcotráfico e Política de drogas no Brasil

Segundo Rodrigues (2012), até meados da década de 1910, pouco havia na legislação brasileira sobre a regulamentação de substâncias psicoativas. Em geral, as drogas provinham da Europa, fabricadas pelas grandes indústrias farmacêuticas. Apenas os homens de ascendência oligarca, especialmente cafeicultora, podiam se dedicar a tais hábitos elegantes. A cocaína e heroína passaram a sofrer perseguição quando deixaram de ser exclusivas, e houve registro do seu consumo entre prostitutas, cafetões e marginalizados. Acrescido do preconceito contra o uso da maconha, relacionado a negros, o ambiente tornou-se favorável para o controle desses psicoativos (Rodrigues, 2012).

No Brasil, de acordo com Machado e Boarini (2013), a regulamentação oficial das drogas ilícitas data da década de 1920, com uma lei restritiva ao consumo do ópio e da cocaína, relegando os usuários ao isolamento social e internação. O Decreto nº 14.969 de 1921

condenava qualquer utilização considerada para fins não médicos, e, após essa lei, houve uma sequência de pequenas reformas: 1922, 1932, 1936, 1938 (Rodrigues, 2012). Em 1938, foi publicada uma regulamentação com o intuito de fiscalizar o uso de entorpecentes, incluindo nessa categoria o ópio, cocaína, maconha e heroína.

A consolidação do proibicionismo, no Brasil, vem com a aprovação da Lei nº 6.368 de 1976, conhecida como Lei de Tóxicos, que regulamentou a questão das drogas ilícitas no país até a aprovação da Lei nº 10.409 de 2002. Tal lei institui as figuras do traficante, criminoso que deve ser punido com rigidez, e usuário, indivíduo tido como doente que deve ser encaminhado para tratamento. Sobre os usuários, essa regulamentação definiu como toxicomania uma doença não tratável em domicílio, sendo obrigatória a internação, mesmo quando de intoxicação por abuso de álcool, permitida a alta somente sob decisão médica (Rodrigues, 2012). Machado e Boarini (2013) indicam que essas medidas em conjunto com as aspirações do governo de Getúlio Vargas em controlar os comportamentos desviantes advindos dos trabalhadores, reforçaram a ideia de abstinência como ideal no tratamento às drogas. Segundo essas autoras, mesmo que a lei tenha revogado o caráter compulsório das internações, aumentou a medicalização dos usuários de drogas.

Segundo Rodrigues (2012), a Lei de Tóxicos combina medidas repressivas e preventivas com destaque para as campanhas educacionais e difusão de conhecimentos sobre drogas nas escolas que permanecem ainda hoje, a exemplo do PROERD e de palestras ministradas nas escolas, conforme trouxeram algumas das publicações analisadas na primeira seção. No entanto, de acordo com Rodrigues, o enfoque é marcadamente repressor. E, ao observarmos a conduta prática nas escolas a respeito das drogas, constatamos que apesar das palestras ditas educacionais, os casos são resolvidos por meio da repressão seja policial ou pela punição do estudante. Como agravo do caráter repressor dessa Lei, o autor explica que o alinhamento da política de drogas brasileira com a estadunidense resultou em medidas mais severas do que necessitava o Brasil, devido ao narcotráfico ainda incipiente. As medidas severas, na época, serviram para contribuir com a repressão inerente à ditadura militar, por vezes, associando intencionalmente as guerrilhas comunistas com as organizações criminosas sem motivações políticas.

Nesse momento histórico, o narcotráfico brasileiro constituía uma importante rota da cocaína com destino à Europa e aos Estados Unidos, e o Brasil se destacava como promissor centro de consumo dessa droga. Já na década de 1990, o tráfico brasileiro tomou outros contornos, em que o país não era mais apenas “corredor de passagem” da cocaína andina para a Europa e EUA, mas um importante processador de pasta base, contando com centros de

consumo, organizações narcotraficantes de caráter “oligopólico e competitivo que erguiam seus espaços de autoridade e teciam suas redes de influência junto às instituições estatais” (Rodrigues, 2012, p. 76).

No âmbito legal, em 1990, a Lei nº 8.072 equiparou o tráfico de drogas aos crimes de sequestro, tortura, terrorismo e estupro, enrijecendo a punição com a negação da fiança aos acusados e da progressão de pena (sendo obrigatório cumprir 2/3 da pena em regime fechado). Ao longo da década de 1990, embora não tenha sido promulgada nenhuma nova lei, projetos de lei foram elaborados para reformar a Lei de Tóxicos. Em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.343, que fez a distinção entre traficantes e usuários, prevendo punição e encarceramento para os primeiros e tratamento médico para os últimos. Muitos consideraram essa lei um avanço, à medida que o uso de drogas passou a ser encarado como problema de saúde pública e não de segurança pública. Entretanto, a lei de 2006 não especificou as quantidades de drogas ilícitas que seriam consideradas para uso pessoal ou para o tráfico, ficando a cargo do delegado de polícia decidir em qual categoria se enquadra a pessoa flagrada com psicoativos ilegais (Rodrigues, 2012). Diante desse cenário, questionamos: que população é alvo das prisões e repressões policiais? A resposta dessa pergunta está intimamente relacionada com a vida dos meninos e meninas que são público alvo da nossa pesquisa de campo. As vítimas da estruturação do tráfico atualmente e das políticas de enfrentamento têm classe social e cor, conforme discutiremos adiante.

Será que quando ocorre uma apreensão de substância psicoativa ilegal em um barraco de periferia, considera-se a hipótese de que aquela pessoa é usuária? Será que a apreensão ocorrida em uma casa de classe média/alta a pessoa poderá ser considerada traficante? Claro que, de acordo com o compromisso ético dos componentes do Sistema de Justiça, os elementos estereotipados não podem ser determinantes, mas o que vemos é que a Lei Antidrogas conta prioritariamente com o “olhar” dos agentes de segurança e com o “bom senso” do juiz e isso é demasiadamente subjetivo. Quem são usuários? Quem são traficantes? É possível vermos, cotidianamente, situações de jovens de classe média que são pegos com drogas e recebem medidas alternativas e, por outro lado, jovens das classes populares, pegos com a mesma quantidade que recebem punições severas e vão para prisão ou centros de socioeducação (Rocha, 2012, p. 71).

Como agravamento à população pobre e marginalizada, em 2010, a política de drogas incluiu a participação dos militares na guerra às drogas. “A Lei Complementar nº 136 incorporou decisões anteriores que deram o chamado *poder de polícia* (revistar veículos e pessoas, prender suspeitos em flagrante) às Forças Armadas na faixa fronteira e nas águas territoriais brasileiras (mar territorial e rios).” (Rodrigues, 2012, p. 80, **destaques do autor**). O Art. 15 dessa lei estabeleceu que os governadores estaduais poderiam solicitar ao governo

federal o apoio de forças federais em situações tidas como de grave ameaça à ordem pública. Assim, durante tais operações, o comando das tropas e efetivos policiais ficaria a cargo de uma autoridade militar. Dois meses após a publicação dessa lei, ataques a policiais, ônibus e automóveis no Rio de Janeiro, atribuídos a traficantes, motivou que o governo do estado solicitasse ao governo federal a colocação em prática dessa lei, que configurou a *Força de Pacificação* (Rodrigues, 2012).

Assim, em novembro de 2010, uma grande operação que combinou tropas do Exército e da Marinha (fuzileiros navais), policiais militares, policiais federais, policiais civis, membros da Força Nacional e policiais rodoviários cercou e ocupou o conjunto de favelas conhecido como Complexo do Alemão, na zona norte do Rio (Rodrigues, 2012, p. 80-81).

As tropas militares ocuparam o Complexo até 2012, após a instalação das primeiras Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). As UPPs visam retomar o território das favelas por meio de ações policial-militares e ofertar serviços estaduais e municipais (programa “UPP Social”), associados a organizações não governamentais e empresas. O efeito imediato dessa ocupação foi a fuga de traficantes para outras favelas do Rio de Janeiro e de cidades da Grande Rio, ou seja, deslocou as atividades de regiões visadas para outras mais descobertas (Rodrigues, 2012). Além de que as UPPs configuraram-se também como um órgão repressivo de autoridade e abuso policial nas favelas, vide o caso do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, protagonista da campanha “Cadê o Amarildo?”. Em julho de 2013, após ser detido por policiais militares na porta da sua casa, na Favela da Rocinha, em direção a UPP do bairro, Amarildo desapareceu. Após a notificação do seu desaparecimento, os policiais alegaram que o confundiram com um traficante, mas negaram assassinato. Em fevereiro de 2016, doze policiais foram condenados por torturar e assassinar Amarildo²¹.

Importante entender que o narcotráfico brasileiro tem as suas bases no sistema penitenciário, de lá para os morros, favelas e periferias, passando a influenciar instituições públicas na década de 1990, através de ligações com políticos profissionais, funcionários públicos, juízes, policiais e militares, como procuraremos aprofundar mais adiante (Rodrigues, 2012). As organizações, hoje, hegemônicas no controle do tráfico, como o Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), enfrentam batalhas constantes pelo controle do negócio. De acordo com Rodrigues (2012), a competição entre as organizações resultou, desde a década de 1980, em milhares de mortos entre soldados do tráfico, soldados das forças

²¹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>

repressivas e moradores das favelas. Apesar do carisma alcançado por alguns traficantes, as organizações são rotativas:

Grupos narcotraficantes ganham ou perdem poder, novos bandos surgem [...], velhas quadrilhas desaparecem, mas a força do mercado ilegal permanece protegida sob as asas da Proibição mantida como *guerra às drogas*. A permanência da repressão policial convive com a permanência do tráfico de drogas (Rodrigues, 2012, p. 73, **destaques do autor**).

Esse ciclo do tráfico, forças repressivas e ônus dos moradores das favelas e periferias são bem representadas em filmes brasileiros como “Cidade de Deus”, “Tropa de Elite II” e “Carandiru”. É evidente, também, nessas obras a violência gerada pelo comércio ilegal de drogas e pelo abuso policial. Sobre isso, podemos observar que historicamente o combate ao tráfico esteve aliado com a marginalização de determinados setores sociais. Para Araújo e Moreira (2006), as drogas serviram de “bode expiatório” para a sociedade do século XIX, pois ela passou a explicar os insucessos do modelo liberal do capitalismo, quando se poderia ter o contrário: quanto menos a prática social garantia o que estava posto como ideal/ideário mais se poderia notar o incremento no consumo do proibido. Logo, a marginalização, desigualdade, pobreza, violência: características resultantes do modo de produção capitalista e que foram acirradas naquele período, atribuídas ao uso abusivo e massivo de drogas. Nos Estados Unidos, como já mencionamos anteriormente, a reprovação moral das substâncias psicoativas, além das bases puritanas, foi acompanhada pela associação entre determinadas drogas e grupos sociais e uma forte xenofobia. Os chineses que trabalhavam na construção de estradas de ferro levaram o hábito de fumar ópio. A maconha foi considerada a droga dos mexicanos, grupo visto pelo estadunidenses como indolentes, preguiçosos e, por vezes, agressivos. A cocaína era associada aos negros, que eram lançados a miseráveis condições de vida. O álcool era percebido como a droga de abuso dos imigrantes irlandeses (Escotado, 1994; Rodrigues, 2012). Assim, a proibição das drogas aliou-se à xenofobia, ou seja, aos estereótipos vinculados às classes consideradas perigosas por seus hábitos e pobreza, colocando essa faixa da população sob suspeita, sendo controladas pelos aparatos repressivos do Estado (Rodrigues, 2012).

Na década de 1980, nos bairros pobres norte-americanos, habitados por negros e hispânicos acometidos pelo desemprego, houve a disseminação do crack. Obtido de forma simples e passível de fabricação caseira, o crack era uma opção mais barata e mais segura diante da transmissão da AIDS que acontecia no compartilhamento de seringas de drogas injetáveis. Porém o consumo compulsivo que a droga desencadeia permitiu que consumidores também fizessem o papel de traficantes, surgindo, assim, as gangues de jovens (Ribeiro & Araújo, 2006).

O ambiente socialmente excluído, a reorganização dos esquemas de distribuição e venda (gângues) e o livre acesso a armas de fogo geraram uma disputa de mercado por essa nova demanda. Logo, o consumo das substâncias passou a ser responsabilizada pela explosão de violência dentro dos guetos: jovens enlouquecidos pelo *crack* estão matando por quase nada. A resposta foi reprimir o porte: apreensões a partir de cinco gramas de *crack* poderiam condenar seu portador a cinco anos de prisão. O resultado foi a superlotação das cadeias da América do Norte, majoritariamente compostas por jovens presos por porte de *crack* (Ribeiro & Araújo, 2006, p. 463, **destaque dos autores**).

No Brasil, essa questão não foi diferente. Durante essa época, os negros e índios passavam por um forte processo de marginalização após a abolição da escravatura, e eram esses setores que utilizam a maconha, proveniente de seus rituais religiosos. Logo, a maconha foi vinculada ao estigma de vagabundagem e malandragem, diretamente associados aos negros e índios, o que corroborava para a segregação dessas pessoas (Araújo & Moreira, 2006). Rodrigues (2012) analisa que, se por um lado a política de Guerra às Drogas não foi eficaz no combate ao tráfico, por outro lado é dotado de grande eficácia no que tange às *políticas de controle social*. O que o autor define como medidas de contenção dos indivíduos e grupos que podem desestabilizar a ordem.

Mas qual seria a ligação explícita entre proibicionismo e controle social? A ligação começa a ficar mais evidente quando se percebe quais foram os indivíduos que ocuparam os papéis de *traficante* e de *usuário*. Desde os momentos iniciais da proibição às drogas, as atividades de produção e venda de psicoativos ficaram a cargo de indivíduos postos à margem do sistema socioeconômico dominante. Na ilegalidade, a economia das drogas convocou os indivíduos que não tinham espaço no mundo legal: analfabetos, pobres e marginalizados foram recrutados pelo nascente narcotráfico. Essa mesma classe de indivíduos já era alvo das políticas de contenção social; eles já eram os principais corpos a superlotarem os sistemas penitenciários. Capturados por ameaçarem os costumes e a propriedade privada dos *homens de bem*, esses indivíduos, tidos como desviantes, passaram a ser rastreados também por negociarem *perigosos venenos* (Rodrigues, 2012, p. 119-120, **destaques do autor**).

Dessa forma, discutir o tema de drogas remete necessariamente à violência produzida tanto pelo tráfico quanto pelas forças repressivas do Estado. A lógica de proibição das drogas e do comércio ilegal passa pelo entendimento da droga como mercadoria no atual estágio do capitalismo, pois, como procuramos explicitar, são as relações sociais, em dado momento histórico, que determinam o modo como os humanos consomem drogas psicoativas. Na seção seguinte, procuraremos aprofundar tanto a violência produzida pela lógica da proibição do comércio ilegal de drogas, quanto a droga como mercadoria, porque entendemos ser necessário munir desse conhecimento para elaborar estratégias de enfrentamento ao abuso de drogas na escola.

4. DROGAS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NA SOCIEDADE DA MERCADORIA

*A árvore que não dá frutos
É xingada de estéril. Quem
Examina o solo?*

*O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não havia neve sobre ele?
Bertolt Brecht²²*

Como expusemos anteriormente, o fenômeno do uso de drogas deve ser compreendido sem perder de vista suas determinações históricas e sociais, o que nos leva às raízes de sua manifestação. Tal entendimento impede que incorramos em soluções que mais prejudiquem do que ajudem os envolvidos nessa realidade. Esse movimento de compreensão da realidade é bem exemplificado no poema de Bertolt Brecht: em analogia com a análise de uma árvore, o poeta mostra que se a analisarmos a partir de sua aparência, com galhos quebradiços e sem frutos, a julgaremos estéril e podre. Porém indaga sobre o que a levou a ter essa aparência. Se não há uma análise do solo ou das condições nas quais ela vive, não será possível compreender que essas são as causas de sua esterilidade e podridão. O mesmo vale para os fenômenos da realidade concreta, assim como para nosso objeto: o crescente uso de drogas entre escolares. Quais são os condicionantes? Qual é o solo dessas manifestações? São questionamentos que procuraremos desenvolver ao longo deste capítulo.

Para refletirmos sobre essas questões, analisaremos as determinações do fenômeno para além da sua manifestação pontual, ou seja, rumo à sua constituição universal na sociedade. De acordo com Pasqualini e Martins (2015), sob a ótica do materialismo histórico-dialético, o mundo empírico representa apenas a manifestação aparente da realidade e desenvolve-se à superfície da essência do próprio fenômeno. Para Vygotski (1997), é fundamental que a Psicologia vá à gênese dos fenômenos para explicá-los numa defesa do método genético. Entendemos, nesse sentido, a partir dos dados expostos anteriormente e da nossa experiência

²² Bertolt Brecht (1898-1956) foi um dramaturgo, poeta e encenador alemão. Na década de 1920, tornou-se marxista, o que o obrigou a procurar exílio em diversos países durante o nazismo alemão. Brecht utilizou o teatro e a poesia como arma para conscientização e politização, tecendo críticas às relações sociais no modo de produção capitalista.

com Psicologia Escolar/Educacional, que a escola lida com a expressão fenomênica aparente do uso e comércio de drogas em seu interior. Por esse motivo, consideramos necessário apresentar sucintamente as transformações que as relações com a droga passaram em diferentes sociedades para que possamos, então, nessa seção, tendo em vista a sua construção histórica, compreender a sua culminação no modo de produção capitalista.

O ponto de uma investigação, de acordo com Netto (2011), precisa ser a análise teórica da produção das condições materiais da vida social, sendo que o pesquisador só será fiel ao objeto nessa condição. As condições materiais são, para Marx, a forma de produção e reprodução da vida em sociedade, na qual “[...] os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (Marx, 1982, p. 25). Pode ser entendido, portanto, que a análise teórica, ou seja, a representação do real no pensamento, não se limita à captação fenomênica da realidade, mas demanda a superação da representação sensível pela mediação das abstrações do pensamento (Pasqualini & Martins, 215).

Para a análise teórica das condições materiais, conforme Martins (n.d), o método materialista histórico-dialético busca se opor a dualismos presentes nas pesquisas qualitativas, como subjetivo/objetivo, individual/social, qualitativo/quantitativo ou mesmo indutivo ou dedutivo. Nas palavras da autora:

Diferentemente, a lógica dialética própria à epistemologia marxiana não é excludente, uma vez que incorpora a lógica formal indo além, isto é, incorpora por superação. Disso, resulta a necessidade de uma profunda compreensão acerca do que seja oposição e contradição. Não se trata de reconhecer opostos confrontados exteriormente, mas tê-los como interiores um ao outro, no que reside um dos mais importantes preceitos da lógica dialética denominado *identidade dos contrários*. Em conformidade com este princípio, falamos então, na unidade indissolúvel dos opostos, o que determina saber *o objetivo como subjetivo, o externo como interno, o individual como social, o qualitativo como quantitativo etc.* Este é o mais absoluto significado da contraposição marxiana aos dualismos dicotômicos asseverados nos princípios de identidade e exclusão próprios à lógica formal (Martins, n.d, p. 9, **destaque da autora**).

Essa captação dialética da realidade, na teoria histórico-cultural, apoia-se na formulação lukacsiana de *singular-particular-universal*, que, conforme Pasqualini e Martins (2015), é condição *sine qua non* para a compreensão da sociabilidade humana, fundante da natureza social do psiquismo humano. As autoras explicam que a singularidade imediata dos fenômenos não revela sua essencialidade concreta e, portanto, refere-se ao fenômeno empírico em sua manifestação imediata e acessível à contemplação viva e que é único e irrepetível. A Psicologia

tradicional trabalha com o dualismo indivíduo-sociedade em que a singularidade basta, como se a individualidade [em sua aparência] fosse explicada por si mesma. O que reafirma uma concepção liberal do gênero humano, que busca a essência dentro do próprio indivíduo (Pasqualini & Martins, 2015).

Em oposição a essa concepção, o materialismo histórico-dialético entende que todo fenômeno singular contém, em si, determinações universais. E a tarefa do pesquisador consiste em desvelar como a universalidade se expressa e se concretiza na singularidade, que apresenta expressões diversas (Pasqualini & Martins, 2015). Nesse sentido, como mostra Netto (2011), para entender a universalidade de um fenômeno, é necessária a análise do movimento histórico que ele apresentou durante as transformações dos modos de produção e reprodução da vida em sociedade.

Oliveira (2005) indica que, para compreender essa complexidade da universalidade concretizada na singularidade, requer o entendimento da particularidade, que por sua vez, “se constitui em mediações que explicam os mecanismos que interferem decisivamente no modo de ser da singularidade, na medida em que é por meio delas que a universalidade se concretiza na singularidade” (Oliveira, 2005, p. 17). A universalidade não pode ser compreendida em si, pois o gênero humano universal é uma abstração que só pode ser apreendida e compreendida nas complexas relações com a particularidade e singularidade (Oliveira, 2005; Pasqualini & Martins, 2015).

Neste caso, essa categoria [universalidade] refere-se ao fato de que o homem, enquanto um ser social que se forma pelo trabalho, desenvolve a capacidade de se apropriar das leis essenciais da natureza e transformá-las em "órgãos da sua individualidade", isto é, em objeto e condição de sua vida. Isso quer dizer que a atuação do homem não está mais somente dirigida pelas leis genéticas da sua espécie, enquanto um ser animal. [...] Com isso, o homem deixa de desenvolver somente as atividades biológicas previstas por sua espécie e desenvolve outras atividades que organizou a partir da apropriação que fez das atividades de outras espécies. Assim, ele se universaliza (Oliveira, 2005, p. 14).

Assim, Pasqualini & Martins (2015) afirmam que nenhum fenômeno expressa-se apenas em sua singularidade ou universalidade. Singular e universal são polos opostos da unidade dialética e coexistem no fenômeno, se articulam e se determinam reciprocamente. “Existe entre singular e universal uma tensão dialética” (Pasqualini & Martins, 2015, p. 364). “Trata-se, então, de revelar como a universalidade do gênero humano se expressa e se concretiza na singularidade do indivíduo” (p. 365).

O entendimento dessa relação dialética entre singular e universal só é possível pela mediação da particularidade. Oliveira (2005) diz que sem a particularidade, portanto, não é

possível compreender o fenômeno, e que a dificuldade reside em perceber as mediações sociais que constituem o particular. É a particularidade que determina a especificidade do singular, conforme mostram Pasqualini e Martins (2015):

A mediação da particularidade nos permite superar a singularidade imediata ou isolada, revelando na existência única e irrepetível dos indivíduos e fenômenos uma expressão particular da universalidade. Com isso, a singularidade é reencontrada em sua rica determinação pelos atributos da universalidade (Pasqualini & Martins, 2015, p. 367).

Importante pontuar que o condicionamento da particularidade não impede uma diversidade de expressões singulares, pois a existência de cada indivíduo singular é uma síntese de múltiplas determinações (Pasqualini & Martins, 2015). O conhecimento científico, no movimento do pensamento, caminha da singularidade em direção à universalidade ou, inversamente, da universalidade em direção à singularidade, pela mediação da particularidade.

Oliveira (2005) toma como os polos materiais dessa lógica o indivíduo (singular), a sociedade (particular) e a genericidade humana (universal), e, tendo isso em vista, indica a necessidade de captar como as determinações particulares e universais incidem sobre o indivíduo e que condicionam sua existência singular. “Isso significa ser capaz de decodificar, na singularidade do indivíduo, aspectos sociais do seu tempo histórico e de suas condições objetivas de vida, apreendendo-o como indivíduo particular representante do gênero humano” (Pasqualini & Martins, 2015, p. 369).

Assim, segundo Oliveira (2005), a dinâmica singular, particular e universal é aplicável a outras circunstâncias em que seu conteúdo é determinado historicamente e socialmente. É esse postulado que nos orienta no sentido de buscar a totalidade do fenômeno do uso abusivo de drogas, já que ele apresenta um desenvolvimento histórico nas diferentes sociedades e determinações provenientes das relações sociais. Entendendo que a totalidade, conforme mostra Netto (2011), não é um todo composto por partes, mas uma totalidade macroscópica, constituída da máxima complexidade com expressões menos complexas que a constituem. Logo, o uso de drogas na escola é uma manifestação que pode ser apreendida e compreendida pela mediação do particular que representa, com suas especificidades, a universalidade do fenômeno de drogas nas relações humanas inerentes ao modo de produção capitalista. Tal particularidade especifica a singularidade dos indivíduos envolvidos, sendo suas expressões mais ou menos universais, determinadas pelas mediações sociais implicadas.

Nesse sentido, nosso propósito é apontar quais elementos do modo de produção capitalista nos auxiliam na compreensão do fenômeno do uso abusivo de drogas, com vistas no

desenvolvimento histórico que esse fenômeno apresentou em outras sociedades²³. Intentamos discorrer acerca da violência produzida no modo de produção capitalista, e sua intrínseca relação com a questão das drogas, conforme iniciamos a discussão na seção anterior. Também pretendemos relacionar o comércio de drogas com o *fetichismo da mercadoria* no capitalismo, que transforma todas as produções humanas, materiais e imateriais, em mercadoria. E, então, abordar as nuances desse negócio, as relações de trabalho por ele produzidas e a lucratividade de um comércio ilegal, que apresentam consequências diretas para os jovens pobres e em idade escolar.

4.1 Drogas: o bode expiatório da violência e da criminalização da pobreza

*Só combate o morro
Não combate o asfalto também
Como transportar escopeta?
Fuzil AR-15 o morro não tem*

*Navio não sobe o morro doutor
Aeroporto no morro não tem
Lá também não tem fronteira
Estrada, barreira pra ver quem é quem*

*Para você
Que só sabe do morro falar mal
Fale também que somos vítimas
De uma elite selvagem e marginal
O morro pede
O fim da discriminação
Embora marginalizados
Nós também somos cidadãos*

“Desabafo do Juarez da Boca do Mato” - Bezerra da Silva

Considerar a vinculação da violência às drogas, nesse estudo, faz-se relevante mediante a quantidade de jovens assassinados, em sua maioria, devido à relação com o tráfico de drogas, conforme podemos acompanhar tanto em pesquisas, como o Mapa da Violência que citaremos adiante, quanto em notícias. Dentre essa população, encontram-se adolescentes em idade escolar, como mostraremos nessa seção. A vida desses jovens engendra muito mais fatores violentos do que os dados expressos nas pesquisas, e se relacionam com as condições de vida que passam despercebidas ou naturalizadas na sociedade.

²³ Não temos a pretensão, nessa dissertação, de esmiuçar o funcionamento do modo de produção capitalista, pois essa tarefa demandaria um estudo aprofundado e complexo, que é impossibilitado pelo tempo e pelo objeto foco desse trabalho.

Essa conjuntura está intrinsecamente relacionada com as análises realizadas por Escobedo (1994), Rodrigues (2012) e Araújo e Moreira (2006), conforme trouxemos na seção anterior, e que indicam que o alarde sobre o problema das drogas na sociedade esconde uma realidade social violenta, produto das relações sociais no modo de produção capitalista. Sendo assim, as drogas têm sido expostas como o bode expiatório de problemas inerentes à sociedade capitalista. Por outro lado, como Rodrigues (2012) bem analisou, a política de combate ao tráfico de drogas psicoativas apresenta outra função, bem eficaz, que é a *criminalização da pobreza*, que fazem dos jovens pobres os principais alvos, tanto da repressão do Estado quanto do comércio ilegal de drogas, como mostraremos a partir de dados mais adiante.

Com o intuito de melhor compreender essa lógica que envolve as drogas ilegais e produz uma realidade violenta, buscamos entender as definições de violência. Para tanto, utilizaremos os autores Vázquez²⁴ (1977) e Martín-Baró²⁵ (2003) devido às importantes contribuições tecidas por eles a respeito da violência. Os autores Ribeiro e Araújo (2006), Rodrigues (2012) e Rocha (2012) nos permitem compreender, em suas contribuições, a relação que a droga estabelece com a violência e com a criminalização da pobreza.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006, p. 1165), a violência é definida como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. Sendo reconhecida nessa definição que a violência supera os limites da agressão física e explícita. Já o autor Vázquez (1977) realiza um estudo histórico da violência, onde ele mostra algumas concepções correntes do fenômeno que a consideram como intrínseca à natureza humana, a agressividade como resposta natural da humanidade às frustrações ou a violência como um fator aprendido no meio social. Vázquez (1977) critica essas visões por entendê-las naturalizantes, ou seja, que não consideram as condições históricas e sociais das manifestações violentas.

Para Vázquez (1977), a violência faz parte da atividade humana, à medida que o autor a define como o uso intencional da força, tendo como objetivo desarticular ou destruir as propriedades naturais de uma determinada matéria. A humanidade constantemente desvia e altera uma legalidade natural ou social a fim de atender suas necessidades, então, a violência é

²⁴ Adolfo Sánchez Vázquez foi um filósofo espanhol que vivenciou a guerra civil espanhola na década de 1930, marcada pela tentativa de golpe de estado militar durante a Segunda República espanhola. Vázquez foi exilado no México, em 1939, e empregou estudos no tema da violência, motivado pelo seu contexto social.

²⁵ Ignacio Martín-Baró foi um psicólogo espanhol, estudioso do fenômeno da violência, pois dedicou sua vida a analisar a realidade social e política de El Salvador, um país da América Central profundamente marcado pela violência de uma guerra civil, na década de 1980, devido às tensões provocadas durante os governos militares.

concebida para o autor como meio instrumental da humanidade a fim de transformar a natureza. E a sociedade, enquanto produto dessa atividade humana, é violação constante da natureza. Mas a violência não é criadora em si, porque não basta destruir para criar algo novo: ela deve estar a serviço de um objeto, caracterizada como um meio a serviço de um fim. O autor utiliza como exemplo a prática artística, em que o gênero humano emprega a violência para que o objeto físico passe do meramente natural ao humano, materializado ou objetivado no produto do trabalho ou na obra de arte. A matéria da ação humana resiste em ser transformada, e a ação da humanidade assume uma forma violenta, porque só ela permite remover os obstáculos para que tenha lugar uma criação.

Em contraposição, quando a violência é utilizada para a transformação de uma determinada realidade social, é necessário vencer a resistência da matéria humana ou social que se pretende transformar, esbarrando no limite oferecido por indivíduos e grupos humanos. Tendo o próprio ser humano como objeto da ação violenta, não é meramente o corpo físico, mas um corpo dotado de consciência que é afetado em sua consciência pela ação violenta. Assim, a humanidade não resiste cegamente, ela reage de acordo com seu grau de consciência, variando a resistência e podendo atingir a oposição aberta. Uma violência suscita uma resposta e uma atividade oposta, uma violência responde à outra, e a humanidade pode responder com uma contraviolência. Por essa especificidade, apenas o gênero humano é violento (Vázquez, 1977).

Para Martin-Baró (2003), há duas manifestações do fenômeno: a *violência direta*, que se mostra possível ou real a partir das ações do Estado em manter a ordem social posta, ou seja, a violência explícita, como podemos observar no exercício da polícia militar em relação ao tráfico de drogas. E a *violência indireta*, vivida cotidianamente (fome, miséria, enfermidades) e caracterizada como o próprio modo de vida, porque assim exige o modo de produção capitalista, que se organiza na exploração e alienação. Essa última expressão da violência também pode ser entendida como estrutural, a qual Vázquez (1977) denomina como violência potencial:

Historicamente, temos visto que a violência está tão vinculada à produção ou criação histórica, que, às vezes, não se caracteriza a violência como meio a serviço de um fim. A violência como meio está instalada na sociedade a serviço de determinadas relações sociais, ou seja, ao império da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes. Sob essas condições, a violência não se apresenta apenas como resposta a uma violência real; se organiza e estrutura como violência potencial. No capitalismo atual, a violência se mostra tanto nas formas diretas e organizadas de uma violência real ou possível, como na violência vinculada ao caráter alienante e explorador das relações humanas (Vázquez, 1977, p. 381).

Ou seja, segundo Vázquez (1977), a violência não é natural, espontânea, mas tem suas raízes na prática social, nas relações estabelecidas pela sociedade. “Uma vez esquecida a raiz objetiva, econômico-social, de classe, de violência, o caminho fica livre para que a atenção se centralize na própria violência, e não no sistema que a engendra necessariamente” (Vázquez, 1977, p. 395). Por exemplo, enquanto se naturaliza a **violência estrutural**, em que parcela da população vive em condições precárias de vida, buscam-se soluções para a violência pontual, decorrente justamente da estrutura social perversa que marginaliza parte dos indivíduos, e os relega a oportunidades escassas, muitas vezes violentas. Como Ribeiro & Araújo (2006) dissertam:

A exclusão territorial e social observada em todo o mundo (imigrantes nos países ricos, concentração de renda nos pobres), tornou indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e o conflito. Nesses locais, não há oferta de emprego, tampouco opções de lazer. As pessoas desempregadas transformaram-se num formidável “plantel de reserva” sendo facilmente cooptadas pelo tráfico de drogas, o que realimenta o crime. [...] Além disso, há um contato cotidiano dessa população com a falta de saneamento, enchentes, medo de despejos e violência. Dessa forma, a violência mostra-se relacionada a outros vetores, e, quando ocorre na vigência do consumo de substâncias psicoativas, é contextualizada, ficando sua importância, em grande medida, dependente de fatores individuais, sociais e culturais. (Ribeiro & Araújo, 2006, p. 466).

A dificuldade em compreender o fenômeno da violência para além de sua manifestação pontual e individual, e a seletividade no reconhecimento de determinadas violências, enquanto outras são naturalizadas, como indica Silva (2008), tem fundo ideológico, considerando que a realidade social do modo de produção capitalista é configurada pelos interesses de classe, na qual existem valores, regras, rotinas institucionalizadas e racionalizações que determinam as justificações para a existência de determinadas violências. É nessa forma de legitimação que a estratégia de guerra às drogas ganha força, se concebermos que a polícia serve como aparato do Estado na manutenção da ordem social vigente, logo, suas ações apresentam justificativas ideológicas. Ainda que essa “guerra” apresente resultados nefastos em termos de violência na sociedade e uma relação intrínseca com o fortalecimento do narcotráfico.

De acordo com Rocha (2012), os fundamentos ideológicos que legitimam a guerra às drogas criminalizam a pobreza. A exemplo das UPPs, já citadas anteriormente, é legitimado o assédio policial nas comunidades sob a justificativa do combate ao tráfico de drogas, e, dessa forma, a população pauperizada foi colocada como suspeita. É evidente, portanto, que a incidência da punição sobre crimes relacionados às drogas tem recorte de classe social, pois cria-se no imaginário da sociedade que as atividades decorrentes do tráfico ilegal de drogas

ocorre apenas nas regiões mais pobres²⁶. Sobre isso, Rocha (2012) indica que em comunidades mais pobres as atividades ilegais tornam-se mais visíveis e, em contrapartida, acontecem de maneira privada em territórios de maior poder aquisitivo. Também, nos territórios onde o tráfico de drogas é mais facilmente identificado, existem altas concentrações de jovens com antecedentes penais e que são mais facilmente condenados pelo sistema judiciário. “Portanto, este contexto facilita o mascaramento da realidade, fazendo com que levantamento de dados ‘comproven’ que em regiões empobrecidas há mais apreensões de pessoas envolvidas com o narcotráfico, materializando, desta forma, a criminalização dos pobres.” (Rocha, 2012, p. 78-79). Acaso as classes média e alta não fazem consumo e comércio de drogas ilícitas?

As notícias propagandeadas pela mídia que alardeiam a violência como o grande problema social fazem dos jovens e adolescentes pobres os grandes representantes da violência urbana. Sendo assim, falar de criminalização da pobreza implica em falar da criminalização da juventude pobre, o que se expressa em dados, conforme exporemos adiante. De acordo com o historiador Hobsbawm (2007), o século XX foi o mais assassino de que se tem registro na história, perpassando pelas Guerras Mundiais a genocídios sistemáticos, os homens viram-se às voltas com situações de fome e de catástrofe. E, certamente, há contribuição do tráfico de drogas e da estratégia de guerras às drogas nessa realidade violenta.

Em 2015, foi lançada mais uma edição da série Mapas de Violência²⁷, com o título “Mortes Matadas por Armas de Fogo”, que retrata por meio de estatísticas o alarmante número de jovens assassinados no país. Conforme o referido estudo, do período compreendido entre 1980 e 2012, a população brasileira teve um crescimento em torno de 61%, e as mortes por armas de fogo cresceu 387%, sendo que, entre os jovens, esse percentual foi superior a 460%. Nesse intervalo de tempo no país, 880 mil pessoas foram vítimas do disparo de algum tipo de arma de fogo. As vítimas passaram de 8.710, no ano de 1980, para 42.416, em 2012. Mesmo

²⁶ Na seção seguinte, abordaremos as nuances do comércio ilegal de drogas, e como seu funcionamento ultrapassa os limites das periferias e favelas.

²⁷ A série Mapas de Violência existe desde 1998, de responsabilidade do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. A série utiliza como fonte o Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) disponibilizados pelo Ministério da Saúde a partir de 1979. As informações do SIM são baseadas na certidão de óbito de cada indivíduo que é sepultado, esta certidão é expedida pelo Cartório de Registro Civil a partir de um atestado médico ou, na ausência de um médico, por duas pessoas que tenha presenciado a morte. As declarações são coletadas pelas Secretarias Estaduais e, posteriormente, repassadas ao Ministério da Saúde. Na declaração consta: idade, sexo, estado civil, naturalidade e local de residência da vítima, bem como o local do falecimento para posterior reconhecimento das áreas mais violentas. A pesquisa do Mapa da Violência baseia-se nas causas de morte estabelecidas segundo os critérios do CID-10, na classificação denominada “causas externas de morbidade e mortalidade”, presente no capítulo XX do manual. Essa classificação corresponde aos agentes externo que provocam lesões ou agravos na saúde que encaminham à morte. O estudo elegeu três grupos de causas: acidente de transporte, homicídio e suicídio. A série em todas as suas edições está disponível no site www.mapadaviolencia.org.br.

levando em conta o crescimento populacional, o saldo líquido é impressionante. Considerando esses dados com o referencial de 100 mil habitantes, as taxas passaram de 7,3 para 21,9, um crescimento de 198,8% entre 1980 e 2012. Dentre os jovens, considerados os indivíduos de 15 a 29 anos, esse crescimento passou de 4.415 vítimas, em 1980, para 24.882, em 2012. Para essa faixa etária, as taxas passaram de 12,8 óbitos por 100 mil jovens para 47,6, em 2012, totalizando um aumento de 272,6% nesse período. Segundo o Mapa, o crescimento de mortes por armas de fogo foi alavancado quase exclusivamente pelos **homicídios**, que cresceram 556,6%, enquanto os suicídios aumentaram 49,8% e as mortes acidentais caíram 26,4%. As mortes por armas de fogo de causalidade indeterminada, ou seja, sem especificação, teve uma significativa queda de 31,7%. Com o adendo de que no Brasil não há liberdade para a compra de armas, sendo necessário o treinamento, registro e controle da arma pela Polícia Federal²⁸. No Paraná, onde a pesquisa está sendo realizada, os dados também são alarmantes e superiores à média do país. Enquanto a média geral de mortes no Brasil por arma de fogo é de 21,9 para 100 mil habitantes, no referido estado, o índice é de 24,3. Entre o período de 2002 a 2012, no Brasil, o número de óbitos por armas de fogo subiu 0,5%; no Paraná, cresceu 43,8%. A população jovem, no Brasil, apresenta um índice de óbito por armas de fogo de 47,6 para 100 mil habitantes; no Paraná, esse número é de 55,4. Enquanto, no país, o crescimento de mortes entre o período de 2002 a 2012 é de 4,5%; no estado, é de 51,6%.

Importante pontuar que na identificação das vítimas, os homicídios por armas de fogo, conforme o estudo, atingem além da idade já evidenciada, principalmente, *jovens negros do sexo masculino e residentes das periferias*. Ou seja, a população já marginalizada pela desigualdade inerente do modo de produção capitalista, à parte de oportunidades como o ingresso no ensino superior. Essa população, além de alvo da violência, também tornam-se presas fáceis para o trabalho no tráfico de drogas. Como mostra Rodrigues (2012), desde os momentos iniciais da proibição às drogas, as atividades de produção e venda de psicoativos ficaram a cargo dos indivíduos marginalizados na sociedade.

Portanto, Ribeiro e Araújo (2006), Rodrigues (2012) e Rocha (2012) analisam que a presença de tantos jovens no tráfico decorre das desigualdades sociais do país que cerceiam oportunidades de acesso à nutrição, educação, assistência médica, habitação e formação profissional adequadas. Enquanto o tráfico oferece possibilidades de ascensão que normalmente não são encontradas nas áreas marginalizadas da sociedade, configurando uma real “emboscada” aos jovens pobres, sem oportunidades e condições dignas de vida, já que o tráfico

²⁸ <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/armas/porte-de-arma>

engendra um risco constante e, por vezes inevitável, de assassinato precoce desses jovens (Ribeiro & Araújo, 2006). Sobre isso Rocha (2012) indica que:

Estes elementos são essenciais para compreendermos a questão da criminalização da pobreza contemporânea, pois os jovens pobres são penalizados por duas vias, a primeira mostra-se na negação dos direitos sociais e, a segunda, na criminalização que leva à penalização e, muitas vezes, ao encarceramento. (Rocha, 2012, p. 82).

Complementamos, com os dados expostos, que além de penas judiciais, esses jovens também têm suas vidas tiradas. Essa situação, ainda de acordo com Rocha (2012), implica que enquanto os jovens pobres estão na situação de vítimas da violência estrutural, passam despercebidos, pois, como discutimos, há a naturalização da *violência indireta*, exercida pelo Estado. Mas quando esses jovens assumem a posição de agentes do crime, são percebidos e penalizados. O mesmo ocorre com os jovens que fazem uso abusivo de drogas, considerando que mesmo na condição de usuários são atrelados ao crime, inclusive no contexto escolar. O que só *reforça a necessidade de voltarmos a atenção aos adolescentes usuários de drogas e realizar uma reflexão sobre a função da escola na trajetória desses indivíduos*.

Os dados apresentados não indicam apenas um índice de violência, mas um aumento na criminalidade. De acordo com o estudo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015), o Brasil conta com 15,2 milhões de armas de fogo em mãos privadas; 6,8 milhões registradas e 8,5 milhões não registradas, dentre elas, 3,8 milhões estão presentes em atividades criminais. Os dados relatados pelo Mapa da Violência não especificam a parcela de culpa do tráfico de drogas nos homicídios. Ribeiro e Araújo (2006) mostram que os crimes de natureza aquisitiva, ou seja, com objetivo de obter fundos para a compra da droga, é apenas parte dos crimes relacionados a substâncias psicoativas. Por sua vez, o tráfico está vinculado à ausência de um foro formal para a resolução das questões envolvidas no funcionamento desse tipo de atividade comercial ilícita, e as alternativas de resolução dos conflitos é depositada na violência, “atribuindo aos homicídios força de lei para lidar com delatores, maus pagadores e concorrentes do tráfico” (Ribeiro & Araújo, 2006, p. 466). Além da explícita relação violenta que a polícia estabelece em comunidades pobres.

Como mostram Ribeiro e Araújo (2006), a insegurança frente à massificação da violência gerada pelo tráfico suscita premissas maniqueístas: “as drogas são as responsáveis pelo surgimento do crime e suas máfias, os usuários são seus maiores mantenedores e a repressão amparada na sanção penal, a melhor saída.” (Ribeiro & Araújo, 2006, p. 466). Essa solução, de acordo com os autores, além de não apresentar resultados no combate à violência e

às drogas, pode dificultar o acesso do usuário ao tratamento, já que esse indivíduo é passível de sanções penais.

Sobre o Estado Penal, Rocha (2012), embasada nas reflexões do sociólogo francês Löïc Wacquant, mostra o grande paradoxo entre o investimento em políticas repressivas e carcerárias e o baixo investimento em políticas sociais para a juventude:

O estudioso francês analisa o fenômeno da “violência urbana” no contexto do neoliberalismo, desta forma aponta que há o desmonte dos sistemas de garantia de direitos e o aumento do investimento em segurança pública, ou seja, o Estado não garante direitos sociais, entretanto, investe no controle dos sujeitos considerados os únicos responsáveis pelo caos urbano. (Rocha, 2012, p. 76).

A lógica que permeia a vida dos jovens pobres e negros, portanto, envolve a retirada de direitos, o cerceamento de oportunidades, a marginalização e o estereótipo de responsáveis pela violência urbana. Todos esses fatores são muito bem articulados pela estrutura social desigual, e somam-se ao racismo, conforme indica Rocha (2012):

[...] inserido em uma contradição, a introdução de jovens no narcotráfico também pode ser vista como resultante do racismo e da violência e, em certa medida, transforma-se em posicionamento de resistência diante da violência subjetiva que sofrem. Ou seja, a violência que atinge o cotidiano destes jovens é anterior a violência do narcotráfico propriamente dita, pois a violência subjetiva já é presente e constante no cotidiano de jovens pobres e negros e, além disso, há o estigma de “criminoso” historicamente vinculado a eles. (Rocha, 2012, p. 97).

Sobre o racismo, Rodrigues (2012) explica que o viés racista do proibicionismo o acompanha onde quer que seja instalada essa política, e que, apesar do discurso da democracia racial, em que se afirma não existir discriminação pela cor da pele no país, a prática seletiva da polícia e da justiça penal indica o contrário, assim como os dados expressos no Mapa da Violência sobre a maioria de vítimas jovem e negra. Por isso, o autor diz que “[...] a guerra às drogas elege alvos nada brancos” (Rodrigues, 2012, p. 121). Não levar em consideração tais determinantes de classe social e cor de pele na questão da violência na sociedade, é preferir de analisar elementos essenciais na trajetória dos jovens pobres e em idade escolar, sejam eles usuários de drogas, traficantes ou simplesmente moradores das regiões em que toda essa lógica violenta acontece.

É importante refletirmos como os jovens brasileiros trabalhadores²⁹ do tráfico são tratados dentro desta guerra social, que é uma guerra contra as pessoas, não contra as drogas, uma guerra

²⁹ A autora, em sua pesquisa, analisa a possibilidade de considerar os integrantes do tráfico de drogas também como trabalhadores. Não pretendemos aqui nos deter nessa análise, mas utilizar as importantes reflexões sobre as condições desses jovens.

contra os pobres, não contra a pobreza. E, enquanto toda a política de criminalização é efetivada, muitos adolescentes trabalham para o narcotráfico (Rocha, 2012, pp. 85-85).

O que se pode observar é que a compreensão do fenômeno da violência, mediante sua aparência, sem o entendimento dos nexos causais que o propiciam, levam a soluções ineficazes e culpabilizam ou prejudicam os indivíduos envolvidos. *Assim como considerar as drogas geradoras de violência por si só é preterir das relações que de fato engendram a violência e o uso abusivo de drogas.* A mesma lógica é observada nas pesquisas relatadas na seção 2, em que predominantemente a família é culpada pelo uso abusivo de drogas por parte dos adolescentes ou os próprios são totalmente responsabilizados, o que novamente pretere das relações sociais que propiciam o uso abusivo de substâncias.

Diante da complexidade do fenômeno, que envolve a historicidade do uso e abuso das drogas e sua relação com a violência, é evidente que atribuir a responsabilidade, ou grande parte dela, à família do estudante usuário de drogas é reducionista. Porque empregar o entendimento do uso de drogas na escola a partir de elementos isolados do contexto histórico e social que o produz, é analisar apenas a parte aparente do fenômeno e não seus nexos causais, suas múltiplas determinações e suas raízes. Nesse sentido, tem de se levar em conta essa realidade violenta e escassa de oportunidades, na qual os escolares se desenvolvem, antes de tomarmos qualquer medida em relação aos estudantes usuários de drogas ou envolvidos com o tráfico. E tem de se compreender por que essas relações são produzidas, com vistas no funcionamento do modo de produção capitalista que gera tais contextos desiguais e violentos. A chave para a compreensão da relação atual dos indivíduos com as drogas também reside nas especificidades do modo de produção capitalista. Intentamos pontuar, na seção seguinte, a mercadoria no capitalismo e como a droga se configura enquanto uma mercadoria ilegal.

4.2 A droga enquanto mercadoria sob a lógica do capital

Nessa subseção, objetivamos analisar as substâncias psicoativas enquanto mercadoria no capitalismo e, nesse caso, reconhecemos uma especificidade que tornam as drogas psicoativas uma mercadoria peculiar: *a ilegalidade*. Rodrigues (2012), Carneiro (2002) e Rocha (2012) auxiliam na compreensão do funcionamento da droga enquanto mercadoria, e as nuances que essa especificidade destina ao comércio ilegal, assim como as consequências diretas na vida dos envolvidos. Utilizaremos, também, as contribuições de Netto e Braz (2010), Mendel (1981) e Rosental e Iudin (1946) sobre a mercadoria no modo de produção capitalista e as formulações do próprio Marx (2013) e Marx e Engels (2012, 1997).

Anteriormente, demonstramos as transformações ocorridas nas concepções a respeito das substâncias psicoativas no decorrer da história, mas tais mudanças têm sua raiz em bases materiais, ou seja, é a realidade material e concreta que molda as ideias de determinada sociedade. Como afirmam Marx e Engels (2012, p. 94): “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Marx e Engels (1997) mostram a complexidade em compreender que

[...] com as relações de vida dos homens, com as suas ligações sociais, com a sua existência social, mudam também as suas representações, intuições e conceitos, numa palavra, [muda] também a sua consciência? Que prova a história das ideias senão que a produção espiritual se reconfigura com a da material? As ideias dominantes de um tempo foram sempre apenas as ideias da classe dominante (Marx & Engels, 1997, s/p).

Ou seja, conforme os autores, as ideias de determinada sociedade são embasadas em determinada ordem social, que, por sua vez, são inerentes à manutenção de uma classe dominante. Nem a ordem social é produto da consciência dos homens, nem a sua superação depende da vontade individual dos indivíduos. Como tece Marx sobre a sociedade:

O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização de família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil. [...] É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente [...] cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade [...]. As suas [dos homens] relações materiais formam a base de todas as suas relações. (Marx, 2009 citado por Netto 2011, **destaque nosso**).

A produção de bens e o desenvolvimento da cultura humana foi acompanhada de diferentes formas de organização societária de acordo com o que as bases materiais de produção ansiavam em dado período histórico. Entende-se que as bases materiais de produção são o **modo de produção** de determinada sociedade, ou seja, o meio de obter os recursos de subsistência necessários para a manutenção da vida humana, para que a sociedade possa viver e desenvolver-se. O **modo de produção** é constituído pelas **forças produtivas** da sociedade e pelas **relações sociais de produção**, em que as forças produtivas são o aspecto que expressa as

relações existentes entre os homens, os objetos e as forças da natureza empregados para produzir os bens materiais necessários para a vida. As **relações sociais de produção** são as relações entre a humanidade no processo de produção material, que determina na posse de quem estão os meios de produção (Rosental & Iudin, 1946)

A história da humanidade, como definido anteriormente por Marx e Engels (1997), é marcada pelas transformações nos modos de produção. Ademais, as transformações operadas em cada modo de produção criaram novas necessidades, cerne do modo de produção seguinte. Entendendo que a transição de um modo de produção para o outro não ocorreu de maneira mecânica nem rápida, mas por uma transição lenta e complexa, em que o modo de produção seguinte, além de apresentar novas características sociais e econômicas, conserva traços das sociedades anteriores. Embora perdurem por séculos, os modos de produção são marcados por contradições em que a mais decisiva delas, a que permite a transformação estrutural, é a falta de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. O modo de produção articula uma complexa relação entre as forças produtivas e as relações de produção e não é resultante harmonioso nem estático do desenvolvimento histórico e social (Netto & Braz, 2010). Sobre a complexa estrutura de um modo de produção, Netto e Braz (2010) mostram:

Esquemáticamente, pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a *estrutura* (ou *base econômica da sociedade*), que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível, conjunto geralmente designado como *superestrutura* e que compreende fenômenos e processos extra econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social. Em cada modo de produção, porém, as relações entre estrutura e superestrutura são igualmente particulares: se se pode afirmar, com base na análise histórica, que as características da estrutura sempre forma mediata e indiretamente determinantes para a configuração da superestrutura, é também importante sublinhar que as relações entre ambas constituem problemas só deslindáveis através de análises cuidadosas de modos de produção específicos (Netto & Braz, 2010, p. 61, **destaques dos autores**).

Segundo Rosental e Iudin (1946), as ideias são, portanto, parte da superestrutura da sociedade. O modo de produção com suas forças de produção e correspondentes relações sociais de produção forma a base econômica da sociedade, sobre a qual se levanta o sistema de superestruturas: o regime, as instituições públicas e as formas de consciência social – moral, ciência, religião, filosofia. Entretanto, as superestruturas não são um resultado passivo da base econômica, mas exercem influência sobre ela.

Dessa forma, a estrutura econômica dada na consolidação do **modo de produção capitalista** organizou uma superestrutura necessária – exército, polícia e burocracia –, em que, como característica preponderante, “a produção generalizada de **mercadorias** ocupa o centro da vida econômica” (Netto & Braz, 2010, p. 75, **destaques do autor**). O modo de produção

capitalista é fundado na propriedade privada e na divisão da sociedade em classes, em que uma delas é proprietária dos meios de produção – terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho – e compram a força de trabalho (também mercadoria) da classe trabalhadora. Essa forma de economia regulariza a troca de mercadorias – prática existente desde o feudalismo – fundada no capital. O capital aparece na sociedade capitalista sob a forma de capital-dinheiro; inicialmente, intermediário das relações de troca, mas que progressivamente subjugava todas as esferas da atividade econômica. O nascimento do capitalismo está ligado à generalização da produção mercantil, à criação do mercado mundial e à acumulação de experiências científicas e de progressos técnicos que permitiram a revolução industrial, marco da acumulação de capital pelos proprietários dos meios de produção e, por sua vez, do lucro (Mandel, 1981).

Marx (2013) nos mostra que a riqueza no modo de produção capitalista é condicionada por uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar. *A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, e o trabalho, atividade especificamente humana,*³⁰ resulta sempre em produção de bens que são valores de uso, assim, a existência da sociedade depende da produção de valores de uso. O que destina o caráter de mercadoria ao valor de uso é a satisfação das necessidades de outrem, ou seja, a faculdade de ser trocada/vendida (valor de troca) é o que determina a mercadoria. “[...] **A mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca**” (Netto & Braz, 2010, p. 80, **destaque dos autores**). No modo de produção capitalista, **“a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção [...]”** (Netto & Braz, 2010, p. 80, **destaque dos autores**).

Não apenas todos os elementos da vida econômica tornaram-se mercadorias, como a terra, os instrumentos de trabalho, as máquinas, o próprio capital e, ademais, a própria força de trabalho. No entanto, uma peculiaridade importante é que o modo de produção capitalista universaliza a relação mercantil em que o conjunto das relações sociais também são mercantilizadas e, por isso, ele é caracterizado como o modo de produção de mercadorias (Netto & Braz, 2010). Marx (2013) denominou de *fetichismo da mercadoria* essa característica do modo de produção capitalista em que as relações sociais determinadas entre a humanidade assumem “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2013, p. 147). **Fetichismo**, conforme Rosental e Iudin (1946), significa a divinização de diversas coisas e

³⁰ No processo de produção e reprodução de vida, que caracteriza a *atividade*, o gênero humano, enquanto ser social, realiza interação com a natureza, transformando propriedades naturais em produtos que atendem às suas necessidades. O caráter de ser social é o que designa a atividade humana enquanto *trabalho*, pois ela é sempre coletiva, e tudo que tem de humano provém da vida em sociedade e da cultura produzida historicamente (Leontiev, 1978).

objetos, atribuindo-lhes forças místicas, sobrenaturais e inacessíveis à compreensão humana. No capitalismo, atribui-se à mercadoria certas propriedades que, na realidade, não lhes são naturais, mas expressão das relações sociais de produção. Nesse sentido, Marx (2013) define como carácter fantasmagórico ou fetichista da mercadoria:

O carácter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (Marx, 2013, p. 147).

O que implica que as relações sociais produtoras de determinada mercadoria são ocultadas por trás de seu valor de troca e são, portanto, “coisificadas” no seu produto. “A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (Marx, 2013, p. 148). A mercadoria, então, passa a ser a portadora e a expressão das relações entre os homens (Netto & Braz, 2010). O valor de uso da mercadoria, como definido anteriormente, atende às necessidades humanas, e, no modo de produção capitalista, pautado na produção de mercadorias para obtenção do lucro, a indústria produtora de mercadorias regula a produção das necessidades humanas.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição ou, indiretamente, como meio de produção (Marx, 2013, p. 113).

A natureza das necessidades humanas, então, não se restringem àquelas biológicas, mas a outras constituídas culturalmente por meio do trabalho e que adquiriram características sociais que superam as necessidades mais imediatas. As necessidades humanas, de acordo com Leontiev (1969), diferenciam-se da dos animais pelo objeto e pela maneira de satisfazer como produto do desenvolvimento social. O trabalho, atividade característica do gênero humano, permite que este elabore e produza os objetos que satisfaçam suas necessidades e os reproduza nas gerações seguintes por meio da linguagem. Essa condição implica que o conteúdo e a forma de satisfação das necessidades muda no decorrer da história e, também, que novas necessidades sejam criadas pela complexificação do trabalho humano. Assim, a humanidade desenvolveu, em sua história, necessidades condicionadas às condições de vida na sociedade, cada vez mais

complexas (Leontiev, 1961). Marx e Engels (2012) afirmam como o primeiro ato histórico a produção dos meios para satisfação das necessidades, pois é a condição fundamental de toda a história, e que, a cada dada necessidade satisfeita, novas são produzidas.

Na sociedade da mercadoria, a indústria determina não só a forma como e com o quê atenderemos às necessidades elementares como beber, comer e vestir-se, como também às necessidades mais elaboradas socialmente, como artes e ciência (Moraes, 2011). E, tratando-se da mercantilização de todas as coisas e relações no modo de produção capitalista, não é surpresa que as substâncias psicoativas estejam inseridas também na lógica da mercadoria. Rocha (2012) indica que historicamente as substâncias psicoativas satisfazem as necessidades humanas, sejam elas físicas, culturais, religiosas, ritualísticas etc. Entretanto, a autora explica que a droga ganha novas significações na sociedade burguesa, transformando-se em droga-mercadoria, passando a ter valor de troca.

Segundo Carneiro (2002), Marx discute, em *O Capital*, a incorporação de necessidades também pelo hábito, utilizando, como exemplo, o hábito pelo tabaco. Sobre as necessidades enquanto apetite do espírito, a definição do que sejam as necessidades básicas e as necessidades de ordem social, colocam o problema de qual o lugar das drogas na pauta das necessidades humanas. Conforme o autor, o capitalismo expande as necessidades humanas com base na mercantilização de produtos de lugares mais longínquos, através das grandes navegações.

“Não só ‘pérolas e pimenta’, como também seda e açúcar, chocolate e tabaco, chá e café, ópio e sândalo, cravo e canela. São tantos os luxos modernos! Esta expansão das necessidades ampliou o comércio mundial e foi precursora da revolução industrial, constituindo o mundo moderno através do tráfico, da pirataria, do saque, do extermínio genocida e do renascimento da escravização (Carneiro, 2002, p. 120).

A expansão das mercadorias foi característica da fase comercial do capitalismo e, mais ainda, com produtos manufaturados do capitalismo industrial. Nos séculos XV, XVI e XVII, instaurou-se um debate acerca do que era supérfluo e do que era essencial. “As formas mais ‘refinadas e variadas’ de consumo do produto excedente são as formas do luxo em cada época, que, ao ampliarem os seus mercados consumidores, tornam-se necessidades básicas” (Carneiro, 2002, p. 121). Como exemplo da incorporação do “luxo” às necessidades básicas, Carneiro (2002) cita o açúcar, antes considerado de origem rara e de elevado custo, foi incorporado posteriormente como produto da vida cotidiana. As drogas de origem remota também cumpriram esse roteiro, ampliando sua disponibilidade de consumo social a partir da intensificação do comércio intercontinental. A natureza da necessidade desses produtos são

buscados pela humanidade para saciarem sedes, fomes, gostos ou vontades específicas (Carneiro, 2002).

A questão que Marx respondeu diferenciadamente em distintos momentos de sua obra e que, ainda hoje, se coloca é a de avaliar se as novas necessidades difundidas pelo capitalismo representam formas de aprimoramento da cultura humana ou meramente uma promoção de ‘falsas necessidades’, necessidades ‘imaginárias’, fetichistas, insufladas pelos recursos da publicidade e do *marketing* (Carneiro, 2002, p. 123).

Sobre essa reflexão, Carneiro (2002) cita a inclusão de necessidades no cardápio da humanidade em que a predileção por esse gosto não é natural nem positiva para a saúde, tal como a coca-cola e os fast foods. De modo que essas indústrias regem o que consumimos, nossos gostos e hábitos. Por conseguinte, dentre essas novas necessidades, há a difusão das drogas psicoativas, algumas sob o manto da legalidade – tabaco, álcool, produtos farmacêuticos –, e outras sob o manto da clandestinidade, como é o caso das substâncias psicoativas de uso ilícito. Conforme Carneiro (2002), a interdição do livre comércio de determinadas drogas permitiu a hiperlucratividade do comércio ilegal. De modo que, no século XX, as drogas tornaram-se o principal ramo do comércio mundial, se somadas as lícitas e ilícitas. “O consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo que cria a alta demanda de investimentos em busca de lucros” (Carneiro, 2002, p. 116). “Portanto, o narcotráfico é um negócio lucrativo, mas que se difere de outros negócios lucrativos capitalistas, pois se desenvolve sob a égide da ilegalidade e, além disso, a droga-mercadoria oferecida é proibida, o que lhe agrega valor” (Rocha, 2012, p. 86).

Considerando que, conforme discutimos anteriormente, as necessidades – que se apresentam como pessoais – são regidas pelos interesses econômicos no capitalismo, é evidente que, mesmo sendo um negócio ilegal, o narcotráfico também regula necessidades. Com a diferença de que encontra a sua rentabilidade em um comércio ilegal, com diferentes agentes que participam de tal lucratividade. Sobre o desenvolvimento do tráfico de drogas psicoativas no continente americano, Rodrigues (2012) afirma que da ilegalidade dos psicoativos surgiu um promissor negócio de proporções internacionais. Nos anos 1970, no continente americano, o fortalecimento do comércio ilegal de psicoativos, conforme o autor, deve-se a cinco pontos:

- a) Os centros de consumo: o aumento do consumo, nos EUA, no decorrer da década de 1960, abastecido não só por drogas importadas, mas também suprido pela produção local de maconha e alucinógenos. Da mesma forma, cidades latino-americanas que

acompanhavam as características da cultura jovem internacional, bem como o uso de substâncias psicoativas novas ou tradicionais;

- b) A sedução econômica: como já comentamos anteriormente, o tráfico configurou-se como oportunidade de elevação do padrão de vida para populações pauperizadas;
- c) As vantagens latino-americanas: desde as questões geográfico-climáticas propícias, adequadas ao cultivo da Cannabis e coca, e vastas selvas para ocultar a produção ilícita, até a existência de práticas sociais já desenvolvidas, como a cultura milenar das folhas de coca nos Andes, e tradicionais circuitos de ilegalidade criados pelo contrabando e tráfico de pedras preciosas, que foram de muita utilidade para as organizações do narcotráfico;
- d) O proibicionismo: como já citamos, a sua lógica permite um fértil território para o narcotráfico;
- e) A tecnologia bancária: e, aqui, um importante elemento, *“há uma ligação indispensável entre a economia clandestina das drogas psicoativas e a economia legal no planeta”* (Rodrigues, 2012, p. 44, **destaque nosso**). Conforme o autor, o dinheiro conquistado pelo mercado ilícito de psicoativos não permanece fora dos circuitos legais, mas transita com desenvoltura pelos fluxos financeiros internacionais.

Os narcodólares, cuja origem ilegal se apaga após serem feitos depósitos e transações financeiras que envolvem grandes bancos e paraísos fiscais, tornam-se ilegais, sendo reaplicados em negócios clandestinos e não clandestinos. O desenvolvimento dos meios informacionais que interconectam instituições financeiras facilita, a partir dos anos 1970, a movimentação desses montantes significativos (Rodrigues, 2012, p. 44).

Tal constatação contraria a ideia de que o tráfico de drogas ocorre somente nas regiões mais pobres, como periferias e favelas, mas, ao contrário, atinge os negócios mais elitizados do mercado. Rodrigues (2012) aponta que, do ponto de vista político, a manutenção da concepção de que internacionalmente existem enormes cartéis da droga é muito interessante para a lógica do comércio ilegal.

[...] difunde-se a impressão de que a sociedade é ameaçada por um *império oculto* que, malévolo, envenena e entorpece os jovens em escala internacional. Essa simplificação grosseira auxilia os Estados proibicionistas na tarefa de intensificar a *guerra às drogas* sem que qualquer análise menos precipitada seja realizada. Evita-se, assim, o incômodo em supor que a realidade do narcotráfico seja mais complexa e justifica-se a aplicação de políticas repressivas, cujo apoio é conquistado pela disseminação do medo (Rodrigues, 2012, p. 49, **destaque do autor**).

Essa lógica coaduna com a discussão que realizamos anteriormente sobre criminalização da pobreza, em que a disseminação do medo se dá por meio dos estereótipos atribuídos aos jovens pobres, como se eles fossem os protagonistas da violência na sociedade; além de destinar às drogas, ao consumo e ao comércio ilegal, as atividades propiciadoras da violência urbana; ao invés de uma análise mais apurada que compreenda o alcance real do comércio ilegal de drogas. Entendemos que essa lógica faz parte do fetiche da mercadoria, em que as relações sociais são ocultadas frente a uma relação entre coisas, como se a droga em si fosse o problema, e não as relações que os homens estabelecem entre si e com ela. Sobre esse funcionamento, Rodrigues (2012) explica ser essencial a administração de alguns recursos para o andamento do narcotráfico, e que revelam uma participação muito mais ampla do que cabe em periferias e favelas:

- a) Recursos financeiros: a organização narcotraficante deve ter acesso a abundantes recursos financeiros para reinvestir no negócio – infraestrutura, salários, subornos, compra de produtos químicos para a produção da droga, reservas que garantem possíveis confiscos. Na ilegalidade, embora não haja necessidade de pagar impostos, observar leis trabalhistas ou responder a critérios de qualidade do produto, são aumentados os custos com, por exemplo, insumos químicos vendidos bem acima do preço no mercado legal, subornos de altos funcionários e lavagem de dinheiro, assim:

As organizações mantêm uma estreita relação com a economia legal, o que implica comumente a abertura de negócios lícitos que servem de fachada e instrumento para a *lavagem de dinheiro*, ou seja, a incorporação dos *narcodólares* à esfera legal da economia. As operações financeiras de mercado de capitais e os depósitos em bancos de paraísos fiscais são alternativas muito utilizadas pelas empresas narcotraficantes para escamotear a origem do dinheiro (Rodrigues, 2012, p. 50).

- b) Recursos coercitivos: como não há uma instância formal que possa ser acessada em caso de disputa, os problemas entre grupos narcotraficantes ocorre por meio de negociação direta que evite o conflito ou um embate que defina o vencedor. Dentro de cada organização existem códigos de conduta, que visam evitar o vazamento de informações, e uma traição pode significar uma punição rápida e severa. Dessa forma, as empresas narcotraficantes devem contar com forças para imediato ataque e contra-ataque.
- c) Recursos a serviços fundamentais: uma empresa narcotraficante deve contar com o apoio de funcionários qualificados – advogados, administradores de empresas,

químicos, financistas, pilotos de avião – e não qualificados – mulas, trabalhadores dos laboratórios, motoristas, seguranças pessoais, vigilantes privados.

- d) Recursos “evitar a repressão”: para fugir dos ataques das forças repressoras do Estado, os narcotraficantes articulam recursos como *subornos e corrupção*. Ou seja, são realizados pagamentos pontuais, realizados em caso de apreensão de droga, ou da corrupção, pagamentos constantes e fixos a funcionários do Estado, juízes e militares que visam evitar o assédio policial ou a abertura de processos criminais. “Em geral, combinam-se dois elementos: a sedução das grandes somas em dinheiro e a ameaça de violência que paira sobre cada proposta de suborno, caso o assediado se recuse a recebê-lo” (Rodrigues, 2012, p. 52). Há também o assistencialismo e a conquista de confiança nos espaços em que são empregadas as organizações ilegais para que se possa instalar laboratórios, depósitos ou residências e realizar o armazenamento e venda da droga já fabricada.

Nessas regiões, o chefe ou *capo* cria leis e as faz cumprir, indicando que atividades são ou não permitidas à população local. Formam-se verdadeiros bolsões de poder nos quais o Estado não entra, a não ser eventualmente. No entanto, mais do que *Estados paralelos*, esses bolsões surgem como *espaços de poder simbióticos*, que vivem da proibição das drogas psicoativas e crescem mediante o fracasso das investidas estatais em combatê-los (Rodrigues, 2012, pp. 52-53, **destaques do autor**).

Como complemento dessa situação, os chefes do tráfico agem nesse locais construindo creches, escolas e igrejas, pavimentando ruas, patrocinando agremiações e clubes esportivos, provendo segurança, entre outras ações. Tais atitudes angariam a contrapartida de fidelidade daquela população e evitam as delações (Rodrigues, 2012). Normalmente, as comunidades nas quais essa situação ocorre são as mais pauperizadas e que carecem das assistências citadas.

Além disso, as organizações do narcotráfico contam com instituições públicas, por meio do apoio a deputados e senadores (narcobancada) e candidatos a cargos majoritários que defendem interesses dos narcotraficantes (Rodrigues, 2012). Como exemplo recente dessa relação, temos o caso conhecido como “helicoca”, em que, em novembro de 2013, a Polícia Federal apreendeu 450 kg de pasta base de cocaína no helicóptero pertencente à Limeira Agropecuária, empresa do então deputado estadual mineiro Gustavo Perrella. Três horas e meia antes da apreensão, o helicóptero parou para abastecer no aeroporto construído pelo governo de Minas Gerais na gestão do atual senador Aécio Neves (PSDB) em terreno de sua família. A construção do aeroporto teve gasto de 14 milhões de reais, no município de Cláudio-MG, que conta com 25 mil habitantes. Passados três anos desse caso, os envolvidos foram inocentados e

alegaram desconhecer a procedência do transporte de cocaína. Apenas o piloto e o copiloto da aeronave foram presos e liberados em abril de 2014. Atualmente, Gustavo Perrella é Secretário Nacional do Futebol no governo do atual presidente Michel Temer³¹.

É evidente, mediante o exposto, que a lucratividade do narcotráfico está mais diluída na sociedade do que se propagandeia, e, dada a lógica para a sua sustentação, não cabe afirmar que os principais responsáveis pelas transações ilegais são os jovens periféricos. O comércio ilícito ainda encontra, na possibilidade de um trabalho com “mão invisível”, a perpetuação de práticas de manutenção da dependência e alargamento de seu rentoso mercado.

Sobre a lucratividade do narcotráfico, mesmo sem o controle do montante que circula no tráfico ilegal de drogas, há uma estimativa de que, após a globalização, as máfias que controlavam o tráfico, no início do século XXI, tenham movimentado anualmente cerca de trezentos bilhões de dólares (Ribeiro & Araújo, 2006). Nas pesquisas que realizamos sobre as transações financeiras do tráfico de drogas, encontramos um documento redigido pelo Programa Internacional de Controle de Drogas (Internacional Drug Control Programme), intitulada “Consequências Econômicas e Sociais do Abuso de Drogas e do Tráfico Ilícito” (Economic and Social Consequences of Drug Abuse and Illicit Trafficking), datada de 1998. Nesse documento, os autores estimam que os negócios do tráfico ilegal movimentam entre cerca de 100 bilhões e um trilhão de dólares por ano. Essa constatação foi realizada há quase vinte anos atrás. Com base na estimativa que o Programa Internacional das Nações Unidas para o Controle de Drogas (United Nations International Drug Control Programme [UNDCP]) realizou sobre a produção em toneladas das drogas ilícitas, em 1995, a lucratividade do tráfico ilegal girava em torno de 400 bilhões de dólares anuais.

Diante do exposto sobre a estrutura do narcotráfico e a mobilização que ele gera sobre instâncias legais, tais como bancos, instituições públicas e grandes empresas, é evidente porque é dificultoso encontrar estimativas sobre a lucratividade do mercado ilícito de substâncias psicoativas. O narcotráfico configura-se como um negócio que pretende manter-se oculto e é rentável nessa condição.

Porém, a comprovação desta lucratividade se dá muito mais por meio de deduções e projeções monetárias do que a partir de informações concretas, sendo claro que este problema decorre do fato de que a produção e a venda de drogas é crime, a mensuração do dinheiro circulante no negócio é camuflada, ou seja, a contabilização dos lucros obtidos pelo tráfico de drogas é muito difícil. Além do mais, há o vínculo entre legal/ilegal que permeia essas relações, o qual facilita

³¹ Fontes das informações sobre o “helicoca”. <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/08/trafico-de-cocaina-e-o-aeroporto-de-claudio-mg.html>. <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/dono-de-helicoptero-apreendido-com-cocaina-e-nomeado-no-ministerio-do-esporte/>. <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/helicoptero-cocaina-3-anos-ninguem-presos.html>

que o dinheiro proveniente do narcotráfico torne-se imperceptível, havendo ainda os elementos da lavagem de capital e da corrupção acompanhando todo o processo (Rocha, 2012, p. 87).

Sobre o comércio legal de drogas, a mesma lógica mercadológica ocorre, mas em condição lícita e controlada, que destina enorme lucro para indústria farmacêutica, uma das indústrias mais rentáveis do mundo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), em 2015, o mercado nacional farmacêutico movimentou R\$ 132 bilhões de reais, colocando o Brasil entre as seis posições de maior mercado farmacêutico do mundo (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação [IBPT], 2015). A discussão sobre a crescente rentabilidade da indústria farmacêutica gira em torno de duas reflexões: o que produz tanto adoecimento psíquico e que doenças vêm sendo criadas pela própria indústria farmacêutica, pois, como já exposto, na lógica do capital são as indústrias que regulam as necessidades humanas. É sabido, embora não propagandeado, que as empresas farmacêuticas bonificam médicos para que estes receitem seus fármacos. Também é sabido que o uso de medicamentos psicotrópicos é crescente e cada vez mais desenfreado, com o exemplo mais assustador da Ritalina (metilfenidato), administrado nos casos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em crianças e adolescentes. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o número de caixas de metilfenidato vendidas, no Brasil, passaram de 2,1 milhões, em 2010, para 2,6 milhões, em 2013³², e o diagnóstico para tal transtorno torna-se cada vez mais flexível e cada vez mais comum. Os efeitos colaterais desse fármaco e de outros também amplamente utilizados, por vezes, são muito danosos e levam à dependência, como os próprios médicos indicam.

Só a discussão acerca da indústria farmacêutica renderia um trabalho, mediante as complexas determinações que respondem às reflexões sobre a produção de transtornos mentais nessa sociedade, as condições sociais que realmente adoecem os indivíduos e os prejuízos coletivos forjados pelo interesse de tal indústria. Aqui, preocupamo-nos em mostrar a naturalização com que essas substâncias psicoativas são vendidas e consumidas em números chocantes, o que faz desse fato um elemento indispensável, embora ignorado nos estudos acerca de drogas.

A respeito do álcool, segundo Carneiro (2005, citado por Moraes, 2011)³³, no século XVII, houve grande consumo de álcool impulsionado pela queda do preço dos cereais, o que

³² Fonte: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-registra-aumento-de-775-no-consumo-de-ritalina-em-dez-anos,1541952>.

³³ Pontuamos que prezamos pelas obras de Henrique Carneiro, professor de História Moderna da Universidade de São Paulo (USP), e importante teórico acerca da história das drogas no Brasil, mas não foi possível o acesso a elas, pelo menos na produção até aqui realizada. Suas obras encontram-se esgotadas nas livrarias, físicas e virtuais, nem

tornou rentável a produção de álcool destilado, cerveja e vinho. Segundo o autor, esses produtos contribuíram para a consolidação da máquina tributária do Estado moderno. A indústria cervejeira também se fez importante no desenvolvimento científico e tecnológico, pois, pela complexidade de sua produção, a cerveja demandou a renovação de diversos equipamentos e investimentos em técnicas de fermentação. A indústria de bebidas alcoólicas ainda representa uma produção fundamental às economias de diversos países. O Brasil, por exemplo, possui a segunda maior produtora mundial de cerveja, a Ambev, que produz cerca de 60 milhões de hectolitros/ano (Moraes, 2011). Em 2015, o lucro anual dessa cervejaria somou R\$ 12,879 bilhões³⁴.

Contudo, seria reducionista apontar a lógica mercadológica como o único determinante do uso abusivo de drogas, embora apresente um peso considerável nessa problemática. Ao observarmos que as substâncias psicoativas sempre estiveram presentes na história da humanidade, não somente a concepção a respeito delas sofreu modificações, mas o modo de consumo também. Embora longe de desvelar toda a complexidade que engendra o uso abusivo de drogas, consideramos que o até aqui exposto contribui para compreender o uso abusivo de drogas na escola, levando às análises à universalidade e retirando a culpabilização dos estudantes e de suas famílias. Na seção seguinte, pretendemos partir do que dizem os próprios estudantes nas condições de usuários de drogas ou participantes da realidade violenta propiciada pelo comércio ilegal de drogas e pela política repressiva, para então desvelarmos possibilidades de intervenção frente à essa questão.

5. PESQUISA DE CAMPO: A TOTALIDADE EXPRESSA NA SINGULARIDADE DE USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL (CAPSi)

Quando, seu moço, nasceu meu rebento

disponíveis nas bibliotecas onde temos acesso, por ora realizaremos citações por meio do trabalho de Moraes (2011).

³⁴ Fonte: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/02/ambev-tem-lucro-liquido-de-r-426-bilhoes-no-4-trimestre.html>.

*Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar*

*Como fui levando não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice, ele um dia me disse
Que chegava lá*

*Olha aí! Olha aí!
Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega*

*Chega suado e veloz do batente
Traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar*

*Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar
Olha aí!*

*Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!
[...]*

“O Meu Guri” – Chico Buarque

Nessa seção, trataremos da pesquisa de campo desenvolvida como um ponto de relevância dessa dissertação para a compreensão do fenômeno do uso e comércio de drogas na escola e para possibilidades de intervenção. A música de Chico Buarque retrata, de forma genérica, as condições de jovens de classe baixa e o envolvimento com atividades criminosas. Salientamos, porém, que não devemos associar mecanicamente a pobreza à criminalidade ou ao uso de drogas, como analisa Rocha (2012):

Certamente devemos estar atentos a discursos que criminalizam a pobreza, os quais levam ao entendimento de que todas as pessoas, por serem pobres, se envolvem com atividades ilegais e/ou criminosas, contudo não podemos também deixar de observar que a falta de emprego, regiões precárias em infraestrutura, pobreza, entre outros fenômenos sociais contemporâneos, fazem com que alguns jovens e adolescentes estejam mais propensos ao envolvimento com atividades ilegais ou criminosas [...] (Rocha, 2012, p. 304).

O que a música indica é justamente essa via de mão dupla, de jovens que nascem já em condições escassas de oportunidades e, por vezes, encontram nas atividades ilegais o que a sociedade lhes nega, tornando-os vítimas e agentes da mesma lógica de violência e criminalização da pobreza. E é com esse olhar que analisaremos as entrevistas realizadas com adolescentes, envolvidos ou não com o tráfico de drogas. Para tanto, nessa seção, discutiremos sobre o funcionamento dos CAPS, local onde a entrevista foi realizada, sobre o andamento da pesquisa de campo e as análises possíveis.

5.1 Contextualização sobre o tratamento de drogas nos CAPS e Redução de Danos

O exposto até aqui evidenciou que o problema do uso abusivo de drogas é tratado, de fato, principalmente pelas vias judiciárias e policiais, tendo pouca participação da área da saúde pública. Conforme discutimos na subseção 3.3, embora os usuários de drogas psicoativas fossem relegados à internação ou à medicalização desde a primeira regulamentação do consumo dessas substâncias, a principal consequência para essa população foi a criminalização e não um atendimento em saúde. Somente na década de 1980, com a epidemia da AIDS, é que viu-se a necessidade de incorporar o uso abusivo de drogas aos domínios da saúde pública, já que esse grupo de indivíduos se encaixavam nos grupos de risco ou comportamentos de risco para a AIDS (Machado & Boarini, 2013). De acordo com Ribeiro e Araújo (2006), a infecção pelo vírus HIV atingiu grande prevalência entre os usuários de drogas injetáveis.

Outro fator aliado para o fortalecimento desse campo na saúde pública diz respeito às constatações de que a estratégia de guerra às drogas não eram eficiente, já que o índice de usuários de drogas continuava crescendo mesmo com a intensa repressão e criminalização dos mesmos (Machado & Boarini, 2013). As autoras ressaltam a criação da estratégia de Redução de Danos para lidar com usuários de drogas como resultado da preocupação com a disseminação da AIDS:

[...] a estratégia de redução de danos pode ser definida como mais uma maneira de se abordar o usuário de drogas, descentrando o foco do problema na erradicação e da abstinência, e privilegiando o direito à saúde de todos, e o respeito à liberdade individual daquele que não deseja ou não consegue interromper o uso da droga. Como a história indica, essa estratégia surgiu como uma medida de prevenção em resposta à epidemia do contágio por HIV, às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e a hepatites (Machado & Boarini, 2013, p. 585).

A estratégia de redução de danos teve início na Europa, mais especificamente na Holanda, onde a troca de seringas foi instituída em 1984 e, posteriormente, foi adotada por outros países. Mais opções foram aplicadas nessa estratégia, como substituição de locais de

tolerância ao consumo por salas de injeção, onde usuários de drogas injetáveis recebiam material injetável e esterilizado juntamente com orientações acerca de métodos mais seguros de aplicação endovenosa. Embora a estratégia de redução de danos não seja hegemônica na Europa, ela vem ganhando espaço, também, aliada às críticas pela ineficácia da política de guerra às drogas e ao questionamento do papel exercido pela ONU enquanto órgão normatizador das políticas de drogas (Ribeiro & Araújo, 2006).

A estratégia de redução de danos hoje é uma política pública oficial do Ministério da Saúde do Brasil, preconizada na Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas de 2003 e respaldada pela Portaria nº 1028 do Ministério da Saúde datada de 2005, que instituiu a Política Nacional de Redução de Danos. Segundo Machado e Boarini (2013), caracteriza-se por medidas de baixa exigência em contraposição às estratégias proibicionistas e de guerra às drogas, caracterizadas por alta exigência. Não estabelece como meta inicial a abstinência, preza que a atenção à saúde chegue até o usuário, e não o contrário. A redução de danos se pauta no diálogo, no vínculo do usuário com os profissionais da saúde e na maior participação do usuário no seu tratamento. Não existem medidas rígidas que definem a redução de danos, mas indicadores que norteiam o trabalho dos profissionais.

De acordo com Trigueiros e Halek (2006), a estratégia de redução de danos leva em consideração que as drogas são parte integrante da humanidade desde os primórdios da nossa existência, e, por mais que tenhamos a boa vontade e intenção em banir essas substâncias, isso não acontecerá, vide a relação histórica dos homens com as substâncias psicoativas. Também precisamos levar em conta que existem usuários que não querem parar, não conseguem parar ou recaem frequentemente. Assim, o melhor horizonte encontrado, na análise dos autores, foi a estratégia de redução de danos, ou seja, buscar reduzir os danos à saúde em consequência de práticas de risco.

Conforme a subseção 3.1, pudemos observar que o uso de qualquer substância química pode causar prejuízos ao usuário, mas vale lembrar que existem vários tipos de usuários e diversos prejuízos advindos do uso abusivo, não restritos somente aos danos à saúde, mas estendem-se a outros que englobam os danos morais, sociais e econômicos. A estratégia de redução de danos, de acordo com Trigueiros e Halek (2006), tem também a intenção de reduzir os danos provocados pela violência inerente ao tráfico ilegal de drogas com uma política de drogas pautada em uma abordagem mais humanitária, desenvolvendo ações de educação para o consumo de drogas, prevenção da overdose, investindo em programas de prevenção ao abuso de drogas, incluindo a redução de danos e acabando com a relação criminalidade/uso na desvinculação do estigma de marginalizados atribuído aos usuários de drogas.

Contudo, o estigma ainda repercute no tratamento aos usuários na saúde, e a redução de danos ainda é bastante incipiente, embora seja uma política pública no país. Isso, porque, como analisado, as concepções inerente à estratégia de guerra às drogas se faz presente na sociedade, de cunho punitivista e proibicionista, derivando para a lógica da abstinência na área da saúde mental.

Importante citar, na conjuntura da saúde mental, a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica – fundamentais para a consolidação da redução de danos–, como a precursão de um atendimento mais humanizado aos usuários de drogas. Na década de 1980 e 1990, profissionais, usuários do serviço de saúde mental e familiares destes passaram a reivindicar melhores condições nesse campo, incomodados com a desumanização e descaso existentes nos hospitais psiquiátricos. Tais reivindicações têm raiz no movimento denominado “Psiquiatria Democrática”, que teve como grande precursor o psiquiatra italiano Franco Basaglia na década de 1960. Esse movimento caracterizou-se pelo questionamento dos conhecimentos produzidos na área da psiquiatria e seus reflexos no tratamento aos pacientes internados em manicômios (Amarante, 2007).

Franco Basaglia passou a formular um pensamento e uma prática institucional absolutamente originais, voltadas para a ideia de superação do aparato manicomial, entendido não apenas como a estrutura física do hospício, mas como o conjunto de saberes e práticas, científicas, sociais, legislativas e jurídicas, que fundamentam a existência de um lugar de isolamento e segregação e patologização da experiência humana (Amarante, 2007, p. 56).

No Brasil, a Reforma Psiquiátrica foi instituída por meio da Lei 10.216 de 06/04/01, em que o modelo assistencial na saúde mental foi redirecionado, retirando a centralidade dos hospitais psiquiátricos e passando para uma rede substitutiva com referência nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Ainda que não seja observável completamente na prática, os CAPS apresentam estratégias mais humanas, centradas no vínculo e no diálogo, com maior participação dos usuários do serviço em seu tratamento, sem a reclusão social característica dos manicômios (Amarante, 2007). Sem esquecer que os manicômios ainda existem nos dias de hoje e ainda provocam segregação e sofrimento aos internos dessa instituição, bem como a estratégia de redução de danos não é completamente efetivada nos CAPS, sendo alvo de muitas críticas e recusas por parte dos profissionais da saúde. A lógica da abstinência ainda é hegemônica nos espaços de atendimento ao usuário de drogas, seja em comunidades terapêuticas, manicômios ou mesmo nos CAPS.

Os CAPS apresentam diversas modalidades: a) CAPS I: Serviço de atenção psicossocial com capacidade operacional para atendimento em municípios com população entre 20.000 e

70.000 habitantes – funcionam das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira; b) CAPS II: Serviço de atenção psicossocial com capacidade operacional para atendimento em municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes – funcionam das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. Pode ter um terceiro período, funcionando até 21 horas; c) CAPS III: Serviço de atenção psicossocial com capacidade operacional para atendimento em municípios com população acima de 200.000 habitantes – funcionam 24 horas, diariamente, também nos feriados e fins de semana; d) *CAPSi: Serviço de atenção psicossocial para atendimentos a crianças e adolescentes*, constituindo-se na referência para uma população superior a 200.000 habitantes – funcionam das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. Pode ter um terceiro período, funcionando até 21 horas; e) CAPSad: Atendimento de dependência química (álcool e outras drogas) para municípios com população superior a 100.000 habitantes – funcionam das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. Pode ter um terceiro período, funcionando até 21 horas (Amarante, 2007).

Esse panorama a respeito da saúde é importante, porque apresenta outra forma de tratamento com os usuários de drogas, e porque a pesquisa de campo empregada nesse estudo foi realizada em um CAPSi, em que os entrevistados apresentaram comparações entre a maneira como a escola lida com usuários de drogas e entre o CAPSi. No campo da saúde, tanto a implementação dos CAPS quanto a criação da estratégia de redução de danos buscam romper com as medidas estritamente punitivas das políticas ligadas à segurança pública e apontam uma outra possibilidade no tratamento com os usuários de drogas, enquanto, na escola, observamos a conservação do modelo produzido pela estratégia de guerra às drogas. Concebemos que essas perspectivas incipientes na saúde podem ajudar na elaboração de uma nova forma de enfrentamento à problemática de drogas na escola, como analisaremos mais adiante nessa seção.

5.2. Procedimentos metodológicos de investigação junto ao Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi):

Como exposto na Introdução, em uma das etapas propostas da dissertação, elencamos a pesquisa de campo para investigar, a partir de entrevistas com usuários em idade escolar, de que forma a escola lida ou lidou com o processo de uso abusivo de drogas de acordo com as perspectivas dos próprios alunos. Entrevistamos um total de **cinco adolescentes** em atendimento pelo serviço CAPSi em Maringá-PR. Nesta subseção, apresentaremos o caminho percorrido no que tange aos objetivos dessa pesquisa de campo, bem como os percalços e avanços obtidos no processo.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi o CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial – infantil), serviço de saúde que atende jovens, dentre outras demandas, que fazem uso abusivo de drogas e encontram-se em idade escolar – até os dezoito anos –, no município de Maringá-PR, onde o PPI/UEM está localizado e há apenas um CAPSi. O serviço atende aos critérios que estipulamos para o público-alvo: de jovens em idade de cursarem a Educação Básica, independente de serem evasivos ou não, que já fizeram uso abusivo de drogas. Optamos pelo CAPSi por se tratar de um serviço de saúde com vistas na promoção da saúde e que avaliamos ser um espaço mais acolhedor para a realização das entrevistas, considerando as especificidades dos usuários abusivos de drogas.

Refletimos que essa pesquisa não poderia ocorrer dentro da escola, à medida que os entrevistados poderiam não se sentir à vontade de relatarem suas vivências sobre a instituição. Considerando que a escola, em sua maioria, adota medidas punitivas com os alunos que fazem uso abusivo de drogas, entendemos que eles poderiam se negar a participar da entrevista, receosos com as medidas que escola poderia tomar, ou encontraríamos dificuldades em identificar os estudantes que apresentem esse critério por depender que eles assumam sua condição para nós, pesquisadoras, e para a própria escola.

A pesquisa de campo foi aprovada e seguiu as orientações do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que regulamenta os padrões éticos para o andamento das pesquisas, defendendo os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade. Para a apresentação do projeto de pesquisa à COPEP, foi necessário desenvolver um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), próprio para sujeitos menores, com a necessária assinatura também dos responsáveis pelos jovens.

O TCLE contém as informações necessárias para esclarecer o indivíduo entrevistado, explicitando os objetivos propostos pela pesquisa, a voluntariedade de participação, podendo ambas as partes desistirem da pesquisa a qualquer momento sem nenhum ônus. Os cinco adolescentes entrevistados apresentaram o TCLE devidamente autorizado pelos responsáveis e nenhum deles desistiu em nenhum momento. *A pesquisa assegurou o sigilo necessário dos dados identitários, sendo que os adolescentes entrevistados escolheram um nome fictício.* O TCLE informa sobre a gravação das entrevistas, autorizada pelos cinco adolescentes, e sobre a transcrição na íntegra na produção da dissertação. Também foi garantida a exclusão das gravações após a transcrição. Oferecemos aos entrevistados o atendimento psicológico no próprio serviço do CAPSi, realizado por nós, pesquisadoras, caso houvesse algum desconforto provocado pelas perguntas durante a realização das entrevistas, contudo nenhum dos

adolescentes solicitou tal atendimento. Uma via assinada do TCLE foi destinada aos entrevistados e a outra para as pesquisadoras, anexadas na dissertação.

Elaborado o questionário e o TCLE, a pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil, instrumento do Ministério da Saúde que padroniza as pesquisas realizadas com seres humanos. Segundo as normas do Ministério da Saúde e da COPEP, foi necessária a aprovação da instituição em que a pesquisa foi realizada, no nosso caso, o CAPSi e a Secretaria Municipal de Saúde de Maringá-PR.

O instrumento escolhido para a pesquisa, como já exposto na Introdução, foi a *entrevista não estruturada focalizada*, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2006), confere liberdade ao pesquisador para desenvolver cada situação em qualquer direção como uma forma de explorar mais amplamente um assunto ou temática. Esse tipo de entrevista, segundo as autoras, apresenta um roteiro relativo ao problema a ser investigado, mas sem seguir, a rigor, uma estrutura formal. Nesse formato, as perguntas são abertas e podem ser respondidas em uma conversação menos formal e mais adaptável às características apresentadas pelo entrevistado no momento. Com base nesses pressupostos, elaboramos um questionário com 16 questões norteadoras para a entrevista (APÊNDICE B), que passam por três aspectos da vida do entrevistado:

- a) Aspectos identitários (mantendo o sigilo necessário);
- b) Aspectos escolares/educacionais;
- c) Aspectos do uso de drogas e escola.

Conforme exposto na Introdução, consideramos que uma entrevista estruturada poderia não suscitar o indivíduo a relatar sua experiência, sendo necessária a adaptação das perguntas ou a reformulação delas, dependendo do caso. As entrevistas foram realizadas durante o horário de funcionamento do serviço (das 8h às 17h) e ocorreram com a mediação dos profissionais para o contato com os jovens e agendamento das entrevistas, sendo um encontro com cada jovem entrevistado.

O processo de contato com os adolescentes suscitou reflexões, por parte da pesquisadora³⁵, acerca da inserção de pesquisas acadêmicas na vida dos adolescentes envolvidos com o uso e comércio de drogas e em situação de vulnerabilidade social, como discutiremos a seguir juntamente com os relatos dos encontros realizados.

5.2.1 Do contato com os adolescentes no CAPSi

³⁵ Designaremos o termo “pesquisadora” referindo-se ao nosso papel, enquanto aluna do mestrado que realiza a investigação de campo.

Durante a síntese sobre o andamento da pesquisa de campo, optamos por evidenciar algumas situações vivenciadas pela pesquisadora por entendermos que, mesmo não constituindo o conteúdo das entrevistas, elas apresentam elementos importantes para a análise tanto das vidas singulares dos sujeitos entrevistados quanto dos limites e possibilidades da nossa pesquisa no contexto em que foi empregada.

Como primeiro contato com o serviço, no dia 02 de Junho de 2016, apresentamos o projeto de pesquisa em reunião de equipe do CAPSi. Os profissionais mostraram-se favoráveis e interessados pelos objetivos da pesquisa e sugeriram que participássemos dos grupos terapêuticos, já que os jovens que atendem aos critérios estipulados estão dispersos nos grupos. De acordo com os profissionais, o tratamento destinado aos adolescentes usuários de drogas deve ser global, ou seja, não deve ser focalizado apenas o abuso de drogas, já que decorre de outros problemas que os adolescentes apresentam na vida. E, com base nessa concepção, os adolescentes não são separados entre usuários e não usuários de drogas, mas participam todos igualmente dos grupos do serviço. Os profissionais se disponibilizaram para que fosse apresentado o projeto de pesquisa para os adolescentes durante os grupos terapêuticos, convidando-os a participar da entrevista. Já no primeiro dia foi disponibilizada tal oportunidade, dando início ao desenvolvimento da pesquisa de campo, sendo que entrevistamos adolescentes pertencentes a dois grupos terapêuticos.

O primeiro contato com os adolescentes ocorreu em participação do “grupo de vídeo”, como denominado pelos próprios profissionais. O grupo acontece às quintas-feiras e consiste em assistir um filme e discuti-lo com a mediação de duas profissionais da equipe. Desse grupo terapêutico, foram entrevistados quatro adolescentes, sendo três rapazes e uma garota. A pesquisadora assistiu ao filme com os jovens, e, antes da discussão, as profissionais deram espaço para apresentação da pesquisa. Ao serem convidados a participar da pesquisa, os adolescentes declararam que todos ali faziam uso de alguma droga e aproveitaram o ensejo para contarem suas histórias. Revelaram que parte deles frequentam o CAPSi por decisão judicial e já passaram pela detenção de menores por envolvimento com tráfico de drogas ou crimes de outra ordem, informações que não foram manifestadas durante as entrevistas.

Outra circunstância em que informações importantes foram acessadas pela pesquisadora diz respeito a adolescente entrevistada desse grupo, que foi acompanhada pela responsável no dia da entrevista, o que permitiu a pesquisadora apresentar a pesquisa e pedir autorização diretamente à responsável. A responsável é tia da jovem e entendeu que o trabalho da pesquisadora seria no sentido de ajudar a menina a sair da situação na qual se encontrava. A tia

relatou que a mãe da adolescente faleceu há pouco tempo, e ela mudou-se para a casa do pai. Porém, a jovem nunca foi muito próxima do pai e, um tempo depois de residir com ele, decidiu morar na rua, pois preferia ficar na rua do que voltar a morar com o pai. Então, essa tia acolheu a adolescente sob protestos de seu marido e filhos. De acordo com a responsável, a adolescente tem o hábito de sair à noite e retornar de manhã, próximo ao horário da aula. Além de não conseguir realizar a higiene pessoal corretamente e ter dificuldades em limpar o quarto. Isso, segundo a tia da jovem, é fonte de sofrimento da adolescente. A tia afirmou, nessa conversa, que a menina não faz uso de drogas, apenas fazia uso abusivo de álcool. A situação que a menina se encontrava então era da eminência de ir para um abrigo, pois o tio e os primos não aceitavam abrigá-la, o que provocava sofrimento na tia, que não queria mandá-la para um abrigo. Contada a história, a responsável pela menina assinou o TCLE e pediu diversas vezes que a pesquisadora ajudasse a menina a melhorar para que ela pudesse continuar abrigando-a em casa. A pesquisadora explicou que a pesquisa não tinha o caráter terapêutico, apenas se a jovem apresentasse desconforto com as perguntas realizadas durante a entrevista, mas que o CAPSi oferece esse suporte, e sugeriu que ela conversasse a respeito com os profissionais do serviço.

O segundo grupo em que a pesquisadora convidou adolescentes foi no “grupo de *patchwork*”, que ocorria nas quintas de manhã. Esse grupo contava com duas adolescentes fixas, além das duas profissionais responsáveis, e ambas as garotas foram entrevistadas. Enquanto realizavam o trabalho com *patchwork*, as garotas conversavam sobre suas vidas, o que ocorreu mesmo com a presença da pesquisadora. Nessas ocasiões, uma das garotas relatou sua condição de residir em abrigo, pois a mãe havia sido presa por tráfico de drogas e o pai faz uso abusivo de álcool. Tal situação foi revelada mediante o relato de violência doméstica ocorrida naquela semana, em que o pai, embriagado, agrediu ela e a irmã durante uma visita que a adolescente realizou à família.

As situações de vulnerabilidade que expusemos foram importantes para refletirmos o nosso envolvimento com esses adolescentes por meio de pesquisa de campo e sobre condições que os jovens não se sentiriam à vontade em narrar durante a entrevista. Nem todos os adolescentes entrevistados envolveram-se diretamente com consumo ou crimes e tráfico de drogas no decorrer da vida, mas tiveram contato com essa realidade violenta ou apresentam outras vulnerabilidades. A condição dos adolescentes entrevistados confirmaram, pela prática, a universalidade do fenômeno do consumo e comércio de drogas ilícitas, seja direta ou indiretamente, estampando em suas vidas singulares a violência, criminalização da pobreza, desamparo de políticas sociais e, ao mesmo tempo, o papel que exercem como agentes de crimes e tráfico ilegal. Encontramos circunstâncias semelhantes, mas mais agravadas, na tese

de Rocha (2012), que se propôs a estudar a realidade dos jovens que atuam como “mulas” do tráfico. A autora também deparou-se com reflexões sobre as condições desses jovens e sobre a melhor forma de abordá-los em uma pesquisa acadêmica. De acordo com Rocha, entrevistar os jovens nas situações descritas é invadir um mundo repleto de percalços, e a utilização do verbo invadir remete a um universo que está protegido e intencionalmente submerso, pois é nessa conjuntura que ocorrem as atividades ilegais, como já discutimos. Além de tratarmos de um assunto delicado na vida desses jovens, que implica assumir a posição de usuários de drogas ou de participantes do tráfico.

Importante pontuar que um dos adolescentes relatou detalhadamente sobre seu envolvimento com tráfico ilegal e com assaltos e, curiosamente, foi o adolescente que, no primeiro encontro com a pesquisadora, realizou uma série de piadas e interrompeu a apresentação da pesquisa por diversas vezes. Ele devolveu o TCLE assinado na semana seguinte que foi entregue a ele e pediu que os profissionais o guardassem em seu prontuário para que a pesquisadora pegasse quando fosse ao serviço. Essa atitude do adolescente foi bastante surpreendente para a pesquisadora, que não esperava interesse por parte do mesmo. Não ficou claro qual o motivo do interesse do adolescente, mas pode ser decorrente de diversas causas, como criação de vínculo com profissionais que respeitem a história de vida ou tentativa de dar voz à sua história, pensando que esses jovens podem ter tido pouco espaço para sua versão dos fatos.

A pesquisadora apresentou preocupação em estabelecer um ambiente agradável para os adolescentes, iniciando uma conversa informal para depois iniciar a entrevista formal e gravada. Observamos, ainda assim, que os adolescentes não se sentem à vontade para conversarem sobre o uso de drogas, omitindo ou sendo superficiais quanto à essa questão na vida deles. Sobre isso, a pesquisadora optou por não investigar de forma mais invasiva essa problemática devido à reflexão da obtenção utilitarista de dados em troca de aspectos que podem ser penosos para os sujeitos de pesquisa lidarem. Essa opção metodológica foi ancorada no entendimento de que seria necessário um vínculo mais consolidado para que as histórias fossem contadas com mais confiança pelos adolescentes, e que eles também precisam manter em sigilo uma série de informações que possam colocá-los em risco. Dessa forma, os adolescentes ficaram livres para apresentarem o que sentiam necessidade e as entrevistas foram diferentes com cada jovem. Nesse sentido, também concordamos com Rocha (2012), que enfatiza a necessidade de sigilo absoluto quando se trata dos adolescentes em envolvimento ou contato com tráfico de drogas, “pois a construção de um estudo jamais está acima da vida de sujeitos ou investigadores” (Rocha, 2012, p. 267).

Um empecilho comum, mas que entendemos por vezes necessário, é a burocracia de passagem no Comitê de Ética. O caráter da nossa pesquisa tem o agravante de envolver sujeitos menores de idade, que necessitam de consentimento dos responsáveis, o que dificultou o início do processo de realização das entrevistas. Embora os profissionais sejam muito solícitos, nem sempre estavam disponíveis para auxílio, o que entendemos derivar da carga de serviço a que são submetidos. Mediante isso, a pesquisa demandou tempo e muitas visitas à instituição, por vezes em vão, sendo que o primeiro contato com o CAPSi foi em Junho/2016 e a finalização das entrevistas em Novembro/2016, totalizando cinco entrevistados. Diante dessa dificuldade, mesmo tendo em vista a necessidade de pesquisas que denotem uma amostra representativa, não atingimos a perspectiva de entrevistar dez adolescentes. Sobre a assinatura de TCLE, Rocha (2012) analisa que, quando se trata do tema de drogas, esses documentos podem soar intimidatórios para os adolescentes envolvidos.

Consideramos que alguns aspectos de nossa pesquisa foram intimidatórios, especialmente o fato de nos obrigarem a fazer nossos sujeitos assinarem um termo de consentimento é (foi) totalmente prejudicial, principalmente tratando-se deste tema. Compreendemos que a preocupação dos Comitês de Ética é com os sujeitos, todavia, há temas em que a assinatura de um documento põe muito a perder, sendo este o nosso caso. Os meninos e meninas trabalhadores do narcotráfico carregam uma carga grande de informações sigilosas e, sempre que são apreendidos, são obrigados a assinar Boletins de Ocorrência, Depoimentos, dar ciência nas Sentenças, enfim, o fato de serem obrigados a assinar um documento os remete ao controle do Sistema de Justiça. São treinados por seus contratantes a nunca dizer nada sobre o esquema do narcotráfico e caso contrário colocam a integridade física, ou até mesmo a vida, em jogo (Rocha, 2012, pp. 264-265).

Observamos essa lógica na recusa ou receio de alguns adolescentes em conceder a entrevista, realizando-a somente com o encorajamento dos profissionais do serviço. O olhar sobre a realidade singular desses indivíduos só é rica de sentido quando compreendemos que reflete uma totalidade, a qual buscamos estudar e auxiliar em uma compreensão que alivie, ao menos um pouco, o peso da realidade que esses adolescentes carregam em seu desenvolvimento individual. Assim, vale registrar que, a cada resposta pouco argumentada, a cada encontro não realizado, a cada esquiva, é preciso posicionar o fenômeno em relação à totalidade. Tratamos de um fenômeno que têm implicações judiciais/legais aos envolvidos. Assim, compreende-se quanto há de constrangimento para uma exposição mais aberta sobre a temática.

Além disso, a ciência em geral e a própria Psicologia podem se apresentar como campos arbitrários, dogmáticos ou que podem arbitrar sobre a vida dos sujeitos. Ou ainda, podem também serem tomadas como salvadoras ou redentoras. Ambas as perspectivas são preocupantes. Vale destacar que, embora a Psicologia não seja a “salvadora” das situações

conflitantes, podemos nos utilizar dela para embasar ações menos punitivistas e individualizantes, rumo à compreensão e acolhimento dessa causa, ao contrário do que se observa no contexto escolar.

É tendo essas considerações em vista que pretendemos analisar os conteúdos trazidos pelos adolescentes, e que, apesar das dificuldades relatadas, foi bastante rico para o olhar sobre a singularidade e as mediações que conectam esses jovens à universalidade do fenômeno analisado nessa dissertação. Discorreremos, na subseção seguinte, sobre o público alvo pesquisado e analisaremos as entrevistas com vistas em possibilidades de intervenção junto a esses jovens.

5.3 Sobre o público-alvo da pesquisa de campo e a adolescência no contexto do uso de drogas

Nesta subseção, intentamos iniciar a relação entre a singularidade dos jovens entrevistados com a universalidade analisada do fenômeno de uso e comércio de drogas ilícitas. Consideramos que esse movimento pode auxiliar em contribuições para a compreensão e o enfrentamento do uso e comércio de drogas na escola, de forma a não individualizar o problema ou entendê-lo descolado das condições sociais nas quais esses adolescentes desenvolvem-se.

Para tanto, retomaremos o exposto na seção 2, onde pontuamos que as publicações encontradas em nossa pesquisa bibliográfica, sobre enfrentamento de drogas na escola, indicam a adolescência como um fator de risco ao uso abusivo de drogas. Nessa perspectiva, essa fase do desenvolvimento é considerada por si, em sua essência, como propensa à rebeldia e curiosidade. Concepções realizadas na superfície da realidade social dos jovens de escola pública, onde a imensa maioria das pesquisas ocorre; e principalmente tais concepções sequer indicam a lógica que envolve o proibicionismo e a criminalização da pobreza. É com o intuito de desnaturalizar essa perspectiva sobre a adolescência que discorreremos a seguir, primeiro exporemos as principais concepções sobre adolescência encontradas na pesquisa bibliográfica, e depois sobre essa fase do desenvolvimento a partir dos pressupostos da PHC.

O público alvo da nossa pesquisa de campo incluiu jovens com idade entre 15 e 17 anos, e, conforme a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, eles são incluídos na fase de desenvolvimento da adolescência, pois estão na faixa de idade entre doze e dezoito anos. Faz-se necessária a análise dessa fase, pois a adolescência é indicada nas publicações sobre drogas na escola como a fase de maior vulnerabilidade ao consumo dessas substâncias. Como mostram Carvalho, Lemos, Raimundo, Costa, & Cardoso (2007), trata-se de um momento complexo do

desenvolvimento que apresenta riscos para o uso de drogas. Para Malta et al. (2011, p. 137), “a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais importantes para a afirmação e consolidação de hábitos na vida adulta.”. E é nessa fase que geralmente ocorre a experimentação de substâncias psicoativas. Dallo (2012, p. 138) mostra que é na adolescência “que se inicia o uso de álcool, uma vez que é marcada por muitas e profundas mudanças, tanto físicas quanto psíquicas, tornando os adolescentes mais vulneráveis”.

Segundo os materiais estudados na seção 2, a adolescência é uma fase conflituosa de consolidação da identidade do sujeito. Como mostram Giacomozzi et. al. (2012, p. 614), “a adolescência é um período crítico para o desenvolvimento de competências pessoais e interpessoais, aquisição de habilidades para atuar e tomar decisões”. E esse período conflituoso, de acordo com as publicações, é marcado por características “naturais” da adolescência, tais como curiosidade, rebeldia e oposição a normas. Como mostram Câmara et. al. (2010), a adolescência é um momento de crise de identidade e uma fase de necessário confronto com os adultos. Pereira (2011) mostra que a passagem conflituosa entre infância e juventude é marcada pela necessidade de afirmação, mudanças físicas e psicológicas, relacionadas com impaciência e irresponsabilidade. E tal situação faz parte do processo de consolidação da identidade. Silva (2012) apresenta uma explicação biológica para a rebeldia dos adolescentes ao indicar uma imaturidade neurobiológica que acompanha uma forte carga de afeto e estresse. Como características dessa fase, a autora aponta a “prática constante de testar limites, questionar normas e valores convencionais, e as dificuldades em adaptarem-se às pressões do ambiente e lidar com novas dúvidas ou emoções” (Silva, 2012, p. 5).

Como fator desencadeador do uso de drogas na adolescência, os trabalhos indicam a curiosidade “natural” do adolescente, a tendência à experimentação e a busca por resolução dos conflitos. Segundo Brusamarello et. al. (2008, p. 2), “os adolescentes, pelas características próprias dessa fase, são mais vulneráveis à experimentação das drogas, pela necessidade do inesperado, da busca por novas experiências e sensações”. Sendo as causas do uso de drogas nesse período: “curiosidade, prazer, tentação do proibido, rebeldia, insegurança, busca pela alteração dos estados de consciência, influência do grupo, fuga e tentativa de resolução dos problemas” (Brusamarello, et. al., 2008, p. 2). Sengik e Scortegagna (2008) também explicam a prevalência do consumo de drogas na adolescência decorrentes de desenvolvimento interno, quebra de barreiras, novas experimentações e conflito interno da passagem da infância à vida adulta. Em decorrência da curiosidade e crises existentes nessa fase, Câmara, Tambellini e Cruz

(2010, p. 230) mostram que “os jovens se tornam o ponto de inserção das drogas na vida humana”.

Outro aspecto abordado pelas publicações como potencializador do uso de drogas é a tendência dos adolescentes se exporem a riscos, porque não os consideram como reais, tal como analisam Nascimento, Avallone e Vitale (2012), ao indicarem que a curiosidade nessa fase é aguçada pela baixa capacidade de mensurar os riscos e, assim, os adolescentes são mais expostos à experimentação de drogas; e Araldi et. al. (2010) consideram que os jovens se sentem invulneráveis a enfrentar qualquer perigo diante da necessidade de superarem a si mesmos, então a droga potencializa a sensação de poder, além de uma falsa diminuição das dificuldades e ansiedades. Ou porque a adolescência é naturalmente uma fase de exposição aos riscos, como mostram Nascimento e Micheli (2015, p. 2500): “a adolescência é um período da vida em que o ser humano está naturalmente mais exposto a desafios. Esta maior exposição torna-o vulnerável a comportamentos de risco diversos, entre eles o consumo de substâncias psicotrópicas”. Para D’Orazio et. al. (2013), a adolescência constitui uma fase de maior vulnerabilidade e exposição ao uso de substâncias em virtude dos conflitos pessoais e interpessoais típico desta faixa etária. Já Santos (2012) observa que os adolescentes são mais suscetíveis aos problemas da atualidade, tais como violência, pobreza e prostituição. E a dificuldade da sociedade em abordar temas como sexualidade, drogas e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST’s) podem gerar consequências para os adolescentes, como gravidez precoce, infecção por HIV e uso de drogas. Os trabalhos analisados apresentam concepções próximas entre si sobre a adolescência, centrando nos conflitos desse período, decorrentes das transformações internas e sociais às quais são submetidos. Como exposto, são atribuídas características próprias da adolescência, como curiosidade e rebeldia, sendo os elementos determinantes para a incidência do uso de drogas nesse período do desenvolvimento. É naturalizada, nas publicações, a exposição dos adolescentes aos riscos que a sociedade apresenta, tais como o abuso de drogas.

As produções identificadas no levantamento e fundamentadas pela Psicologia Histórico-Cultural (PHC), assim como pretendemos empregar nesse trabalho, não apresentam definições sobre o período de desenvolvimento da adolescência. Embora não seja parte dos objetivos aqui propostos, intentamos realizar uma breve exposição sobre o que os teóricos dessa abordagem desenvolveram a respeito da periodização do desenvolvimento e os momentos de crise, em especial na adolescência, que foram ressaltados pelas produções pesquisadas; com a finalidade de mostrar qual a concepção de adolescência a abordagem teórica do nosso trabalho postula a respeito do tema e que se diferencia daquelas trazidas pelas publicações pesquisadas.

Pretendemos situar essa concepção de adolescência na realidade atual e em relação ao fenômeno de uso de drogas, levando em consideração as condições sociais nas quais esses jovens desenvolvem-se hoje.

5.3.1 A adolescência para a Psicologia Histórico-Cultural

Os teóricos da PHC – L. S. Vigotsky, D. B. Elkonin, A.R. Lúria e A. N Leontiev – elaboraram pressupostos a respeito do desenvolvimento que buscam superar a dualidade entre indivíduo e sociedade em que o indivíduo é observado isoladamente do meio social no qual se desenvolve ou meramente adaptativo a ele. Em contraposição à essas concepções, os autores postulam que o desenvolvimento psíquico é intimamente dependente da prática social na qual o sujeito está inserido e das condições as quais ele é submetido para se apropriar das formas históricas e sociais da cultura. Por esse motivo, Vygotski (1995) indica que a compreensão materialista histórico-dialética do psiquismo humano o concebe como *imagem subjetiva do real e legado da existência social*.

Leontiev (1978) destaca o papel fundante do **trabalho** para o desenvolvimento do psiquismo humano, em que, diferentemente dos animais, a atividade vital humana não é regida por leis biológicas, mas por leis sócio históricas. O trabalho, enquanto atividade humana, é o processo em que a humanidade intervém na natureza a fim de atender suas necessidades vitais e é por ela transformado também. Vygotski (1995) postula que a atividade humana é uma atividade prática pela qual é produzida a imagem psíquica e o próprio psiquismo. O psiquismo humano, portanto, é um processo no qual a atividade condiciona a formação da consciência e é por ela regulada, entendendo a consciência como a forma especificamente humana de reflexo psíquico da realidade (Leontiev, 1978).

Lúria (1979) destaca três traços fundamentais que caracterizam o trabalho como a atividade humana que proporciona um salto qualitativo das propriedades humanas, sejam elas psíquicas ou físicas. O primeiro traço diz respeito à atividade humana se desprender dos limites das necessidades biológicas, vinculando-se a necessidades mais complexas, pois, como discutimos na seção 4.3, as necessidades humanas são complexificadas no processo do trabalho. O segundo traço aponta que a atividade consciente suplanta os limites das condições sensorialmente dadas pelo meio, guia-se por um conhecimento mais profundo das leis interiores que não são imediatamente captadas. O terceiro traço diz respeito à capacidade humana de apropriar-se dos resultados da experiência de toda humanidade acumulada historicamente; tal condição só é possível mediante o desenvolvimento da linguagem, que permite passar às

gerações seguintes os conhecimentos historicamente produzidos (Luria, 1979). Isso não implica dizer que todos os humanos singulares têm a possibilidade de apropriar-se do legado social, pois essa sociedade limitante de oportunidades não permite o acesso universal ao que se tem de mais desenvolvido pela coletividade, o que conseqüentemente interfere no desenvolvimento dos indivíduos singulares.

Os traços que caracterizam a atividade humana permitem que às estruturas biológicas sejam acrescidas funções de natureza social em que ambas desenvolvem-se juntas, sendo que as formas sociais e complexas de comportamento não partem dos patamares iniciais de desenvolvimento biológico ontogenético, entendendo que há entre biológico e social uma unidade dialética de desenvolvimento. Porém, as funções elementares do psiquismo existem de forma subordinada às funções sociais (Vygotski, 1995). As funções de natureza social foram denominadas por Vygotski (1995) como **funções psicológicas superiores ou psíquicas superiores**, que são uma unidade dialética entre material e ideal e condicionadas ao desenvolvimento histórico e ao trabalho social. O desenvolvimento das funções superiores são dependentes da apropriação das ferramentas psicológicas, ou signos, que interferem na transformação do psiquismo, propiciadas pelo trabalho. Nesse sentido, Leontiev (1978) indica que essa forma superior de psiquismo foi conduzida pelas formas culturais altamente elaboradas da vida em sociedade, pois só a consciência é capaz de atuar nessa realidade. São as funções psicológicas superiores que propiciam o pensamento abstrato, a planificação dos atos, o autocontrole da conduta, entre outras formas de comportamento que são exigidos na vida em sociedade.

São, entretanto, as condições nas quais o indivíduo singular é socializado que condiciona seu desenvolvimento. E falar de desenvolvimento humano, conforme Martins (2001), é tratar do indivíduo singular e da formação de sua personalidade. A personalidade é um processo resultante da unidade e luta dos contrários indivíduo e sociedade, pois enquanto o indivíduo constitui-se na sociedade, sua existência enquanto tal reside em sua diferenciação com ela. Assim, a personalidade resulta da atividade do indivíduo condicionada por condições objetivas, o que estabelece uma dinâmica dialética entre subjetividade e objetividade (Martins, 2001).

Conforme Barroco e Franco (2013), a personalidade é o resultado do desenvolvimento ontogênico natural, social e psíquico no ser humano. As autoras indicam a importância do estudo da personalidade sob a perspectiva Histórico-Cultural, visto que é um tema que tem provocado interesse nos professores para a explicação de manifestações violentas na escola. A perspectiva hegemônica atribui a culpa da violência à personalidade inata dos estudantes, o que

mostra a urgência em desnaturalizar esse conceito e situá-lo no contexto histórico e social do indivíduo. Tal perspectiva é aliada das concepções que naturalizam a adolescência, pois ambas partem do pressuposto de um desenvolvimento pautado nas condições biológicas. Sobre a desnaturalização da personalidade, as autoras afirmam que

A personalidade, tema que tanto tem provocado interesse nos professores – que, não raramente, atribuem a ela a conduta violenta de seus alunos – diz respeito a uma organização, de certo modo, estável, de formações psicológicas que caracterizam o modo como o sujeito se relaciona com o mundo e consigo mesmo; ela implica uma realidade de natureza psíquica, pessoal que se constitui e se desenvolve com a intervenção da própria pessoa. Ela é resultante do desenvolvimento em sua totalidade – compreendendo as dimensões biológica, social e psíquica situadas historicamente - da relação entre suas dimensões interna - externa, entre os planos objetivo - subjetivo, entre os conteúdos herdado, adquirido e aprendido (Barroco & Franco, 2013, p. 11).

De acordo com Barroco e Franco (2013), em cada pessoa, o social se apresenta sintetizado e transformado em uma dimensão histórica e individual. Por esse motivo que, para Vygotsky (2004), a formação da personalidade é dependente do modo como estão organizadas as relações sociais de produção. E sendo o gênero humano caracterizado como sujeito histórico, a personalidade é conseqüentemente dependente das condições histórico-sociais nas quais está inserida.

Nesse sentido, Leontiev (2006) afirma que ao longo do desenvolvimento do indivíduo com influência de situações concretas da vida, ele ocupa lugares diferentes no sistema de relações humanas. Na observação da atividade social, é possível compreender o papel que as condições externas exercem na constituição da personalidade e das potencialidades do sujeito. O autor afirma que o desenvolvimento psíquico não pode ser compreendido sem uma profunda investigação do conteúdo da atividade, ou seja, em que aspectos da realidade interage o sujeito em uma ou outra atividade e, em consequência, a que aspectos da realidade se orienta. Dessa forma, a atividade é a base do desenvolvimento humano e, a partir dela, o indivíduo desenvolverá o psiquismo e a sua personalidade. De acordo com Leontiev (2006), estudar a consciência, de acordo com dada estrutura da atividade, implica compreender como se formam as relações dos homens em determinadas condições sociais históricas, e que estruturas particulares engendram dadas relações. A um dado tipo de estrutura de atividade, corresponde um determinado reflexo psíquico.

Tendo em vista as contribuições de Leontiev e Vigotsky, ao estudarem o desenvolvimento psíquico, Elkonin (1987) o divide didaticamente em etapas ou estágios, o que, segundo o autor, permite compreender os tipos de influência educativa inerente a cada período

e as leis de transição de um período a outro do desenvolvimento. O desenvolvimento da criança é a passagem de um estágio evolutivo para outro, processo que é ligado à mudança e estruturação da personalidade da criança, e a essa divisão em etapas atribui-se o nome de **periodização do desenvolvimento**. No entanto, essa divisão em etapas não é estanque, segundo o autor, visto que o desenvolvimento psíquico é um processo dialético e contraditório, que não ocorre de forma naturalmente evolutiva, progressiva, maturacionista, mas é caracterizado por interrupções da continuidade com novas formações. Sobre a definição das idades na periodização do desenvolvimento, Vygotski (2012) mostra que o critério para se estabelecer os períodos são as novas formações, ou seja:

Entendemos por novas formações o novo tipo de estrutura da personalidade e de sua atividade, as mudanças psíquicas e sociais que se produzem pela primeira vez em cada idade e determinam, no aspecto mais importante e fundamental, a consciência da criança, sua relação com o meio, sua vida interna e externa, todo o curso de seu desenvolvimento no período dado (Vygotski, 2012, pp. 254-255, tradução nossa)³⁶.

Vygotski (2012) deixa claro que a estrutura e as leis gerais de cada idade não constituem partes isoladas agrupadas em um todo, mas determinam o destino e o significado de cada parte que as integra. Ou seja, em cada período há sempre uma nova formação principal que serve como guia para todo o processo de desenvolvimento, reorganizando toda a personalidade da criança sobre uma nova base. Na transição de uma idade a outra, a nova formação não provoca mudanças apenas em aspectos isolados do desenvolvimento, mas modifica toda a estrutura geral da consciência. De acordo com o autor, a estrutura de cada idade é específica, única e irrepetível. Leontiev (2006) e Vygotski (2012) analisam que cada etapa do desenvolvimento é marcada por uma atividade principal, na qual o indivíduo exerce um papel social específico.

A atividade principal, segundo Leontiev (2006), apresenta três atributos característicos:

- 1) é a atividade de cuja forma surgem outros tipos de atividades diferenciadas;
- 2) ela é responsável pela formação e reorganização dos processos psíquicos, e aqui é importante frisar que não é apenas nas atividades principais que as funções psíquicas se desenvolvem, mas é possível que aconteça em atividades relacionadas à principal;
- 3) por fim, a atividade principal é da qual dependem as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil.

³⁶ “Entendemos por formaciones nuevas el nuevo tipo de estructura de la personalidad y de su actividad, los cambios psíquicos y sociales que se producen por primera vez en cada edad y determinan, en el aspecto más importante y fundamental, la consciencia del niño, su relación con el medio, su vida interna y externa, todo el curso de su desarrollo en el período dado.”

Leontiev (2006, p. 64) define: “a atividade principal é então a atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança, em um certo estágio de seu desenvolvimento”.

É certo, de acordo com Leontiev (2006), que há uma sequência no desenvolvimento psíquico infantil, mas que depende das condições concretas para sua efetivação. São as condições históricas e concretas que influenciam nos conteúdos dos estágios do desenvolvimento e no processo de desenvolvimento psíquico como um todo – não sendo, pois, o caso de se pensar em desenvolvimento meramente pelo aspecto evolutivo maturacionista. A duração e conteúdo dos estágios do desenvolvimento se alteram de acordo com as exigências da sociedade. Também são as condições históricas que determinam qual a atividade principal de cada estágio do desenvolvimento, cuja importância reside na sua centralidade para o desenvolvimento psíquico em determinado estágio.

Nesse sentido, Vygotski (2012) evidencia que o ponto de partida para analisar as mudanças ocorridas em cada período do desenvolvimento é a **situação social do indivíduo**. “Uma vez conhecida a situação social do desenvolvimento existente ao princípio de uma idade, determinada pelas relações entre a criança e o meio, devemos esclarecer seguidamente como surgem e se desenvolvem em dita situação social as novas formações próprias de cada idade” (Vygotski, 2012, p. 264, tradução nossa)³⁷. E, dialeticamente, Vygotski (2012) afirma a necessidade do caminho inverso, ou seja, de averiguar como a nova formação influenciou a consciência do indivíduo na reorganização da sua vida, já que houve mudanças na sua personalidade; isso, porque a nova estrutura da consciência, alcançada em cada idade, propicia um novo mecanismo interno das funções psíquicas e uma nova forma do indivíduo perceber sua vida interior.

Consideramos que esse é um movimento imprescindível na análise do desenvolvimento do adolescente, já que as mudanças na consciência do sujeito, observadas nesse período, são recebidas de forma turbulenta pela sociedade, vide os estigmas reproduzidos nas publicações de que os adolescentes são “rebeldes”, naturalmente curiosos ou apresentam facilidade para se exporem a riscos. Essas características acerca da adolescência se relacionam com o conceito de crise desenvolvido pelos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural.

Elkonin (1987) afirma que convém chamar de etapas ou estágios os intervalos da vida que são marcados por crises e que caracteriza a passagem de uma fase do desenvolvimento a

³⁷ “Una vez conocida la situación social del desarrollo existente al principio de una edad, determinada por las relaciones entre el niño y el medio, debemos esclarecer seguidamente cómo surgen y se desarrollan en dicha situación social las nuevas formaciones propias de la edad dada”.

outra. Segundo Leontiev (2006), a contradição entre a potencialidade da criança e seu modo de vida provoca uma reorganização na atividade, que eleva a criança a um novo estágio de desenvolvimento do psiquismo. Essas contradições entre as novas potencialidades da criança e a atividade realizada, quando existentes no desenvolvimento infantil, provocam crises. Vygotski (2012) e Leontiev (2006) mostram que a crise é considerada pelo círculo social do indivíduo como um desvio da norma, indisciplina e desobediência, em total consonância com as características reproduzidas culturalmente acerca da adolescência, conforme as publicações pesquisadas. Contudo, ao compreendê-la dialeticamente, temos que ela denuncia o esgotamento de um dado modo de relacionar-se com o mundo e anuncia que um outro está em percurso. Portanto, não se pode tomá-la como necessariamente ruim, pelo contrário, se faz necessária.

Vygotski (2012) explica que, na crise, passam para o primeiro plano os processos de extinção, decomposição e desintegração de tudo que havia se formado na etapa anterior e caracterizava a criança de dada idade. Com o advento do que o autor denominou de idade crítica, aparecem novos interesses, novas aspirações, novas formas de atividade e novas formas de vida interior. Por esse motivo, o autor afirma que o desenvolvimento não é um processo etapista e evolutivo, mas um processo dialético e revolucionário.

Se por um lado, conforme mostra Vygotski (2012), no período do desenvolvimento marcado por crises, o indivíduo perde o interesse pelo que orientava anteriormente toda sua atividade, e pode ser caracterizado como uma diminuição do rendimento e das suas relações externas; por outro lado, ele apresenta uma nova formação superior, ou seja, novas potencialidades a serem exploradas. A esses dois lados, Vygotski (2012) denomina de sintoma negativo e positivo da crise. E, portanto, o caráter concreto que a manifestação da crise adquire é determinada também pelas condições exteriores do indivíduo, pelo modo como a crise é trabalhada dentro das condições nas quais se manifesta. Vygotski (2012) mostra que nos períodos de crise provocam a necessidade de uma viragem, um redirecionamento do desenvolvimento que é, portanto, o atendimento dos novos interesses do indivíduo.

Por não ser o objetivo dessa exposição, não traremos aqui todo o conteúdo sobre a periodização do desenvolvimento³⁸, mas intentaremos focar no período da adolescência com a finalidade de explicitar nossa concepção comparada com as publicações pesquisadas na revisão bibliográfica. Não obstante, Elkonin (1987) afirma que a passagem para o período da

³⁸ Sobre o assunto, consultar os autores D. B. Elkonin na obra *Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia*. In: DAVIDOV, V; SHUARE, M. (Org.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (antología)*. Moscou: Progreso, 1987. p. 104-124. E L. S. Vygotski em *Obras Escogidas, Psicología Infantil*, Tomo IV. Madrid: A. Machado Libros, 2006.

adolescência é de fato considerado pela Psicologia como o mais crítico. O autor chama atenção para a importância dada pelas teorias tradicionais à maturação sexual nesse período, frisando que embora seja um elemento significativo no desenvolvimento do adolescente, não exerce influência primária. A sexualidade vem acompanhada de outros atributos biológicos que os indivíduos apresentam nessa fase, como a força física, mas que segundo o autor exercem sua influência de maneira mediatizada, condicionadas pelas relações do indivíduo com o meio social. Vygotski (2012) afirma que as análises da psicologia tradicional sobre a adolescência reduzem toda a maturação psíquica a uma estabilidade emocional, desprezando a potencialidade do desenvolvimento intelectual que esse período apresenta.

Como atividade principal desse período, Elkonin (1987) e Vygotski (2012) apontam a *comunicação íntima pessoal*, caracterizada pelo estabelecimento de relações pessoais íntimas entre os adolescentes e que apresenta grande importância para a formação da personalidade do indivíduo. Essa nova relação estabelecida entre os adolescentes reproduz no seu conteúdo objetivo as condutas mais gerais existentes entre os adultos na sociedade, com base em determinadas normas morais e éticas que regem a sociedade e mediatizam os atos dos adolescentes. Entretanto, frisamos aqui, conforme Pasqualini (2009) analisa, que os períodos do desenvolvimento descritos pelos autores da PHC referem-se às condições histórico-sociais da União Soviética no início do século XX, sendo incoerente com os pressupostos dos próprios autores soviéticos transferir mecanicamente tais postulados para a realidade atual. É, portanto, tarefa nossa, enquanto pesquisadoras e psicólogas, utilizarmos do trabalho dos autores da PHC para compreender o desenvolvimento nas condições históricas e sociais atuais. Nessa mesma direção, Leal e Facci (2014) afirmam que é necessário situar a adolescência como fenômeno histórico e social, como construção cultural que assume essa forma a partir do século XX e então traduz as características históricas e culturais do período. Assim, analisar essa fase do desenvolvimento conforme os moldes das condições históricas e sociais nas quais produziram os autores soviéticos é coadunar com as formulações que consideram o desenvolvimento psíquico imutável no tempo, dependente de maturação biológica.

Leal e Facci (2014) mostram que a adolescência foi forjada por condições do modo de produção capitalista, em que, na segunda metade do século XVIII, houve a abolição do trabalho infantil e a urgência em reduzir as tensões provocadas pelo desemprego, prolongando o tempo das crianças na escola, separando-os, então, do mundo adulto. Na sociedade moderna, a maior complexificação da atividade laboral prolongou o tempo de preparação e estudo para a entrada no mercado de trabalho, adiando a maturação social do adolescente (Leal & Facci, 2014). Ressaltamos, contudo, que os jovens dos quais tratamos nessa dissertação apresentam

condições sociais escassas de oportunidades e a necessidade precoce de entrada no mercado de trabalho. Para essas autoras, a adolescência não é um fenômeno linear, mas um processo dinâmico que pode transcorrer de maneiras diferentes dependendo do contexto em que se insere. O que não implica que não haja elementos comuns aos adolescentes de determinado momento histórico. Entretanto, trata-se aqui de recorte de classe social, pois enquanto os adolescentes de classe média e alta dispõem de condições para estudarem por mais tempo e se especializarem para o ingresso no mercado de trabalho, os jovens da classe trabalhadora necessitam trabalhar precocemente em empregos precarizados.

Como exemplo dessa realidade há o Programa Jovem Aprendiz, do qual podem participar adolescentes maiores de 14 anos e menores que 24 anos oriundos da rede pública de ensino e em situação de vulnerabilidade social. O Programa preconiza que empresas devem assegurar formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos aprendizes, e o adolescente, por sua vez, exerce uma jornada de trabalho de até 30 horas semanais na empresa, com um salário mínimo hora por no máximo dois anos (*Lei nº 10.097, 2000*). Assim, o jovem que ingressa no programa pode exercer uma jornada de trabalho compatível a profissionais contratados por um salário muito menor e ainda com a obrigação de uma formação teórica. As condições dos jovens pobres suscita a reflexão de qual a atividade principal desse período e de que forma essa responsabilidade social precoce impacta na personalidade desses adolescentes.

A sociedade de classes em que vivemos não permite o acesso aos bens culturais de forma igualitária a todos, o que influencia no desenvolvimento dos indivíduos e acarreta formas diferentes e peculiares de viver a adolescência, que se manifestará de maneira singular nos diferentes segmentos sociais, embora a adolescência seja tomada, de forma hegemônica, como fenômeno universal e único. A sociedade confere significado à adolescência, conceituando-a e descrevendo, por meios de livros, suas características tomadas como naturais, esperando algumas condutas dos jovens, que as incorporam, vivendo a adolescência como esperada (Leal & Facci, 2014, p. 36).

Leal e Facci (2014) afirmam que psicólogos soviéticos, nas décadas de 1920 e 1930, mostraram diferenças no desenvolvimento de adolescentes burgueses e adolescentes trabalhadores. O adolescente trabalhador, segundo os estudos, tinha como necessidade vital trabalhar para viver, o que configurava suas necessidades prioritárias. Por esse motivo, esses jovens percorriam um caminho abreviado de maturação cultural, impedindo a manifestação de sua juventude. O que podemos refletir, nos dias de hoje, sobre a necessidade do trabalho e de responsabilidades sociais destinadas a jovens em idade escolar, que desde então desenvolvem a maturidade social de trabalhar para a sobrevivência. Assim, cabe-nos questionar se a atividade

principal desses adolescentes não é, desde já, a atividade do trabalho, o que necessitaria uma análise mais apurada sobre a hierarquia dessa atividade na constituição da personalidade desses jovens.

Entretanto, o que se observa atualmente é a generalização dos estudos e conclusões sobre os adolescentes, tendendo à normalização e universalização a partir de um mesmo padrão. Assim, criam-se expectativas em relação ao comportamento do adolescente, à sua forma de inserção no meio social e de se relacionar com os outros, que se expressa tanto nos adultos quanto nos adolescentes (Leal & Facci, 2014). A tendência à normalização só negligencia que os adolescentes de diferentes classes sociais desenvolvem-se em condições distintas, o que oportuniza culpabilizá-los por consequências advindas do sistema social, principalmente quando a expectativa quanto à adolescência trata-se de rebeldia, desobediência e conflito. Então, as situações violentas protagonizadas por estudantes são atribuídas a características naturais da adolescência, ao invés de uma análise que considere em que condições desenvolveram-se aqueles jovens.

Podemos, todavia, considerar elementos comuns da adolescência na sociedade atual, levando em conta as determinações históricas desse tempo e realizando o devido recorte de classe condizente com os jovens entrevistados em nossa pesquisa. Leal & Facci (2014) afirmam que a adolescência caracteriza-se pela busca pela autonomia, em que o caráter transitório da adolescência se expressa pelo sentimento de que já não se é mais uma criança, porém ainda não se é um adulto. De acordo com Leontiev (2006), o adolescente passa a fazer parte das formas de vida social acessíveis a ele, em atividades e ocupações que não são mais de caráter infantil. Altera-se o lugar que ele ocupa em relação aos adultos, atingindo condições de igualdade. O surgimento de novos interesses, na adolescência, é marcado pela necessidade de conhecer a realidade que o cerca e o que é conhecido sobre ela. No desenvolvimento dos interesses, ocorrem duas etapas principais: os novos interesses e o desenvolvimento do sistema novo que se forma sobre os novos interesses. Novas atrações surgem, novas cobranças são efetuadas pelo meio, dando lugar a uma nova forma de viver a vida e a realidade do adolescente (Mascagna & Facci, 2014).

É demandado do adolescente, então, uma determinada forma de atuar na sociedade que não condiz mais com os papéis sociais destinados às crianças. Sendo que alguns adolescentes passam de forma mais abrupta na infância para a atividade de trabalho. São os níveis de exigência social que condicionam as novas estruturas da personalidade do adolescente e que criam, ou não, os períodos de crise. Podemos refletir se o que é observado como crise do período da adolescência, por vezes, não está relacionado com uma forma de insatisfação com as

situações sociais nas quais está inserido - seja por empregos precarizados ou pela ameaça constante de violência, estrutural e direta, proveniente do sistema social, o que pode impactar na personalidade, e que pode ocasionar uma vida esvaziada de sentido para o adolescente. Também precisamos atentar para os sujeitos que constroem suas personalidades em condições nas quais o tráfico de drogas é uma oportunidade, e a criminalização da pobreza é constante; em que a concepção de uma adolescência maturacionista e meritocrática só se configura enquanto mais uma forma de violência contra esses jovens, culpabilizando-os pela escassez de oportunidades. Mas sobre o consumo de drogas e a participação no tráfico ilegal, não seria uma escolha ou falta de autocontrole da conduta?

Vygotski (2012) indica que na adolescência o indivíduo pode ter sua capacidade intelectual complexificada em decorrência do domínio dos conceitos, que permite um salto qualitativo na atividade intelectual e produz novas formas de pensamento. Se propiciadas as condições necessárias, o adolescente é capaz de se apropriar de um conhecimento mais elaborado, do conhecimento científico e, a partir dele, é capaz de compreender os fenômenos também de forma abstrata, que o permitem tomar um posicionamento e regular sua conduta. “O adolescente, pelo contrário, quando assimila corretamente esse conteúdo que somente os conceitos podem propiciar de modo correto, profundo e completo, começa a participar ativamente nas diversas esferas da vida cultural que tem diante de si” (Vygotski, 2012, p. 64, tradução nossa)³⁹. O adolescente, então, participa ativamente da sociedade à medida que os conceitos refletem com maior profundidade e verdade a realidade vivenciada. Não apenas a realidade externa, mas permite também a autoconsciência, que é o conhecimento de si mesmo. Ou seja, dependendo dos problemas e situações que são colocadas na vida do adolescente, ele pode desenvolver a capacidade de compreender a realidade e a si mesmo de maneira mais complexa, decorrentes da formação de conceitos.

De acordo com a PHC, o pensamento por conceitos é a estrutura nova que pode surgir nessa etapa e é o núcleo fundamental que organiza as mudanças no pensamento. Desenvolvem-se o conteúdo do pensamento e suas formas, configurando uma atividade superior, que permite a inserção na vida cultural. “Isto se dá pelo surgimento de uma nova forma de relação entre os momentos abstratos e concretos do pensamento, uma nova síntese, mas também se reestruturam as velhas formas sobre novas bases” (Leal & Facci, 2014, p. 40). Assim, o grande salto desse

³⁹ “El adolescente, por el contrario, cuando asimila correctamente ese contenido que tan sólo en conceptos puede presentarse de modo correcto, profundo y completo, empieza a participar activa y creativamente en las diversas esferas de la vida cultural que tiene ante sí.”

período é que o adolescente pode passar a pensar a realidade com ajuda dos conceitos elaborados em seu pensamento, e não apenas tomar consciência dela.

Uma participação mais intensa na realidade social é possibilitada pelo seu desenvolvimento psíquico e pela maior capacidade de abstração, pela formação dos conceitos, o que lhe permite maior compreensão da realidade, favorecendo maior inserção no meio cultural. Os interesses ou as necessidades, bem como o comportamento, modificam-se significativamente nesse período (Leal & Facci, 2014, p. 27).

A adolescência é um período decisivo na formação da concepção de mundo, que tem as bases na infância, na assimilação de hábitos morais, nas atitudes, nas simpatias e antipatias, de forma prática, passando depois a se fazerem conscientes pelo adolescente, adotando a forma de normas e princípios de conduta. No processo de formação dessa concepção de mundo, o adolescente pode revisar as suas condutas e as suas próprias concepções (Leal & Facci, 2014).

Quando o jovem se apropria dos conceitos, ele passa a ter mais controle sobre sua conduta, porque desenvolve a voluntariedade sobre as coisas, controla suas ações relacionadas com seus interesses. Segundo Mascagna e Facci (2014), na adolescência, pode desenvolver-se a autoconsciência e o adolescente percebe que não é mais criança, sentindo-se um adulto, necessitando ser considerado como tal, o que envolve dificuldades pois ainda não é realmente um adulto. Assim, o adolescente pode apresentar interesse pelo seu próprio eu, ter a necessidade de conhecer suas particularidades, seus defeitos e suas características para responder às necessidades que surgem nas relações com outras pessoas. Entendendo que essas capacidades são condicionadas às situações sociais postas na vida do indivíduo, e a inserção na vida adulta pode ocorrer com maior ou menor consciência de si e do mundo. Tendo em vista as condições de vida que marginalizam, excluem e oprimem estruturalmente os jovens, conforme discorremos na seção anterior, refletimos que tais circunstâncias podem subjugar o desenvolvimento às situações de violência e pressão pela busca por sobrevivência.

As concepções individualistas de desenvolvimento, que passam ao largo de análises da situação social do sujeito e das determinações históricas e sociais, indicam que jovem é inteiramente responsável pelos seus atos violentos ou de uso abusivo de substâncias psicoativas. Entretanto, considerando o exposto, a participação ativa na sociedade, posta como necessidade aos adolescentes, implica que o jovem se aproprie também dos usos, costumes, valores e hábitos presentes nas relações sociais, reproduzindo-os ou se contrapondo a eles, como pode ocorrer em relação ao uso de drogas. Visto que esse fenômeno não é próprio e exclusivo da adolescência, mas constantemente presente na sociedade, sendo que os indivíduos em diferentes idades fazem uso de drogas. Como discorremos, o adolescente está em processo de participação

na sociedade enquanto indivíduo que tem responsabilidades próximas ou iguais ao do adulto, o que pode explicar o alto índice de experimentação de drogas nesse período do desenvolvimento. No entanto, o que determina o início do uso diz mais respeito à maneira como a sociedade em geral se relaciona com a droga, e não com as características individuais do sujeito e a fase do desenvolvimento na qual se encontra.

Como explicitamos anteriormente, o uso abusivo de drogas perpassa diversas determinações, tais como a relação histórica da humanidade com as drogas e a lógica mercadológica de consumo. Assim, conforme as condições que propiciam a regulação da conduta, de consciência de si e do mundo são precárias e violentas, mais difíceis são as circunstâncias em que o adolescente entenda as determinações do fenômeno e regule a sua conduta frente a ele. A juventude, assim como os demais períodos do desenvolvimento, são influenciados pela lógica da mercadoria, como exposta anteriormente, assim como por todo o conjunto de ideias emanados da superestrutura dessa sociedade. O desenvolvimento da capacidade de abstração do pensamento é essencial para enfrentar tais determinações, para analisar a essência dos fenômenos e para a regulação do autocontrole da conduta, sendo que a saída para o enfrentamento dos problemas sociais é *sempre coletiva*, e não individual. Mas entendemos como ponto de partida e de chegada assegurar aos jovens as condições que os permitam apropriarem-se daquilo que historicamente foi produzido pela humanidade e que permite o desenvolvimento do psiquismo, seja para compreender o mundo, seja para a compreender a si mesmo nessa realidade e obter ferramentas que auxiliem no controle da conduta.

Ao compreendermos que o uso de drogas na adolescência supera a explicação individual, evitamos a culpabilização do sujeito por um fenômeno que tem suas raízes na história das relações sociais. Por isso, é fundamental que as produções científicas não se limitem à descrição desse fenômeno, mas ao entendimento dos nexos causais que o engendram.

Tendo isso em vista e para dar continuidade às análises do uso de drogas na escola, valemo-nos a seguir das vivências dos próprios adolescentes, usuários de substâncias psicoativas ou em contato com a realidade do tráfico de drogas, que, em conjunto com os postulados teóricos já expostos, auxiliarão em possibilidades de enfrentamento e formação sobre esse fenômeno.

5.4 Drogas, escola e biografias: do que falam jovens usuários de drogas

A nossa intenção com a pesquisa de campo, conforme já mencionamos, é o de explorar a vivência e opinião dos adolescentes, implicados de alguma forma com o problema de drogas na escola. Tratar desse assunto sob a perspectiva dos próprios agentes ou vítimas do fenômeno é tratar das vivências daqueles que estão diretamente envolvidos com esse problema, seja no comércio, no consumo ou no contato indireto com tal realidade. O conceito de **vivência**, para a PHC, permite não somente a compreensão do fenômeno em si, mas em como ele impacta na personalidade dos jovens envolvidos e quais os sentidos pessoais produzidos nos próprios sujeitos na relação entre eles e o fenômeno vivenciado. Para Vygotski (2012), a vivência é a unidade entre personalidade e meio:

A vivência possui uma orientação biosocial, é algo intermediário entre a personalidade e o meio, que significa a relação da personalidade com o meio, revela o que significa o momento dado do meio para a personalidade. A vivência determina de que modo influencia sobre o desenvolvimento da criança um ou outro aspecto do meio. [...] Toda análise da criança difícil demonstra que o essencial não é a situação por si mesma em seus índices absolutos, mas o modo como a criança vive dita situação (Vygotski, 2012, p. 383)⁴⁰.

A vivência deve ser entendida como a relação interior do ser humano com um ou outro momento da realidade, sendo sempre vivência de algo e sempre pessoal, à medida que cada ser humano singular relaciona-se de determinada forma com situações particulares. A vivência reflete o meio em relação com o indivíduo e põe de manifesto as peculiaridades do desenvolvimento do próprio indivíduo, pois expõe as propriedades que se formaram ao longo do desenvolvimento em determinado momento (Vygotski, 2012). A determinação que a vivência imprime no desenvolvimento do indivíduo impõe a necessidade de sua investigação na trajetória da criança, no nosso caso, adolescentes, a fim de compreender de que forma determinadas situações refletiram no indivíduo e como eles elaboraram esse processo.

O estudo da vivência foi desenvolvido por Vygotski ao analisar as crises das idades. Conforme Toassa e Souza (2010), o autor intentou esclarecer a natureza interna das crises, pois, nesses períodos, a criança vivencia sua realidade de um modo qualitativamente superior com relação à idade antecedente. Assim, há um embate entre a percepção que a criança tem de sua identidade social e a percepção que tem de suas próprias memórias, pensamentos e percepções, sendo o aspecto fundamental para a emergência de uma crise.

⁴⁰ “La vivencia posee una orientación biosocial, es algo intermedio entre la personalidad y el medio, que significa la relación de la personalidad con el medio, revela lo que significa el momento dado del medio para la personalidad. La vivencia determina de qué modo influye sobre el desarrollo del niño uno u otro aspecto del medio. [...] Todo análisis del niño difícil demuestra que lo esencial no es la situación por sí misma en sus índices absolutos, sino el modo cómo vive dicha situación el niño.”

Vygotski (2012), ao analisar a crise dos sete anos, conclui que, nesse período, a vivência complexifica a tomada de consciência de si em relação com o mundo, ao passo que a criança generaliza as situações e os sentimentos atrelados a elas. Nesse sentido, Toassa e Souza (2010) sintetizam que, no decorrer da ontogênese, *as vivências assumem o papel de unidade dinâmica da vida consciente*, articulando-se em dois núcleos:

interno (que, como podemos deduzir, abrange corpo, representações e ideias; fantasias, lembranças e outros processos mentais singulares ligados ao eu que não estão presentes na realidade objetiva), e externo (principalmente as percepções de objetos); com maior atividade desta ou daquela função psíquica” (Toassa & Souza, 2010, p. 769).

Assim, a consciência das vivências é a tomada de consciência desta articulação por parte do seu sujeito psicológico, que envolve consciência de si, consciência do mundo circundante e de si nessa realidade (Toassa & Souza, 2010). Esse processo ocorre em decorrência da apropriação da linguagem, pois ao tornar as situações objeto da linguagem, a criança é capaz de generalizar as vivências, atribuir sentido a elas e nomear seus afetos. Portanto, a tomada de consciência tem intrínseca relação com as relações sociais nas quais a criança desenvolve-se, para apropriação da linguagem que possibilita formar conceitos sobre a sua personalidade e a de outras pessoas.

Nesse contexto, o conceito de vivência relaciona-se à negação da preeminência das características da personalidade ou do meio, privilegiando o encontro de ambos como unidade de análise, sem buscar fatores transcendentais, inacessíveis ao investigador - caso, por exemplo, da fé na preponderância das causas biológicas do comportamento (Toassa & Souza, 2010, p. 768).

Dito de outro modo, tanto os pressupostos sobre o caráter social do desenvolvimento humano quanto da vivência desenvolvidos pelos teóricos da PHC refutam concepções maturacionistas e biologicistas a respeito das fases do desenvolvimento. Com base no exposto sobre o desenvolvimento do adolescente, vimos que a PHC enuncia a possibilidade de dominação dos conceitos por parte dos jovens nesse período do desenvolvimento, o que pode viabilizar, portanto, uma salto qualitativo no processo de tomada de consciência das vivências, além da capacidade de desenvolverem análises sobre a realidade circundante e nomearem as vivências afetivas (tendo ciência dos limites existentes nesse processo). É tendo isso em vista que pretendemos investigar o conteúdo trazido pelos jovens entrevistados em nossa pesquisa de campo, refletindo sobre a necessidade de considerar a consciência que têm de si nos processos de escolarização e de política de drogas na escola, assim como as opiniões a respeito dessas situações.

5.4.1 Aspectos identitários e realidade escolar

Sobre os aspectos identitários, entrevistamos cinco adolescentes, sendo dois rapazes e três moças com idades de 15, 16 e 17 anos. A faixa etária desses jovens integra o intervalo de idade indicado pelo Mapa da Violência 2014 (Waiselfiz, 2015) como de risco; conforme apontamos anteriormente sobre tal pesquisa, são os jovens negros entre 15 e 29 anos as principais vítimas dos homicídios por armas de fogo.

As idades dos adolescentes entrevistados referem-se aos estudantes que cursam o Ensino Médio, porém, dentre os cinco jovens, apenas as três moças estudam, enquanto os rapazes interromperam os estudos. Guilherme, de 17 anos, revelou ter interrompido os estudos na sexta série (ou sexto ano); Lucas, de também 17 anos, parou de estudar no primeiro ano do Ensino Médio. Das três moças, Roberta, com 16 anos, frequenta o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA)⁴¹; Olga, de 16 anos, frequenta o oitavo ano, tendo reprovado três vezes; e Mel, com 15 anos, frequenta o nono ano, tendo reprovado quatro vezes. Observamos que as informações de reprovação da Mel não condizem com a idade e a seriação que se encontra, bem como no relato de Guilherme, que afirmou ter parado os estudos há quatro anos, mas diz ter cursado o sexto ano, última seriação que ingressou, há dois, como exposto a seguir:

Pesquisadora: Vou te chamar de Guilherme a partir de agora. Você frequenta a escola?

Guilherme: Não.

P: Em qual série você parou?

G: Sexta série.

P: Faz tempo isso?

G: Faz uns quatro anos já.

P: E você se lembra de quando começou a frequentar a escola?

G: Lembro.

P: Quantos anos você tinha?

G: Ah, quando eu comecei a sexta série mesmo, eu já tinha uns quinze, uns quinze anos já. (Apêndice C)

A contradição dessas informações pode estar relacionada à vergonha de revelar a defasagem entre série e idade ou o recente abandono da escola. Nesse sentido, os aspectos escolares demonstram que todos os entrevistados apresentam *fracasso escolar* em suas trajetórias, seja por reprovação ou por interrupção dos estudos.

⁴¹ O CEEBJA pertence ao governo do estado e permite a conclusão do Ensino Fundamental II e Ensino Médio pela metade de tempo que é realizado no ensino regular.

Sobre o fracasso escolar, retomamos as análises de Patto (1999), que revelam a culpabilização do indivíduo pela dificuldade de aprendizagem num processo que desconsidera as determinações históricas e sociais do modo de produção capitalista, bem como das práticas pedagógicas. Nesse sentido, Patto (1992) indica a incapacidade crônica das escolas públicas em garantir educação escolar a todas as crianças e jovens brasileiros, sendo excluídos desse processo os contingentes populacionais mais atingidos pelo caráter excludente do capitalismo. Em contrapartida, as análises atuais que explicam – ou justificam – tal fracasso ancoram-se em teorias tais quais as novas roupagens da *teoria da carência cultural*, originada nos Estados Unidos e

[...] segundo a qual essas pessoas fariam parte de uma subcultura muito diferente da cultura de “classe média” (sic), na qual estariam baseados os programas escolares. Em outras palavras, as crianças das chamadas minorias raciais não se saíam bem na escola porque seu ambiente familiar e vicinal impediria ou dificultaria o desenvolvimento de habilidades e capacidades necessárias a um bom desempenho escolar (Patto, 1992, p. 109).

Em outras palavras, as análises têm como característica marcante o depósito da culpa ou responsabilidade pelas dificuldades dos alunos nos próprios estudantes e suas famílias. O ambiente em que as crianças e jovens desenvolvem-se são concebidas por essa perspectiva com um olhar naturalista e a-histórico, sem levar em consideração as relações de produção, as questões de poder e ideologia, abrindo brecha para a ciência hegemônica, que se utiliza do preconceito e de estereótipos sociais relativos a pobres e negros. De acordo com essa concepção, o ambiente familiar na pobreza é deficiente de estímulos sensoriais, de intervenções verbais, de contatos afetivos entre pais e filhos, de interesse dos adultos pelo destino das crianças “[...] num visível desconhecimento da complexidade e das nuances da vida que se desenrola nas casas dos bairros mais pobres” (Patto, 1992, p. 111). Ou seja, as crianças e jovens são identificados, no contexto escolar, com problemas cognitivos desenvolvidos em decorrência da qualidade do ambiente familiar, por exemplo. Já apontamos a discussão sobre família anteriormente, ao detectarmos que grande parte das publicações sobre drogas na escola situa na família um dos fatores para o uso abusivo de substâncias psicoativas, seja por servir de mau exemplo, por apresentar conflitos ou caracterizar-se como uma família desestruturada. Portanto, também para o problema de drogas na escola, utilizam-se preceitos como o da teoria da carência cultural.

Mediante as análises de Patto (1999; 1992), podemos observar que o fracasso escolar e o uso de drogas apresentam raízes comuns, que derivam da estrutura social que criminaliza ou

marginaliza um contingente populacional já alheio de oportunidades. Assim, não é incomum que a escola considere esses problemas imbricados, ora um sendo a causa do outro, conforme um dos jovens relata:

Pesquisadora: Por que você parou de estudar?

Guilherme: Ah, por causa de droga.

P: Mas você largou a escola pra usar ou por que você foi internado?

G: Larguei porque eu fui internado também, mas aí depois eu não tive mais vontade de estudar (Apêndice C).

Na seção 2, constatamos que há escassez de publicações e trabalhos que tratem da relação entre uso de drogas e desempenho escolar e, assim, podemos dizer que considerar um causa do outro permanece no campo das suposições, e não de um conhecimento embasado cientificamente. Evidenciamos que as análises e atitudes empregadas pela escola em relação a esses jovens permanecem circunscritas ao abuso de drogas ou ao comércio ilícito dessas substâncias. Ante essa conclusão, emprestamos a reflexão do psiquiatra italiano Franco Basaglia, precursor do movimento antimanicomial, que desnaturalizou os transtornos mentais ao indicar que nem todos os comportamentos do louco dizem respeito à loucura. É preciso ter em vista suas vontades, seus interesses e necessidades, ainda que diagnosticados com transtornos mentais e, no nosso caso, ainda que façam uso abusivo de substâncias psicoativas.

O que precisamos ter em vista ao buscarmos entender os estudantes envolvidos com drogas é que esses jovens não têm suas vidas atravessadas apenas pelo uso abusivo ou comércio de drogas, mas por diversas determinações que constituem essa condição e que não diz respeito apenas à família e ao fracasso escolar. Como analisaram os profissionais do CAPSi Maringá em reunião, onde empregamos a pesquisa de campo, os jovens não podem ser estigmatizados apenas por essa adversidade, mas devem ser considerados na totalidade de suas vidas. Do contrário, as análises desenvolvem-se na superficialidade das vidas desses jovens que têm como determinações a falta de oportunidades, a criminalização da pobreza e o preconceito.

Por esse motivo, não distinguimos os adolescentes do CAPSi entre usuários e não usuários de drogas, como apontado anteriormente, quando empregamos nossa pesquisa, mas apresentamos a temática de forma geral aos adolescentes e participaram aqueles que sentiram-se à vontade. Embora tenhamos observado que todos os adolescentes entrevistados relacionam-se com o universo do tráfico ilícito de drogas direta ou indiretamente.

5.4.2 Sobre o contato com as drogas

Dos jovens entrevistados, dois declararam fazer uso regular de drogas, tais como crack, cocaína, maconha, sintéticos e cigarro. Uma das moças declarou já ter feito uso abusivo de álcool, mas não o faz atualmente; outra adolescente afirmou já ter feito uso de cocaína e LSD, mas diz não usar atualmente. Apenas uma adolescente relatou nunca ter feito uso, conforme o relato:

Pesquisadora: E por que você não usa [drogas]?

Roberta: Porque eu vejo a situação da minha mãe. Ela usa drogas e tudo e eu vejo que a vida dela não é fácil, hoje ela tá na cadeia. Então, se a vida não é fácil pra ela, vai ser pra mim? Que não tenho nada, não tenho nem onde cair morta, não tenho o que comer, o que beber, assim, sabe, sem ser nas custas dos outros. Aí eu vou ter que vender as minhas coisas pra poder comprar droga pra mim, pra “mim” sustentar meu vício. Não quero isso pra mim não (Apêndice F).

Ou seja, embora Roberta não faça consumo de substâncias psicoativas, a sua escolha ou opção tem relação com o contato que teve com uso abusivo e tráfico de drogas. Ressaltamos, nesse relato, a consciência de si desenvolvida pela adolescente ao avaliar as possibilidades da realidade circundante, o que propiciou a regulação da conduta para escolhas futuras. Entretanto, isso não implica que os demais adolescentes não tenham desenvolvido essa função, sendo necessária a análise das particularidades que determinaram suas escolhas – ou a falta delas –, por vezes prejudicial.

5.4.3 A estigmatização e o protagonismo em violências

Quando chamamos atenção para a necessidade de não estigmatizar os adolescentes que fazem uso de drogas na escola, queremos evitar a consequência de contribuir com as dificuldades por que passam, como Patto (1992) indica:

[...] as atitudes tomadas dentro da escola podem aprofundar e cronificar as dificuldades vividas por uma criança. Por exemplo, um professor que desqualifica e destrói tudo que uma criança, que sofreu perdas significativas, produz, só está contribuindo para o recrudescimento de suas dificuldades – noutras palavras, para a ocorrência do “trauma cumulativo” [...] (Patto, 1992, p. 113-114).

Os jovens entrevistados trouxeram apontamentos que denunciam essa atitude estigmatizadora por parte da escola, e que, por vezes, caracteriza uma profecia auto realizadora, em outras palavras, predições sobre o futuro desses jovens e que são internalizadas por eles no decorrer de seu desenvolvimento ou de suas trajetórias escolares. Como expõem dois dos adolescentes:

Pesquisadora: Você já percebeu como a escola trata os alunos que usam drogas?

Mel: Como alunos que, assim, não tem futuro, vão continuar nessa vida, não vão conseguir empregos dignos, porque eles estão usando esse tipo de coisa, sabe que pode até virar bandido ou pode até um dia estar no caixão. Por isso a escola não trata todos os alunos, todas as pessoas, com igualdade. (Apêndice D)

Pesquisadora: Quando você estava estudando, a escola sabia que você fazia uso?

Guilherme: Sabia.

P: E como eles trataram você quando souberam?

G: Ah, meio que rejeitaram, né. Às vezes, até as professoras me chamavam de drogado, e não sei o que... (Apêndice C)

Essa forma de classificar os adolescentes pode apresentar atitudes de abandono por parte dos escolares, que passam a acreditar na sua incapacidade para dar continuidade aos estudos ou para aprender. Guilherme, que relatou a rejeição por parte da escola e a estigmatização sofrida, quando questionado por que não apresentavam mais vontade de estudar, respondeu da seguinte maneira:

P: E por que você não tem vontade de voltar pra escola?

G: Ah, porque eu não tenho mais cabeça, não. (Apêndice C)

Entendemos que tal resposta pode derivar de inúmeras determinações, dentre elas o descrédito lançado pela escola em relação à sua capacidade de continuar os estudos. Outras explicações sobre esse trecho podem caminhar pela análise do sentido da atividade de estudo e da hierarquia de motivos que estrutura a atividade do adolescente.

Em contrapartida, temos ciência de que as drogas são um problema para a escola, sendo que os julgamentos e estigmas reproduzidos não são a causa principal, e que os jovens nas condições de usuários abusivos ou traficantes produzem consequências, por vezes, insustentáveis para a escola. O relato de Guilherme sobre sua trajetória escolar deixa muito evidente essa via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo, que é estigmatizado, apresenta condutas graves dentro da escola.

G: Ah, porque, tipo assim, na época eu tomava remédio, entendeu.

P: Pra controlar o uso?

G: Não, pra controlar a ansiedade. Tipo assim, eu tomava Ritalina pra hiperatividade, só que, tipo assim, tinha dia que eu tomava Ritalina e tinha dia que eu não fumava maconha, porque daí não pode misturar. Hoje, eu já misturo porque não dá nada, não tem nada a ver. Mas hoje já não tomo mais Ritalina, entendeu? Eu estava tomando até esses dias, mas hoje em dia eu não tomo mais. Mas daí eu fiquei uns par de dia sem ir pra escola, porque a escola não aceitava eu sem o remédio, porque eu dava muito trabalho, queria bater em todo mundo, todo mundo que passa, queria catar todo mundo, queria catar até o professor. Tava nem aí mesmo, eu batia em todo mundo, brigava, xingava, dava carteirada, batia em todo mundo, tava nem aí...

P: Uhum, daí você brigou com o policial...

G: É, briguei com o policial, ele me levou lá pra cima lá, falou um monte, deixou eu algemado, daí bateu o sinal do colégio...

P: Ele te algemou dentro da escola?

G: Algemou, porque eu tava batendo nele, né! Tava brigando com ele, aí depois que bateu o sinal, ele chamou a viatura lá e falou que ia me levar e não sei o que, porque eu tava dando muito trabalho, queria bater nas molecadas, aí não deu nada. Eu falei, que nada, essa é a hora de eu meter fogo no colégio. Aí meti no primeiro pavilhão e as molecada “foi” e apagou. Aí meti no segundo pavilhão, as molecada “foi” e apagou com ele. Eu falei, que nada, só essas molecada “sair fora” que eu vou meter fogo no colégio. E todo mundo saiu, não tinha mais ninguém, só tinha as mulheres que limpavam lá, mas as mulheres tavam dormindo, por que os portões ficam abertos, né. Aí a escola ficava aberta, né. Aí eu peguei e meti fogo, só coloquei fogo na cortina, só encostei o isqueiro, peguei, meti fogo na cortina assim, tava uma chama desse tamanhozinho assim, aí eu achei que nem ia pegar fogo e daqui a pouco, eu to lá em casa, eu só escuto os bombeiro, uns três caminhão de bombeiro passando na rua, dali a pouco eu vejo a minha foto na TV, enorme assim.

P: E como descobriram que era você?

G: Ah, descobriram porque as molecada falou né, dedou eu, que era eu que tava tentando meter fogo. Aí minha foto já apareceu até no [Programa de televisão] Maringá Urgente, a minha foto.

P: Ah é?

G: É, cheguei no colégio, os cara já falando: é, a gente viu você na televisão, não sei o que, você meteu fogo no colégio. Aí foi fazer uma reunião lá, de quem tinha metido fogo, aí um ficava empurrando pro outro.

P: Uhum

G: Aí falou: não quero saber não, você vai resolver isso aí é na delegacia, que isso é o patrimônio público. Aí ela pegou e aí fui intimado pra dar depoimento lá na delegacia, aí deu que eu to respondendo aí e não deu mais nada.

P: E você foi expulso do colégio?

G: Fui expulso.

P: Foi a partir daí que você abandonou a escola?

G: Foi (Apêndice C).

No relato, o policial a quem Guilherme se refere é o responsável pelo PROERD na escola e, por isso, ele estava em contexto escolar. A partir do exposto por Guilherme, fica evidente que o seu comportamento na escola era um incômodo, e que a atitude de queimar o colégio pode ter deixado os profissionais sem saída de diálogo. Entretanto, essa postura extremada foi antecedida de uma atitude também extremada, que foi algemar o aluno dentro do escola. Cria-se, assim, um ciclo vicioso de violência da escola com o aluno e dele com a escola e os profissionais, sendo ambos os lados prejudicados.

O fenômeno de uso abusivo e tráfico de drogas não é o único que se apresenta como um problema para os profissionais da escola, e aproveitamos para assinalar que há muito o que enumerar de problemas no cotidiano dos profissionais da educação. Temos ciência de que as limitações impostas por salários baixos e por superlotação das salas de aula, por exemplo, impedem que o trabalho pedagógico básico seja desenvolvido, não dependendo, portanto, da vontade dos profissionais em realizar um bom trabalho. A lógica na qual a escola pública está inserida, em sua função atual que prioriza a formação de força de trabalho não qualificada para

empregos precarizados, não está preocupada com o desenvolvimento das potencialidades nem com a garantia de condições de trabalho para os profissionais (na lógica do capital essa preocupação não ocorre com nenhuma categoria da classe trabalhadora). Assim, é um trabalho árduo estabelecer essa via dupla, entre a responsabilização da escola por fenômenos que ela reproduz e as condições promovidas dentro dessa instituição, entendendo-a como o conjunto de profissionais que dela participam. Nossa postura é o não ocultamento dos problemas dentro dessa instituição, mas entendendo as determinações que produzem tais problemas nas relações dentro da escola. Embora focalizemos o problema de drogas na escola, buscamos mostrar que esse é um problema nas relações da sociedade e não da instituição escola.

5.4.4 O sentido da atividade de estudo

Observamos, a partir do relato de Guilherme e do exposto sobre a adolescência nos dias atuais, a necessidade de analisar a atividade principal desses jovens e o sentido atribuído ao estudo. As vidas de jovens pobres são atravessadas pela urgência de entrada no mercado de trabalho, da criminalização da pobreza e da escassez de oportunidades. Resgatando a discussão realizada por Rodrigues (2012), essa falta de oportunidades propicia que o tráfico seja uma possibilidade contundente aos jovens pobres. Dos adolescentes entrevistados, somente Guilherme relatou atividades com tráfico de drogas e afirmou não participar mais desse comércio. Lembrando que, em acordo com a pesquisa e as análises de Rocha (2012), os jovens nessas condições colocam-se em risco ao relatarem as atividades dessa especificidade, tanto que Guilherme foi contraditório ao tratar desse assunto, conforme os trechos da entrevista expostos a seguir:

Pesquisadora: Você vendia [drogas]?

Guilherme: Vendia, com uns doze anos comecei a vender já também, comecei a vender pra molecada no colégio

[...]

P: Ah, você faz corre?

G: É, não, às vezes, né! Não toda vez, só quando é “de bastante” assim, né! Aí se for uma/duas/três pedras, aí já não vira pra mim. Agora, quando é de cinquenta reais pra cima, eu já vou no corre por cara, porque, na verdade, tem uma boca de fumo na frente do meu barraco.

P: Na frente da sua casa?

G: Do outro lado da rua.

P: Aí você faz corre pra galera ali?

G: Não, os corres vão no meu barraco. Os caras me chamam no meu barraco pra eu chamar o “pé” lá na casa. Aí, às vezes, eu não chamo, eu ligo pra ele, aí ele aparece lá na frente do portão, daí os caras conversam com ele, aí os caras “soma”, né.

[...]

P: E você vende ainda ou não?

G: Não, parei de vender (Apêndice C).

Primeiro, o adolescente afirma que vende às vezes, depois diz não vender mais. Chama atenção o fato de ter iniciado a atividade no tráfico muito jovem, com doze anos, o que configura trabalho infantil. E, segundo ele, começou vendendo dentro da escola, onde encontrou clientela:

Guilherme: [...] Aí no Unidade Paulista, o último colégio que eu estudei, eu já comecei a vender droga. Porque já tava morando no Alvorada e aí já comecei a vender droga, vendia só maconha dentro do colégio. Aí vendia de monte, de monte, o que mais tem é drogado (Apêndice C).

Outra adolescente também citou a oportunidade do tráfico em sua vida:

Pesquisadora: Você quer ser policial?

Olga: Vou querer me formar... e, se não fosse por esse sonho, acho que eu ainda estaria usando maconha, estaria mexendo com droga... “taria” até vendendo, porque já me chamaram, já tive muita oportunidade, daí... por causa desse sonho. Eu cheguei a mexer sim, mas só pra ver, mas daí eu consigo parar. Eu fiquei pensando bem e daí eu quero me formar.

No caso de Olga, a escola representa uma oportunidade que a desvia do caminho para as drogas, tanto do consumo quanto do comércio. Todos os adolescentes mostram consciência da necessidade da escola para garantir o futuro, o que configura o motivo pelo qual eles consideram a importância da atividade de estudo, conforme os excertos a seguir:

Pesquisadora: E você pretende terminar os seus estudos?

Roberta: Pretendo, porque senão não vai ter onde eu cair morta, né.

P: Hum. Então, você acha que a importância de estudar é pra ter um emprego depois?

R: Pra sobreviver, né?

P: Mas, você gosta de estudar?

R: Mais ou menos. Eu vou mais pra escola mesmo por causa do “boyzinho” que tem na minha sala [...] (Apêndice F).

Pesquisadora: Você pretende voltar a estudar?

Lucas: Pretendo.

P: E quando você pensa em fazer isso?

L: Ah, o mais rápido possível, sei lá.

P: Por que você acha importante voltar a estudar?

L: Ah, pra ter um futuro melhor, eu acho (Apêndice E).

Pesquisadora: E você acha que deve continuar estudando? Por quê?

Mel: Se eu parar os estudos agora, mais pra frente vai me prejudicar, que eu sei que não vai ter emprego. Porque, hoje em dia, pra ter um emprego, vai precisar muito de ter o ensino médio completo. Muitas pessoas que param antes do ensino médio não conseguem emprego. Pode até conseguir, mas são aqueles empregos mais... piores. (Apêndice D).

No entanto, esse motivo não reflete a importância do aprendizado e da apropriação de conhecimentos, mas responde a uma necessidade urgente posta em suas vidas, que é a sobrevivência por meio de um emprego. Para tratar da atividade desses adolescentes e sua relação com o estudo, intentamos trazer brevemente os conceitos de *sentido* e *significado*, postulado pela PHC. A fim de analisarmos qual o *sentido da atividade de estudo* para esses adolescentes, com base nas contribuições de Asbahr (2011).

Conforme Leontiev (1978), **sentido** e **significado** são elementos da consciência humana, que é constituída por conteúdo sensível, significação social e sentido pessoal. O conteúdo sensível é o conteúdo imediato apreendido pela consciência – sensações e percepções. As significações sociais são compreendidas como as sínteses das práticas sociais conjuntas, são as generalizações da realidade fixadas historicamente na linguagem e que cristalizam a experiência e as práticas sociais da humanidade. As significações mediatizam a relação da humanidade com o mundo sob a forma de conceitos, saberes, modos de ação, e, embora, os significados estejam em eterna transformação, estão prontos para apropriação do indivíduo desde que nasce.

Os significados também fazem parte da consciência individual e não perdem seu conteúdo objetivo e social, porém o indivíduo relaciona-se com os significados sociais a partir de seu sentido pessoal. O sentido, por sua vez, é criado pela relação objetiva entre o que incita a ação no sujeito – motivo da atividade – e o resultado para o qual a ação se orienta – fim da ação. O sentido pessoal traduz a relação do motivo com o fim, podendo ser motivos geradores de sentido ou motivos estímulos, que são motivos apenas compreensíveis. Nos motivos geradores de sentido, há uma relação consciente entre os motivos da atividade e os fins da ação, enquanto os motivos estímulos assumem o papel impulsionador da atividade e são motivos externos à atividade do indivíduo (Leontiev, 2006). Dessa forma, o sentido tem caráter mais flexível e mutável do que o significado, conforme expõe Vigotsky (2000):

[...] o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos (Vigotsky, 2000, p.465).

Na análise da atividade de estudo, Asbahr (2011) discute a importância do motivo para a apropriação do conteúdo ensinado pela escola. Assim, para que a aprendizagem seja consciente, a criança necessita saber por que precisa estudar, o que é garantido pelo sentido que

as ações de estudo têm para o estudante. E, para que a ação tenha sentido, o seu fim deve ir ao encontro com o motivo da atividade. O indivíduo pode conseguir explicar racionalmente por que estuda, mas isso não implica que a atividade de estudo tenha um sentido pessoal coincidente com a significação social dessa atividade. “Portanto, não basta que se assimile a significação do objeto dado, indiferentemente, do que se faça em forma teórica ou prática, é necessário, além disso, que nela se produza uma relação adequada com respeito ao estudado, é necessário educá-la nessa relação”⁴² (Leontiev, 1983, p. 246).

Em sua pesquisa sobre sentido da atividade de estudo com crianças, Asbahr (2011) constatou que os motivos expressos por elas referem-se à preparação para o mercado de trabalho e a seu futuro quando adultas, o que coincide com as significações sociais dessa atividade. Entretanto, a autora indica que a aprendizagem consciente só é efetiva quando os conhecimentos ocupam um lugar na vida real do indivíduo, e não é somente uma resposta às condições externas, impostas por outras pessoas ou situações. Esse resultado é exatamente o que observamos em nossa pesquisa, em que os adolescentes apresentam motivos expressos a partir da significação social dessa atividade, mas manifestam trajetórias de fracasso escolar.

Leontiev (1978) mostra que, na sociedade capitalista, onde as relações são alienadas, há uma desintegração e fragmentação da consciência humana à medida que o conteúdo objetivo da atividade não coincide com o seu conteúdo subjetivo, ou seja, entre o motivo e o resultado objetivo da atividade. A preparação para o mercado de trabalho, atualmente, significa preparar para a exploração e alienação, e a escola deixa de contribuir para a formação do indivíduo humanizado e livre (Asbahr, 2011). No caso da atividade de estudo, como analisa Asbahr (2011), os motivos expressos sobre preparação para o mercado de trabalho não correspondem às ações realizadas e são externos à atividade da criança ou adolescente, não ocupam um lugar estrutural em sua atividade. Isso decorre, segundo a autora, porque o ingresso no mercado de trabalho ainda está distante da vida das crianças, o que não é o caso dos adolescentes entrevistados na nossa pesquisa, ou porque os conhecimentos escolares pouco se relacionam com a atuação profissional. Esses motivos cumprem, então, a função de motivos estímulos.

Nessa perspectiva, motivos desse tipo contribuem para o esvaziamento do processo de atribuição de sentido pessoal à atividade, nesse caso, a atividade de estudo. O sentido pessoal dessa atividade distancia-se da possibilidade de humanização e aprendizagem de conteúdos potencialmente humanizadores (Asbahr, 2011, p. 129-130).

⁴² Por lo tanto, no basta con que asimile la significación del objeto dado, indiferentemente de que lo haga en forma teórica o práctica, es necesario además, que en él se produzca una relación adecuada con respecto a lo estudiado, es necesario educarlo en esa relación.

Nos relatos dos adolescentes em nossa pesquisa, a necessidade do estudo é atrelada diretamente à obtenção de um emprego, sendo que a apropriação do conhecimento não constitui nenhum motivo compreensível, o que pode explicar parte da trajetória de fracasso escolar desses jovens, ao passo que as ações de aprendizagem não coincidem com o motivo da atividade de estudo. Essa análise nos permite afirmar que a atividade de estudo apresenta sentidos regulados por motivos estímulos, que não impulsionam esses adolescentes na aprendizagem. Nesse contexto de fracasso escolar, a oportunidade do uso abusivo ou do tráfico de drogas torna-se mais latente, pois a escola que poderia apresentar uma outra possibilidade, denota como mais uma dificuldade para esses adolescentes. Essa análise não pretende ser fatalista, ao contrário, pretende lançar luz à urgência de olharmos para a vida dos jovens nas condições expostas e recobrar a importância da escola como outra possibilidade em suas vidas. Porém, procuraremos desenvolver outros caminhos, além daqueles que a escola tem apresentado até aqui para lidar com o fenômeno. Reforçamos, entretanto, que a escola reproduz a lógica inerente à política de drogas, pautada na guerra às drogas e na criminalização da pobreza, porque esse é o caminho posto hegemonicamente como o correto para o fenômeno. O que significa que os profissionais da escola não decidiram por si apresentarem essas saídas, nem podem ser culpabilizados por tal.

5.4.5 Opiniões sobre a escola: autoritarismo e ausência de diálogo

A respeito dos caminhos que a escola trilha atualmente no enfrentamento ao uso e comércio de drogas na escola, exporemos as opiniões dos adolescentes sobre as atitudes levadas a cabo com os estudantes envolvidos nesse problema. Procuramos explorar a vivência desse fenômeno por esses jovens com vistas na hipótese dessa dissertação, que considera que a escola e a formulação das políticas públicas não levam em consideração a vivência dos indivíduos que fazem uso abusivo de drogas.

Nosso primeiro questionamento diz respeito à eficácia do PROERD, por ser o programa mais comumente utilizado como meio de combate ao uso de drogas na escola. Um dos adolescentes, conforme expusemos anteriormente, entrou em conflito com o policial responsável pelo programa em sua escola, o que resultou em agressões por parte do estudante e a contenção do mesmo. A seguir, as opiniões dos demais sobre o PROERD:

Pesquisadora: Você já participou de algum projeto contra drogas, como o PROERD?

Lucas: Não. PROERD eu já participei, mas...

P: Você achou que teve alguma diferença?

L: Não, não tem nenhuma diferença, não.

P: E você reparou se teve alguma diferença pra algum dos seus colegas?

L: Não. (Apêndice E)

Pesquisadora: E você participou de algum projeto na escola contra drogas, tipo PROERD?

Roberta: Aquelas provinhas?

P: PROERD é aquele que os policiais vão dar palestra.

R: Ah, já, já.

P: E você acha que isso te ajudou alguma coisa a não usar drogas?

R: Não me ajudou em nada, porque é a mesma coisa, se eu falar que eu quero, quem vai me falar se eu posso ou não posso. Só se minha mãe vir me dar uns “tabefe” e falar “você não vai fumar”. Mas, do mesmo jeito, se ela falar que eu não vou fumar e eu quiser fumar, eu espero ela virar as costas e vou fumar. (Apêndice F)

Pesquisadora: Você participou de algum projeto na escola de enfrentamento às drogas, tipo o PROERD?

Olga: Sim.

P: E teve alguma influência na sua vida?

O: Acho que eu fiz, mas não lembrei que eu tinha “fazido” o PROERD. Acho que eu fiz em 2010.

P: Não teve influência então?

O: É, eu acho que não. (Apêndice G)

Os adolescentes entrevistados, em sua maioria, não consideram o PROERD um programa eficaz. Ressaltamos o trecho do Apêndice F, em que a adolescente concebe o programa apenas como mais uma forma de dizer aos adolescentes para não usarem drogas. Entretanto, não desconsideramos a importância que o PROERD pode apresentar na informação a respeito das substâncias psicoativas. Mas a presença de policiais como os responsáveis pelo programa indica que não há uma preocupação pedagógica, ou que ela é subjugada a uma necessidade repressiva na abordagem do assunto, considerando que essa é a função levada a cabo pela polícia na sociedade. Segundo uma das adolescentes entrevistadas, também manifesta:

Pesquisadora: Você já participou de algum projeto contra drogas, como o PROERD?

Mel: Já.

P: E te influenciou em alguma coisa?

M: Como assim, “te influenciou”?

P: Esses projetos são para combater drogas na escola e eles te influenciaram a você não usar drogas?

M: Sempre alguém conversava comigo, falava que usar drogas não é bom. E o PROERD sempre ajudou, porque você tinha informações sobre o que era a droga, e o que a droga ia fazer pra você no futuro. (Apêndice D)

Sobre isso, resgatamos a pesquisa de Gonzalez e Silva (2012), exposta na seção 2, e também de orientação histórico-cultural, que indica a importância da apropriação de conceitos científicos por parte dos estudantes para que possam fundamentar melhor suas escolhas futuras.

Entendemos que, por esse caminho, com base no que elucidamos anteriormente sobre a adolescência, a apropriação dos conceitos científicos permite o desenvolvimento de funções psíquicas superiores, entre elas, a regulação da conduta. Porém, como já indicamos na seção 2, concluímos que apenas essa forma de formação sobre as drogas não seja suficiente para o enfrentamento desse fenômeno na escola, já que ele é multideterminado. Um dos fatores que pode contribuir para que os adolescentes considerarem PROERD um meio ineficaz é a autoridade e o tom apelativo para o não uso de drogas, que em nossa concepção é uma perspectiva que desconsidera as demais determinações do uso abusivo ou do tráfico, focando apenas na conduta individual dos estudantes. Também, na citada seção, já indicamos trabalhos que realizam críticas ao PROERD, tanto no que tange ao caráter meramente informativo quanto no efeito momentâneo provocado, já que não há uma continuidade na prevenção nem uma avaliação da conduta posterior dos estudantes que participaram do programa.

Sobre a autoridade da escola, fica evidente, nas entrevistas, o descontentamento dos estudantes com as atitudes tomadas pela escola, conforme os trechos a seguir:

P: E você concorda com essa diferença de tratamento que a escola faz? [entre alunos usuários e não usuários de drogas]

M: Não, porque mesmo a pessoa usando droga ou não, a igualdade teria que ser a mesma. Porque não sabe se a pessoa tá usando droga por algum motivo de família, alguma coisa, ou está usando por si. Então, tinha que ser um tratamento de igualdade entre os que querem e os que estão no mundo das drogas.

P: Então, você acha que as pessoas usam drogas por que passam por uma situação difícil?

M: Sim. (Apêndice D)

Nesse trecho, a adolescente discorda de atitudes que estigmatizam os estudantes que fazem uso drogas, porque, segundo ela, o uso abusivo pode estar relacionado com situações difíceis na vida desses indivíduos. Já nos trechos seguintes, os adolescentes afirmam concordar com as atitudes da escola, mas questionam ações como expulsão e presença de policiais:

P.: Entendi. E você concorda com essas atitudes que a escola toma com quem faz uso de drogas.

R.: Dentro da escola, eu acho que concordo, porque dentro da escola é um lugar público que tem, vamos supor, crianças, tem adolescentes que não gostam. Então, acho bem legal essa atitude que eles tomam, mas não gosto, assim, tipo, chegar ao caso de expulsar, entendeu? Acho que isso não precisaria. Mas eu não sou a diretora, não posso fazer nada, né. Senão eu ia falar: “ó, vai pra sua casa fumar essa porcaria lá fora”. (Apêndice F)

P.: E você concorda com a forma como a escola lida com quem faz uso de drogas?

O.: Às vezes.

P.: Às vezes, você concorda. Quais vezes?

O.: Às vezes que eles dão uma segunda chance... agora, se passou da segunda chance e deu expulsão, aí eu concordo. (Apêndice G)

P: Você concorda com as atitudes, com as medidas que a escola toma quando descobre que algum aluno tá fazendo uso de droga?

G: Eu aceito, né, que é o certo, né. Escola é pra estudar, pra você aprender, não é pra você ficar fazendo algazarra e estudar. É pra estudar, não é pra ficar fazendo bagunça, usando droga, isso aí não é certo, né?! Hoje em dia, eu já vejo isso, mas quando era antigamente eu não via isso, falava que (...) não dá nada, é tudo nosso. Hoje em dia, o negócio está mais duro, qualquer coisinha eles já algemam, jogam você dentro da viatura no meio de um monte de aluno, vai preso e é isso aí mesmo. Se encontrar droga, celular roubado, uma coisa que é ilícita, já começa a debater. (Apêndice C)

No último trecho, o adolescente reconhece o significado social da escola como um local de estudo, e também as normas de conduta esperadas para esse local, considerando, nesse contexto, que as atitudes da escola frente ao uso de drogas estão corretos. Porém, mostra desconforto com as práticas policiais dentro da instituição. É importante considerarmos que os entrevistados, em certa medida, podem ter manifestado opiniões com base no que achavam que a pesquisadora esperava deles, pois quando pedimos para que comparassem as atitudes da escola com as do CAPSi, os jovens foram mais enfáticos – ou sinceros – em discordar da escola. O mesmo adolescente que disse concordar expressou a seguinte resposta mais adiante da entrevista:

P: Mas você sente diferença na forma como a escola trata os alunos que usam drogas e o CAPSi?

G: Aí já muda, né. O CAPSi já trata melhor. O CAPS cuida bem mais do que a escola, muito mais.

P: E você acha que seria melhor se a escola tratasse como o CAPS trata?

G: Certeza.

P: Por que você acha isso?

G: Ah, porque, tipo assim, porque o certo é conversar, você entendeu? Sentar, conversar, falar sobre, discutir. Não já querer “tesourar”, brigar, xingar. Tipo assim, maltratar, né. Às vezes, esculachava o aluno só porque fumou, usou uma droga, você entendeu? Isso aí é só conversar. Porque isso aí mesmo vem dentro de casa. Exemplo pra mim vem de dentro de casa.

P: E você acha que a forma como o CAPSi trata ajuda mais?

G: Ajuda. O CAPS ajuda mais, bem mais. Aqui tem bem mais progresso do que na escola...

P: E se a escola tratasse você como o CAPS trata, você acha que ainda estaria estudando?

G: Eu acho, certeza. Que o certo é sentar e conversar, não é só tirar os outros. Agora, a escola já tira bastante. Se você é achado com droga dentro de sala de aula, eles já vão chamar a Guarda Municipal, a polícia ou a Patrulha Escolar, você entendeu? Não vai ali conversar, já chama na hora, já fala pra diretora que tem gente com droga, a diretora já vai e chama a Polícia. (...). Eu nem estudava, só ficava na porta do colégio, já via os moleque saindo... (Apêndice C)

Quando ele diz que a escola “tira” bastante, com base no emprego usual dessa gíria, entendemos que, na frase, o sentido foi de inferiorizar o estudante. O que fica perceptível na fala do jovem é o desconforto com a falta de diálogo da escola e como isso pode ter contribuído

para que ele abandonasse os estudos. Essa falta de diálogo da escola com o estudante que faz uso abusivo de drogas fica evidente nos outros relatos também, assim como a unanimidade em preferir o tratamento que o CAPSi dispensa aos jovens que consomem drogas, conforme exposto a seguir.

P: E você acha que tem uma diferença na forma como o CAPS trata as pessoas que usam drogas e como a escola trata?

M: Sim, porque aqui eles tentam ajudar, tentam conversar com os adolescentes que usam drogas, álcool, pra tentar ajudar os adolescentes a saírem das drogas ou tentar amenizar um pouco pra eles sentirem mais igualdade na sociedade, porque os drogados, hoje em dia, se sentem desigual, que a sociedade não trata eles igual a muitos.

P: E você acha que seria melhor ou pior se a escola tratasse os estudantes que usam drogas como o CAPS trata?

M: Seria muito melhor. Porque, assim, eles iam ver que estão sendo tratados como igual e não precisa se sentir assim, porque a escola trata os adolescentes como desigual pelo tipo de drogas que usa. (Apêndice D)

P: Você concorda com a forma como a escola trata quem faz uso de drogas?

L: Não.

P: Como você acha que deveria ser?

L: Ah, devia ser deixar os caras usarem drogas, já que gostam de usar.

P: Você acha que se a escola tratasse os alunos como o CAPSi trata, seria melhor ou pior?

L: Melhor.

P: Por quê?

L: Porque eles não acusam a pessoa que usa drogas, eles ajudam a pessoa a entender que aquilo, aquela coisa ali não é uma coisa boa pra pessoa, entendeu?

P: E você tem alguma sugestão pra escola, pra ajudar as pessoas que fazem uso de droga?

L: Ah, tratar as pessoas mais civilizadas, né. Tipo assim, não tratar como se fosse um bandido criminal, porque nem todos aqueles que usam drogas são bandidos que cometem crimes ou coisa do tipo. É um pessoa que é presa àquilo num descuido, num deslize, que ele foi usar. (Apêndice E)

P.: Você acha que, aqui, o CAPS, ele trata diferente os adolescentes que fazem uso de drogas se comparado com a escola?

R.: Trata.

P.: Por que? O que você acha que tem de diferente?

R.: Porque primeiro eles não vão expulsar, não vão brigar, eles não vão fazer nada, eles vão chegar e vão conversar com você, vai te explicar que não pode, que é isso, ela vai te explicar, vai sentar e falar com você, vai tentar te ajudar, vai perguntar se você quer ajuda, se você quer ser internada. É a mesma coisa de um abrigo, vão tentar te ajudar. Não vai falar assim: “você vai, porque eu tô mandando, você vai, porque eu quero, você vai, porque a sua mãe quer”. Você vai se você quiser, se você quiser ajuda.

P.: E você acha que é melhor a atitude que o CAPS tem com os adolescentes ou o que a escola tem?

R.: Ah, eu prefiro a atitude do CAPS. (Apêndice F)

P.: Entendi. E você acha que seria melhor ou pior se a escola tratasse os estudantes usuários de drogas igual o CAPSi trata?

O.: Ia ser melhor, porque, sei lá, eles conseguem ouvir a gente. A gente se sente ouvida. A gente pode se abrir mais, agora lá na escola não tem ninguém pra ouvir a gente.

P.: Você prefere então a forma como o CAPSi trata?

O.: Aham. (Apêndice G)

Entendemos que a falta de diálogo da escola, bem como o autoritarismo e a solução por meio da polícia decorrem de diversos fatores. Ademais, não pretendemos culpabilizar o professor e os demais profissionais da educação por essas atitudes, nossa perspectiva é de que toda a lógica que expusemos sobre as substâncias psicoativas também invadem o contexto escolar. Ou seja, se as próprias políticas nacionais e internacionais sobre drogas são elaboradas a respaldo de perspectivas preconceituosas sobre os usuários de drogas, é compreensível que elas também sejam propagadas dentro da escola. Assim, a estigmatização dessa população não é forjada na escola, mas reproduzida com base nos preconceitos advindos da lógica da criminalização da pobreza e do proibicionismo. Tais lógicas produzem pré-conceitos que interpretam o abuso de drogas apenas como uma questão de escolha e consideram adequado dispensar o tratamento punitivo frente aos indivíduos que fazem uso abusivo ou traficam drogas. Consideramos que essas concepções podem contribuir para que a escola tenha dificuldades em acessar os estudantes envolvidos com drogas por meio do diálogo e agrave as situações de violência envolvendo esses indivíduos.

5.4.6 Outras possibilidades de abordagem

Discutimos anteriormente que a área da saúde apresenta elaborações, pelos menos no campo teórico, mais avançadas no atendimento da população usuária de drogas. Destacamos aqui o preceito do **vínculo** na área da saúde, presente também no relato de uma das adolescentes entrevistadas:

R.: Ah, eu prefiro a atitude do CAPS.

P.: Por que você acha que é melhor?

R.: Porque as pessoas se sentem mais confortáveis. Eu acho que eles se acham melhor, falam assim, poxa tem uma mãezona aqui, tem um paizão, um tiozão, uma tia, e eles tão me dando a maior força na humildade, eu tenho que me tratar. Eu me ponho no lugar deles, sabe? Tipo assim, vamos supor a [nome], eu considero ela como uma mãezona, sabe, e quando ela fala comigo, eu escuto ela. É a mesma coisa de ela chegar e eu ser uma usuária de drogas e ela falar: “ô Roberta, vamos se tratar pra um dia você tá aqui do meu lado, tal e tal”. Aí “cê” acha que eu não vou me tratar? Claro que vou. A mulher que eu amo tá ali, falando assim, a mulher que eu considero como mãe tá ali falando assim, pra “mim” se cuidar, pra “mim” ser alguém na vida, pra “mim” ter o meu dinheiro, a minha casa, o meu serviço, a minha mulher, o meu marido, sei lá, quem quiser, minha família, minhas coisas. Aqui, vir aqui fazer o cursinho com ela. Tá me dando o maior apoio, e eu vou jogar tudo pra fora? Não, eu vou abraçar tudo e vou cair pra dentro.

P.: Então, você acha que aqui no CAPS as pessoas se sentem mais acolhidas?

R.: Mais acolhidas. (Apêndice F)

No trecho, Roberta indica a importância de uma das profissionais para o seu tratamento, evidenciando o vínculo estabelecido entre as duas, o que para a adolescente facilita que os usuários do CAPSi ouçam e avaliem suas escolhas e condutas. Para explicar o vínculo, recorreremos à Cartilha de Atenção em Saúde Mental, produzida em 2006 pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, e que traz importantes aspectos para a atuação dos profissionais do SUS na atenção em saúde mental. Segundo a cartilha, o vínculo diz respeito ao cuidado singular dos usuários do serviço público de acordo com suas necessidades, o que, por vezes, suscita condutas não padronizadas e adequadas à demanda daquele sujeito. Assim, conforme a cartilha, o profissional não deve negar atendimento ao usuário que prejudica o tratamento ou apresenta comportamento inadequado, mas criar estratégias que exigem firmeza e não rigidez. Não obstante, é importante não recusar o tratamento aos indivíduos de trato difícil, nem mostrar-se autoritário, mas oferecer outras formas de conduzir o tratamento, apresentando flexibilidade diante das nuances de cada usuário sem deixar de lado a firmeza na relação.

Com base no vínculo e no relato de Roberta, consideramos que essa postura do profissional de saúde também pode ser assumida pelos profissionais da educação diante de problemas como o uso abusivo de drogas. Essa consideração corrobora com os trabalhos analisados na seção 2, e que fomentam a perspectiva da escola promotora de saúde, a instituição podendo também atentar-se para as questões relacionadas à saúde. Consideramos que a psicologia escolar/educacional tem o dever de atender as demandas relacionadas ao sofrimento psíquico, mesmo que seja manifestado dentro da escola, pois os estudantes em sua integralidade não se restringem apenas aos aspectos pedagógicos ou de ensino-aprendizagem. É importante também que os professores atentem para as demais demandas dos estudantes e busquem ter empatia por aquilo que pode não apresentar-se como um problema pedagógico. Sabemos que esse caminho pode ser limitado pelas condições de trabalho e também pela própria integralidade dos professores, que sofrem e adoecem em contexto escolar. O vínculo pode ser uma mão de via dupla, tanto na empatia com o sofrimento do estudante quanto de professores.

Nesse sentido, citamos aqui um importante trabalho realizado por Jalón, Arias e Seoane (2004) sobre a prevenção da violência e luta contra a exclusão da adolescência na Espanha, no qual os autores realizaram uma abrangente pesquisa escolar que denotou algumas reflexões sobre estratégias para o enfrentamento da violência. Embora essa dissertação apresente o tema de drogas, já expusemos anteriormente que ambas as temáticas, violência e drogas, estão diretamente relacionadas dentro e fora da escola. Sobre a relação de professores e alunos, Jalón et al. (2004) afirmam que, em situações que há um distanciamento entre ambos ou falta de

empatia, há um risco maior para a reprodução de violências, assim como para condutas tais como consumo de drogas. O que valida a nossa análise sobre a importância do vínculo entre professor – e demais profissionais da educação – com estudantes para amenizar as ocorrências de violência na escola, decorrentes do consumo ou comércio de drogas na escola.

Como um dos pressupostos dessa dissertação, elencamos que o enfrentamento do uso abusivo de drogas deve ter caráter de acolhimento para os usuários e estudantes envolvidos com a violência relacionada ao tráfico. E ratificamos tal concepção, ante o exposto no decorrer da dissertação, por entendermos que esses jovens devem ser ouvidos em suas demandas e, se necessário, serem encaminhados para serviços mais adequados às suas necessidades, como o CAPSi. Conforme já exposto na seção 2, o artigo de Silva (2008) aponta que a escola não tem competência para lidar com os estudantes que apresentam problemas consequentes do uso de drogas, mas tem o compromisso de encaminhá-los ao serviço mais adequado e reintegrá-los na escola. O importante nesse contexto é que a escola não contribua para mais uma violência e assumam posturas que facilitem o diálogo e o tratamento necessário para tais condutas. Nesse mesmo sentido, Costa (2014), que trata da violência na escola em sua dissertação, indica que

[...] os alunos considerados violentos são aqueles que demandam maior investimento psicológico e educacional, partindo do pressuposto de que podem prescindir da violência em suas relações caso sejam construídas novas possibilidades. Quando negada a possibilidade de acompanhamento e educação daqueles alunos considerados violentos, são criadas mais condições para que a violência se afirme (Costa, 2014, p. 158).

Isso não implica ignorar que existam estudantes difíceis no trato, mas entendemos que as saídas pautadas no autoritarismo e na coerção podem agravar as condutas desses jovens dentro da escola. Nesse contexto, questionamos a abordagem policial dentro da escola para a resolução de problemas relacionados às drogas, que por vezes prescinde do diálogo com o estudante e apresenta-se como uma figura de autoridade e intimidação. A exemplo da situação relatada pelo adolescente entrevistado e que ateou fogo no colégio, sendo a situação de maior violência identificada nas entrevistas realizadas, tanto nas atitudes do adolescente quanto do policial. Dessa forma, é necessário que identifiquemos o papel da polícia no contexto geral do tráfico de drogas, que, conforme as discussões trazidas nas seções anteriores, apresenta atuação na repressão e criminalização da pobreza. Também não temos a intenção de culpabilizar os policiais enquanto trabalhadores e suas personalidades singulares, mas de suscitar o questionamento sobre o exercício que esse aparato imprime na sociedade e que, portanto, não deve se diferenciar no contexto escolar. Se na escola trabalhamos com educação e processos

pedagógicos, podemos vislumbrar outras possibilidades com base no acolhimento e no vínculo, prescindindo do autoritarismo e coerção. É preciso ter em vista que embora as medidas atuais reforcem a necessidade de coerção, intimidação e punições para os jovens envolvidos com drogas, a escola pode constituir-se em um espaço que evidencie a necessidade da educação para a transformação de condutas e de possibilidades no enfrentamento ao fenômeno.

Retomamos, diante disso, o exposto na seção 2 sobre as publicações relacionadas ao ponto de vista dos educadores e dos estudantes acerca do problema de drogas na escola, em que uma das conclusões principais é o despreparo dos profissionais da escola para lidarem com o fenômeno de drogas. Nessas pesquisas, os profissionais relatam ter receio em lidar com essa problemática, o que já analisamos e reiteramos ser um sentimento advindo da vulnerabilidade da qual as comunidades mais expostas ao tráfico estão sujeitas. Ou seja, não ignoramos que as dificuldades para a escola lidar com esse fenômeno existem e são materiais, mas entendemos que outras estratégias podem derivar da capacitação e instrumentalização do psicólogo e demais profissionais da educação.

Ressaltamos dois aspectos importantes para o caminho na capacitação dos profissionais da educação. O primeiro é o entendimento, por parte dos profissionais, de que o ser humano é passível de mudança e é educável em qualquer período do seu desenvolvimento, haja visto o que expusemos sobre a personalidade e sobre a adolescência. Porém, tal circunstância só é possibilitada desde que hajam as condições que propiciem as mudanças, sendo tarefa da escola contribuir nesse sentido, e indicamos o vínculo como uma das possibilidades. Para tanto, é necessário que inclusive os profissionais da educação tenham consciência do sentido da atividade de ensino e a função da escola na formação do indivíduo.

O segundo aspecto é a urgência em compreender a universalidade do fenômeno para que se possa ter em vista as múltiplas determinações e atuar com base no entendimento dos nexos causais, dessa forma, evitam-se as condutas que anunciamos ser agravadoras da estigmatização dos jovens. Em acordo com esse aspecto, Jalón et al. (2004) indicam que um fator de diferenciação entre jovens que recorrem à violência para resolução de problemas e os que são mais pacíficos é a capacidade de compreensão das razões históricas, sociais e culturais que subjazem às características de determinado grupo. De acordo com os autores, pessoas intolerantes tem inferior capacidade para reconhecerem a realidade como histórica e social, percebendo-a de forma absoluta e dicotômica. Assim, o caminho de enfrentamento à violência seria a instrumentalização acerca da multideterminação da realidade, principalmente seus aspectos históricos e sociais. Jalón et al. (2004) pontuam que a violência é resultado de uma atuação falha em recursos, e deduzimos que o mesmo ocorre no caso de drogas, quando as

saídas encontradas pela escola pautam-se em estigmatização dos estudantes ou apelo à polícia. A compreensão da universalidade do fenômeno inclui compreender as raízes que levam à culminação dos jovens em se envolverem com as drogas e reconhecer que inclusive eles não apresentam repertório de recursos para lidarem com as condições de vida.

De acordo com Jalón et al. (2004), estudos na Espanha sobre a prevenção da violência na escola inferiram que a exclusão escolar pode estar na origem da identificação com a violência, em que estudantes excluídos da escola e do sistema social utilizam mais da violência pra resolver conflitos e justificam mais o seu uso, perfil que reflete como um das causas possíveis desse fenômeno a dificuldade em sentir-se aceito e reconhecido pela escola e pelo sistema social em que se inclui. A partir dessa constatação dos autores, podemos depreender que também o tráfico de drogas configura como uma oportunidade de inclusão no sistema social, mesmo que por meio das atividades ilegais. E, portanto, o enfrentamento a situações de exclusão, tais como estigmatização e fracasso escolar, pode apresentar impactos na relação dos sujeitos com a escola, podendo permitir que eles sintam-se mais aceitos e atribuam sentido na atividade de estudo.

Como outro artifício, retomamos a ideia de protagonismo dos estudantes na escola, presente nas publicações analisadas na seção 2, que estimulam a participação dos estudantes inclusive nas estratégias de enfrentamento às drogas. Entendemos que essa postura leva em consideração tanto as necessidades dos adolescentes, a partir de suas próprias vivências, como a capacidade desses jovens em analisarem o fenômeno e contribuírem para estratégias junto aos envolvidos no problema. Jalón et al. (2004) consideram que o conhecimento sobre o que pensam os adolescentes é ferramenta importante para construção de projetos que encontrem com as suas necessidades, bem como possibilitar a avaliação do projeto com pré e pós-teste. Os autores indicam que, quando o contexto educativo não acompanha as necessidades das etapas do desenvolvimento, aumenta-se o risco de violência. Como sugestão, os autores propõem mudanças nas atividades escolares com a finalidade de responder aos anseios da adolescência, pautadas no desenvolvimento de projetos e tarefas definidas como próprias para essa fase do desenvolvimento, conforme exposto a seguir:

- 1) orientar a atividade para a *construção* de tarefas; 2) distribuir a autoridade na aula; 3) aumentar o reconhecimento do esforço sobre o reconhecimento da capacidade; 4) utilizar o esforço como critério para a avaliação de aprendizagem; 5) agrupar os alunos em função da heterogeneidade; 6) e usar o tempo de forma mais flexível para permitir a inovação em atividades e tarefas. (Jalón et al., 2004, p. 149-150).⁴³

⁴³ “1) orientar la actividad hacia la *construcción* de tareas; distribuir la autoridad en el aula; 3) incrementar el reconocimiento del esfuerzo por encima del reconocimiento de la capacidad; 4) utilizar el esfuerzo como criterio

As mudanças propostas pelos autores indicam possibilidades de maior diálogo, melhora da auto estima na escola ao privilegiar o esforço na aprendizagem e incluem os estudantes na formulação das atividades. São estratégias pedagógicas que podem facilitar o vínculo e o atendimento da crise que pode emergir nessa fase do desenvolvimento, sobretudo com os jovens que já ingressaram no mercado de trabalho – ou no tráfico de drogas – e assumem tarefas de maior responsabilidade em suas vidas. Nada mais é que considerar que nem todos os jovens vivenciam a adolescência da mesma forma, e, normalmente, os indivíduos da classe trabalhadora têm na ordem do dia trabalhar para garantir o sustento, por vezes em situações ilícitas. Nesse caso, também salientamos a importância de conhecer a vivência dos estudantes para formulação de estratégias. Tratar os jovens considerando as responsabilidades e problemas que enfrentam pode facilitar o vínculo e permitir o diálogo. Tais sugestões podem ser acrescidas de intervenções que atuem no sentido da atividade de estudo, em concordância com o analisado por Costa (2014):

O trabalho com estudantes deve ter por objetivo o resgate de como a apropriação dos conhecimentos científicos possibilita a transformação da realidade, ou seja, mostrar aos alunos que a função da escola, dos professores e das disciplinas ministradas é provocar tal desenvolvimento que não seria possível na ausência daqueles. Em outras palavras, mostrar concretamente a maneira como a escola e seus conteúdos possibilitam que eles façam certa leitura da realidade que não era possível antes da escolarização. É possível também, prospectivamente, apontar como a aprendizagem no contexto escolar traz consigo novas possibilidades de futuro (Costa, 2014, p. 163).

Atuar no sentido da atividade de estudo, além de possibilitar que os adolescentes desenvolvam motivos geradores de sentido para essa atividade, pode auxiliar na complexificação das análises sobre o problema de drogas na escola, superando a aparência. O que pode ser fomentado pela escola por meio do estímulo ao conhecimento científico desse fenômeno, bem como das determinações históricas e sociais, permitindo a compreensão universal e a tomada de consciência de si nessa universalidade, condição que facilita a regulação da própria conduta e a análise das possibilidades postas para si. Dessa forma, além dos profissionais da educação, os estudantes também devem tomar consciência da universalidade do fenômeno, e, em contrapartida ao desenvolvido pelo PROERD, as formações a respeito de drogas devem incluir todos os participantes do contexto escolar, tendo em vista, conforme já

para la evaluación del aprendizaje; 5) agrupar a los alumnos en función de la heterogeneidad; 6) y usar el tiempo de forma más flexible para permitir la innovación en actividades y tareas.”

citamos, que a concepção hegemônica sobre o tema desenvolve-se na superficialidade de suas causas.

Jalón et al. (2004) indicam que os programas de prevenção à violência na escola devem atuar com o objetivo de auxiliar os estudantes a tomarem consciência do risco de atitudes violentas e aumentar o conhecimento e disponibilidade de estratégias alternativas à violência. Consideramos que a formação a respeito de estratégias alternativas à violência e também ao envolvimento com drogas partem da tomada de consciência sobre as determinações históricas e sociais desses fenômenos. Quando o jovem é munido dessa tomada de consciência e compreende o lugar social que ocupa, pode desenvolver outras estratégias para lidar com a falta de oportunidades, avaliando as possibilidades de conduta. Isso não implica que ele necessariamente não vá fazer uso abusivo de drogas ou participar do tráfico, pois a tomada de consciência sobre os fenômenos não isenta os indivíduos de reproduzi-los, visto que a estrutura da sociedade, tais como a lógica da mercadoria e a falta de oportunidades, não podem ser superadas pela consciência individual. Do contrário, cairíamos na meritocracia de responsabilizar os jovens pela falta de esforço em ultrapassar barreiras que são solidificadas social e coletivamente. Mas a tomada de consciência é um passo para o enfrentamento do fenômeno em suas formas coletivas e para a compreensão de que a culpa não recai sobre si, sobre a escola e os profissionais da educação.

No que se refere às dificuldades que levam ao uso de drogas, Silveira (2008) indica a necessidade de prevenção tendo em vista que muitos jovens inevitavelmente buscarão estados alterados da consciência, a diferença é se eles puderem fazer isso após uma avaliação de riscos envolvidos, ou seja, conscientes das possíveis consequências. “Se a experiência do prazer e o registro dos limites estiverem bem estabelecidos para aquela personalidade, é muito provável que o indivíduo consiga cuidar de si sem perder o eixo em uma ruptura” (p. 9). A prevenção, para o autor, implica em fornecer subsídios para que o indivíduo seja capaz de cuidar e de organizar a própria existência.

Assim, pode-se afirmar que prevenção entre os jovens é toda ação que visa o desenvolvimento integral do adolescente e que estimule sua criatividade e seu potencial para que consiga conviver com as adversidades, sem ter que usar a droga como anestésico, como “alimento” ou como substituto de um vínculo afetivo. Trata-se de uma atitude que respeita o indivíduo e oferece meios acessíveis de melhorar sua qualidade de vida, principalmente no que se refere à saúde. (Silveira, 2008, p. 9)

Enquanto Silveira (2008) trata da saúde, refletimos essas ações no campo da educação, dentre as possibilidades próprias desse contexto. A prevenção para o uso de drogas, portanto,

deve considerar o adolescente de forma integral, respeitando as condições que o fizeram ter envolvimento com drogas, seja no uso ou no tráfico, mas investindo no desenvolvimento de outras potencialidades. Podemos ter como horizonte na educação escolar a possibilidade de desenvolvimento da compreensão de si e do fenômeno. É preciso adentrar e conhecer o que dizem os agentes e vítimas de um fenômeno tão complexo para que a atuação não seja descolada de suas necessidades, demandas e interesses, ou ela pode cair na ineficácia. As entrevistas que realizamos em nossa pesquisa de campo mostram que os adolescentes, mesmo que envolvidos com consumo e tráfico de drogas, apresentam opiniões desenvolvidas acerca da conduta da escola e de si nesse processo. Não desconsideramos suas denúncias e análises, porque reconhecemos a importância de pensar estratégias com base no que relatam os envolvidos e com vistas nas possibilidades de compreensão e enfrentamento. É urgente que busquemos outras estratégias, já que as atuais mostram-se falhas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Saiba,
Todo mundo foi neném
Einstein, Freud e Platão também
Hitler, Bush e Sadam Hussein
Quem tem grana e quem não tem*

*Saiba:
Todo mundo teve infância
Maomé já foi criança
Arquimedes, Buda, Galileu
e também você e eu*

Saiba,

*Todo mundo teve medo
Mesmo que seja segredo
Nietzsche e Simone de Beauvoir
Fernandinho Beira-Mar*

*Saiba,
Todo mundo vai morrer
Presidente, general ou rei
Anglo-saxão ou muçulmano
Todo e qualquer ser humano*

*Saiba,
Todo mundo teve pai
Quem já foi e quem ainda vai
Lao Tsé, Moisés, Ramsés, Pelé
Ghandi, Mike Tyson, Salomé*

*Saiba,
Todo mundo teve mãe
Índios, africanos e alemães
Nero, Che Guevara, Pinochet
e também eu e você.*

“Saiba” – Arnaldo Antunes

Após a apresentação da pesquisa, considerando seu desenvolvimento, os dados bibliográfico-conceituais e empíricos levantados e as análises realizadas, podemos estimar melhor o processo formativo peculiar do mestrado. Este envolve a formação para a docência no ensino superior, para a pesquisa e para a intervenção profissional nos diversos campos da psicologia com maior embasamento científico. Tudo isso foi provocado pelas disciplinas e, sobretudo, pela pesquisa realizada.

A respeito desta, objetivamos compreender o fenômeno do uso abusivo e tráfico de drogas na escola à luz da Psicologia Histórico-Cultural, com o propósito de contribuir para a desnaturalização da visão hegemônica sobre drogas na sociedade e na escola. Tal visão, concluímos, se afirma e se mantém pela abordagem aparente do fenômeno, desconsiderando as múltiplas determinações históricas e sociais que o condicionam. Chegamos a essa conclusão com base no que dizem as produções científicas encontradas sobre o tema e nas situações observadas em nossa experiência com psicologia escolar, como também na pesquisa empírica.

Dessa forma, iniciamos a dissertação com o levantamento de publicações, no Brasil, a respeito da prevenção e estratégias direcionadas ao uso de drogas na escola para apreender do que tratam as pesquisas científicas sobre o tema, dando-nos uma dimensão do seu panorama atual. Os resultados apontam para uma produção científica que enfatiza os fatores implicados no abuso de drogas de causalidade multifatorial, enquanto pesquisas envolvendo os próprios

adolescentes usuárias não foram localizadas. Analisamos que as produções atribuem as causas do uso abusivo às características da adolescência e à qualidade do ambiente familiar, e não foram localizadas publicações que relacionam a problemática às determinações do sistema social.

Por considerarmos a importância das raízes históricas do fenômeno na compreensão das suas determinações, como bem aponta Vygotski (1997) a respeito do método genético, analisamos a presença das drogas na história da humanidade, bem como o percurso que culminou nas definições científicas atuais e na relação que atualmente a sociedade estabelece com elas. Percebemos, nesse trajeto histórico, que as substâncias psicoativas sempre estiveram presentes nas relações humanas, e que a proibição delas foi forjada pelas condições históricas do modo de produção capitalista. Na sociedade presente, temos um conjunto de drogas psicoativas que são legalizadas e outras que são consideradas ilícitas, e do proibicionismo partem as políticas punitivas aos usuários e traficantes desses produtos.

Discorreremos, então, sobre a violência produzida pelo combate às drogas ilícitas, denominado de “guerra às drogas”, e que tem como consequência principal a criminalização da juventude, sobretudo, a pobre e negra. Tal lógica é amparada por preconceitos de classe e racistas que utilizam a droga como bode expiatório para a criminalização desses setores sociais. Também investigamos a relação entre o tráfico ilegal de drogas com o fetiche da mercadoria no capitalismo, em que identificamos a produção de necessidades relacionadas às drogas no seio da estrutura desse modo de produção, mas com a especificidade de ocorrer alheio à legislação regular do comércio. Conforme expomos, o tráfico de drogas acontece mediante a lucratividade gerada para quem o monopoliza e apresenta-se como uma oportunidade sedutora aos jovens pobres restritos de oportunidades na sociedade.

Desenvolvemos uma pesquisa de campo com o objetivo de conhecer o que adolescentes envolvidos com drogas, em idade escolar, apontam sobre as medidas utilizadas pela escola para lidar com o processo de uso abusivo e tráfico de drogas a partir da vivência dos mesmos. A partir disso, procuramos identificar elementos nas vivências dos adolescentes que auxiliem para contribuições da Psicologia Escolar, sob a perspectiva Histórico-Cultural, no que tange ao fenômeno de drogas na escola. A pesquisa de campo revelou que os entrevistados valorizam a educação, mas não se sentem acolhidos pela escola. Eles relataram históricos de fracasso escolar em suas trajetórias, a falta de oportunidades e o descontentamento com as atitudes que a escola assumia perante os estudantes envolvidos com drogas. A partir dessas narrações, e contando com os subsídios da pesquisa bibliográfica realizada, distinguimos algumas demandas pertinentes à Psicologia Escolar e aos profissionais da educação.

Primamos pela compreensão da universalidade do assunto de drogas na escola, tanto no que tange aos profissionais quanto dos alunos, a fim de garantir a instrumentalização necessária para enfrentamento dos problemas relacionados. Identificamos a necessidade de maior diálogo – não raramente, a conversa entre professor e aluno pode ser um monólogo –, empatia por parte da escola e o estabelecimento de vínculo com os estudantes envolvidos com drogas como uma das formas de possibilitar o enfrentamento do fenômeno. A intervenção com os estudantes deve pautar-se no empenho deliberado de **significação da educação escolar** e de **atribuição de sentido para a atividade de estudo**. Ambas permitem refletir sobre as possibilidades de escolhas pessoais, o atendimento às suas necessidades e capacidades dentro da escola, destinando-lhes maior protagonismo em sala de aula. Diferenciamos, nesse sentido, as necessidades de jovens oriundos da classe trabalhadora, tendo em vista o caráter social do desenvolvimento humano, e o recorte de classe necessário – e não raramente negado – para o atendimento dessa população.

Ademais, é urgente que atentemos para a realidade dos adolescentes na atualidade com a finalidade de adequar as condutas profissionais de acordo com as demandas e necessidades desses indivíduos diante do problema de drogas existente na sociedade e, por isso, também na escola.

Num empenho deliberado, ante o já produzido pela psicologia enquanto área da ciência, procuramos evitar a culpabilização do indivíduo da emergência e a agudização de problemas que transcendem as suas vidas. Além disso, é fundamental que nos posicionemos contra a reprodução de atitudes que aprofundem a violência pela qual os jovens passam e que reproduzem. Ao visarmos esse cuidado com os sujeitos envolvidos em situações de violência ou com drogas, tratamos do compromisso ético que o psicólogo na área escolar deve apresentar em sua atuação.

A prática do psicólogo escolar é delimitada em termos técnicos, conforme observamos no Código de Ética da profissão e no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), que demarca em relação ao *Psicólogo Educacional*:

[...] concentrando sua ação nos aspectos que dizem respeito aos processos de desenvolvimento humano, da aprendizagem e das relações interpessoais e colaborando na constante avaliação e no redirecionamento dos planos e práticas educacionais, para implementar uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento através de treinamento, quando necessário. Pode supervisionar, orientar e executar outros trabalhos na área da psicologia educacional (Brasil, 2002, s/p).

Em outras palavras, é considerada como função do psicólogo escolar atender-se para os aspectos do desenvolvimento, da aprendizagem e das relações interpessoais. Entretanto, nas

descrições técnicas não são abrangidas as nuances e contradições da realidade, e, ante isso, questionamos como esse profissional pode desenvolver o compromisso ético diante das demandas que a sociedade produz, visto que os fenômenos não são imediatamente interpretáveis em sua aparência. Sobre a ética do psicólogo, a partir dos pressupostos da PHC, Delari Jr. (2009) nos mostra que, enquanto profissionais, devemos ter em vista uma atuação que promova o desenvolvimento humano, considerando que para isso precisamos atuar na superação das barreiras impeditivas do desenvolvimento das potencialidades humanas nos sujeitos singulares.

Enquanto seres determinados historicamente e socialmente, sabemos que somos sujeitos a reproduzir as ideias mantenedoras da atual ordem social e que, em sua grande parte, corrobora para limitar o acesso universal das produções humano-genéricas. Nesse sentido, enquanto profissionais, independente da área de atuação, precisamos atentar para os discursos e ações que defendemos, tendo ciência do quanto podemos corroborar deliberadamente para que a reprodução incontrolável do capitalismo se processe.

Em nossa dissertação, procuramos indicar alguns aspectos que podem auxiliar na atuação frente aos estudantes envolvidos com drogas, buscando possibilitar o compromisso ético com o desenvolvimento humano. Por isso, a necessidade de termos sensibilidade ao atentarmos às vivências dos indivíduos, procurando compreender as determinações que culminaram nas suas escolhas e atitudes. O aporte teórico da PHC lança luz no entendimento da relação que a materialidade da vida imprime na subjetividade, o que subsidia a luta contra a prática recorrente de culpabilizar os indivíduos e desconsiderar as possibilidades e (não) oportunidades em suas trajetórias.

Reconhecendo que nos reproduzimos como sujeitos culturais na sociedade burguesa, caracterizada pelas relações de troca, de consumo, refletimos, nesse sentido, sobre as *mercadorias* que estão ao alcance dos jovens pobres na sociedade. Considerando que as mercadorias são produções humanas e que elas podem auxiliar ou não no desenvolvimento das potencialidades. É possível ficarmos estarecidos ante a identificação das mercadorias às quais essa população citada terá acesso - tendo em vista, conforme discutimos na dissertação, que o consumismo e a produção de necessidades, no capitalismo, não necessariamente atende aos critérios do que é saudável ou caro ao desenvolvimento. Esse posicionamento leva em conta que, às classes sociais de maior poder aquisitivo, estão disponíveis, por meio da compra, mercadorias que permitem a apropriação da música, da arte, do conhecimento de outros países e de suas histórias, sendo que a classe trabalhadora passa ao largo dessas oportunidades.

Não pretendemos aqui discutir sobre a legitimidade das produções próprias da classe trabalhadora no que tange à música e à arte, mas pontuar que nem todas as objetivações humanas estão disponíveis a todas as pessoas. Com base nessa conjuntura social, que restringe quem usufrui das produções humanas, é que Vygotsky (2004) dissertou sobre o impacto da divisão de classes antagônicas na personalidade humana:

Da mesma forma que a dinâmica de uma sociedade viva não representa uma totalidade simples e uniforme, e que a sociedade mesma é seccionada em diferentes classes sociais; assim, durante um período histórico determinado, não se pode dizer que a composição das personalidades humanas represente algo homogêneo, unívoco. A psicologia, ao levar em conta o fator elementar da tese geral aqui recém-enunciada, só pode ter uma conclusão direta: confirmar o caráter de classe, a natureza de classe e as distinções de classe como responsáveis pela formação dos tipos humanos. As várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade, quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado (Vygotsky, 2004, p. 2).

Dito de outra forma, a divisão em classes sociais, engendrada no modo de produção capitalista, produz distintas personalidades com base no que cada classe tem acesso durante o desenvolvimento. Assim, além do cerceamento de produções que enriquecem a personalidade e contribuem para o desenvolvimento de potencialidades, temos que as drogas apresentam-se como oportunidade de consumo e de trabalho para a classe trabalhadora. Isso não significa que a classe que tem acesso às produções humanas apresente uma personalidade desenvolvida em suas máximas potencialidades, pois a ideologia incide na forma como os indivíduos refletem e reproduzem a materialidade. Também sabemos que as drogas são mercadorias acessíveis à todas as classes, mas, como discorremos anteriormente, as consequências são mais violentas e segregadoras quando se trata da classe trabalhadora. Silveira (2008) traz reflexões importantes para a compreensão do uso abusivo de drogas ao indicar que na sociedade atual a frustração não é tolerada, “a tensão decorrente de conflitos inerentes à existência humana não é suportada, sendo imperativo o seu alívio instantâneo, dificultando ou impedindo transcendência ou transformação” (p. 7). A partir disso, o autor indica que esses fatores propiciam comportamentos com padrão repetitivo e compulsivo, “[...] que se tornam meios de anestesiarem e postergar, quando não impedir, a elaboração de conflitos. Na dependência, o indivíduo, em vez de enfrentar a realidade e lidar com suas vicissitudes, transforma apenas sua percepção da realidade como forma de alienação” (p. 7). Esses comportamentos podem estar associados ao uso de drogas ou a outros produtos, tais como jogos de videogame, comida, prática de exercícios, entre outros.

Frente a isso, considerando que a classe trabalhadora encontra-se alheia das produções que podem oferecer outras possibilidades de mediação com a realidade e que propicia o desenvolvimento de potencialidades, permanecendo excluída também de condições básicas necessárias à manutenção da vida, podemos encontrar nessa classe a acentuação dos conflitos e, conseqüentemente, do sofrimento psíquico. As drogas, nesse contexto, constituem uma oportunidade de mediação com a realidade que é, por vezes, insuportável. Assim, corroborando com o exposto na seção 3, o que faz da droga um problema atual, mas diz respeito às relações que a humanidade estabelece com ela e que são determinadas historicamente.

Frisamos, portanto, que, para uma atuação profissional não somente na educação, mas também em outros campos, que se comprometa eticamente com o desenvolvimento humano, visando enfrentar as barreiras limitantes das potencialidades humanas, deve apresentar consciência da luta de classes que estrutura a sociedade capitalista. Essa concepção pode ir de encontro com políticas institucionalizadas, tais como a atual política de drogas no Brasil e que, conforme analisamos anteriormente, depende da interpretação dos delegados de polícia se os portadores de drogas merecem punição. Resultado disso é que as punições sobre o tráfico de drogas e do consumo recaem massivamente sobre pobres e negros. Desse modo, é necessário que questionemos inclusive a superestrutura do Estado, quando temos no horizonte a garantia de direitos e de desenvolvimento a todos os indivíduos.

Essa concepção também implica em analisar as condições da escola atual, pois considerando os pressupostos da PHC, o ser humano necessita de qualidade de mediações para o acesso à cultura e ao conseqüente desenvolvimento de potencialidades. Conforme Leontiev (1978a), o desenvolvimento ontogenético baseia-se na **apropriação** do conhecimento historicamente e coletivamente produzido pela humanidade e na **objetivação** desse conhecimento no produto do trabalho. É na qualidade da mediação desse processo que se desenvolvem as formas superiores de consciência, ou seja, as funções psicológicas superiores, das quais já tratamos anteriormente. A escola, portanto, deveria atuar na apropriação das produções científicas humanas por parte das crianças e adolescentes, mas encontramos nesse processo fatores limitantes, tais como as atitudes que aprofundam a exclusão dos estudantes e dentre as determinações que não permitem a escola propiciar um ensino emancipador. Não podemos deixar de citar a atual reforma no Ensino Médio, levada a cabo pelo governo de Michel Temer por meio de uma Medida Provisória e que prevê a retirada da obrigatoriedade de disciplinas como Arte e Filosofia. O que, a nosso ver, contribui para o cerceamento do acesso de todos aos conhecimentos produzidos pela humanidade e, portanto, ainda mais precário o ensino público destinado à classe trabalhadora.

Em última instância, é importante compreender que não são os governos que organizam a sociedade de forma a cindir o desenvolvimento humano e as personalidades singulares, mas a estrutura desse modo de produção e as relações sociais de produção a ele inerentes. Netto & Braz (2010) mostram que o modo de produção capitalista apresenta mudanças em sua história, sendo produto das modificações ocorridas na ordem feudal e que, desde então, opera transformações em seus próprios mecanismos, de modo que “[...] *mobilidade e transformação constituem o capitalismo*, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é sua marca” (Netto & Braz, 2010, p. 169, **destaque dos autores**). Tendo em vista essa concepção, não só consideramos a possibilidade, mas acreditamos ser necessária a superação do capitalismo e, conseqüentemente, a superação da exploração da classe trabalhadora, pois frente à tamanha desumanidade, exploração e violência, não é possível que nos resignemos, encarando-os como eventos inevitáveis e naturais.

No entanto, dentro das estruturas desse modo de produção, é preciso o comprometimento ético e político, enquanto profissionais da educação, para o enfrentamento das condições excludentes e limitantes do desenvolvimento humano. Foi com vistas nessa concepção que intentamos apresentar possibilidades de caminhos para o enfrentamento do fenômeno de drogas na escola.

Referências

Abramovay, M. (2002). *Escola e violência*. Brasília: Unesco.

Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Araldi, J. C, Njaine, K, Oliveira, M. C., & Ghizoni, A. C. (2012). Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), 135-148. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012005000002>

- Araldi, J. C., Njaine, K. & Oliveira, M. C. (2010). *Família e escola: uma parceria possível na prevenção de uso de drogas entre adolescentes*. Recuperado a partir de http://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_05.pdf
- Araújo, M. R. & Moreira, F. G. (2006). História das Drogas. In: Silveira, D. X. & Moreira, F. G. (Orgs.). *Panorama Atual de Drogas e Dependências*. (pp. 9-14). São Paulo: Atheneu.
- Asbahr, F. S. F. (2011). *“Por que aprender isso, professora?”: Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. São Paulo. Recuperado a partir de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-24032011-094830/publico/teseFlaviaAsbahr.pdf>
- Backes, D. S., Zanatta, F. B., Costenaro, R. S., Rangel, R. F., Vidal, J., Kruehl, C. S. & Mattos, K. M. (2014). Indicadores de risco associados ao consumo de drogas ilícitas em escolares de uma comunidade do sul do Brasil. *Revista Ciência e saúde coletiva*, 19(3), 899-906.
- Bahls, F. R. C. & Ingbermann, Y. K. (2005). Desenvolvimento escolar e abuso de drogas na adolescência. *Estudos em Psicologia, Campinas*, 22(4), 395-402.
- Barroco, S. M. S. & Franco, A. F. (2013) A formação social da personalidade violenta: uma explicitação educacional. *Anais... XI CONPE*.
- Braz, R. A. (2008). *O combate às drogas através da educação*. Recuperado em 01/09/2016 a partir de: <https://central3.to.gov.br/arquivo/195016/>.
- Brusamarello, T., Sureki, M., Borrile, D., Roehrs, H. & Maftum, M. A. (2008). Consumo de drogas: concepções de familiares de estudantes em idade escolar. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 4(1), 1-19.
- Calado, V. A. & Souza, M. P. R. (2014) Ato infracional na escola: o impacto da trajetória escolar e a influência de questões de gênero na adolescência. In: Leal, Z. F. R. G.; Facci, M. G. D. & Souza, M. P. R. (Orgs.). *Adolescência em Foco: Contribuições para a Psicologia e para a Educação* (pp. 123-158). Maringá: Eduem.
- Câmara, M. M., Tambellini, A. T., & Cruz, A. R. (2010). Trabalho, abuso de drogas e os aparelhos ideológicos de estado: um estudo com alunos do ensino médio e fundamental. *Physis*, 20(1), 219-234.
- Carneiro, H. (2002). As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Revista Outubro*, 6, 115-128.
- Carvalho, A., Lemos, E., Raimundo, F., & Costa, M. (2007). Caracterização do consumo de substâncias psicoativas numa população escolar. *Revista Toxicodependências*, 13(3), p. 31-36.

- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) (2010). *VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras*. Departamento de Medicina Preventiva: Universidade Federal de São Paulo. Recuperado a partir de: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>.
- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) (n.d). *Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas*. Departamento de Medicina Preventiva: Universidade Federal de São Paulo. Recuperado em 09 de agosto de 2016, a partir de: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>.
- Conselho Federal de Psicologia. (1992). *Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil: Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações*. Recuperado em 13 de setembro de 2015, a partir de: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf
- Costa, M. L. S. (2014). *Violência nas Escolas: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para seu Enfrentamento na Educação*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR.
- D'orazio, W. P. S., Carvalho, S. A., Lima, T. H., Borges, A. A. T., Picoli, M. C., Marques, A. C. L., ... Malafaia, G. (2013). Uso de drogas e desempenho escolar entre jovens e adolescentes do ensino médio de uma escola pública em Pires do Rio – GO. *Holos*, 5, 305-314.
- Dallo, L. (2012a). Formação de multiplicadores para a prevenção ao uso de drogas e condutas sexuais desprotegidas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 7(2), 137-147.
- Dallo, L. (2012b). Prevenção ao uso de drogas e condutas sexuais desprotegidas: formação de multiplicadores. *Revista de Psicologia da UNESP*, 11(1), 8-14.
- Delari Jr., A. (2009). *Vigotski e a prática do psicólogo: em percurso da psicologia geral à aplicada*. Umuarama: Mimeo.
- Dias, J. C. & Pinto, I. M. (2006). Substâncias Psicoativas: Classificações, Mecanismos de Ação e Efeitos sobre o Organismo. In: Silveira, D. X. & Moreira, F. G. (Orgs.). *Panorama Atual de Drogas e Dependências*. São Paulo: Atheneu.
- Elkonin, D. (1987). Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In: Davidov, V; Shuare, M. (Orgs.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (antología)*. (pp. 104-124). Moscou: Progreso.
- Escohotado, A. (1994). *Las Drogas. De los orígenes a la prohibición*. Madri: Alianza Editorial.
- Ferreira, T. C. D., Sanchez, Z. M., Ribeiro, L. A., Oliveira, L. G., & Nappo, S. A. (2010). Percepção e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas. *Interface*, 14(34), 551-562.

- Filho, E. A. F., Queiros, P. S., Medeiros, M., Rosso, C. F. W. & Souza, M. M. (2015). Concepções sobre drogas por adolescentes escolares. *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília*, 68(3), 517-523.
- Fonseca, M. S. (2006). Como prevenir o abuso de drogas nas escolas? *Psicologia Escolar e Educacional*, 10(2), 315-321.
- Freitas, E. A. M., & Luis, M. A. V. (2015). Percepção de estudantes sobre consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. *Acta paul. Enferm*, 28(5), 408-414.
- Giacomozzi, A. I., Itokasu, M. C., Luzardo, A. R., Figueiredo, C. D. S., & Vieira, M. (2012). Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis. *Saúde soc*, 21(3), 612-622.
- Gonzalez, I. M. & Silva, J. L. P. B. (2012). Conceitos e Valores na Tomada de Decisão de Estudantes sobre o Uso de Substâncias Psicoativas. *Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, 5(1), 177-203.
- Guia dos Curiosos (2012). Coca-cola foi por 36 anos refrigerante de cocaína. Recuperado a partir de: <http://guiadoscuriosos.uol.com.br/blog/2012/02/10/coca-cola-foi-por-36-anos-refrigerante-de-cocaina/>
- Hobsbawm, E. (2007). *A Era dos Extremos: o breve século XX*. (2ª.ed.) São Paulo, Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2012). *A Era das Revoluções: 1789-1848*. (25ª. ed.) São Paulo, Paz e Terra.
- Hypescience. Inacreditáveis propagandas antigas de cocaína e outras drogas. Recuperado a partir de <http://hypescience.com/10-inacreditaveis-propagandas-antigas-de-cocaina-e-outras-drogas/>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2012*. Recuperado a partir de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/pense_2012.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2009). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2009*. Recuperado a partir de: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/pense.pdf>
- Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) (2015) Mercado nacional deve movimentar R\$ 132 bi em 2015. [Artigo]. *Estudo*. Recuperado a partir de <http://www.ibpt.com.br/noticia/2197/Mercado-nacional-deve-movimentar-R-132-bi-em-2015>.
- Jalón, M. J. D. A., Arias, R. M. & Seoane, G. M. (2004). *Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión desde la adolescencia*. Madrid: Instituto de la Juventud.

- Leal, Z. F. R. G. & Facci, M. G. D. (2014). Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In: Leal, Z. F. R. G.; Facci, M. G. D. & Souza, M. P. R. (Orgs.). *Adolescência em Foco: Contribuições para a Psicologia e para a Educação*. (pp. 15-44). Marngá: Eduem.
- Lei no 10.097, de 19 de dezembro de 2000. (2000, 19 dezembro). Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília
- Leite, I. (2014). Drogas, saúde e educação: realidade e desafios. *Revista Espaço Acadêmico*, 13(153), 62-71.
- Leontiev, A. N. (1969) Las necesidades e los motivos de la actividad. In: Smirnov, A. A.; Leontiev, A. N.; Rubinstein, S. L. & Tieplo, B.M. *Psicologia*. (p. 341-354) México: Editorial Grijalbo, S.A.
- Leontiev, A. N. (1978) Sobre o desenvolvimento histórico da consciência. In: Leontiev, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. (p. 89-142). Lisboa: Horizonte.
- Leontiev, A. N. (1983). *Actividad, conciencia e personalidad*. Havana: Editorial Pueblo y Educacion.
- Leontiev, A. N. (2006) Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: Vigotski, L. S., Luria, A. R. & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. (10ª ed). (p. 59-83). São Paulo: Ícone.
- Lopes, A. P. & Rezende, M. M. (2014). Consumo de substâncias psicoativas em estudantes do ensino médio. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(2), 29-40.
- Luria, A. R. (1979). A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. In: A. R. Luria. *Curso de Psicologia Geral: introdução evolucionista à psicologia*. (pp. 71-84) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Machado, L. V. & Boarini, M. L. (2013). Políticas sobre Drogas no Brasil: a Estratégia de Redução de Danos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 580-595.
- Malta, D. C., Mascarenhas, M. D. M., Porto, D. L., Duarte, E. A., Sardinha, L. M., Barreto, S. M. & Moraes Neto, O. L. (2011). Prevalência do consumo de álcool e drogas entre adolescentes: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar. *Rev. bras. Epidemiol*, 14(1), 136-146.
- Mandel, E. (1981). *O Capitalismo*. (E. Velinho, Trad.) Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2006). *Técnicas de Pesquisa*. (6ª ed). São Paulo: Atlas S. A.

- Martín-Baró, I. (2003). *Poder, Ideologia y violência*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martins, L. M. (2010). A personalidade do professor. *Anais da 33ª Reunião Anual da ANPED*. <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Minicursos%20em%20PDF/GT20.pdf>
- Martins, L. M. (n.d.). *As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. UNESP: GT de Filosofia da Educação. Recuperado em 09 de agosto de 2016, a partir de: http://www.histedbr.unir.br/downloads/3786_as+aparencias+enganam+_+divergencias+entre+o+mhd+e+as+abordagens+qualitativas.pdf
- Marx, K. & Engels, F. (1997). *Manifesto do Partido Comunista*. (J. B. Moura, Trad.) Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>
- Marx, K. (1982). Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes In: *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. Mercadoria e dinheiro. (2013). In: Marx, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital*. (pp. 113-159). São Paulo, Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2012) *A Ideologia Alemã*. Volume I. 1ª ed. rev. ex. 4. São Paulo, Boitempo.
- Mascagna, G. C. & Facci, M. G. D. (2014). A atividade principal na adolescência: uma análise pautada na psicologia histórico-cultural. In: Leal, Z. F. R. G.; Facci, M. G. D. & Souza, M. P. R. (Orgs.). *Adolescência em Foco: Contribuições para a Psicologia e para a Educação*. (pp. 45-70). Maringá: Eduem.
- Matos, A. M., Carvalho, R. C., Costa, M. C. O., Gomes, K. E. P. S., & Santos, L. M. (2010) Consumo frequente de bebidas alcoólicas por adolescentes escolares: estudo de fatores associados. *Rev. bras. epidemiol*, 13(2), 302-313.
- Moraes, R. J. S. & Barroco, S. M. S. (2016). Concepções do Alcoolismo na Atualidade: Pesquisas Hegemônicas, Avanços e Contradições. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 229-237.
- Moraes, R. J. S. (2011). *O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá.
- Moreira, F. G., Silveira, D. X., & Andreoli, S. B. (2006a). Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. *Cienc. Saúde coletiva*, 11(3), 808-816.

- Moreira, F. G., Silveira, D. X., & Andreoli, S. B. (2006b). Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, 40(5), 810-817.
- Müller, A. C., Paul, C. L. & Santos, N. I. S. (2008). Prevenção às drogas nas escolas: uma experiência pensada a partir dos modelos de atenção em saúde. *Revista Estudos em Psicologia*, 25(4), 607-616.
- Nascimento, M. O., & Micheli, D. (2015). Avaliação de diferentes modalidades de ações preventivas na redução do consumo de substâncias psicotrópicas em estudantes no ambiente escolar: um estudo randomizado. *Ciência saúde coletiva*, 20(8), 2499-2510.
- Nascimento, M. O., Avallone, D. M., & Vitalle, S. (2012). A visão e temores dos educadores ante ao uso abusivo de substâncias psicoativas por adolescentes no ambiente escolar. *Revista Magistro*, 2(1), 5-21.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. (1ª. ed) São Paulo: Expressão Popular.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2010). *Economia Política: uma introdução crítica*. (6ª. ed.) São Paulo, Cortez.
- Oliveira, B. (2005). *A dialética do singular-particular-universal*. Exposição apresentada na abertura do V Encontro de Psicologia Social Comunitária sobre o tema O método materialista histórico-dialético. Bauru: UNESP. Recuperado a partir de: <http://stoa.usp.br/gepespp/files/3115/17336/ADialeticaDoSingularParticularUniversal.pdf>
- Organização Mundial da Saúde. (2006). Relatório Mundial da Saúde: trabalhando juntos pela saúde. Genebra: OMS. Trad. Brasília, Ministério da Saúde.
- Pasqualini, J. C. & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista histórico-dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371.
- Pasqualini, J. C. (2009). A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 31-40.
- Patto, M. H. S. (1992). A família pobre e a Escola Pública: anotações sobre um desencontro. *Psicologia USP*, 3(1/2), 107-121.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pavani, R. A. B., Silva, E. F., & Moraes, M. S. (2009). Avaliação da informação sobre drogas e sua relação com o consumo de substâncias entre escolares. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 12(2), 204-216.

- Pavani, R. A. B., Silva, E. F., Moraes, M. S., & Chiaravalloti, F. N. (2007). Caracterização do consumo de maconha entre escolares do ensino médio de São José do Rio Preto. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10(2), 157-167.
- Pereira, P. L. (2011). *Uso de álcool em estudantes do município de Botucatu-SP: prevalência e fatores de risco*. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Botucatu-SP.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2006). Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 2(2), 1-17.
- Ramon, P. C. R. & Freire, L. M. (2012). O papel da escola na prevenção do abuso de álcool, o caso dos *kyru*. In *Anais IX Anped Sul: seminário de pesquisa em educação da região sul* (pp. 1-19), Caxias do Sul. Recuperado a partir de <http://docplayer.com.br/4358909-O-papel-da-escola-na-prevencao-do-abuso-de-alcool-o-caso-dos-kyru-1-paulo-caldas-ribeiro-ramon-uem-luane-maciel-freire-uem.html>
- Ribeiro, M. M. & Araújo, M. R. (2006). Política Mundial de Drogas Ilícitas: Uma Reflexão Histórica. In: Silveira, D. X. & Moreira, F. G. (Org.). *Panorama Atual de Drogas e Dependências*. São Paulo: Atheneu.
- Ribeiro, T. M. (2010). *Do “você não pode” ao “você não quer”*: a emergência da prevenção às drogas na Educação. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo-RS.
- Rocha, A. P. (2012). *Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil – Paraguai: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Franca-SP.
- Rodrigues, M.C, Viegas, C. A. A, Gomes, E. L., Morais, J. P. M. G, & Zakir, J. C. O. (2009). Prevalência do tabagismo e associação com o uso de outras drogas entre escolares do Distrito Federal. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 35(10), 986-991. <https://dx.doi.org/10.1590/S1806-37132009001000007>
- Rodrigues, T. (2012). *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. (2ª ed) São Paulo: Desatino.
- Rosental, M. & Iudin, P. (1946). *Diccionario Filosófico Marxista*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos.
- Santos, E. H. (2012). *Prevalência do uso de drogas entre estudantes adolescentes de Glória de Dourado/MS*. (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro.

- Sengik, A. S. & Scortegagna, S. A. (2008). Consumo de drogas psicoativas em adolescentes escolares. *Revista Psic*, 9(1), 73-80.
- Silva, A. G., & Gimenez-Paschoal, S. R. (2010). Pesquisas sobre o programa educacional de resistência às drogas e violência (PROERD). *Revista Laboratório de Estudos da Violência da UNESP*, 6(6), 102-114.
- Silva, E. F., Pavani, R. A. B., Moraes, M. S., & Chiaravalloti, F. N. (2006). Prevalência do uso de drogas entre escolares do ensino médio do Município de São José do Rio Preto, *Caderno Saúde Pública*, 22(6), 1151-1158.
- Silva, E. F., Pavani, R. A. B., Moraes, M. S., & Neto, F. C. (2007). Caracterização do consumo de drogas ilícitas entre escolares do ensino médio do município de São José do Rio Preto, SP, Brasil. *Arq. Ciênc Saúde*, 14(3), 135-139.
- Silva, J. P. L. (2011). *Adolescência e a vulnerabilidade às drogas no contexto do Ensino Público*. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Psicologia (Psicologia Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.
- Silva, K. B. F. (2006). *O consumo de álcool entre os adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal-RN*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social, Natal-RN.
- Silva, N.R. (2008). *Relações sociais para a superação da violência escolar e processo formativo de professores*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, São Paulo.
- Silveira, D. X. (2008). Reflexões sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas. In: Niel, M. & Silveira, D. X. (Orgs.). *Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde*. (pp. 7-10). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.
- Souza, D. P. O., & Silveira, D. X. F. (2007). Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10(2), p. 276-287.
- Sudbrack, M. F. O., & Cestari, D. M. (2006). *O modelo sistêmico e da educação para a saúde na prevenção da drogadição no contexto da escola: proposta do Projeto Piloto SENAD/MEC e UNB*. In Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente, 2005, São Paulo (SP) [online]. Recuperado a partir de: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200083&lng=en&nrm=iso>
- Sudbrack, M. F. O., & Cestari, D. M. (2006). *O modelo sistêmico e da educação para a saúde na prevenção da drogadição no contexto da escola: proposta do Projeto Piloto SENAD/MEC e UNB*. In Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do

Adolescente, 2005, São Paulo (SP) [online]. Recuperado a partir de: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200083&lng=en&nrm=iso>

Toassa, G., & Souza, M. P. R. (2010). As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. *Psicologia USP*, 21(4), 757-779. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000400007>

Toledo, D. C. & Araújo, L. A. (2011). Drogadição na adolescência: uma perspectiva histórico-cultural. *Universitas: Ciência da Saúde*, 9(2), 83-109.

Trigueiros, D. P.; Halek, R. C. (2006). Estratégias de Redução de Danos. In: Silveira, D. X. & Moreira, F. G. (Orgs). *Panorama Atual de Drogas e Dependências*. (p. 355-360). São Paulo: Editora Atheneu.

Vázquez, A. S. (1977). *Filosofia da Práxis*. Trad. Luiz Fernando Cardoso. (4ªed) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Vieira, P. C., Aerts, D. R. G. C., Freddo, S. L., Bittencourt, A., & Monteiro, L. (2008). Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes escolares em município do Sul do Brasil. *Caderno Saúde Pública*, 24(11), 2487-2498.

Vygotsky, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (2012). *Obras Escogidas. Tomo IV*. Madrid: Machado Grupo de Distribución.

Vygotski, L.S. (1995). *Obras Escogidas. Tomo III*. Madrid: Visor.

Vygotski, L.S. (1997). *Obras Escogidas. Tomo I*. Madrid: Editorial Visor

Vygotsky, L. S. (2004). *A transformação socialista do homem*. (N. Dória, Trad.). Disponível em: <http://www.marxists.org/>.

Waiselfisz, J.J. (2015). *Mapa da Violência 2015. Mortes Matadas por Armas de Fogo*. São Paulo: Instituto Sangari. Recuperado a partir de: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

GLOSSÁRIO

Bala – Nome popular dado ao ecstasy.

Baurinho – Gíria utilizada para se referir ao cigarro de maconha.

Corre – Gíria utilizada para se referir à compra de drogas.

Farinha – Nome popular dado à cocaína.

Papel – Nome popular dado ao LSD e sintéticos alucinógenos.

Pedra – Nome popular dado ao crack.

APÊNDICES

A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Menores

Gostaríamos de solicitar sua autorização para a participação de seu filho(a) ou adolescente sob sua responsabilidade na pesquisa intitulada “Contribuições da Psicologia Escolar à luz da Teoria Histórico-Cultural para a compreensão e o enfrentamento do uso abusivo de drogas na escola.”, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e é orientada pela prof.^a Dra. Sonia Mari Shima Barroco da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O objetivo da pesquisa é entender como a escola lida ou lidou com o uso de drogas dos entrevistados, a partir do ponto de vista deles, e identificar elementos nesses relatos que ajudem a Psicologia no atendimento de estudantes que fazem uso de drogas na escola. Para isto, a participação de seu filho(a) ou adolescente sob a sua responsabilidade é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: a pesquisadora fará uma entrevista com o adolescente, de mais ou menos 1 hora de duração, com perguntas sobre a relação do jovem com a escola e como a escola o tratou quando soube do uso de drogas. Informamos que poderão ocorrer desconfortos, pois as perguntas serão direcionadas para a condição do jovem com o uso de drogas e sobre a sua vida escolar. Ele(a) deve informar sobre o desconforto, e poderá ficar sem responder perguntas que não queira. Caso necessário será disponibilizado atendimento para esclarecimentos e apoio, oferecido pela própria pesquisadora e por sua orientadora, no horário combinado com o entrevistado e no serviço em que a pesquisa ocorrerá. Pontuamos que o apoio se dará na medida em que o entrevistado sentir-se desconfortável com as questões surgidas durante a entrevista, sem o caráter de um acompanhamento psicoterápico. Gostaríamos de esclarecer que a participação de seu filho(a) ou adolescente sob sua responsabilidade é totalmente voluntária, podendo você ou ele(a): recusar-se a autorizar tal participação, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa ou à de seu filho(a) ou daquele(a) que estiver sob sua responsabilidade. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade, sua e a de seu (sua) filho(a). A entrevista será gravada, caso o responsável e o jovem aceitem, pois facilita a organização dos dados da pesquisa. Os dados coletados serão utilizados apenas para a análise proposta pela pesquisa, as entrevistas serão transcritas e seu destino final

será nos anexos da versão final da dissertação a ser produzida, prezando pelo anonimato da identidade dos entrevistados. As gravações serão apagadas após a defesa da dissertação, prevista para o início de 2017. O benefício esperado é contribuir para um atendimento na escola mais voltado à processos educativos dos estudantes que fazem uso de drogas, entendendo que esse não será um benefício imediato nem direto, mas faz parte de estudos que podem futuramente mudar a forma como a escola trata os estudantes usuários de drogas.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos pode nos contatar, conforme os dados a seguir:

Responsável pela pesquisa: Prof.^a Dra. Sonia Mari Shima Barroco.

E-mail para contato: smsbarroco@uem.br.

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá- UEM. Avenida Colombo, 5790, Zona 07, Bloco 10, Sala 10. Maringá-PR.

Telefone: (44) 3011-3871.

Ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,.....(nome por extenso do responsável pelo menor) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Prof.....(nome do pesquisador responsável).

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Campo para assentimento do sujeito menor de pesquisa (para crianças escolares e adolescentes com capacidade de leitura e compreensão):

Eu,.....(nome por extenso do sujeito de pesquisa /menor de idade) declaro que recebi todas as explicações sobre esta pesquisa e concordo em participar da mesma, desde que meu pai/mãe (responsável) concorde com esta participação.

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu,.....(nome do pesquisador ou do membro da equipe que aplicou o TCLE), declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome:Prof.^a Dra. Sonia Mari Shima Barroco.

(telefone/e-mail): smsbarroco@uem.br ou (44) 3011-3871 (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM).

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

B – Questionário aplicado aos adolescentes do CAPSi

Questões norteadoras

Aspectos identitários – mantendo o sigilo necessário

1. Escolha um nome pelo qual você será identificado na pesquisa
2. Qual a sua idade?
3. Sexo / Gênero

Aspectos escolares/educacionais

1. Você frequenta a escola? Em qual série se encontra/ Em qual série parou de estudar?
2. Você se lembra quando começou a frequentar a escola?
3. As lembranças que você tem da escola são geralmente boas ou ruins? Quais atividades na escola são mais marcantes na sua vida?
4. Por que parou de estudar? / O que te motiva a continuar os estudos?/ Você pretende continuar os estudos?

Aspectos do uso de drogas e escola

1. Faz uso de drogas desde que idade? Quais drogas você utiliza?
2. Como você teve contato com a droga e onde?
3. Em que momento da sua vida você sente mais vontade de usar?
4. A escola que você estuda\estudava sabe/sabia que você faz uso?
5. Quais atitudes a escola tomou com você ou com seus colegas quando soube do uso?
6. Você participou de algum projeto na escola contra as drogas? O que você achou do projeto? Ele te influenciou de alguma forma?
7. Você concorda com as medidas que a escola toma quando descobre o uso ou o tráfico de drogas, seja com você ou com outros colegas?
8. Você acha que se a escola tratasse os alunos que usam drogas como o CAPSi trata seria melhor ou pior? Por quê?
9. Você tem alguma sugestão para a escola auxiliar você ou outras pessoas?

C – Entrevista Guilherme

Pesquisadora: Qual a sua idade?

Guilherme: 17

P: Gênero masculino?

G: Lógico (risos). Não pretendo mudar não.

P: Vou te chamar de Guilherme a partir de agora. Você frequenta a escola?

G: Não.

P: Em qual série você parou?

G: Sexta série.

P: Faz tempo isso?

G: Faz uns quatro anos já.

P: E você se lembra de quando começou a frequentar a escola?

G: Lembro

P: Quantos anos você tinha?

G: Ah, quando eu comecei a sexta série mesmo, eu já tinha uns quinze, uns quinze anos já.

P: Quando você entrou na escola, que você era pequenininho, você lembra quantos anos tinha?

G: Ah, aí tinha uns oito/sete anos, quando entrei na primeira série.

P: E as lembranças que você tem da escola, elas são boas ou ruins?

G: São boas.

P: Que atividades você gostava de fazer na escola?

G: Educação Física

P: Essas eram as lembranças boas?

G: Lógico que era, as primeiras menininhas (...) no colégio

P: E as outras matérias?

G: Ah, as outras matérias... Nem faz diferença. Eu nem ia, na verdade, eu nem “coisava”.

P: Você ia bem ou mal nessas matérias?

G: Ia mal.

P: Por que você parou de estudar?

G: Ah, por causa de droga.

P: Mas você largou a escola pra usar ou por que você foi internado?

G: Larguei porque eu fui internado também, mas aí depois eu não tive mais vontade de estudar.

P: Então você não pretende voltar a estudar?

G: Não

P: Que drogas você usa?

G: Maconha. Uma farinha de vez em quando.

P: Crack, não?

G: Crack eu estava fumando esses dias, mas graças a Deus to tentando parar.

P: E já cheirou loló?

G: Lança? Já. Lá perto de casa é baratinho, dezoito reais a lata.

P: E desde quando você usa?

G: Ah, falar pra você, desde os onze/doze/dez anos.

P: E você começou com o que?

G: Comecei com maconha. Comecei a fumar com meu irmão, daí comecei a usar na escola, comecei a vender na escola também.

P: Você vendia?

G: Vendia, com uns doze anos comecei a vender já também, comecei a vender pra molecada no colégio.

P: E você foi preso por vender?

G: Não, nunca fui preso.

P: Só internado?

G: Só, só internado.

P: Você disse que começou a usar com seu irmão, ele é mais velho que você?

G: Mais velho

P: Quantos anos ele tem?

G: Agora deve ter uns 23.

P: Você só fumava maconha com ele ou usava outras drogas?

G: Não, só maconha. Farinha eu comecei a cheirar depois de uns treze/quatorze.

P: Com quem?

G: Com amigos

P: Nesse momento da sua vida, você está fazendo uso de alguma droga?

G: "To".

P: Qual?

G: Maconha, todo dia, toda hora.

P: E crack?

G: Crack não. Farinha só no final de semana, mas bem difícil porque é mais caro.

P: Mais caro, né?!

G: É. São Paulo não é tanto. São Paulo com dez reais você pega um negócio bonito. Agora aqui, é cinquenta reais uma grama.

P: Uhum. E em que momento da sua vida você tem mais vontade de usar maconha?

G: Como assim, você fala?

P: Tipo, o que você está fazendo quando você tem vontade de usar maconha?

G: Ah tudo. Tipo assim, dando um rolê, dando uma volta tem que fumar um baurinho, vai em algum lugar, tem que tá fumando um baurinho.

P: E farinha, você tem vontade de usar quando?

G: Ah, só quando vai pra uma festa assim, agora se ficar dentro de casa não vira.

P: Uhum, e crack?

G: Crack é quando vai fazer algum corre, comprar pedra pra alguém, de cinquenta/cem reais. Só quando é “de bastante”, aí o cara dá um pouquinho pra você.

P: Ah, você faz corre?

G: É, não, às vezes, né! Não toda vez, só quando é “de bastante” assim, né! Aí se for uma/duas/três pedras, aí já não vira pra mim. Agora, quando é de cinquenta reais pra cima, eu já vou no corre pro cara, porque na verdade tem uma boca de fumo na frente do meu barraco.

P: Na frente da sua casa?

G: Do outro lado da rua.

P: Aí você faz corre pra galera ali?

G: Não, os corres vão no meu barraco. Os caras me chamam no meu barraco pra eu chamar o “pé” lá na casa. Aí às vezes eu não chamo, eu ligo pra ele, aí ele aparece lá na frente do portão, daí os caras conversam com ele, aí os caras “soma”, né.

P: É esse cara que mora lá que te dá os corres?

G: É, ele que dá meu corre.

P: Ele que faz corre de maconha pra você também?

G: Faz

P: E você vende ainda, ou não?

G: Não, parei de vender.

P: Quando você estava estudando, a escola sabia que você fazia uso?

G: Sabia.

P: E como eles trataram você quando souberam?

G: Ah, meio que rejeitaram, né. Às vezes até as professoras me chamavam de drogado, e não sei o que...

P: E você participou de algum projeto na escola, tipo PROERD?

G: Só participei do PROERD.

P: E você já fazia uso na época?

G: Já, já fazia.

P: Teve alguma influência na sua vida, o PROERD?

G: Não tanto, porque o negócio é o seguinte, eu briguei com o professor do PROERD e parei de fazer, né. Daí o professor veio querer bater em mim e queria brigar comigo, eu meti fogo no colégio.

P: Você colocou fogo?

G: Verdade, eu estou respondendo até hoje por isso.

P: Depois que você brigou com esse professor? Era policial, né?

G: É, no mesmo dia. Era policial.

P: Mas por que você brigou com ele?

G: Ah, porque tipo assim, na época eu tomava remédio, entendeu.

P: Pra controlar o uso?

G: Não, pra controlar a ansiedade. Tipo assim, eu tomava Ritalina pra hiperatividade, só que, tipo assim, tinha dia que eu tomava Ritalina e tinha dia que eu não fumava maconha, porque daí não pode misturar. Hoje eu já misturo porque não dá nada, não tem nada a ver. Mas hoje já não tomo mais Ritalina, entendeu? Eu estava tomando até esses dias, mas hoje em dia eu não tomo mais. Mas daí eu fiquei uns par de dia sem ir pra escola, porque a escola não aceitava eu sem o remédio porque eu dava muito trabalho, queria bater em todo mundo, todo mundo que passa, queria catar todo mundo, queria catar até o professor. Tava nem aí mesmo, eu batia em todo mundo, brigava, xingava, dava carteirada, batia em todo mundo, tava nem aí...

P: Uhum, daí você brigou com o policial...

G: É, briguei com o policial, ele me levou lá pra cima lá, falou um monte, deixou eu algemado, daí bateu o sinal do colégio...

P: Ele te algemou dentro da escola?

G: Algemou, porque eu tava batendo nele, né! Tava brigando com ele, aí depois que bateu o sinal, ele chamou a viatura lá e falou que ia me levar, e não sei o que, porque eu tava dando muito trabalho, queria bater nas molecadas, aí não deu nada. Eu falei, que nada, essa é a hora

de eu meter fogo no colégio. Aí meti no primeiro pavilhão e as molecada “foi” e apagou. Aí meti no segundo pavilhão, as molecada “foi” e apagou com ele. Eu falei, que nada, só essas molecada “sair fora” que eu vou meter fogo no colégio. E todo mundo saiu, não tinha mais ninguém, só tinha as mulheres que limpavam lá, mas as mulheres tavam dormindo, por que os portões ficam abertos, né. Aí a escola ficava aberta, né. Aí eu peguei e meti fogo, só coloquei fogo na cortina, só encostei o isqueiro, peguei, meti fogo na cortina assim, tava uma chama desse tamanhinho assim, aí eu achei que nem ia pegar fogo e daqui a pouco, eu to lá em casa, eu só escuto os bombeiro, uns três caminhão de bombeiro passando na rua, dali a pouco eu vejo a minha foto na TV, enorme assim.

P: E como descobriram que era você?

G: Ah, descobriram porque as molecada falou né, dedou eu, que era eu que tava tentando meter fogo. Aí minha foto já apareceu até no Maringá Urgente, a minha foto.

P: Ah é?

G: É, cheguei no colégio, os cara já falando: é, a gente viu você na televisão, não sei o que, você meteu fogo no colégio. Aí foi fazer uma reunião lá, de quem tinha metido fogo, aí um ficava empurrando pro outro.

P: Uhum

G: Aí falou: não quero saber não, você vai resolver isso aí é na delegacia, que isso é o patrimônio público. Aí ela pegou e aí fui intimado pra dar depoimento lá na delegacia, aí deu que eu to respondendo aí e não deu mais nada.

P: E você foi expulso do colégio?

G: Fui expulso.

P: Foi a partir daí que você abandonou a escola?

G: Foi

P: Na sexta série?

G: Foi, aí eu estudei só um pouco, você entendeu? No “Tranquedo”, um colégio que tinha aqui perto de casa, aí eu também comecei a fazer bagunça, tava fazendo muita bagunça e fui expulso também. Porque direto a Guarda Municipal pegava eu lá na frente fumando maconha, ou no meio de molecada, de traficante, você entendeu? Andava só com gente drogada. E as molecada já era queimada, e ele falou: não, não vai ficar usando... deixando cheirão de maconha dentro do colégio, dentro dos banheiros. Aí riscava o colégio, fazia um monte de “pixamento”, destruía tudo, aí mandaram, expulsaram eu, até que eu fui pra outro colégio, pra Unidade Paulista, pra um colégio lá perto de casa, no Alvorada lá. Aí eu peguei e também fui expulso de lá por causa de briga com molecada, de fumar maconha. Aí no Unidade Paulista, o último colégio que eu estudei, eu já comecei a vender droga. Porque já tava morando no Alvorada e aí já comecei a vender droga, vendia só maconha dentro do colégio. Aí vendia de monte, de monte, o que mais tem é drogado.

P: Nessa você foi expulso por causa de droga, e aí você foi pra outra escola, onde você colocou fogo?

G: Não, tipo assim, a primeira que eu coloquei fogo. Porque a primeira é municipal, aí depois eu consegui passar de ano, porque tipo assim, eu tava estudando na municipal, daí eu fui expulso porque eu meti fogo no colégio. Aí eu já tava meio com medo assim, né, porque meu irmão tinha morrido, você entendeu? Aí fiquei meio com medo, falei que ia parar de usar droga.

P: Por quê? Seu irmão morreu por causa do tráfico?

G: Não, morreu afogado no rio. Aí falei, que nada, vou parar, você entendeu? Comecei a trabalhar. Aí eu tava trabalhando na oficina lá e a diretora do colégio municipal lá chamou eu pra fazer uma prova, pra mim passar de ano. Aí eu fiz a prova, fiquei, deu 80% na prova, aí eu consegui passar, eles passaram eu pra quinta série naquela época. Aí eu passei e comecei a desandar, comecei a meter (...) no tráfico. Aí fui pra outro colégio, no “Tranquedo”, aí depois do “Tranquedo” fui pro Unidade Paulista, fui expulso do “Tranquedo” também. Aí fui pro Unidade Paulista, e daí do Unidade Paulista eu nunca mais saí do Alvorada, até hoje nós tá morando lá.

P: E por que você não tem vontade de voltar pra escola?

G: Ah, porque eu não tenho mais cabeça, não.

P: E pro seu futuro o que você pensa?

G: Ah, não sei. Meu futuro já tá comprado, nós temos nossa casa, não preciso trabalhar não.

P: Você mora com a sua mãe?

G: Moro

P: Só você e sua mãe?

G: Só.

P: Você concorda com as atitudes, com as medidas que a escola toma quando descobre que algum aluno tá fazendo uso de droga?

G: Eu aceito né, que é o certo, né. Escola é pra estudar, pra você aprender, não é pra você ficar fazendo algazarra e estudar. É pra estudar, não é pra ficar fazendo bagunça, usando droga, isso aí não é certo, né?! Hoje em dia eu já vejo isso, mas quando era antigamente eu não via isso, falava que (...), não dá nada, é tudo nosso. Hoje em dia o negócio está mais duro, qualquer coisinha eles já algemam, jogam você dentro da viatura, no meio de um monte de aluno, vai preso e é isso aí mesmo. Se encontrar droga, celular roubado, uma coisa que é ilícita, já começa a debater.

P: Mas você sente diferença na forma como a escola trata os alunos que usam drogas e o CAPSi?

G: Aí já muda, né. O CAPSi já trata melhor. O CAPS cuida bem mais do que a escola, muito mais.

P: E você acha que seria melhor se a escola tratasse como o CAPS trata?

G: Certeza.

P: Por que você acha isso?

G: Ah, porque, tipo assim, porque o certo é conversar, você entendeu? Sentar, conversar, falar sobre, discutir. Não já querer “tesourar”, brigar, xingar. Tipo assim, maltratar, né. Às vezes esculachava o aluno só porque fumou, usou uma droga, você entendeu? Isso aí é só conversar. Porque isso aí mesmo, vem dentro de casa. Exemplo pra mim vem de dentro de casa.

P: E você acha que a forma como o CAPSi trata, ajuda mais?

G: Ajuda. O CAPS ajuda mais, bem mais. Aqui tem bem mais progresso do que na escola...

P: E se a escola tratasse você como o CAPS trata, você acha que ainda estaria estudando?

G: Eu acho, certeza. Que o certo é sentar e conversar, não é só tirar os outros. Agora a escola já tira bastante. Se você é achado com droga dentro de sala de aula, eles já vão chamar a Guarda Municipal, a polícia ou a Patrulha Escolar, você entendeu? Não vai ali conversar, já chama na hora, já fala pra diretora que tem gente com droga, a diretora já vai e chama a Polícia. (...). Eu nem estudava, só ficava na porta do colégio, já via os moleque saindo...

P: E você tem alguma sugestão pra escola? Pra tratar os alunos que fazem uso de drogas?

G: Ah , não sei...

P: Não sabe?

G: Não...

D – Entrevista Mel

Pesquisadora: Qual a sua idade?

Mel: Quinze

P: Gênero feminino?

M: Sim

P: Você ainda frequenta a escola?

M: Sim

P: Em que série você está?

M: Nono ano.

P: Você lembra quando começou a frequentar a escola? Quantos anos você tinha?

M: Seis anos.

P: Lembra qual série era?

M: Primeira série.

P: Você reprovou alguma vez de ano?

M: Já reprovei. Fiz a segunda série duas vezes e fiz o oitavo duas.

P: Você tem mais lembranças boas ou mais lembranças ruins da escola?

M: Boas

P: Que atividades você gosta de fazer na escola?

M: Eu gosto bastante sempre que tem algum evento, quando dentro da sala de aula a professora propõe trabalho em grupo.

P: Que disciplinas você gosta mais?

M: Artes, Ciências e Educação Física.

P: E você acha que deve continuar estudando? Por quê?

M: Se eu parar os estudos agora, mais pra frente vai me prejudicar, que eu sei que não vai ter emprego. Porque hoje em dia pra ter um emprego, vai precisar muito de ter o ensino médio completo. Muitas pessoas que param antes do ensino médio, não conseguem emprego. Pode até conseguir, mas são aqueles empregos mais, piores.

P: E você tem usado drogas?

M: Não

P: Mas você já usou?

M: Não.

P: Nem maconha, bebida?

M: Beber eu bebia. Não, eu bebo lá de vez em quando, mas parei um pouco.

P: E com quantos anos você começou a beber?

M: Com uns quatorze.

P: Onde e com quem você bebia?

M: Em churrasco, com amigos.

P: Você já participou de algum projeto contra drogas, como o PROERD?

M: Já.

P: E te influenciou em alguma coisa?

M: Como assim “te influenciou”?

P: Esses projetos são para combater drogas na escola, e eles te influenciaram a você não usar drogas?

M: Sempre alguém conversava comigo, falava que usar drogas não é bom. E o PROERD sempre ajudou porque você tinha informações sobre o que era a droga, e o que a droga ia fazer pra você no futuro.

P: Você já percebeu como a escola trata os alunos que usam drogas?

M: Como alunos que assim, não tem futuro, vão continuar nessa vida, não vão conseguir empregos dignos, porque eles estão usando esse tipo de coisa, sabe que pode até virar bandido ou pode até um dia estar no caixão. Por isso a escola não trata todos os alunos, todas as pessoas, com igualdade.

P: E você acha que trata bem ou mal esses alunos que usam drogas?

M: Não muito bem, muitas escolas tratam assim: quer estudar? Estuda. Não quer estudar? Não estuda. Eles não dão muita atenção pra esse tipo de coisa. Eles dão mais atenção pra quem quer estudar, quer se firmar, quer ser alguém.

P: E você concorda com essa diferença de tratamento que a escola faz?

M: Não, porque mesmo a pessoa usando droga ou não, a igualdade teria que ser a mesma. Porque não sabe se a pessoa tá usando droga por algum motivo de família, alguma coisa, ou está usando por si. Então tinha que ser um tratamento de igualdade entre os que querem e os que estão no mundo das drogas.

P: Então você acha que as pessoas usam drogas porque passam por uma situação difícil?

M: Sim...

P: E você acha que tem uma diferença na forma como o CAPS trata as pessoas que usam drogas e como a escola trata?

M: Sim, porque aqui eles tentam ajudar, tentam conversar com os adolescentes que usam drogas, álcool, pra tentar ajudar os adolescentes a saírem das drogas, ou tentar amenizar um

pouco pra eles sentirem mais igualdade na sociedade, porque os drogados, hoje em dia, se sentem desigual, que a sociedade não trata eles igual a muitos.

P: E você acha que seria melhor ou pior se a escola tratasse os estudantes que usam drogas como o CAPS trata?

M: Seria muito melhor. Porque assim, eles iam ver que estão sendo tratados como igual, e não precisa se sentir assim porque a escola trata os adolescentes como desigual pelo tipo de drogas que usa.

P: Você tem alguma sugestão pra escola?

M: Projetos que envolvam todos os alunos, mais atividades na escola.

P: Você gosta de ir à escola:

M: Um pouco. Não sou muito fã.

P: Por que? Você vai mal?

M: Porque eu nunca fui de gostar de estudar, eu vou mais por obrigação.

E – Entrevista Lucas

Pesquisadora: Qual a sua idade?

Lucas: 17 anos

P: Gênero masculino?

L: Isso

P: Você frequenta a escola?

L: Não

P: Em que série você parou?

L: Primeiro ano do colegial

P: E porque você parou de estudar?

L: Porque eu não fazia nada na escola.

P: Você ia mal? Já tinha reprovado?

L: Tinha.

P: E você não queria mais estudar?

L: Isso.

P: Você já foi expulso?

L: Já

P: Você lembra com quantos anos começou a frequentar a escola?

L: Não

P: E as lembranças que você tem da escola, são em sua maioria boas ou ruins?

L: Boas.

P: O que você lembra de bom da escola?

L: As amizades, as aulas.

P: E você perdeu as amizades quando saiu da escola?

L: Não, continuam as mesmas amizades.

P: Você pretende voltar a estudar?

L: Pretendo

P: E quando você pensa em fazer isso?

L: Ah, o mais rápido possível, sei lá.

P: Por que você acha importante voltar a estudar?

L: Ah, pra ter um futuro melhor, eu acho.

P: E você faz uso de drogas?

L: Faço

P: Quais drogas você usa?

L: Maconha, cocaína...

P: Cigarro?

L: Cigarro

P: Crack?

L: Não

P: Com que idade você começou a usar?

L: Maconha com onze, cocaína com treze, cigarro desde os onze, eu acho.

P: E com quem você teve contato com drogas?

L: Amigos

P: Em que momento da sua vida você faz uso de drogas?

L: Cigarro todos os dias, sempre que eu tenho cigarro eu fumo. Maconha mais ou menos um ou dois becks por dia, e cocaína bem difícil usar, mas eu uso.

P: Mais em que situação?

L: Festas

P: E sintéticos?

L: Uso também. Bala, LSD, papel...

P: Em festas?

L: É, essas coisas assim é só em festa. Maconha e cigarro é todo dia.

P: E a escola sabia que você fazia uso de droga, quando você estudava?

L: Não, só o cigarro.

P: Você já viu ou presenciou como a escola reagiu quando descobriu algum estudante fazendo uso de drogas?

L: Sim,

P: E como foi?

L: Chamou a PM, e foi expulso do colégio.

P: Por estar fazendo uso?

L: Uso de droga dentro da escola.

P: E por venda?

L: De droga dentro da escola? Ah, já vi gente vendendo droga dentro da escola, mas nunca foi pego.

P: Você já participou de algum projeto contra drogas, como o PROERD?

L: Não. PROERD eu já participei, mas...

P: Você achou que teve alguma diferença?

L: Não, não tem nenhuma diferença não.

P: E você reparou se teve alguma diferença pra algum dos seus colegas?

L: Não.

P: Você concorda com a forma como a escola trata quem faz uso de drogas?

L: Não.

P: Como você acha que deveria ser?

L: Ah, devia ser deixar os caras usarem drogas, já que gostam de usar.

P: Você acha que se a escola tratasse os alunos como o CAPSi trata, seria melhor ou pior?

L: Melhor.

P: Por que?

L: Porque eles não acusam a pessoa que usa drogas, eles ajudam a pessoa a entender que aquilo, aquela coisa ali não é uma coisa boa pra pessoa, entendeu?

P: E você tem alguma sugestão pra escola, pra ajudar as pessoas que fazem uso de droga?

L: Ah, tratar as pessoas mais civilizadas, né. Tipo assim, não tratar como se fosse um bandido criminal porque nem todos aqueles que usam drogas são bandidos que cometem crimes, ou coisa do tipo. É um pessoa que é presa àquilo num descuido, num deslize, que ele foi usar.

F – Entrevista Roberta

Pesquisadora: Qual a sua idade?

Roberta: 16.

P.: Tem 16? Sexo feminino?

R.: É..

P.: Você vai pra escola?

R.: Vou.

P.: Qual série você tá?

R.: Eu tô fazendo o quinto, o sexto, o sétimo, o oitavo e o nono.

P.: Como...

R.: CEEBJA

P.: Ah, você faz CEEBJA. Você estuda a noite então?

R.: Não, eu estudo de manhã.

P.: Você se lembra de quando começou a frequentar a escola? A ir na escola, quando você era pequenininha?

R.: Hum.. assim, desde pequenininha eu não lembro, mas desde os meus sete anos eu lembro.

P.: Você começou a frequentar a escola antes dos sete anos? Quando você era bem pequenininha?

R.: Porque eu tava muito atrasada daí eles me colocaram numa série mais adiantada. Ai eu fiquei estudando numa escola lá no meio do mato. Sei lá qual o nome da escola.

P.: Você é daqui de Maringá mesmo?

R.: Sou.

P.: E as lembranças que você tem da escola são geralmente boas ou ruins?

R.: Boas.

P.: O que você gosta de fazer na escola? Que te dá uma lembrança boa.

R.: Conversar com os “boy”.

P.: Tem amigas também?

R.: Não, eu não gosto de amigas.

P.: Você gosta de...

R.: Só dos “boy”.

P.: E as aulas?

R.: Ah! Eu presto atenção em uma ou em outra, mas eu fico de olho nos “boy”.

P.: E você vai bem na escola?

R.: Ah, mais ou menos. Não vou falar que eu vou bem, bem, bem que eu vou tá mentindo, também não vou falar que eu vou mal porque eu vou tá mentindo. Então vou mais ou menos.

P.: Não tem nenhuma atividade ou aula que você goste mais, além de falar com os “boy”?

R.: Ciências.

P.: E você pretende terminar os seus estudos?

R.: Pretendo, porque senão não vai ter onde eu cair morta né.

P.: Hum. Então você acha que a importância de estudar é pra ter um emprego depois?

R.: Pra sobreviver, né?

P.: Mas, você gosta de estudar?

R.: Mais ou menos. Eu vou mais pra escola mesmo por causa do “boyzinho” que tem na minha sala, porque daí eu encontro com ele todo dia, sento do lado dele e ele conversa comigo, pega na minha mão, me chama de princesa e de nega, aí eu fico toda feliz. Aí depois que eu consegui o número dele, pelo amor de Deus, fiquei mais feliz ainda.

P.: Tá. Eu vou fazer algumas perguntas agora sobre o uso de drogas, tá? Você faz uso de alguma droga?

R.: Não.

P.: Nem de álcool?

R.: Não.

P.: Nem cigarro?

R.: Não.

P.: Mas você conhece pessoas da escola que fazem?

R.: Sim.

P.: Certo. Que atitudes você já viu a escola tomar com quem faz uso de drogas. Dentro da escola..

R.: Raramente quando a diretora pega alguém usando droga dentro da escola: ou um bilhete pro pai e a mãe, ou uma suspensão, ou é uma expulsão. Ah, não tem muitas opções que elas dão né. São poucas as opções.

P.: Entendi. E você concorda com essas atitudes que a escola toma com quem faz uso de drogas.

R.: Dentro da escola eu acho que concordo, porque dentro da escola é um lugar público que tem, vamos supor, crianças, tem adolescentes que não gostam. Então acho bem legal essa atitude que eles tomam, mas não gosto assim, tipo, chegar ao caso de expulsar entendeu? Acho que isso não precisaria. Mas, eu não sou a diretora, não posso fazer nada né. Senão eu ia falar ó vai pra sua casa fumar essa porcaria lá fora.

P.: E você participou de algum projeto na escola contra drogas, tipo o PROERD?

R.: Aquelas provinhas?

P.: PROERD é aquele que os policiais vão dar palestra.

R.: Ah, já já.

P.: E você acha que isso te ajudou alguma coisa a não usar drogas?

R.: Não me ajudou em nada, porque é a mesma coisa, se eu falar que eu quero quem vai me falar se eu posso ou não posso. Só se a minha mãe vir me dar uns “tabefe” e falar “você não vai fumar”. Mas, do mesmo jeito se ela falar que eu não vou fumar e eu quiser fumar eu espero ela virar as costas e vou fumar.

P.: E por que você não usa?

R.: Por que eu vejo a situação da minha mãe. Ela usa drogas e tudo e eu vejo que a vida dela não é fácil, hoje ela ta na cadeia. Então, se a vida não é fácil pra ela, vai ser pra mim? Que não tenho nada, não tenho nem onde cair morta, não tenho o que comer o que beber assim sabe, sem ser nas custas dos outros. Ai eu vou ter que vender as minhas coisas pra poder comprar droga pra mim, pra “mim” sustentar meu vício. Não quero isso pra mim não.

P.: Você acha que aqui, o CAPS ele trata diferente os adolescentes que fazem uso de drogas se comparado com a escola?

R.: Trata.

P.: Por que? O que você acha que tem de diferente?

R.: Porque.. primeiro eles não vão expulsar, não vão brigar, eles não vão fazer nada, eles vão chegar e vão conversar com você, vai te explicar que não pode, que é isso.. ela vai te explicar, vai sentar e falar com você, vai tentar te ajudar, vai perguntar se você quer ajuda, se você quer ser internada. É a mesma coisa de um abrigo, vão tentar te ajudar. Não vai falar assim: “você

vai porque eu tô mandando, você vai porque eu quero, você vai porque a sua mãe quer”. Você vai se você quiser, se você quiser ajuda.

P.: E você acha que é melhor a atitude que o CAPS tem com os adolescentes ou o que a escola tem?

R.: Ah, eu prefiro a atitude do CAPS.

P.: Por que você acha que é melhor?

R.: Porque as pessoas se sentem mais confortáveis. Eu acho que eles se acham melhor, falam assim, poxa tem uma mãezona aqui, tem um paizão, um tiozão, uma tia e eles tão me dando a maior força na humildade, eu tenho que me tratar. Eu me ponho no lugar deles sabe? Tipo assim, vamos supor a [nome] eu considero ela como uma mãezona sabe e quando ela fala comigo eu escuto ela. É a mesma coisa de ela chegar e eu ser uma usuária de drogas e ela falar, o Roberta, vamos se tratar pra um dia você ta aqui do meu lado, tal e tal. Ai “cê” acha que eu não vou me tratar? Claro que vou. A mulher que eu amo ta ali, falando assim, a mulher que eu considero como mãe ta ali falando assim pra “mim” se cuidar, pra “mim” ser alguém na vida, pra “mim” ter o meu dinheiro, a minha casa, o meu serviço, a minha mulher o meu marido, sei lá, quem quiser, minha família, minhas coisas. Aqui, vir aqui fazer o cursinho com ela. Tá me dando o maior apoio e eu vou jogar tudo pra fora? Não, eu vou abraçar tudo e vou cair pra dentro.

P.: Então você acha que aqui no CAPS as pessoas se sentem mais acolhidas?

R.: Mais acolhidas.

P.: E elas acatam melhor ao tratamento.. Entendi. Bom, é isso.

R.: Ah tá, rapidinho.

G – Entrevista Olga

Pesquisadora: Você quer escolher um outro nome?

Olga: Qualquer um..

P.: Qual é a sua idade?

O.: 16.

P.: Gênero feminino né? Você frequenta a escola ainda?

O.: Sim.

P.: Qual a série?

O.: Ah! Oitavo.

P.: Você já reprovou alguma vez?

O.: Já..

P.: Quantas vezes você reprovou?

O.: Eu acho que eu reprovei três..

P.: E você gosta de estudar?

O.: Eu gosto. É por causa que antes eu matava muita aula, foi mais pelos incentivos assim sabe. Que antes eu não matava aula, mas depois que eu conheci umas más influências eu comecei a matar aula. Dai desse ano pra cá eu parei, do começo desse ano pra cá na verdade.

P.: Mas eram os colegas que te chamavam pra matar aula?

O.: Sim.

P.: E as lembranças que você tem da escola são na maioria boas ou ruins?

O.: Maioria ruins.

P.: É? Quais são as lembranças ruins?

O.: Ah, eu era muito bagunceira, tacava pedra em tudo. “Taquei” fogo nos banheiros. Xinguei os professores. Taquei pedra no carro do diretor. Fui expulsa acho que de dois colégios.

P.: E de aula, de atividade de aula. Tem alguma coisa que você gosta de fazer?

O.: Desenhar.

P.: Arte? Entendi.. Por que você acha que é importante continuar estudando?

O.: Porque eu quero ser alguém na vida e meu sonho é ser policial.

P.: Você quer ser policial?

O.: Vou querer me formar.. e se não fosse por esse sonho acho que eu ainda estaria usando maconha.. estaria mexendo com droga.. “taria” até vendendo porque já me chamaram, já tive muita oportunidade, dai... por causa desse sonho. Eu cheguei a mexer sim, mas só pra ver, mas dai eu consegui parar. Eu fiquei pensando bem e dai eu quero me formar.

P.: Você já fez uso de drogas então. Só de maconha?

O.: Não. De maconha, LSD, pó e cigarro.

P.: Nenhum desses você usa mais?

O.: Só o cigarro de vez em quando, que é muito raro.

P.: E foi na escola que você teve contato com as drogas?

O.: Foi.. a primeira vez sim.

P.: Os colegas que te apresentaram?

O.: Sim.

P.: E você fez uso por quanto tempo?

O.: Da maconha eu fiz um mês, agora do pó eu só “cherei” três vezes, do LSD foi uma vez. E do cigarro foi mais da escola, mas como eu sou muito burra e vou pelo incentivo dos outros.

P.: E quando foi isso? Quando você começou a usar?

O.: 2013 eu comecei a fumar cigarro, em 2014 não fumei nada.. 2015 também só o cigarro. 2016 que foi esse começo do ano eu comecei a fumar maconha, usei pó, usei LSD. Não, 2015 eu usei pó e parou por aí.

P.: E você parou pela motivação de continuar a estudar?

O.: Uhum.

P.: A escola sabia que você fazia uso?

O.: Não. É, quando a minha irmã estudava comigo a gente fumou maconha dentro do colégio, a gente não, ela, mas daí eu “tavo” junto. Só que nessa época eu não fumava ainda, mas como eu tava junto sobrou pra mim também.

P.: E o que eles fizeram com vocês?

O.: Daí eles deram expulsão pra gente. Suspendeu na verdade.

P.: Ah então foi suspensão, vocês continuaram na escola. E você já viu outras atitudes que a escola toma com quem faz uso de drogas dentro da escola?

O.: Depende, tem escola que acoberta muito. Porque tipo sabe que é aquele menor que tá usando daí eles vai lá e como foi a primeira vez eles deixam, daí ta vendo que o outro é bagunceiro e que já não aguenta mais ele, pega e expulsa. Se fosse o outro lá, não fazia isso. Eles acham que o mais bagunceiro tem culpa de tudo.

P.: Você participou de algum projeto na escola de enfrentamento às drogas, tipo o PROERD?

O.: Sim.

P.: E teve alguma influência na sua vida?

O.: Acho que eu fiz, mas não lembrei que eu tinha “fazido” o PROERD. Acho que eu fiz em 2010.

P.: Não teve influência então?

O.: É, eu acho que não.

P.: E você concorda com a forma como a escola lida com quem faz uso de drogas?

O.: Às vezes.

P.: Às vezes você concorda.. Quais vezes?

O.: as vezes que eles dão uma segunda chance... agora se passou da segunda chance e deu expulsão ai eu concordo.

P.: Entendi. E você acha que seria melhor ou pior se a escola trata-se os estudantes usuários de drogas igual o CAPSi trata?

O.: Ia ser melhor, porque sei lá eles conseguem ouvir a gente. A gente se sente ouvida. A gente pode se abrir mais, agora lá na escola não tem ninguém pra ouvir a gente.

P.: Você prefere então a forma como o CAPSi trata?

O.: Aham.

P.: E você tem alguma sugestão pra escola lidar com essas pessoas?

P.: Não? Então é isso.

ANEXOS

A – Autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Maringá-PR

OFICIO Nº 2564/2015/SAÚDE

Maringá, 14 de dezembro de 2015.

Prezado Senhor

Informamos que foi **autorizada**; pela Comissão Permanente de Avaliação de Projetos – Portaria nº 004/2013 desta Secretaria Municipal de Saúde; a pesquisa “ **Contribuições da psicologia escolar à luz da teoria histórico-cultural para compreensão e enfrentamento do uso abusivo de drogas na escola**” a ser realizada no CAPS I, desta Secretaria Municipal de Saúde.

Orientamos ainda que, após parecer do Comitê de Ética em Pesquisa - COPEP, o pesquisador deverá retornar ao CECAPS para obter a autorização para sua entrada no setor solicitado.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Lourdes Thome
Coordenadora CECAPS


Ilm. Sr.
Prof. Ms Ricardo Cesar Gardiolo
DD. Presidente do COPEP
Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Pr.

B – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos – COPEP



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Contribuições da Psicologia Escolar à luz da teoria Histórico-Cultural para a compreensão e o enfrentamento do uso abusivo de drogas na escola.		2. Número de Participantes da Pesquisa: 15	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: SONIA MARI SHIMA BARROCO			
6. CPF: 443.033.869-87		7. Endereço (Rua, n.º): RUA NEO ALVES MARTINS ZONA 03 APTO 401 MARINGÁ PARANÁ 87050110	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (44) 3227-7750	10. Outro Telefone:
		11. Email: smsbarroco@uem.br	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>15</u> / <u>12</u> / <u>15</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Estadual de Maringá		13. CNPJ: 79.151.312/0001-56	14. Unidade/Orgão: Programa de Pós-Graduação em Psicologia
15. Telefone: (44) 3261-4444		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>ELIZABETH LIMA</u>		CPF: <u>365-541.466-87</u>	
Cargo/Função: <u>DOCENTE ADJUNTO</u>		Universidade Estadual de Maringá Departamento de Psicologia	
Data: <u>15</u> / <u>12</u> / <u>15</u>		Prof.ª <u>Dr.ª Elizabeth Lima</u> Chefe Adjunto do Departamento de Psicologia Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

C – Parecer favorável do Comitê de Ética – UEM**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Contribuições da Psicologia Escolar à luz da teoria Histórico-Cultural para a compreensão e o enfrentamento do uso abusivo de drogas na escola.

Pesquisador: SONIA MARI SHIMA BARROCO

Área

Temático

a:

Versão:

2

CAAE: 53151216.7.0000.0104

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Maringá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.562.364

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Como objetivos gerais pretende-se compreender o fenômeno do uso abusivo de drogas na escola, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético e investigar contribuições da Psicologia Escolar para o enfrentamento do fenômeno e atendimento aos indivíduos envolvidos, à luz da Psicologia Histórico-Cultural.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um pesquisa intitulada Contribuições da Psicologia Escolar à luz da teoria Histórico-Cultural para a compreensão e o enfrentamento do uso abusivo de drogas na escola, que consistirá de um levantamento da bibliografia pertinente e de um estudo de campo, a ser realizado através de uma entrevista não estruturada focalizada, com 10 questões norteadoras, abordando 15 participantes adolescentes, que frequentam o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) do município de Maringá-PR. Segundo apresentado na metodologia, as entrevistas serão agendadas entre às 08:00 e 17:00 horas, levando em conta os horários que os jovens a serem entrevistados frequentam o serviço. Em atendimento às pendências apontadas acrescentou no corpo do protocolo

e do TCLE que caso haja desconforto do participante durante a entrevista, será disponibilizado atendimento para esclarecimentos e apoio, oferecido pela própria pesquisadora e por sua orientadora, no horário combinado com o entrevistado e no serviço em que a pesquisa ocorrerá. Pontuamos que o apoio se dará na medida em que o entrevistado sentir-se desconfortável com as questões surgidas durante a entrevista, sem o caráter de um acompanhamento psicoterápico. Informou ainda que as gravações serão apagadas após a defesa da dissertação, prevista para o início de 2017.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto devidamente assinada pelo proponente e pelo Chefe Adjunto do Departamento de Psicologia. Orçamento financeiro com previsão de gastos de R\$ 165,00, com a informação de que será suportado com financiamento próprio. Cronograma de execução detalhado com previsão de início em 07/01/2016 e término em 28/02/2017, e pesquisa de campo (entrevistas) no período de 01/04/2016 a 29/04/2016. TCLE na forma de convite, e autorizativa, dirigida aos pais/responsáveis dos participantes, contendo as garantias constitucionais. Autorização para a realização da pesquisa assinada pela Coordenadora do CECAPS, Enfermeira Lourdes Thome, com liberação final após a aprovação por parte deste comitê. Apresenta questionário para a realização da entrevista proposta. Pendências sanadas.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_643787.pdf	05/04/2016 14:30:03		Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_copep.docx	05/04/2016 14:22:47	SONIA MARI SHIMA BARROCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLMenoresde18Mariana.docx	05/04/2016 14:22:17	SONIA MARI SHIMA BARROCO	Aceito
Outros	Questionariofinal.docx	11/02/2016 15:20:44	SONIA MARI SHIMA BARROCO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao.pdf	05/01/2016 13:03:38	SONIA MARI SHIMA BARROCO	Aceito
Folha de Rosto	images.pdf	05/01/2016 12:40:53	SONIA MARI SHIMA BARROCO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGA, 27 de Maio de 2016

**Assinado
por: Ricardo
Cesar
Gardiolo
(Coordenador
)**